



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 134 - SEXTA-FEIRA, 19 DE AGOSTO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP) 1º VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy - (PT-SP) 2º VICE-PRESIDENTE Wilson Santiago - (PMDB-PB) 1º SECRETÁRIO Cícero Lucena - (PSDB-PB) 2º SECRETÁRIO João Ribeiro - (PR-TO) ²	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI) 4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira - (PP-PI) SUPLENTE DE SECRETÁRIO 1º - Gilvam Borges - (PMDB-AP) ¹ 2º - João Durval - (PDT-BA) 3º - Maria do Carmo Alves - (DEM-SE) 4º - Vanessa Grazziotin - (PC DO B-AM)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

LIDERANÇAS

Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24 Líder Humberto Costa - PT Líder do PT - 13 Humberto Costa Vice-Líderes do PT Gleisi Hoffmann ⁽¹¹⁾ Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Líder do PDT - 5 Acir Gurgacz Vice-Líder do PDT Cristovam Buarque Líder do PSB - 3 Antonio Carlos Valadares Vice-Líder do PSB Lídice da Mata Líder do PC DO B - 2 Inácio Arruda Líder do PRB - 1 Marcelo Crivella	Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) - 28 Líder Renan Calheiros - PMDB Líder do PMDB - 20 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges ⁽¹⁰⁾ Waldemir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner Líder do PP - 5 Francisco Dornelles Vice-Líder do PP Ana Amélia Líder do PSC - 1 Eduardo Amorim Líder do PMN - 1 Sérgio Petecão Líder do PV - 1 Paulo Davim	Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15 Líder Mário Couto - PSDB ⁽⁸⁾ Vice-Líderes Jayme Campos ⁽⁵⁾ Ataídes Oliveira Maria do Carmo Alves Cyro Miranda Líder do PSDB - 10 Alvaro Dias Vice-Líderes do PSDB Aloysio Nunes Ferreira ⁽⁹⁾ Paulo Bauer ⁽⁷⁾ Flexa Ribeiro ⁽⁶⁾ Líder do DEM - 5 Demóstenes Torres ^(3,4) Vice-Líder do DEM Jayme Campos ⁽⁵⁾
		PTB - 6 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti
PSOL - 2 Líder Marinor Brito - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Gim Argello Benedito de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo	PR - 6 Líder Magno Malta - PR ⁽¹²⁾ Vice-Líder Clésio Andrade

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
9. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
10. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
11. Senadora Gleisi Hoffmann comunicou, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
12. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.

EXPEDIENTE	
Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Patrícia Freitas Portella Nunes Martins Diretora da Secretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 140ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 18 DE AGOSTO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicação da Presidência

Destinação do tempo dos oradores do Período do Expediente da presente sessão para comemorar os 42 anos da Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer e homenagear o Doutor Ozires Silva, ex-Presidente da empresa, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, nos termos dos Requerimentos nºs 554 e 809, de 2011, dos Senadores Luiz Henrique, Cristovam Buarque e outros Senadores. 34362

1.2.2 – Execução do Hino Nacional Brasileiro

1.2.3 – Oradores

Senador Luiz Henrique 34362
 Senador Cristovam Buarque 34365
 Senador Geovani Borges 34369
 Senadora Ana Amélia 34370
 Senador Jorge Viana 34372
 Senador Rodrigo Rollemberg 34374
 Senador Valdir Raupp 34377
 Dr. Ozires Silva (ex-Presidente da Embraer) 34378
 Senador Wilson Santiago (art. 203, do Regimento Interno) 34381
 Senador Romero Jucá (art. 203, do Regimento Interno) 34381

1.2.4 – Apresentação da Canção “Bandeirantes do Ar”, considerada o Hino da Academia da Força Aérea.

1.2.5 – Suspensão da sessão às 16 horas e 44 minutos e reabertura às 16 horas e 53 minutos

1.2.6 – Leitura de requerimentos

Nº 1.027, de 2011, de iniciativa da Comissão de Serviços de Infraestrutura, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia..... 34382

Nº 1.028, de 2011, de iniciativa da Comissão de Assuntos Econômicos, solicitando informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia..... 34384

Nº 1.029, de 2011, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de congratulações ao Governador do Estado de Sergipe, Marcelo Deda. 34385

1.2.7 – Comunicações

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, informando que o Senador Pedro Taques deixará de compor, como membro titular, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **(Ofício nº 99/2011, de 17 do corrente)**..... 34385

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização **(Ofício nº 105/2011, de 18 do corrente)**. *Designação do Senador Zeze Perrella, como suplente, para compor a referida Comissão.* 34385

Do Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, referente à eleição dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella, para a Presidência e Vice-Presidência, respectivamente, da Subcomissão Permanente para Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas. **(Ofício nº 171/2011, de 17 do corrente)** 34385

Do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Chile, informando a reinstalação dos trabalhos do referido Grupo. **(Ofício nº 3/2011, de 2 do corrente)** 34386

1.2.8 – Comunicações da Presidência

Término do prazo ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 38, de 2011. 34386

Lembrança de que o Período do Expediente da sessão de amanhã será destinado a homenagear a Maçonaria Brasileira, pelo transcurso do Dia do Maçom, de acordo com os Requerimentos nºs 114 e 826, de 2011, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senadores. 34386

1.2.9 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *determina*

a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE)..... 34386

Projeto de Lei do Senado nº 492, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que altera o art. 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997– Código de Trânsito Brasileiro, para retirar a referência à dosagem etílica no tipo penal e prever a possibilidade de caracterização da infração por outros meios de prova admitidos em direito. 34388

Projeto de Lei do Senado nº 493, de 2011, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar de assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento..... 34391

1.2.10 – Discursos do Expediente

SENADOR SÉRGIO SOUZA – Registro da realização, amanhã, de um seminário na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, promovido pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para deliberar sobre a reforma do Código Florestal. 34393

SENADOR GEOVANI BORGES – Comentários acerca dos preparativos para a Conferência Municipal da Juventude de Macapá, cujo lema é “Juventude e efetivação de direitos”..... 34395

SENADOR WALTER PINHEIRO, como Líder – Satisfação com o lançamento, na Bahia, pelo consórcio do rio Paraguaçu, de uma plataforma por meio de balsa que ajudará o Brasil na exploração de petróleo..... 34397

SENADOR ACIR GURGACZ – Destaque para o aumento do número de empregos criados no Brasil, apesar da crise econômica internacional..... 34399

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Defesa da necessidade de uma luta intransigente contra a corrupção no Brasil; e outros assuntos. 34400

SENADOR WILSON SANTIAGO, como Líder – Registro da criação, no Senado Federal, da Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento do Semiárido. 34405

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1

Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2011, que institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres (proveniente da Medida Provisória nº 530, de 2011). **Apreciação adiada** para a próxima sessão deliberativa ordinária..... 34406

1.3.2 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.

1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA

1.4.1 – Discursos

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Registro do crescimento médio do emprego no Estado de Sergipe; e outros assuntos..... 34408

1.4.2 – Apreciação de matéria

Requerimento nº 1.016, de 2011, de autoria da Senadora Ana Amélia e outros Senadores. **Aprovado.** 34413

1.4.3 – Discursos (continuação)

SENADOR RANDOLFE RODRIGUES, como Líder – Destaque para a importância de investimentos na Telebras e em telecomunicações; e outro assunto. 34413

SENADOR PAULO PAIM – Cumprimentos aos metroviários de Porto Alegre pelo acordo que teve como resultados o fim da greve e o reajuste salarial para a categoria; e outros assuntos. 34417

1.4.4 – Comunicação da Presidência

Designação da Senadora Marta Suplicy como Relatora revisora da Medida Provisória nº 530, de 2011 (Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2011); e do Senador Flexa Ribeiro como Relator revisor da Medida Provisória nº 531, de 2011..... 34424

1.4.5 – Discursos (continuação)

SENADOR ANIBAL DINIZ – Reflexão acerca do momento vivido na política brasileira, ressaltando que os destaques do governo Dilma Rousseff são as realizações e o desenvolvimento, e não as denúncias de corrupção. 34424

SENADOR WELLINGTON DIAS – Relato dos diálogos, dos quais S. Ex^a fez parte, que culminaram com o fim da greve dos policiais militares do Estado do Piauí; e outros assuntos. 34428

1.4.6 – Comunicações

Do Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, de substituição de membro na Subcomissão Permanente da Amazônia. (**Ofício nº 162/2011, de 16 do corrente**) 34432

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para compor as Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Agricultura e Reforma Agrária e de Assuntos Econômicos. **Designação do Senador Zeze Perrella, para compor as referidas comissões. (Ofícios nºs 102 a 104/2011, de 18 do corrente)**..... 34433

Do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele colegiado do inteiro teor do Aviso nº 875-TCU, de 2011, na origem; e recomendando seu arquivamento. (**Ofício nº 244/2011, de 12 de julho do corrente**)..... 34433

1.4.7 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 494, de 2011, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para disciplinar a prestação de contas do candidato referente aos recursos recebidos e gastos realizados com a propaganda eleitoral.* 34433

Projeto de Lei do Senado nº 495 de 2011, de autoria do Senador Renan Calheiros, que *altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para ampliar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.*..... 34434

1.4.8 – Ofício do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego

Nº 661, de 2011, em resposta ao Requerimento nº 112, de 2011, de informações, do Senador Randolfe Rodrigues..... 34436

1.4.9 – Pareceres

Nº 781, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2010. 34436

Nºs 782 e 783, de 2011, das Comissões de Assuntos Sociais; e de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2008-Complementar..... 34439

Nºs 784 e 785, de 2011, das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional; e de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 188, de 2010..... 34445

Nº 786, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2011..... 34452

1.4.10 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2010, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário. (**Ofício nº 76/2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte**) 34458

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2008-Complementar, cujos pareceres foram lidos anteriormente..... 34459

Abertura de prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 2010 e o Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2011, cujos pareceres foram lidos anteriormente, sejam apreciados pelo Plenário. (**Ofícios nºs 110 e 111/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**)..... 34459

Abertura do prazo para oferecimento de emendas, até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais, ao Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2009. (**Ofício nº 112/2011, da Comissão de Assuntos Sociais**) 34459

1.4.11 – Discurso encaminhado à publicação

SENADORA ANGELA PORTELA – Registro do anúncio, pela Presidente Dilma Rousseff, da expansão da Rede Federal de Educação Superior, Profissional e Tecnológica. 34459

1.5 – ENCERRAMENTO**2 – EMENDAS (Republicação)**

Nºs 1 a 69, apresentadas ao Projeto de Lei nº 19, de 2011-CN (Mensagem nº 66, de 2011-CN; nº 261/2011, na origem) 34461

3 – ATA**3.1 – Grupo Parlamentar Brasil/Chile**

Ata da Reunião de Reinstalação, realizada em 2 de junho de 2011..... 34532

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA**5 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR JOSÉ SARNEY, EM 18-8-2011****SENADO FEDERAL****6 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO****8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS****9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES**

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL**11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS**

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 140ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 18 de agosto de 2011

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência da Srª Ana Amélia, e dos Srs. Luiz Henrique, Paulo Paim,
Anibal Diniz e Wellington Dias*

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 16 minutos e encerra-se às 20 horas e 26 minutos.)

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

140ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 18/8/2011 07:00:00 até 18/8/2011 20:29:51

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	
Bloco-PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X	
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PR	MS	ANTONIO RUSSO NETTO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	
PSDB	TO	ATAÍDES OLIVEIRA	X	
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X	
PP	PI	CIRO NOGUEIRA	X	
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X	
PSDB	GO	CYRIO MIRANDA	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X	
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	
PTB	AL	FERNANDO COLLOR	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES	X	
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	
PMDB	MA	JOÃO ALBERTO SOUZA	X	
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X	
PT	AC	JORGE VIANA	X	
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	X	
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
DEM	TO	KÁTIA ABREU	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	X	
PR	ES	MAGNO MALTA	X	
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PSDB	PA	MÁRIO COUTO	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	
PT	RS	PAULO PAIM	X	
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	
PP	RO	REDITÁRIO CASSOL	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	X	
PMN	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	
PMDB	MS	WALDEMIR MOKÁ	X	
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X	
PMDB	PB	WILSON SANTIAGO	X	
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X	

Compareceram: 67 Senadores

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Período do Expediente da presente sessão será destinado a comemorar os 42 anos da Empresa Brasileira de Aeronáutica – Embraer e homenagear o Doutor Ozires Silva, ex-Presidente da empresa, o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, nos termos dos **Requerimentos nº 554 e 809, de 2011**, dos Srs. Senadores Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina, Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal, e outros Srs. Senadores.

Convido para compor a Mesa as seguintes autoridades: Senador Luiz Henrique, signatário da presente sessão; Senador Cristovam Buarque, também signatário da presente sessão; ex-Presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), homenageado desta sessão, Dr. Ozires Silva; Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Ailton dos Santos Pohlmann; Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), o Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar, Reginaldo dos Santos; Vice-Presidente de Relações Institucionais da Empresa Brasileira de Aeronáutica, Embraer, Jackson Schneider; Prefeito da Cidade de São José dos Campos, São Paulo, onde se localiza a sede da Embraer, Exmº Sr. Eduardo Cury.

De pé, convido a todos para ouvirmos o Hino Nacional Brasileiro, que será executado pela Banda Sinfônica da Base Aérea de Brasília.

(Procede-se à execução do Hino Nacional brasileiro.)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Concedo a palavra ao Senador Luiz Henrique, subscritor do requerimento, que usará da palavra neste instante.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Exmª Srª Senadora Ana Amélia, Presidente desta sessão solene; Exmº Sr. Senador Cristovam Buarque, que comigo subscreve o pedido de realização desta sessão; Magnífico Reitor – mais que magnífico, estuando – do Instituto Tecnológico de Aeronáutica – ITA, Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Reginaldo dos Santos; Exmº Sr. Prefeito de São José dos Campos, cidade orgulho de todos os brasileiros, Eduardo Cury; Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Ailton dos Santos, Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial; Exmº Sr. Vice-Presidente de Relações Institucionais da Embraer, Dr. Jackson Schneider; caro amigo,

ex-Presidente da Embraer, figura máxima do nosso País, Dr. Ozires Silva; demais autoridades; Srªs e Srs. Senadores, em Veneza, na Sala dello Scudo – Sala do Escudo –, existe um mapa-múndi que mostra o Brasil e a América do Sul, a África, a América do Norte. Cópia desse mapa foi ofertada, em 1420, ao herdeiro do trono português, Príncipe Dom Pedro, que visitou, durante 23 dias, de pompas e circunstâncias, aquela cidade italiana. Como presente maior, como *regalo* maior, o Doge lhe deu uma cópia daquele mapa-múndi. Um mapa-múndi realizado pelos chineses, que navegaram por todo o mundo muito antes de as caravelas portuguesas e espanholas chegarem à América e dobrarem o Cabo da Boa Esperança em direção ao Oriente.

Por que eu cito essa passagem? Porque aquele mapa serviu de base, serviu de impulso, serviu de inspiração ao Infante Dom Henrique para reunir as maiores autoridades europeias em geografia, em cartografia, em construção naval, em navegação, naquilo que se convencionou chamar Escola de Sagres, e que foi a base, o fundamento para as navegações portuguesas.

Eu comparo o ITA à Escola de Sagres – uma para conquistar os mares; o outro, para conquistar os céus e o mundo.

Faço essa introdução para, em saudando todos aqueles que fizeram a grandeza da Embraer, homenagear desde os primeiros professores que vieram do MIT até os atuais, como aqueles que fomentaram o conhecimento capaz de nos fazer voar tão alto.

Srª Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, não faz muito tempo, era comum ver as pessoas exprimirem desdém quando se falava em produtos fabricados no Brasil. Aliás, a minha infância foi marcada, em Florianópolis, pelas grandes lojas de ferragens que importavam tudo, até mesmo uma simples pá, uma tesoura Solingen da Alemanha, anzóis da Noruega. Não faz muito tempo. Era comum as pessoas dizerem: “Ah, esse produto é nacional, não vale nada”.

Se isso valia para uma simples enxada, para uma simples tesoura, o que dizer para um produto de alto valor agregado? Nem sonhávamos com isso. Por isso, era da nossa cultura, a cultura que Nelson Rodrigues chamou de “sentimento vira-lata”, porque era impossível ter algum produto brasileiro que valesse a pena comprar. Parece que só depois de conquistarmos o mercado exigente lá fora é que começamos a adquirir respeito e admiração pela capacidade empreendedora nacional.

Certamente, com a Embraer não terá sido diferente. O Brasil fabricar aviões, aviões a jato, aviões sofisticados, aviões civis, aviões militares, isso parecia uma miragem na retina dos nossos olhos. E é difícil acreditar que a Embraer poderia existir se não tivesse

sido criada como empresa de capital misto e controle estatal. Ou melhor, como empresa estatal.

E aí entra um ingrediente fundamental no domínio da tecnologia. O Estado tem que estar empurrando, o Estado tem que fazer valer seu poder de investimentos e seu poder de compra. É assim que foi feita a Nasa, é assim que foi desenvolvido o Vale do Silício: o governo americano empurrando, induzindo e, com seu complexo militar, com seu complexo espacial, adquirindo os produtos.

Atualmente, a Embraer é uma das maiores empresas do mundo – aliás, apenas a Boeing e a Airbus, construtoras de aviões de grande porte, estão à sua frente –, disputando, ombro a ombro, com a canadense Bombardier na faixa dos aviões médios.

Eu quero aqui exaltar o ex-Chanceler Celso Amorim quando daquela memorável discussão na OMC. O Chanceler Celso Amorim demonstrou, naquele momento, o tamanho da diplomacia brasileira ao defender, com precisão e competência, a eficiente empresa que os brasileiros produziram em São José dos Campos.

A Embraer é filha do ITA. Seus profissionais vieram majoritariamente do ITA e, é verdade, também – o que, às vezes, é um pouco esquecido – do Centro Técnico Aeroespacial.

Seus primeiros produtos já surpreenderam pela qualidade e pela eficiência: a aeronave agrícola EMB 200, Ipanema; o planador de alto desempenho EMB 400, Urupema – não sei se todos sabem, mas Urupema é a cidade que registra as temperaturas mais baixas do nosso País, mais baixas que a conhecida São Joaquim; os aviões Bandeirante, Xingu e EMB 120 Brasília. Todos demonstraram que o Brasil tinha potencial não apenas para ser um país de carnaval e futebol, de café e cana-de-açúcar, mas para desenvolver uma indústria aeronáutica respeitável para todo o mundo.

Vieram também os aviões destinados a fins militares, como o EMB 312, o Tucano e o Supertucano, muito procurados para treinamento por forças aéreas de todo o mundo. Em 1981, teve início a parceria com a Aeritalia (hoje Alenia) e Aermacchi, possibilitando elevação a novo patamar tecnológico para a Embraer. Fruto dessa união de esforços foi o AMX, um caça de atacar/terra. Nesse ponto, sem xenofobismo, nos soube-mos valer de importante parceria de um país europeu.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, será que a Embraer poderia ter sobrevivido num mercado difícil sem o pulso e a ousadia de um de seus mais importantes administradores? É incrível, mas toda organização bem-sucedida tem um líder excepcional. Nenhuma grande empresa nacional chegou a seus patamares de eficiência sem um líder extraordinário à

sua frente. Por isso, quero lembrar aqui a importância fundamental do engenheiro aeronáutico Ozires Silva.

Quero lembrar a importância desse paulista, nascido em Bauru, que dedicou parcela importante de sua vida aos projetos da Embraer e que tem sua história intimamente ligada à Aeronáutica.

A Itália, que é um país sem recursos naturais, desenvolveu uma extraordinária empresa, uma empresa impossível de ter o porte e o tamanho que teve naquele país. Desenvolveu a ENI – Ente Nazionale Idrocarburi. Por que essa empresa se tornou grande, respeitável? Porque à frente dela teve um Enrico Mattei, uma figura extraordinária.

Ozires Silva se nivela a figuras extraordinárias, a figuras únicas, a figuras inextinguíveis, como Enrico Mattei.

Ozires é oriundo da nossa Aeronáutica. Ingressou na Força Aérea Brasileira (FAB) em 1948, recebendo o diploma de aviador militar em 1951. Como piloto militar, Deputado Edinho Bez, que nos honra com sua presença, ele serviu na Amazônia e no extraordinário Correio Aéreo Nacional (CAN). Diplomou-se em Engenharia Aeronáutica pelo ITA em 1962.

Volto ao início do meu discurso, volto àquela Sala do Escudo, em Veneza, àquele mapa-múndi com que foi presenteado D. Pedro, em 1420.

Em 1963, passou a servir como engenheiro e piloto no Departamento de Aeronaves do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) do Centro Técnico Aeroespacial (CTA), tendo assumido também a cadeira de Ensaios de Voos do ITA.

Ozires começou, em seguida, a sua carreira de grande administrador. Assumiu, em 1964, a direção do Departamento de Aeronaves do IPD-CTA. Foi sob sua chefia que se deu início ao projeto do avião Bandeirante, fator decisivo para a consolidação da Embraer. Foi escolhido como primeiro Presidente da Embraer, que dirigiu com brilho desde a sua fundação. Ficou 17 anos no comando dessa empresa, que, hoje, é símbolo da capacidade tecnológica brasileira, da capacidade criativa do brasileiro, da capacidade de inovação do brasileiro.

Em 1972, deixou a Força Aérea Brasileira, na qual tinha permanecido por 24 anos.

Foi Presidente da Petrobrás de maio de 1986 a julho de 1988 e deu passos importantes para a então sonhada autossuficiência na produção de petróleo.

De março de 1990 a março de 1991, foi Ministro de Estado da Infraestrutura do Governo Fernando Collor – ali não teve tempo para fazer valer o seu brilho. É importante lembrar que o Ministério da Infraestrutura era um superministério que abrangia Comunicações, Minas e Energia e Transportes. Tudo isso se deu den-

tro de um organograma – e poucos brasileiros sabem – que foi elaborado por outros dois extraordinários irmãos nossos. Aquele cronograma de um governo enxuto, de poucos Ministérios e de muita gestão foi elaborado, nada mais nada menos, que por Eliezer Batista e Raphael de Almeida Magalhães.

Em julho de 1991, Ozires Silva retornou à Presidência da Embraer e ali ficou até fevereiro de 1995. Durante esse período, comandou a elaboração do projeto e o desenvolvimento do EMB 145, jato de cinquenta lugares – e aí começou uma trajetória magnífica da empresa –, cujo sucesso colocou a Embraer no lugar de destaque que hoje ocupa. Foi nessa sua segunda gestão que ocorreu o processo de privatização da Embraer, em dezembro de 1994, decisão que marcou uma nova e ascendente etapa da empresa.

A Embraer adquiriu extraordinária competência na construção de jatos e conquistou grande confiança do mercado nacional e internacional. Atualmente, seus produtos são disputadíssimos.

Desculpem-me os presentes se faço esse relato, porque sei que todos estão cansados de saber desses fatos, mas estou falando para não sei quantos milhões de telespectadores, e muitos, talvez, tenham ouvido falar da Embraer, mas outros não têm a consciência da importância estratégica dessa empresa no desenvolvimento de nosso País.

Ozires Silva, por sua vez, como os desafios não o intimidavam, assumiu a Presidência da Varig em junho de 2000, função que desempenhou até 2002. Não obstante tenha sido um período muito curto, ele criou um sistema de logística a que deu o nome de VarigLog, dedicado ao transporte rápido de mercadorias.

Foi designado para o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT) em 2003, permanecendo ali por todo o tempo que a lei permite, três anos, com uma recondução.

Outro fato que marca o espírito irrequieto e sempre voltado para novos desafios do engenheiro Ozires Silva foi a criação de sua empresa de Biotecnologia, a Pele Nova, que estabeleceu uma grande inovação em medicamentos, com tecnologia nacional. O próprio nome da empresa já diz qual é a sua atividade: restaura a pele rompida com a própria pele, num processo biológico de recomposição.

Ozires Silva é também Presidente do Fórum de Líderes, organização não governamental que se dedica ao desenvolvimento de estratégias empresariais. Ultimamente, tem destacado sua presença marcante também no ensino superior, como reitor da Universidade de Santo Amaro (Unisa), em São Paulo, de 2006 a 2008, ano em que foi designado reitor da Unimonte, da cidade de Santos, no Estado de São Paulo.

O incansável Ozires Silva ainda encontra tempo para escrever, tendo publicado vários livros, e mantém colaboração em jornais.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, considero a imagem e a atuação do grande brasileiro Ozires Silva – aqui, repito muitas vezes o seu nome, embora, em técnica de redação, isso não seja recomendável, porque seu nome deve ser repetido, repetido, repetido, repetido, para configurar a grandeza da sua vida e da sua obra – indissociáveis do surgimento e do desenvolvimento da Embraer. Daí, tenho destacado a figura deste grande e arrojado brasileiro, que também merece as homenagens desta Casa pelo que fez em prol da aviação brasileira.

Porém, é preciso lembrar também que a nossa aviação não poderia ter chegado ao que representa na atualidade se não fossem as instituições que fornecem os quadros e desenvolvem a tecnologia necessária a essa atividade.

Destaco especialmente o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), que teve origem no Centro Técnico de Aeronáutica (CTA), criado para ser órgão científico e técnico do Ministério da Aeronáutica, com o objetivo de exercer suas atividades em prol da Força Aérea Brasileira, da Aviação Civil e da então sonhada e futura Indústria Aeronáutica, segundo os programas e planos do Ministério.

Uma das instituições que integram o DCTA dispensa apresentações. É o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), criado pelo Decreto nº 27.695, de 16 de janeiro de 1950, e definido pela Lei nº 2.165, de 5 de janeiro de 1954. Trata-se de uma instituição universitária de excelência – eu poderia até dizer que é a instituição universitária de maior excelência entre as de maior excelência do nosso País –, especializada no campo do saber aeroespacial, sob a jurisdição do Comando da Aeronáutica (Comaer). O ITA tem por finalidade promover, por meio da educação, do ensino, da pesquisa e da extensão, o progresso das ciências e das tecnologias relacionadas com o campo aeroespacial e a formação de profissionais de nível superior nas especializações de interesse do Comaer e do setor aeroespacial em geral.

O que quero destacar na metodologia de ensino do ITA é o seu caráter dual: o aluno alterna sala de aula com a prática dos ensinamentos que apreende em sala de aula. É o que os alemães chamam de ensino dual. O ITA é pioneiro – e, lamentavelmente, é ainda pouco acompanhado neste País – na metodologia do ensino dual, que envolve aprender e fazer, estudar e trabalhar. Essa tecnologia faz com que qualquer pessoa selecionada no exame de admissão para essa escola já se

sinta um brasileiro de saber privilegiado, tal a rigidez de conhecimentos que são exigidos dos candidatos.

O ITA é símbolo da competência intelectual nacional, devido à concorrência que se estabeleceu em virtude da qualidade de ensino ministrada nessa instituição. Digo sempre que, se uma pessoa passar pela rua e se alguém disser “aquele ali é um engenheiro formado pelo ITA”, o outro vai responder “aquele é um profissional de Engenharia como poucos na América Latina.”

O DCTA concentra ainda atividades de pesquisa que se têm mostrado importantíssimas para o desenvolvimento do setor aeronáutico e aeroespacial brasileiro.

Logo depois da criação do antigo CTA, em 1954, nasceu o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD), que foi o segundo instituto a integrar esse Centro, em ordem cronológica de ativação. Quero salientar aqui também o pouco salientado, o pouco exaltado IPD, que se constitui no instrumento básico de execução do programa de pesquisas e desenvolvimento no campo da Aeronáutica. O pouco conhecido IPD já pôde contar, desde o início, com a participação de alguns engenheiros formados pelo ITA.

Termino, Sr^a Presidente, Srs. Presidentes, exaltando o ITA, o DCTA, o IPD, o antigo CTA, o Ministério da Aeronáutica, que, com sua política de longo prazo, com sua política futurista e futuróloga, criou esses instrumentos.

O Brasil voa alto, como as naus lusitanas viajam longe. Certamente, por causa daquele mapa e daquela Escola de Sagres, os portugueses foram ao Oriente e chegaram às costas do Brasil. E, certamente, por causa dessas instituições, o Brasil voa alto no conceito internacional. Ficamos felizes e orgulhosos quando, em países do primeiríssimo mundo, embarcamos em um avião da Embraer.

Viva Ozires Silva! Que Deus lhe dê longa vida para continuar servindo a este País!

Viva o ITA! Viva a Embraer! (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Cumprimento o Senador Luiz Henrique pelo pronunciamento, em que exalta as qualidades de todas essas instituições e, em particular, do Dr. Ozires e as contribuições que eles prestam ao País, propiciando as condições para que, cada vez mais, o Brasil tenha um desenvolvimento maior e um protagonismo essencial em uma área tão especializada quanto a área espacial e aeronáutica.

Concedo a palavra, agora, ao Senador Cristovam Buarque, também subscritor dos requerimentos desta sessão especial.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Boa-tarde a cada uma e a cada um.

Eu quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique, que me deu a honra de estar junto com ele na convocação desta solenidade; obviamente, a Senadora Ana Amélia, que preside esta sessão; o conterrâneo pernambucano, Brigadeiro Reginaldo dos Santos, que me recebeu tão bem na visita ao ITA. Quero dizer que esta solenidade, em grande parte, é para o senhor também, até porque está terminando o seu período como reitor e deixou sua marca.

Quero cumprimentar o Brigadeiro Ailton dos Santos Pohlmann, representante do Comando da Aeronáutica; o Prefeito da cidade de São José dos Campos, também itiano, Sr. Eduardo Cury; o Vice-Presidente de Relações Institucionais da Empresa Brasileira de Aeronáutica, Sr. Jackson Schneider; e por último, mas com a mesma ou maior importância, essa grande figura da história do Brasil, que é o Dr. Ozires Silva.

Cumprimento também, permitam-me, em caráter pessoal, quatro itianos que estão aqui, que são meus amigos: o Professor Heitor Gurgulino, que foi professor da primeira turma e que, sabendo desta homenagem, veio aqui; um amigo também itiano que, hoje, trabalha no Japão, na Universidade das Nações Unidas, da qual sou Conselheiro; o Pontes, pernambucano também, meu amigo e itiano; e o que trabalha comigo no meu gabinete, o engenheiro Valderi, que me ajudou a fazer esta reunião.

Quero dizer que, há meia hora, eu estava numa sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, ouvindo representantes da Boeing, que aqui vieram para tentar envolver os Senadores e Deputados, o que é positivo, na escolha dos caças que o Brasil vai comprar. Recebemos, antes, os representantes suecos, agora eles e, depois, virão os franceses.

Quero dizer que foi com o maior orgulho que disse a eles que era contra a compra de caças estrangeiros se podemos fabricar os nossos aqui, mesmo que demore 10, 15 anos.

Sei que a posição da Aeronáutica, em geral, é a de que devemos comprar rapidamente esses aviões, mas não vejo cenário de guerra nos próximos 10 anos para o uso dessas armas, e creio que, com algum investimento muito menor que o da compra, poderíamos desenvolver aqui os nossos caças, como faz a China, como faz a Índia, embora não com a mesma qualidade.

Não iríamos fabricar a quarta ou a quinta geração de caças, mas poderíamos fabricar a primeira ou a segunda e, rapidamente, teríamos não apenas as armas, mas teríamos também a independência de fabricá-las, de conhecê-las nos seus meandros, ain-

da que eles estejam prometendo, todos os três, nos passar a tecnologia.

Esse mesmo orgulho que usei há meia hora na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional eu sinto cada vez que, hoje em dia, viajo pela Europa, mas também por outros continentes, e sei que o avião em que estou viajando foi fabricado com tecnologia brasileira. Eu disse “tecnologia”, eu não disse “fabricados no Brasil”, porque não sinto esse orgulho quando ando nas ruas de países estrangeiros em carros fabricados no Brasil, porque eles são fabricados no Brasil, mas não têm tecnologia brasileira. Eu o sinto, sim, quando voo em um avião da Embraer, porque ali não está apenas uma máquina que nos leva de um lugar para outro; ali está a prova da inteligência brasileira, que desenhou e fabricou, mesmo que, obviamente, tendo em vista a realidade do mundo global, seja necessário comprar peças do estrangeiro.

Esse orgulho, eu o sinto ainda maior como professor, ao dizer que a Embraer – desculpem, a Embraer é uma das homenageadas – é uma extensão do ITA. E o ITA é uma escola.

O orgulho que eu sinto é por ver a confirmação da razão de ser da minha luta política: uma revolução educacional no Brasil.

Não fosse o ITA criado lá atrás, não teríamos a Embraer. Poderíamos até ter indústrias de montagem de avião, como temos de carro, de televisão e de todos esses aparelhos que a gente usa por aí, até de **tablets**, mas não teríamos aviões brasileiros.

Esse é o orgulho que sinto, por ser professor – ser engenheiro também ajuda – e poder dizer que há uma explicação clara para dar base ao meu discurso de que o futuro está nas escolas: é o ITA, e eu o cito em todos os lugares.

Obviamente, eu cito, também, esse outro produto de exportação brasileira que é a soja, que não existiria na condição em que nós a temos se não fosse a Embrapa, desenvolvendo ciência brasileira para produzir soja onde não é possível.

Ao mesmo tempo, esse orgulho, no presente, tem uma conotação no passado e uma conotação no futuro: no passado, por mostrar como foi possível um País, com a vontade do Estado, com a genialidade de algumas pessoas e com a oportunidade histórica – essas três coisas –, fazer o que se pode dizer milagre de o Brasil ser, hoje, um dos quatro, cinco, seis grandes produtores de aviões do mundo.

Nós devemos isso, e esse é um orgulho também com o passado, não só com o presente de quem voa num avião da Embraer ou de quem, Senador, pode confrontar representantes da Boeing e dizer: “Eu preferia ter a nossa fabricação aqui.”

Eu disse, uma vez, ao Ministro da Defesa, na época em que o Presidente Lula estava comprando um avião: “Por que não comprar um avião brasileiro?” E o Ministro da época, o Viegas, disse: “Mas imagine o senhor Presidente da República e tendo de viajar daqui para a Europa, parando em uma, duas escalas em vez de ir diretamente.” E eu disse para ele: “Ministro, eu prefiro parar 10 vezes no caminho daqui para Londres como Presidente da República a ir num voo direto, se lá eu descer num avião brasileiro.” Eu não faria nenhuma questão de ter de fazer escalas para poder chegar lá num avião fabricado, desenhado e construído no Brasil.

O passado nos passa a lição de que é possível quando é preciso. Era preciso dar esse salto na indústria brasileira, sair dessa visão simplista, embora fosse um avanço da indústria mecânica, da indústria automobilística, da indústria de eletrodomésticos, da indústria de alimentos, de roupas, que nós começamos a dar em 1930, para algo de maior envergadura. Era preciso e foi possível. Como eu disse, foi possível porque se juntaram a vontade do Estado, na figura do Presidente Dutra e de Ministros seus, e a genialidade do Brigadeiro Montenegro e de algumas pessoas ao seu redor, que foram capazes de fazer aquilo que a gente vê quando a gente lê o livro do Fernando Pessoa e percebe como a vontade é capaz de atravessar por cima dos obstáculos, levando adiante aquilo que é necessário.

Então, juntou-se a oportunidade histórica, juntou-se a vontade de um político, juntou-se a genialidade de um Brigadeiro e nós temos, hoje, o ITA, o DCTA, como se diz hoje, e temos a Embraer.

Essa é uma lição do passado, mas eu tiro também, Dr. Ozires, algumas lições para o futuro, que, a meu ver, são mais importantes ainda.

A primeira, de que eu já falei de alguma maneira, é como a economia do futuro está nas escolas, não está no chão das fábricas. Quem vai fazer a economia funcionar com capacidade de concorrer, daqui para frente, é o conhecimento.

Há pouco, discutíamos aqui, na segunda-feira, com um grupo de pessoas que diziam como o Brasil perdeu concorrência por causa dos preços e de indústrias de bens industriais no passado. Eu dizia que, no passado, a concorrência se ganhava baixando preço, mas, daqui para frente, concorrência se ganha produzindo novos produtos.

Eu lembro até, desculpem a brincadeira, mas aconteceu na sessão, que esse senhor, um professor, disse: “O Brasil fabricava pentes até o Japão começar a fabricar pentes, depois da guerra, mais baratos que

os nossos, e todo mundo passou a comprar pente japonês, porque era mais barato.”

Eu disse para ele: “Se fosse nos dias de hoje, os japoneses iam ganhar a concorrência não por fabricar pentes mais baratos, mas por fazer um pente que fizesse nascer cabelo nos carecas.” E muitos de nós, aqui, iríamos comprar esse pente contentes.

Daqui para frente, o que fará uma economia ser dinâmica e ter capacidade de concorrer será inventar produtos a cada dia, inventar produtos ao longo do tempo. É isso que vai dar a concorrência. Nós não temos futuro produzindo soja e produzindo ferro, dois grandes produtos da nossa balança comercial ao longo do tempo.

Ontem à noite, já tarde, apareceu no noticiário que o governo de Moçambique está doando terras para brasileiros, equivalentes a três Sergipes, grátis, desde que produzam soja. Não vai demorar e vai haver soja em quantidade em Moçambique. Metade da distância para a China, nós temos. Nós não vamos ter condições de concorrer com soja produzida em Moçambique.

O minério de ferro – podem-se descobrir minas a qualquer momento.

Essa é uma economia, eu não diria suicida, mas com um prazo curto de vida. A verdadeira economia é a economia que permite inventar e não fazer. Fazer depois de inventar e não fazer copiado.

Esta é uma lição que o ITA e a Embraer nos dão: a possibilidade de uma economia de ponta graças ao desenvolvimento do conhecimento.

A segunda lição é o papel do Estado, casado com o setor privado. Nós passamos décadas, na história do Brasil, entre os que queriam estatal e os que queriam privado.

A Embraer nos mostra que se não tivesse sido estatal ela não existiria, e se tivesse continuado estatal, ela não sobreviveria, nem cresceria. Foi preciso uma parceria entre o Estado e o privado, parceria em que se pode dar um tempo para a estatal, outro tempo para o privado, ou, ao mesmo tempo, para o estatal e privado.

Temos de mudar o conceito de que público é sinônimo de estatal. Um hospital do Estado que não funcione não é público, é estatal. E a gente pode ter um hospital administrado pelo setor privado que seja público, se atender ao público gratuitamente, pago pelo Estado.

Eu tenho dito que, para mim, a definição de hospital público é aquele em que não tem fila para entrar, não tem doença ao sair e ninguém sai mais pobre por causa da cura. Agora, o dono, o gerente é secundário.

A Embraer nos mostrou isto: é preciso casar o Estado. Não vejo como dar um grande salto sem o Estado. Sagres só surgiu porque foi o Estado que a

manteve; e o ITA, porque foi o Estado. Todas as universidades e centros de pesquisa começam pelo Estado, mas algumas instituições não sobreviverão, no mundo de hoje, se ficarem amarradas às regras necessárias do Estado, se não conseguirem concorrer com os setores que podem ter menos capital, mas que têm a liberdade do privado.

O terceiro é que é possível realizar os sonhos. Era um sonho desvairado construir uma escola com a qualidade do ITA, imitando o MIT, no interior de São Paulo. A gente, hoje, se acostumou a ver o ITA, mas era um sonho desvairado de um grupo pequeno, em torno do Montenegro, ele sozinho, que acreditou que era possível. E foi possível.

É possível, sim, o Brasil dar o salto para criar, a partir da ideia, não da instituição, do exemplo e não da instituição do ITA, o sistema nacional do conhecimento. Está faltando esse sistema.

No País inteiro, temos instituições em sistemas capazes de fazer o conhecimento brasileiro ficar no mesmo nível dos países mais desenvolvidos, sob o ponto de vista da ciência e tecnologia, não em um ano, não em cinco anos, não em 10 anos, talvez não em 20 anos, mas tem de começar já, para daqui a alguns anos a gente ter. Afinal de contas, já comemoramos o ITA há mais de 50 anos. E passam rápidos esses anos!

O sistema nacional do conhecimento, essa lição que o ITA nos dá de que é possível, consiste, em primeiro lugar, de uma série de institutos do tipo ITA em outras áreas. Precisamos de um ITA da nanotecnologia, um ITA da biotecnologia, um ITA dos fármacos. Eu digo ITA casando com CTA. Precisamos de instituições do mais alto nível nos diversos setores da ciência e da tecnologia de hoje.

Parece impossível, mas é possível. Será possível se a gente fizer coincidir duas coisas, porque a terceira já existe: a vontade de um político e a genialidade de um empreendedor – o momento histórico exigindo isso nós já temos. Todo casamento precisa de três coisas e não de duas: precisa dos dois que querem se casar e da vontade deles, senão não tem casamento.

A vontade nacional está presente, a vontade está visível em um País que está ficando para trás porque não somos capazes de inventar o novo em cada área do conhecimento, salvo uma ou outra como a Embraer e como o ITA.

Precisamos criar essas instituições, mas não basta. Essas instituições fracassarão se não tivermos faculdades, universidades capazes de prover a mão de obra. Vai ser difícil para cada centro de alta tecnologia, para cada área, ter um ITA sob o ponto de vista da formação de profissionais.

Talvez o ITA dessas áreas já seja a pós-graduação, não precisa ser a graduação, mas o problema é que nós, hoje, não temos essas faculdades. Pouquíssimas das nossas faculdades a gente pode considerar como à altura do momento da história da ciência e da tecnologia de hoje. Basta dizer que nenhuma das nossas está entre as 200 melhores do mundo. A gente tem de chegar até entre as 20 melhores – uma, duas, três, quatro ou cinco –, como a China está chegando, como a Índia está chegando. Precisamos ter uma revolução na universidade. Precisamos fazer, de fato, a verdadeira reforma da universidade, que exige mudanças profundas na sua estrutura, que saia do isolamento em que ela vive, de um pensamento abstrato.

Eu gostei quando ouvi o Senador Luiz Henrique falar, aqui, do ensino do ITA, que casa a teoria e a prática. É preciso parar esse medo que as universidades do Brasil têm do setor privado. Têm de casar os dois setores, sair das caixinhas dos departamentos para começar a trabalhar por temas, e não só por categorias do conhecimento, por profissão.

Temos de fazer uma revolução. Temos de fazer uma revolução na exigência dos profissionais das universidades. Agora, não basta a gente querer fazer isso, achar que pode fazer isso, se não tivermos um setor industrial diferente do brasileiro. O setor privado brasileiro tem pavor de tudo que exija pensamento e inovação por dentro dele. Acostumou-se a comprar de fora. Acostumou-se a copiar, se possível pagando algum tipo de **royalty**.

É preciso fazer com que o empresariado brasileiro descubra a necessidade de ele ser o inventor, usando parte do sistema nacional de conhecimento, do qual as indústrias devem fazer parte.

O Estado vai ter de dar incentivos; vai ter de dar cobranças também. Estão surgindo incentivos: reduz-se o imposto de quem inovar. É preciso, também, aumentar o imposto de quem não inovar, para acabar com o acomodamento de um setor empresarial que tem medo de enfrentar a inovação, tanto quanto as universidades têm medo de conviver com o setor empresarial.

Mas não basta isso. Falta uma coisa a mais, que é aquela à qual dedico mais tempo: isso não vai funcionar se não mudarmos a educação de base no Brasil, enquanto tivermos apenas 37% terminando o segundo grau, ou seja, jogando fora mais de 60% dos cérebros brasileiros para fora da escola, como se o navio fosse, para o futuro, a escola e a gente fosse jogando gente para fora do futuro, como acontecia com os navios negreiros, de onde eram jogados os escravos para fora. Saíam tantos e chegavam muito menos. É assim que estamos caminhando para o futuro.

Um cérebro desperdiçado pode ser a grande chance de uma grande invenção no futuro. Trinta e sete por cento terminam o ensino médio. Desses, não podemos acreditar, lamentavelmente, mais da metade termina o ensino médio de qualidade. Nós temos, hoje, apenas 18% dos nossos jovens com um ensino médio razoável.

No começo do ITA, o Brigadeiro Reginaldo falou, era preciso dar curso para os alunos que entravam, porque eles chegavam despreparados ao ITA, que era uma instituição muito exigente.

Hoje, Brigadeiro, isso acontece em todas as escolas de engenharia do País. Os alunos chegam sem saber cálculo. Os alunos chegam, às vezes, sem saber equação de segundo grau, por isso tantos desistem, antes de terminar, da carreira de engenharia. Em alguns casos, 60% abandonam no meio.

É no ensino médio que está a chance de se formar a base para que tenhamos boas faculdades, para que tenhamos grandes institutos, e o ensino médio depende do ensino fundamental. Sem um ensino fundamental de qualidade, não há ensino médio de qualidade.

Um ensino em que todos tenham a chance de terminar o ensino médio e em que todos terminem o ensino médio da maior qualidade, essa é a base do sistema nacional do conhecimento.

Deu para fazer um ITA. Não dá para fazer 50 ITAs no Brasil. Não tem jeito. A qualidade dos alunos puxaria tão para baixo, que ficariam abaixo das outras escolas de engenharia que não são de primeiro plano.

Por isso, falando das lições do ITA, da Embrapa e do CTA, quero dizer que precisamos utilizar a maior de todas as lições: a educação constrói o futuro, e a educação começa pela base.

A minha proposta, pela qual venho lutando, é de que isso só vai acontecer quando a educação de base fizer parte de um sistema nacional; quando a gente puder colocar uma carreira nacional do magistério e não carreiras municipais; quando essa carreira nacional for muito bem remunerada, agora, selecionando com muito rigor e exigindo muito.

Não vai dar nem mesmo, Senadora, e aí vamos ter um grande entrave contra – no dia em que tiver um presidente que queira –, não vai dar para ter essa grande escola com o atual sistema de estabilidade plena.

Sou defensor da estabilidade contra o presidente, contra o governador, contra o prefeito. Não se pode demitir professor, mas se não passa num exame a cada ano, se não mostra resultados a cada ano, se a gente gosta de educação, não se pode deixar a dedicação nas mãos dele.

Então, pagar muito bem, exigir muito bem na hora de selecionar e uma dedicação total em escolas

bancadas, financiadas pelo Governo Federal. A minha proposta é que isso seja feito por cidades, não por escolas, individualmente. Na verdade, é espalhar o Colégio Pedro II, os Colégios Militares, os Institutos de Aplicação, as Escolas Técnicas que já existem e formam um bloco de 300 escolas federais e transformá-los em 200 mil, obviamente, em no mínimo 20 anos, nem tanto por falta de dinheiro, mas por falta de pessoas capazes de serem professores e professoras. Se se quiser fazer isso hoje, não tem professor com qualidade para isso.

Isso é possível e mais fácil do que foi fazer o ITA, e mais necessário, hoje – isso está visível –, do que foi fazer o ITA naquela época.

Talvez faltem as outras duas coisas. Talvez faltem a vontade política de algum presidente para fazer e a competência e o vigor gerencial, de liderança, de carisma de um Montenegro.

É uma pena que em um momento tão propício, que exige isso, o que esteja faltando entre nós sejam os recursos humanos para levar adiante, tanto o técnico quanto o político, mas, ao faltar isso, posso dizer, comprova-se o que digo: faltou uma formação boa, nos últimos 50 anos, para nós.

Está em tempo, é preciso, é possível, e o ITA, a Embraer e o CTA são exemplos que nos dão lições para o futuro.

É por isso, e concluo dizendo, que aqui estamos liderando uma frente parlamentar para a economia do conhecimento, que será uma frente parlamentar de apoio ao ITA à Embraer, de apoio ao ITA ao CTA, de apoio a esse sistema nacional de conhecimento que o Brasil precisa criar.

Quero agradecer cada um de vocês que fizeram e fazem o ITA, o CTA e a Embrapa, especialmente o Dr. Ozires e o Brigadeiro Reginaldo. Quero agradecer por vocês terem sido exemplo para muitos de nós – e digo para mim, especialmente. Como exemplos que são, quero agradecer as lições que estão dando, que espero sejamos capazes de aprender e usar para mudar o Brasil, como vocês o mudaram.

Muito obrigado por vocês existirem, pelo que vocês fizeram e por estarem aqui conosco, homenageando o Senado muito mais do que estamos homenageando vocês.

Um grande abraço para cada uma e para cada um. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Obrigada, Senador Cristovam Buarque, que, coerente com as suas convicções sobre a importância da educação no País, V. Ex^a renova, através desse exemplo fantástico que é o ITA, a Embraer e o CTA, agora DCTA, a importância da educação – seja tecnológica, seja tradicional – para o País.

Tenho a honra de chamar, por permuta com o Senador Rodrigo Rollemberg, o Senador Geovani Borges, ao mesmo tempo em que, com muita alegria, transfiro a Presidência desta sessão ao meu amigo Senador Luiz Henrique.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Esta sessão é realizada em comemoração aos 42 anos da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer) e em homenagem ao Dr. Ozires Silva, ex-Presidente da empresa; ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

Exm^a Sr^a Senadora Ana Amélia, que vai deixar a Presidência desta sessão, signatária também da sessão; Exm^o Sr. Senador Luiz Henrique, também signatário desta sessão; Senador Cristovam Buarque – tanto o Cristovam quanto o Senador Luiz Henrique fizeram aqui um brilhante pronunciamento, e quero cumprimentá-los. É um aprendizado constante aqui, nesta Casa. Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA); Exm^o Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Reginaldo dos Santos; Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, Exm^o Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Ailton dos Santos Pohlmann, representando o Comandante da Aeronáutica; Exm^o Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Juniti Saito; Prefeito da cidade de São José dos Campos, São Paulo, onde se localiza a sede da Embraer, Exm^o Sr. Eduardo Cury; Vice-Presidente de Relações Institucionais da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), Exm^o Sr. Jackson Schneider; ex-Presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), homenageado da presente sessão, Dr. Ozires Silva. É uma honra! Demais autoridades, Ministro do Superior Tribunal Militar, Exm^o Sr. Tenente-Brigadeiro do Ar Cleonilson Nicácio; Exm^o Sr. General de Brigada Luiz Felipe Linhares Gomes, representando o Comandante do Exército, o Exm^o Sr. General do Exército Enzo Martins Peri; Exm^{os} Srs. Oficiais-Generais da Aeronáutica; senhoras e senhores pesquisadores do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA); Militares da Banda Sinfônica da Base Aérea de Brasília; Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique; Sr^{as} e Srs. Senadores; demais autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, por oportuno, valho-me desta sessão solene, proposta pelos nobres colegas – Senadora Ana Amélia, do PP do Rio Grande do Sul, Senador Luiz Henrique, do PMDB de Santa Catarina, Senador Cristovão Buarque, do PDT do nosso querido Distrito Federal – para também me somar às justas homenagens prestadas aos 42 anos de existência da Embraer. Afinal, há mais de quatro décadas, a Embraer contribui para integrar o mundo pela aviação,

diminuindo distâncias entre povos e oferecendo o que existe de mais moderno em tecnologia, versatilidade e conforto em aeronaves.

Uma empresa brasileira que se consolidou mundialmente, capaz de projetar, desenvolver, fabricar, vender e oferecer suporte pós-venda de aeronaves para os segmentos de aviação comercial, aviação executiva e de defesa nacional. Não é pouca coisa!

A Embraer já produziu mais de cinco mil aviões – estou aqui para ser corrigido; a minha assessoria me deu esses dados estatísticos –, que operam em 92 países, nos cinco continentes, tornando-se líder no mercado de jatos comerciais com até 120 assentos, Senadora Ana Amélia, além da fabricação de alguns dos melhores jatos executivos em operação na atualidade e da entrada em um novo patamar no setor de defesa aérea.

Homenageamos, pois, com justiça, uma das maiores empresas aeroespaciais do mundo, posição alcançada graças à busca determinada de excelência no que faz.

Por essas razões, cumprimento os Senadores signatários desta sessão pela iniciativa e parabeno a diretoria da Embraer pelos seus 42 anos de fundação.

Desde o mitológico sonho de Ícaro, que projetou asas, juntando penas de aves de vários tamanhos, amarrando-as com fios e fixando-as com cera, em breve voo derretido pelo deus Sol, que o homem aspira a cruzar os céus.

O Brasil, para orgulho de todos nós, é a Nação de Santos Dumont. O pai da aviação é brasileiro, assim como brasileira, inventiva e competente é a Embraer: a empresa brasileira que reescreve o sonho mítico de voar e inscreve o nome desta Nação além da geografia do ar, cruzando os céus da Terra.

Parabéns, Embraer, Empresa Brasileira de Aeronáutica!

Muito obrigado, Sr. Presidente Luiz Henrique, meus colegas Senador Cristovam e minha querida e inspiradora Senadora Ana Amélia, que tanto nos ajuda a dar brilho nesta sessão de hoje. Lá do Amapá ao Rio Grande do Sul, a Santa Catarina, ao Distrito Federal. Ficam aqui, portanto, as nossas homenagens.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

Durante o discurso do Sr. Geovani Borges, a Sr^a Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço as palavras do ilustre Senador Geovani Borges.

Concedo a palavra, para prestar a sua homenagem, ao Senador Rodrigo Rollemberg. *(Pausa.)*

Ausente S. Ex^a, concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Viana. *(Pausa.)*

Ausente S. Ex^a, concedo a palavra à nobre Senadora Ana Amélia.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente Luiz Henrique, Senador Cristovam Buarque, a quem cumprimento pela oportuna iniciativa de prestar esta homenagem às instituições que estamos celebrando hoje: o ITA, o DCTA e a Embraer; e a esta figura exemplar que orgulha a todos os brasileiros, Ozires Silva.

Queria saudar todas as autoridades da Mesa, em especial o homenageado e os representantes das entidades homenageadas, o Prefeito da cidade e meu conterrâneo Jackson Schneider.

A história do desenvolvimento brasileiro se confunde com a história das principais organizações brasileiras e se confunde também com a história de vida de líderes, como é o caso de Ozires Silva. Há, no Brasil, um restrito número de organizações empresariais que fazem parte do nosso orgulho, empresas de que os brasileiros se sentem donos porque são referências positivas do nosso País no exterior. E imagino que, nesse seleto grupo, estejam empresas centenárias.

Quando viajamos para o exterior, há um orgulho especial quando pegamos um talher em Estocolmo e vemos que a marca é Tramontina, fabricada lá em Carlos Barbosa, no meu Rio Grande do Sul; ou quando vamos a Joanesburgo e tomamos um ônibus fabricado em Caxias do Sul, da Marcopolo; ou quando nos enxugamos, em um hotel de três, quatro ou cinco estrelas, em qualquer grande cidade do mundo, Senador Cristovam Buarque, com uma toalha Karsten, lá de Santa Catarina, do Senador Luiz Henrique; ou quando eu, por exemplo, peguei um voo, na Polônia, num avião da Embraer.

Digo apenas essas, mas poderia citar tantas outras empresas brasileiras que se internacionalizaram e que, como a Embraer, são orgulho nacional. No caso da Embraer, especificamente, há o chamado agregado, que transcende em muito o valor material do que significa apenas um avião voando, mas em matéria de conhecimento, de ciência, de sabedoria, de esforço pessoal de cada um, de um modesto mecânico, de um funcionário atendente, de um ajudante a um engenheiro com PhD, a um especialista em engenharia aeroespacial.

A Embraer foi fundada em 19 de agosto de 1969 pelo governo brasileiro, com a missão estratégica e inteligente de transformar o conhecimento em ciência e tecnologia – esse conhecimento foi transformado em tecnologia e em engenharia aeronáutica.

Com o passar dos anos, essa empresa que estamos homenageando hoje, a Embraer, desenvolveu uma linha de aeronaves utilizadas para fins militares, agrícolas, comerciais, que foram batizadas com nomes que enaltecem a presença do Brasil no céu de todas as partes do mundo: Bandeirante, Xavante, Xingu, Urupema, Ipanema, Tucano e Brasília.

Dr. Ozires e representantes da Embraer, do ITA e do DCTA, em 1995, tive a honra de integrar uma comissão especial liderada pelo então Ministro da Justiça, Ministro Paulo Brossard, numa viagem a Cuba. Fomos em um avião Brasília. Quando chegamos a Havana, num jantar com a presença do Presidente Fidel Castro, para surpresa de todos nós, Fidel Castro falou sobre o Brasília com a autoridade de um produtor desse avião. Ele falou das características, do combustível, da economicidade, do desempenho e da importância desse avião para a aviação regional e fez os comparativos. Foi, realmente, uma surpresa que o líder de um país amigo e irmão tivesse dado aos brasileiros – eu, naquele momento, como jornalista – uma verdadeira aula sobre um patrimônio que é de todos os brasileiros.

O Xingu, por exemplo, é utilizado desde 1993, Senador Luiz Henrique, Senador Cristovam Buarque, pela Força Aérea francesa. A mesma França que quer nos vender aviões militares agora, que já decidiu pela sua modernização e utilização até o ano de 2025. Um importante reconhecimento à qualidade da nossa indústria aeronáutica que, em 2010, forneceu um quinto dos jatos executivos comercializados no mundo. Não é pouco coisa, e, por isso, temos a oportunidade, hoje, de exaltar e enaltecer tudo o que está sendo feito para projetar o Brasil numa área tão especializada da indústria internacional.

Em 1994, a Embraer atingiu a maioria. Desenvolvida, já era capaz de caminhar com suas próprias pernas, deixando de ser uma empresa estatal e passando a ser uma empresa privada. Nem por isso deixou de continuar prestando importante papel no desenvolvimento econômico e tecnológico do nosso País. Continua a ser a Empresa Brasileira de Aeronáutica e a permanecer no coração dos brasileiros.

O Senador Cristovam Buarque fez referência, e eu confirmo agora, porque participei de toda a exposição que a direção da Saab, produtora do avião militar Gripen... E, hoje, não tive oportunidade de participar de toda a exposição da Boeing, que produz também aviões militares, mas o que eles falam, especialmente no caso dos suecos, eu, como brasileira, senti-me extremamente orgulhosa, porque eles disseram, com todas as letras, inclusive autoridades suecas, que o Brasil foi o primeiro País escolhido pela Suécia para repassar toda a sua tecnologia de um avião militar. Não

vou discutir o mérito, inclusive a posição do Senador, nacionalista como eu, Cristovam Buarque, a respeito dessa matéria. Mas o fato de um país, com o desenvolvimento tecnológico que tem a Suécia, disponibilizar, pela primeira vez a um país estrangeiro, toda a sua aeronáutica, também não é pouca coisa. E, quando perguntei por que escolheram a Embraer, eles também disseram que era a única empresa que teria... E eles só fazem isso quando a companhia do país a quem eles estão vendendo tecnologia ou repassando tem a capacidade de produzir com igual qualidade na origem, no caso, na Suécia. Também não é pouca coisa isso, Senador Luiz Henrique, Senador Cristovam Buarque. Isso orgulha todos os brasileiros. A Embraer, o ITA, o DCTA são patrimônios nossos, e temos que valorizá-los. Se puder, quero participar também dessa frente, Senador Cristovam Buarque, para reforçar o apoio político que essas instituições precisam receber do Congresso Nacional.

Hoje, a Embraer possui unidades aqui no Brasil, claro, nos Estados Unidos, na França, em Portugal, na China e em Singapura. Mas toda essa expansão não teria sido possível sem o Instituto Tecnológico de Aeronáutica e o Centro Técnico de Aeronáutica, hoje Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), onde foi construída a primeira unidade da Embraer, a unidade Faria Lima, em São José dos Campos, São Paulo.

Hoje, a unidade Faria Lima permanece sendo a principal unidade da Embraer, sendo responsável pelos projetos, fabricação e suporte pós-venda de aeronaves para os mercados da aviação comercial, executiva e também de defesa.

O Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) são resultados de sonhos que, inicialmente, foram sonhados por Santos Dumont. Seu livro *O que vi, o que veremos*, Senadores, meus queridos Cristovam Buarque e Luiz Henrique, meu caro Presidente Ozires Silva, editado em 1918 pela Editora A Encantada, registrou a ideia de criação de uma escola técnica, – vejam só! – no Brasil, voltada para a aviação, antevendo um centro de tecnologia que só se efetivaria cerca de 30 anos mais tarde.

A Embraer, o DCTA e o protagonismo de Ozires Silva materializaram o sonho de Santos Dumont.

Eis um parágrafo muito, muito emblemático do que disse e escreveu, à época, Santos Dumont:

Eu que tenho algo de sonhador, nunca imaginei o que tive ocasião de observar, quando visitei uma enorme fábrica nos EUA. Vi milhares de hábeis mecânicos ocupados na

construção de aeroplanos, produzindo diariamente de 12 a 18.

Quando o Congresso Americano acaba de ordenar a construção de 22.000 dessas máquinas, nós, aqui, não encaramos ainda esse problema com a atenção que merece. [1918].

A principal dificuldade para a navegação aérea [escreveu ele] está no progresso dos motores... Já o aço tem sido melhorado... Outra dificuldade que se apresenta à navegação aérea é a de localizar-se o aeroplano... É tempo, talvez, de se instalar uma escola de verdade em um campo adequado...

Os alunos [continua Santos Dumont] precisam dormir junto à Escola, ainda que para isso seja necessário fazer instalações adequadas... Penso que, sob todos os pontos de vista, é preferível trazer professores da Europa e dos EUA, em vez de para lá enviar alunos.

Escreveu isso com um senso de visão e sabedoria Santos Dumont, nos idos de 1918.

Senhoras e Senhores, homenageados, meus caros colegas que tomaram essa oportuna iniciativa de fazer o reconhecimento do valor deste homem e deste líder, Ozires Silva, que eu, como jornalista, muitas vezes entrevistei, quando Ministro da Infraestrutura e também como Presidente da Embraer; demais autoridades que representam tanto o ITA quanto o DCTA, grandes empreendimentos não são construídos sem a interferência de grandes homens, e hoje é dia de homenagear também um filho do ITA.

Ozires Silva é Oficial da Aeronáutica, como já foi dito aqui, e Engenheiro, formado pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica, e, durante toda a sua vida, trabalhou, contribuindo para o desenvolvimento da indústria aeronáutica brasileira. Capitaneou a equipe que projetou e construiu o avião Bandeirante.

Liderou, em 1970, o grupo que promoveu a criação da Embraer, presidindo-a até 1986, quando aceitou o desafio de ser Presidente da Petrobras, onde atuou até 1989.

Em 1990, assumiu o Ministério da Infraestrutura e, em 1991, retornou à Embraer, conduzindo o processo de privatização dessa grande empresa, que é um orgulho nacional. Hoje, Ozires Silva se dedica à educação, transmitindo seus conhecimentos como Reitor da Unimonte – Dr. Ozires, eu gostaria muito de ser sua aluna nessa universidade ou, pelo menos, de ser sua aluna também na escola da vida. Isso demonstra o quanto avançamos em nossa indústria aeronáutica e no nosso potencial, para crescer ainda mais.

Nada disso seria realidade, hoje, se não tivéssemos, em nossa história, líderes que construíram a história do ITA, do DCTA e o protagonismo deste homem que também nos orgulha muito e que é um exemplo de vida para os brasileiros, especialmente neste momento, em que nós precisamos pensar e repensar, com uma atenção prioritária, nos valores da vida, nos valores da educação, Senador Cristovam Buarque, e nos valores éticos na condução de todos os projetos que temos na nossa vida e em nosso País.

Agradeço a todos. A toda a equipe que forma essas grandes instituições, o reconhecimento especial de uma pessoa que entende que também está na educação o grande salto de qualidade para o Brasil.

Muito obrigada a todos e parabéns aos homenageados. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço à Senadora Ana Amélia.

Do Rio Grande do Sul, vamos voar num avião da Embraer para o Acre: concedo a palavra a S. Ex^a, o ex-Governador e Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e querido amigo Senador Luiz Henrique, Sr. Senador Cristovam Buarque, ambos signatários desta sessão.

Sob a presidência do Senador Luiz Henrique, esse grande brasileiro, constituinte, um estudioso dos problemas do Brasil e do mundo, temos a honra, aqui no Senado, de sediar, neste momento, esta sessão solene que visa a valorizar a história de bravos brasileiros que já completa 42 anos de vida. A história da Embraer e a história da engenharia aeronáutica do Brasil se confundem.

Quero cumprimentar o Sr. Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), que também se confunde com a própria Embraer e com essa revolução tecnológica que nosso País teve o privilégio de viver nesses últimos cinquenta anos; o Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Reginaldo dos Santos; o Sr. Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, que também é parte dessa estrutura de engenharia aeronáutica, o Tenente-Brigadeiro-do-Ar Ailton dos Santos, representando o Comandante da Aeronáutica; o Sr. Prefeito Eduardo Cury; e o Vice-Presidente de Relações Institucionais da Embraer, Sr. Jackson Schneider.

Quero agradecer o privilégio de poder viver momentos como este, pois este cidadão, a quem reverencio, transformou-se, ainda em vida – isso é que é bom, cheio de sabedoria, ensinando-nos –, em sinônimo da aviação no Brasil, Dr. Ozires Silva.

O Brasil tem o Patrono da Aeronáutica, o brasileiro que atravessa os tempos, porque aviação é algo cada vez mais contemporâneo, que é Santos Dumont, o Pai da Aviação. Mas o que podemos dizer do Dr. Ozires? Só tem paralelo na história do Brasil o próprio Santos Dumont, que foi o criador, mas o engenheiro da criação de Santos Dumont podemos dizer que foi o Dr. Ozires, como engenheiro, aluno e, depois, como aplicado gestor e alguém que fez algo que é singular no mundo.

É um segmento da mais alta competitividade. Que eu saiba, expoentes mesmo temos os Estados Unidos; no pós-guerra, a partir de uma decisão do Presidente De Gaulle, a França, além do Canadá e do Brasil, que também no pós-guerra consolidou uma indústria aeronáutica competitiva, que hoje é parte do cenário desse setor tão estratégico para o Brasil e para o mundo. O Brasil é um ator muito importante e só alcançou isso graças ao envolvimento direto de figuras que poderíamos homenagear, sempre usando como um sinônimo desse sucesso o Dr. Ozires Silva.

Eu venho do Acre, olho para o querido Brigadeiro Nicácio, que conhece tão bem a Amazônia. Na pessoa dele, queria cumprimentar os demais oficiais, senão teria que falar o nome de todos. Devemos muito aos senhores. Queria cumprimentar todas as autoridades aqui presentes, porque quem vive na Amazônia, quem foi criado na Amazônia, quem teve responsabilidade de gestão pública na Amazônia sabe a importância que a FAB, que a engenharia aeronáutica tem neste País.

Nós conhecemos de perto, Senadora Ana Amélia, porque a senhora vem de um Estado muito singular no Brasil também. A Amazônia, não custa lembrar, quando eu me entendi como gente, uma viagem para a Amazônia estava em transição, estava deixando de demorar um ano, do Rio de Janeiro até o Acre de navio, aproveitando a sazonalidade do tempo, e estava passando para dois dias de DC3. Foi uma mudança extraordinária, exatamente dois dias. Saía do Rio de Janeiro, pernoitava entre Goiás e Mato Grosso e, no segundo dia, chegava a Rio Branco, graças aos bravos componentes da Aeronáutica que compunham o CAN (Correio Aéreo Nacional) e a FAB.

A minha lembrança vem desse tempo. Fiz viagem de dois dias. A primeira viagem que eu fiz foram exatamente dois dias de Rio Branco para o Rio de Janeiro. Então, para quem vive na Amazônia, os senhores talvez não consigam, mesmo tendo vivido muitos que estão aqui pilotando aviões, DC-3 e outros, Bandeirantes, aí já da nossa safra, da nossa produção e depois aviões que ainda estão presentes, mas para os moradores

da Amazônia nós sabemos o quanto foi importante o Brasil ter feito uma opção de apostar na engenharia aeronáutica.

E com a criação em 69, com a implantação a partir dos anos 70, Dr. Ozires, hoje é fácil entender que é estratégico cuidar desse segmento. Hoje é fácil; no mundo de hoje é fácil. Difícil era naquela época ter essa visão do quanto seria importante para este novo século, este novo milênio.

Daí a importância do Senado Federal estar fazendo esta sessão solene. E, mais uma vez, parabeno os meus queridos colegas Senador Luiz Henrique e Senador Cristovam Buarque por essa iniciativa, porque temos, sim, que celebrar cada ano da Embraer.

Os tempos são outros. Eu mesmo acompanhei um pouco como Governador do Acre as dificuldades. O Dr. Ozires teve que voltar, depois de ter ficado boa parte de sua vida consolidando uma empresa que ganhou respeito no Brasil e no mundo, virou sinônimo de orgulho nacional, e ainda é, que fez a aproximação definitiva da Aeronáutica com a sociedade civil. Das três Forças, a Aeronáutica conseguiu este feito de estabelecer uma relação de interdependência de uma Força tão importante com a sociedade civil, produzindo aviões, desenvolvendo novas tecnologias.

Eu acho que estamos só no começo desta jornada, porque consigo identificar que estamos vivendo agora uma espécie de uma segunda etapa desse desafio de consolidar no Brasil ou consolidar o Brasil no mundo como um dos mais importantes países do ponto de vista da indústria aeronáutica.

Quando eu estava no governo no início do Governo do Presidente Lula, e queria aqui também fazer uma referência ao Sr. Frederico Curado, Presidente atual da Embraer, recebi um telefonema do Dr. Maurício Botelho, que também escreveu seu nome na história da Embraer. E, naquela época, havia uma crise profunda, internacional, a Embraer estava correndo um certo risco, estou falando do começo de 2002, uma ação internacional, bombardeei a Embraer, tínhamos um risco, aliás, foram muitos os riscos, e ele pedia, pois alguma maneira ele sabia da relação que eu tinha com o Presidente, e ele falava: “Nós não temos prazo. Ou o Governo estabelece um posicionamento neste momento ou a Embraer corre risco”. E eu entendi, como usuário do Acre, como alguém que, de alguma maneira, tenta reconhecer o que aconteceu no nosso País de importante, e procurei ajudar. O certo é que outras pessoas no Palácio se sensibilizaram, e nós atravessamos mais um momento de extrema dificuldade.

Hoje, o Brasil vive, talvez, um dos momentos mais importantes, uma espécie de uma clara segunda etapa nesse processo histórico, quando o Brasil resolve consolidar uma política de defesa, de ter, estrategicamente, a capacidade de produzir alguns desses equipamentos de defesa, inclusive como alguns fazem, para que a gente siga tendo paz.

E, no governo do Presidente Lula e neste Governo da Presidente Dilma, acho que o Brasil está vivendo essa fase muito importante. Tive o privilégio, nesse intervalo entre o governo do Acre e o mandato que muito me honra de Senador, que estou apenas começando, de ter acompanhado um pouco de perto e me aproximado desse tema, transferência de tecnologia, presidir o Conselho de Administração da Helibras. De alguma maneira, tive a sorte também de viver junto com o Governo de Minas, que é sócio da Helibras, com o Governo brasileiro, com o setor privado brasileiro, com o Comandante Saito, que foi um grande parceiro nesse projeto todo; enfim, de ter ajudado de alguma forma para que a gente tivesse a base de uma nova Helibras. Inspirado, e obviamente com a devida modéstia, inspirado na história da Embraer, querendo criar ali um polo de asa rotativa. Obviamente, bem mais modesto, mas não menos estratégico do ponto de vista de um segmento que também é tão importante para o Brasil, um País continental como o nosso.

De novo, estamos tendo algum sucesso por conta da visão do Governo, porque a Embraer surgiu a partir de uma decisão do nosso País de estabelecer uma relação de prioridade, associando-se com o que temos de mais precioso, que são os nossos recursos humanos. O Brasil hoje ainda é competitivo da maneira que é pela capacidade de seus engenheiros e de suas engenheiras, pela capacidade que o ITA e, obviamente, por todo o encaminhamento que a gente faz, buscando consolidar nessa área um conhecimento de ciência e tecnologia.

Então, Sr. Ozires, eu queria aqui deixar registrado um agradecimento como amazônida para o senhor, para essa empresa tão importante e, como disse, sinônimo de orgulho. Ao mesmo tempo, fico feliz de saber, como disse a Senadora Ana Amélia, que o senhor segue nos ensinando, agora, priorizando a educação, agora priorizando passar pelo menos parte da experiência tão fantástica de vida que o senhor teve e tem.

De minha parte, eu quero concluir, Sr. Presidente, dizendo que o Senado Federal, a Câmara dos Deputados, o Congresso, o Governo brasileiro tem a oportunidade agora de viver, neste começo de século, neste começo de milênio, o início de uma nova era e,

conduzindo de maneira adequada, de poder valorizar a sua história, a história da Embraer para o Brasil e para o mundo. Eu sei que as condições estão criadas.

O Presidente Lula muitas vezes foi à Embraer e eu tive o privilégio de acompanhá-lo. O Presidente, de maneira importante e com muita determinação, estabeleceu as bases para que a gente, inspirado na história da Embraer, como ele sempre me disse várias vezes, possa dar outro salto: deixar de ser comprador de equipamentos para ser um País que desenvolve tecnologia, que estabelece parcerias estratégicas, como o Brasil agora está definindo. Algumas já estão definidas, outras estão por sê-lo, mas que possa potencializar essa história bonita que enche os olhos do mundo, porque não é pouca coisa, Senadora Ana Amélia. Nós hoje temos 5 mil aviões produzidos pela Embraer servindo em 92 países deste mundo. É uma coisa extraordinária, fantástica. São quase duas dezenas de milhares de servidores que trabalham nesse complexo especializado de alta tecnologia.

Então, Sr. Presidente, queria concluir, mais uma vez, lembrando Santos Dumont. O Brasil tem o privilégio de ter um visionário como Santos Dumont, que teve a sorte de termos tido depois dele brasileiros como o Dr. Ozires Silva, que implementou, tenho certeza, boa parte dos sonhos sonhados pelo Pai da Aviação.

Parabéns ao Dr. Ozires. Que a Embraer siga orgulhando o nosso Brasil e todos os brasileiros, e criando, e voando, e ocupando espaço mundo afora.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço ao Senador Jorge Viana. Agora o Legacy vem do Acre para Brasília na palavra do Senador Rodrigo Rollemberg.

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Prezados Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique; prezado Senador Cristovam Buarque, ambos signatários desta justíssima homenagem; prezado Reitor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, Ex^o Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Reginaldo dos Santos; prezado Diretor do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Ex^a Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Ailton dos Santos Pohlmann; Prezados Prefeito da Cidade de São José dos Campos, sede da Embraer, Sr. Eduardo Cury; prezado Vice-Presidente de Relações Institucionais da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), orgulho nacional, Sr. Jackson Schneider; prezado Ex-Presidente da Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer), homenageado nesta presente sessão, grande brasileiro, referência para

todos nós, Dr. Ozires Silva; prezado Ministro do Superior Tribunal Militar, Exmº Sr. Tenente-Brigadeiro-do-Ar Cleonilson Nicácio, Exmº Sr. General-de-Brigada Luís Felipe Linhares Gomes, representando o Comandante do Exército; Exmºs Srs. Oficiais Gerais da Aeronáutica; Srªs e Srs. Pesquisadores do DCTA; militares da Banda Sinfônica da Base Aérea de Brasília; prezados Senadoras e Senadores; senhoras e senhores, em primeiro lugar, quero cumprimentar os Senadores Luiz Henrique e Cristovam Buarque por essa justíssima homenagem.

Tive que me retirar durante parte da sessão, mas quero cumprimentar o Senador Luiz Henrique pela parte que tive a oportunidade de ouvir do seu pronunciamento, onde demonstra, como excelente ex-Ministro da Ciência e Tecnologia que foi, conhecimento e a importância deste segmento para o desenvolvimento do Senado Federal, o Senado hoje realiza esta sessão destinada a comemorar o aniversário de uma empresa e a homenagear um indivíduo e duas organizações militares voltadas ao ensino e à pesquisa. Os quatro homenageados têm suas trajetórias intimamente ligadas. Os quatro, ao longo de suas caminhadas, alcançaram extraordinário sucesso, destacando-se como evidências incontestáveis de que o Brasil e os brasileiros podem, sim, realizar feitos notáveis.

Nada mais justo do que homenagear pessoas e entidades que concretizaram realizações de tamanha magnitude como as da Embraer, do Dr. Ozires Silva; do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA); e do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). O simples dever de reconhecimento a quem tanto fez pelo Brasil já seria motivo mais do que suficiente para esta Casa prestar-lhes reverência.

O tributo de admiração que hoje apresentamos a nossos homenageados inspira, contudo, uma reflexão de grande relevância para esta Nação.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Senador Rodrigo, V. Exª me permite?

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Eu queria saudar a presença no plenário dos alunos do 4º ano do Colégio Militar D. Pedro II, a quem quero pedir uma salva de palmas. (*Palmas.*)

O SR. RODRIGO ROLLEMBERG (Bloco/PSB – DF) – Cumprimento também os jovens estudantes que nos honram com sua presença.

Refiro-me ao fato de que as trajetórias de afirmação e de conquistas percorridas por esse homem e por essas organizações estão firmemente assentadas em

pilares que têm de ser mais valorizados por todos nós, governo e sociedade brasileira. O sucesso do trabalho empreendido pela Embraer, pelo Dr. Ozires, pelo DCTA e pelo ITA serve de demonstração cabal do imenso retorno que é proporcionado pelos investimentos realizados em educação, ciência e tecnologia e inovação.

Este é o aspecto para o qual faço questão de chamar a atenção do colendo Plenário: a homenagem que aqui fazemos a essa personalidade e a essas organizações tem de servir-nos de lembrete quanto à importância vital para o futuro da Nação de priorizarmos essas três áreas: a educação, a ciência e a tecnologia.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a criação da Embraer, 42 anos atrás, no dia 19 de agosto de 1969, representou, na verdade, mais uma etapa na concretização de um sonho antigo, cujos alicerces começaram a ser fincados quase 30 anos antes por um homem de extraordinária visão, o Marechal-do-Ar Casimiro Montenegro Filho. Foi no início da década de 40 que Casimiro Montenegro começou a conceber a ideia de uma escola de engenharia aeronáutica no próprio Ministério da Aeronáutica. Nesse período, ao viajar para os Estados Unidos em missão do Ministério, Montenegro visitou um centro de desenvolvimento tecnológico da Força Aérea norte-americana e o Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT).

Entusiasmado com o que viu, Casimiro Montenegro julgou que o MIT era o melhor modelo para organização do futuro Centro Técnico do Ministério da Aeronáutica. Convidou, então, o chefe do Departamento de Engenharia Aeronáutica daquela instituição, o Prof. Richard Harbert Smith, para visitar o Brasil e contribuir no processo de organização do Centro Técnico.

Em agosto de 1945, o Plano Geral do Centro foi acolhido pelo Ministério da Aeronáutica e aprovado pelo Presidente da República. A proposta era de algo mais amplo do que exclusivamente uma escola superior, planejando-se uma integração de atividades em ciência e tecnologia no campo aeronáutico. Entendia-se primordial para o sucesso de uma instituição de tal natureza que ela gozasse de autonomia plena, fosse livre para estabelecer sua própria filosofia, diretrizes e procedimentos, bem como para gerir, econômica e financeiramente, seus projetos e realizações.

O Instituto de Tecnologia da Aeronáutica (ITA) foi concebido como estabelecimento de ensino modelar, comparável às grandes universidades americanas, constituído por seleto grupo de professores de renome internacional. Um dos principais objetivos do projeto era elevar a ciência e a tecnologia aeronáutica ao mais alto nível, comparável ao das nações mais avançadas,

de modo a se obter a consolidação de uma indústria aeronáutica capaz de competir com aquela dos países desenvolvidos.

Surgia, assim, o embrião de uma escola de alto nível no País, com professores experimentados, trazidos do exterior. No ano de 1954, formou-se a primeira turma de engenheiros do Instituto de Tecnologia da Aeronáutica, que contava com as instalações adequadas e professores e alunos morando no próprio **campus**.

Os passos seguintes – que culminaram com a criação do complexo de pesquisa e desenvolvimento então denominado Centro Técnico de Aeronáutica (CTA), hoje Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) – começaram pela instalação dos laboratórios de pesquisa para empregar os profissionais de excelência formados e pela criação de um ambiente propício para o desenvolvimento das atividades de pesquisa na área aeronáutica.

Ainda segundo a concepção do plano idealizado por Montenegro, quando nos laboratórios houvesse produtos com potencial de comercialização, seriam fundadas empresas. Assim, em 1969, quando o avião para linhas regionais Bandeirante havia tomado forma, foi criada a Embraer.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, criada a Embraer, fruto de uma iniciativa do governo brasileiro, no contexto de um projeto estratégico para implementar a indústria aeronáutica no País, como parte de uma política de substituição de importações, foi escolhido para presidi-la – como era de se supor – um engenheiro aeronáutico formado pelo ITA – um iteano, como se costuma dizer –, o Dr. Ozires Silva.

Contando, então, somente com 38 anos, Ozires Silva já ostentava um currículo invejável. Diplomado Aviador Militar com apenas 20 anos de idade, já fora professor da cadeira de Ensaios em Voos do ITA e obtivera o título de Mestre em Ciências Aeronáuticas pelo California Institute of Technology, nos Estados Unidos. Nos anos anteriores, havia exercido a direção do Departamento de Aeronaves do Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento. Nesse cargo, liderou o desenvolvimento do avião Bandeirante, destinado ao transporte de passageiros no setor de aviação regional. Era, portanto, uma escolha natural para presidir a empresa que fora criada, tendo como seu primeiro produto esse avião.

Permanecendo à frente da empresa durante seus primeiros 17 anos de existência, Ozires Silva teve papel preponderante na conquista, pela Embraer, de importante projeção nacional e internacional, com os aviões Bandeirante, Xingu e Brasília, ao longo das décadas de 1970 e 1980. Em 1981, a parceria com as empresas

italianas Aeritalia e Aermacchi para desenvolvimento do caça de ataque ar-terra AMX viabilizou um importante salto tecnológico, o qual habilitou a Embraer para a elaboração de novos projetos.

Em 1986, Ozires Silva deixou a presidência da Embraer para assumir a Petrobras. Em 1992, contudo, foi convidado a voltar à presidência de nossa empresa aeronáutica e a conduzir o processo de sua privatização. Após ser leiloadada em dezembro de 1994, a Embraer passou por um longo e bem sucedido processo de reestruturação. Nessa sua segunda passagem pela presidência da companhia, entre 1992 e fevereiro de 1995, Ozires Silva lançou o projeto e iniciou o desenvolvimento do avião EMB 145, jato de 50 lugares cujo sucesso consolidou a Embraer privatizada.

No entanto, Ozires Silva, ao longo de seus 80 anos de vida, teve oportunidade de mostrar seu talento, sua competência e sua enorme capacidade de realização em outros setores, além da carreira militar, da aviação, do ensino e da administração de grandes empresas. No início da década de 1990, exerceu o cargo de Ministro de Estado da Infraestrutura. Em setembro de 2003, foi designado membro do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CCT), por decreto do Presidente da República, que preside o órgão.

Dando prova de sua notável capacidade de inovar, Ozires Silva criou, em outubro de 2003, a Pele Nova Biotecnologia S.A., da qual se tornou presidente. A empresa lançou no mercado nacional um novo medicamento, baseado em tecnologia nacional, com grandes expectativas e promissoras futuras aplicações na melhoria da qualidade de vida de pacientes. O novo empreendimento do incansável Ozires tem expectativa de marcar presença no mercado internacional muito em breve.

Como se não bastasse, Ozires Silva foi eleito Presidente do Fórum de Líderes, organização não governamental que se dedica ao desenvolvimento de estratégias empresariais, foi Reitor da Universidade de Santa Amaro (Unisa), em São Paulo, e é agora Reitor da Unimonte, em Santos. Conferencista requisitado, articulista em periódicos nacionais e estrangeiros, já publicou diversos livros, entre eles **A Decolagem de um Sonho – A História da Criação da Embraer**, **Casimiro Montenegro Filho – A Trajetória de um Visionário – A História do Criador do ITA**, **Nas Asas da Educação – A Trajetória da Embraer**, obra na qual explica que o sucesso da Embraer pode ser considerado como uma vitória da

educação, e *Etanol, uma Revolução Verde-Amarela*, já traduzido para o inglês.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, após a saída de Ozires Silva da presidência da Embraer, em 1995, a empresa continuou na sua senda vitoriosa. Inspirada no espírito pioneiro de Alberto Santos Dumont, ela é hoje uma das maiores empresas aeronáuticas do mundo, posição alcançada graças à busca permanente e determinada da plena satisfação de seus clientes.

Fiquei muito feliz, recentemente, na China, ao ver o grande número de aviões da Embraer servindo à aviação regional daquele país.

No momento em que completa 41 anos de existência, a empresa atua em todas as etapas de um processo muito complexo: projeto, desenvolvimento, fabricação, venda e suporte pós-venda de aeronaves para os segmentos de aviação comercial, aviação executiva e aviação de defesa. Já foram produzidos pela Embraer mais de cinco mil aviões, que operam em 92 países, nos cinco continentes, tornando-a líder no mercado de jatos comerciais com até 120 assentos, além de ser a fabricante de alguns dos melhores jatos executivos em operação e de ingressar em um novo patamar no setor de defesa.

Sr. Presidente, o investimento realizado em educação, ciência e tecnologia em nosso País é ainda bastante escasso.

Tive oportunidade, há dois anos, de visitar o ITA, quando pude confirmar, com muita tristeza, que muitos professores estavam se aposentando. Havia uma dificuldade de reposição daqueles professores, criando um hiato, que, sem dúvida, trará consequências muito nefastas ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia no nosso País.

A homenagem que hoje prestamos à Embraer, ao Dr. Ozires Silva, ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) deve ter o condão de nos fazer lembrar quão elevado é o retorno dos investimentos realizados em educação. Observem as Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores que o faturamento da Embraer em um ano corresponde a mais de cem vezes o orçamento anual do ITA.

Todas as vezes que o Brasil decidiu investir em ciência, tecnologia e inovação, os resultados foram magníficos. Está aí o exemplo da Embraer, da Embra-pa, da Petrobras. Entendo que, hoje, precisamos fazer, no setor espacial, aquilo que o Brasil teve coragem de fazer, anos atrás, no setor aeronáutico. Um país como

o Brasil, com as condições que tem, com o melhor sítio de lançamento do planeta, reúne todas as condições para dominar o ciclo completo espacial, com grande sítio de lançamento, com foguetes lançadores de satélite e com satélites com tecnologia nacional.

Ao longo de sua história, o ITA e o DCTA vêm colhendo valiosos frutos, todos eles resultado do projeto visionário elaborado pelo Marechal-do-Ar Casimiro Montenegro Filho, um homem que, já na década de 1940, sonhava em impulsionar a indústria aeronáutica brasileira.

Além da própria Embraer, muitos outros casos de sucesso são resultado da existência e da atuação do ITA e do DCTA. Cito apenas dois exemplos: a criação do primeiro motor a álcool pelo engenheiro aeronáutico iteano Urbano Ernesto Stumpf e a ida ao cosmos do primeiro astronauta brasileiro, Marcos César Pontes, outro engenheiro aeronáutico formado pela instituição, integrante da turma de 1993.

Por tudo o que já realizaram, pela demonstração que nos dão da importância dos investimentos em educação, ciência, tecnologia e inovação, eu não poderia deixar de associar minha voz à homenagem que o Senado Federal hoje presta à Embraer, ao Dr. Ozires Silva, ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e ao Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço ao nobre Senador Rodrigo Rollemberg.

Continuando a viagem maravilhosa da nossa sessão por todo este País maravilhoso, o Legacy volta à Amazônia.

Concedo a palavra ao Presidente do PMDB, Senador por Rondônia, Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Luiz Henrique, grande Governador que foi de Santa Catarina, Prefeito de Joinville, Relator do Código Florestal na Comissão de Ciência e Tecnologia e na Comissão de Agricultura, em nome do Presidente, do Senador Cristovam Buarque, eu gostaria de cumprimentar toda a Mesa, já devidamente nominada por várias vezes, e cumprimentar as Sr^{as} e os Srs. Senadores.

Senhoras e senhores, esta sessão é das mais memoráveis, porque presta homenagem à Empresa Brasileira de Aeronáutica (Embraer); ao Dr. Ozires Silva, ex-Presidente da empresa; ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA); e ao Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA).

A Embraer, criada em 19 de agosto de 1969 pelo Decreto-Lei nº 770, completa 42 anos de existência nesta sexta-feira. Seu grande impulsionador foi o seu primeiro presidente, Coronel e engenheiro da Aeronáutica Ozires Silva, que fez uma carreira exemplar na administração pública brasileira como chefe da equipe que projetou o avião Bandeirante, como Presidente da Petrobras e como Ministro de Estado.

Até hoje, a Embraer já projetou mais de 20 modelos diferentes de aeronaves para os mercados de aviação comercial e executiva e para o segmento de defesa. O antigo Centro Técnico da Aeronáutica (CTA), hoje denominado DCTA, deu origem ao projeto do avião Bandeirante, que elevou o nome da Embraer no mercado aeronáutico internacional – foi aí que tudo começou. Prova desse reconhecimento é que a empresa já entregou mais de cinco mil aviões para cerca de 90 países, nos cinco continentes.

Convém destacar que a Embraer foi criada para transformar as pesquisas em ciência e tecnologia, que eram desenvolvidas no CTA e no ITA, em engenharia e capacidade industrial, com a marca genuinamente brasileira.

A Embraer, não preciso dizer, é um orgulho para todos os brasileiros.

O resultado desse esforço trouxe à Embraer o respeito do mundo inteiro, aceitação pela excelência dos produtos oferecidos, pela flexibilidade de sua cadeia produtiva e pela alta qualidade dos serviços prestados.

O ITA nasceu em 1950, por iniciativa do Marechal do Ar Casimiro Montenegro Filho, também homenageado, falecido em fevereiro de 2000. Esse brasileiro ilustre foi um militar brilhante e visionário, dedicado às coisas da Aeronáutica, do ar e dos aviões. É sempre lembrado como o criador do ITA e do CTA, que foram o embrião da Embraer; como pioneiro do Correio Aéreo Militar, mais tarde, Correio Aéreo Nacional; e como patrono da Engenharia Aeronáutica Brasileira e da Academia Nacional de Engenharia.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Embraer, o ITA e o DCTA fazem parte do novo Brasil, do País que sonhamos e que será, brevemente, dentro de uma década, a quarta maior economia do Planeta. A cada ano que passa, essas instituições avançam no campo do ensino, da pesquisa, da inovação tecnológica e do conhecimento científico avançado, para fazer do nosso País um centro altamente desenvolvido em produção aeronáutica.

No início desta década, a Embraer entregou o seu primeiro jato executivo, o Legacy 600. Foi o passo inicial dado pela empresa para se tornar uma das

principais fabricantes mundiais nesse segmento. Nos anos seguintes, vieram o Phenom 100, o Phenom 300, o Legacy 450, o Legacy 500 e outros, constituindo um completo e moderno portfólio de aeronaves.

Nobres Senadoras e Senadores, senhoras e senhores, como podemos concluir, seria exaustivo continuar enumerando dezenas de outros projetos que estão sendo desenvolvidos pela Embraer neste momento. O importante é que, além da competência tecnológica, a empresa já conquistou o seu lugar de honra entre as mais importantes do mundo. Além disso, nesses 42 anos, aprendeu a conviver muito bem com a concorrência acirrada, imposta pela mundialização das relações econômicas internacionais.

Portanto, nessa conjuntura tão importante de sua existência, continuarei torcendo para que novas conquistas aconteçam em sua brilhante trajetória.

Parabéns e sucesso, sempre, ao orgulho brasileiro, a Embraer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradecendo as palavras do meu presidente, Senador Valdir Raupp, faz, agora, o Legacy a sua última viagem para pousar, tranquilo, em São José dos Campos!

Antes de conceder a palavra ao engenheiro Ozires Silva, que falará em nome das instituições homenageadas, quero deixar aqui um pensamento de George Bernard Shaw, com o qual quero homenagear o ilustre homenageado desta sessão.

George Bernard Shaw escreveu, certa feita, que há três tipos de pessoas: as que veem as coisas que existem e não perguntam nada; as que veem as coisas que existem e perguntam por que; e as que enxergam as coisas que não existem e perguntam por que não.

Com a palavra, S. Ex^a, esse extraordinário brasileiro, engenheiro Ozires Silva.

O SR. OZIRES SILVA – Sr. Presidente, meu caro amigo Senador Luiz Henrique, muito grato pelas suas palavras. Fiquei realmente impactado e perguntei para mim mesmo se eu valia tanto! Agradeço imensamente a sua iniciativa, como a do também amigo Senador Cristovam Buarque, sobretudo por algo que nos une bastante, que é a vocação pela educação.

Eu sempre tenho dito que a trajetória da Embraer, o Brasil fabricar aviões hoje que estão em mais de 90 países do mundo é uma vitória da educação, de uma educação bem estabelecida pelo Governo Federal através da Força Aérea como executora, lembrando a figura do também meu amigo Brigadeiro Montenegro, o idealizador dessa grande obra. Tive o privilégio de

conviver muito com o Brigadeiro Montenegro e aprender um bocado em relação a ele.

Queria agradecer a todos os Srs. Senadores que me precederam – Senadores Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg, Valdir Raupp – e citar também alguns amigos que tenho aqui, da Aeronáutica: Brigadeiro Pohlmann, que hoje é o nosso chefe no DCTA – eu preciso aprender a colocar o “D” ainda, porque me acostumei a falar CTA –; meu amigo, pessoal, de muitos anos, o Reitor do ITA, Brigadeiro Reginaldo; o Brigadeiro Nicácio, que passou também pela nossa direção lá no DCTA, dando, cada um, a sua contribuição para que essa realidade que estamos discutindo hoje pudesse acontecer; meu caro Prefeito de São José, Eduardo Cury, que me tem aguentado um pouco aí, quando falo em novos projetos que tenho tentado lançar, inclusive em São José dos Campos, para aproveitar a esteira construída pela Embraer, porque considero que estamos perdendo algo muito importante, aproveitando o êxito dessa companhia, que tem hoje uma projeção internacional e que pode produzir uma quantidade de filhotes bastante grandes, gerando empregos, gerando oportunidades, inclusive enriquecimento para o nosso Município, como citei recentemente, em reunião com os prefeitos, mencionando quais eram os Municípios ali presentes, àquela reunião, que gostariam de ter a base que São José dos Campos tem para crescer daqui para frente.

Seria muito difícil para eu falar com maior brilho do que os Srs. Senadores que se pronunciaram até agora a respeito da trajetória da Embraer, que já foi bastante colocada aqui.

Agradeço a gentileza e a honra que me concedem de representar, aqui, o DCTA, o próprio ITA, e não somente eles, mas, sobretudo, as impressionantes equipes que tivemos, que puderam transformar tudo isso em realidade. Equipes de brasileiros vocacionados e tornados competentes pelo ensino do ITA, que proporcionou, efetivamente, chegarmos aonde conseguimos chegar.

Eu gostaria apenas de ressaltar algumas coisas, não me alongando muito: essa parceria dita aqui, Governo, setor produtivo e sociedade de um modo geral, é absolutamente importante para o sucesso do País. Estamos vendo, hoje, o Brasil povoado por produtos fabricados no mundo inteiro.

Quando vejo um automóvel Hyundai, fabricado na pequena Coreia, eu começo a me lembrar do esforço gigantesco que foi feito naquele país sobre a educação a partir de 1970. Hoje, o carro Hyundai, o

carro do ano aqui, no Brasil, e nos Estados Unidos, é uma relação direta de causa e efeito de um processo educacional competente. Se nós olharmos a China, vemos que a estratégia é exatamente a mesma, em que uma colaboração direta do governo com a sociedade está produzindo, pelo que disse o **Financial Times**, de Londres, numa manchete de outubro do ano passado, agora, de 2010: China, o maior programa de desenvolvimento educacional do mundo moderno.

Os produtos chineses estão aqui, em Brasília, e em qualquer cidade brasileira. E aí nós identificamos uma oportunidade para nós todos: os produtos brasileiros não estão na China nem na Coreia. Aqui, atravessamos a rua e compramos produtos chineses; os chineses e coreanos atravessam a rua e não compram produtos brasileiros, embora nós tenhamos nossos aviões lá, voando, inclusive, como espécie de vingança, muito particular para nós, brasileiros, o avião do primeiro-ministro da Coreia é avião brasileiro. Devolvemos, de certa forma, algo com o mesmo nível tecnológico dos automóveis que eles estão colocando aqui.

No fundo, no fundo, nós estamos, como já foi dito, mergulhados na sociedade do conhecimento. O conhecimento, hoje, é moeda de troca, é o diferencial para a vitória no futuro. O mundo, até cerca de trinta, quarenta anos atrás, podia colocar fronteiras à distribuição de produtos, à troca de moedas, ao deslocamento de pessoas, e tudo isso era possível. Hoje, não é mais. A característica de globalização, hoje, é a liberdade de se negociar com o mundo todo. O mundo evoluiu de tal forma que nós não podemos mais vislumbrar atritos, atritos sérios como a primeira guerra mundial, a segunda guerra mundial. Não cabe mais isso. Hoje, a briga é outra: a briga é da competência, a briga é do saber, a briga é do sucesso de executar produtos, a briga é de se chegar ao mundo inteiro com seus produtos como moedas de trocas.

De modo que, quando nós olhamos o sistema educacional brasileiro da forma como está constituído, eu acho que eu não seria pessimista – aliás, não tenho esta característica de ser pessimista –, mas o Brasil, infelizmente, nesses primeiros 500 anos não deu certo. Comparando o Brasil com aquela nação do Norte que tem a mesma idade que nós, vemos que estamos significativamente retardados em relação ao que eles conseguiram. E o diferencial foi exatamente a capacitação do povo.

Cada jovem brasileiro hoje busca um MBA nos Estados Unidos. Eu me pergunto por que cada jovem da América do Sul, pelo menos, não procura um MBA no Brasil ou coisa desse tipo. Temos de internacionalizar

nossa educação, já que a educação não tem fronteiras. Temos de modernizar o nosso sistema legal, básico, que regula a educação, porque ele está claramente limitando o acesso de brasileiros para serem efetivamente vencedores no mundo moderno.

Se nós podemos dizer que nós brasileiros da geração atual temos um sonho, temos um sonho de que este País, geograficamente continental, possa ser também economicamente respeitado no mundo todo, da mesma maneira que os países que estão hoje com o privilégio de liderar o mundo estão fazendo. Para isso, nós precisamos de gente, de recursos humanos competentes, qualificados e competindo no mercado mundial.

Hoje, agora mesmo, são 4h35 em Pequim, só que da manhã. Está amanhecendo em Pequim, e há um chinês estudando para valer, de forma extremamente disciplinada e intensa, dizendo: “Estou estudando para me qualificar e vencer o primeiro brasileiro que encontrar no mercado internacional”. Isso porque o mundo hoje é global, o mundo não termina mais em nossas fronteiras. Temos de conscientizar os nossos jovens de que a competência hoje é mundial. Não estamos mais competindo com os nossos vizinhos, com aqueles que estão próximos de nós.

De modo que é por aí que temos de pensar. No momento em que um avião, como foi descrito aqui, decola em qualquer país do mundo – hoje milhões de passageiros estão sendo transportados por nossos aviões –, está mostrando a todo instante que aquele avião foi produzido por gente que tinha qualificação necessária. E essa qualificação necessária, efetivamente, passa por tudo isso que foi colocado agora pelos Srs. Senadores e que eu estou tentando não repetir, mas pelo menos inovar no sentido de colocarmos as ideias que precisamos.

De modo que, neste instante, em vez de receber – e as recebo com muito orgulho, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores –, eu transfiro gostosamente para as equipes que eu tive a honra de dirigir; são capazes, fizeram a diferença. É nessa direção que, bastante emocionado, eu diria que nós devemos nos curvar à capacidade desses brasileiros que passaram muitas noites em claro para que nós, hoje, pudéssemos receber esta significativa homenagem do Senado Federal, que nos fez extremamente honrados.

Agradeço à Força Aérea Brasileira por, nesses mais de 60 anos de vida do ITA, ter pagado a conta para a formação desses engenheiros, numa contribuição extraordinária para o País. Não sei se sabem, mas nem 10% dos engenheiros formados pelo ITA e pagos pela Força Aérea trabalham diretamente com a Força Aérea. São contribuições ao País que foram dadas,

muitas vezes, com dificuldade bastante grande da formação orçamentária da Força Aérea, mas mantendo a escola o tempo inteiro no seu processo de ensino.

De modo que, agradeço, em meu nome pessoal, em nome do DCTA, em nome do grande ITA, que merece efetivamente o nosso permanente respeito, e o meu agradecimento pessoal por ter tido essa oportunidade. As oportunidades que foram colocadas aqui fizeram um enorme diferencial na minha vida, me arrancando lá da minha cidade natal, Bauru, e me jogando em um projeto que, efetivamente, impregnou a minha vida, e até hoje eu carrego, sinceramente, com grande orgulho.

Mas, no fundo, no fundo, eu queria terminar simplesmente dizendo: muito obrigado. Eu recebi muito mais do que dei em troca. Peço desculpas por não poder continuar, mas desejo efetivamente... (*Palmas.*)

Muito obrigado. Todos foram muito generosos ao me dar o tempo de me recuperar. Mas não vou começar outra vez, não.

Muito grato a todos, grato por aqueles que ficaram aqui durante todo esse tempo e, sobretudo, muito grato por tudo o que aconteceu.

Agora, vamos nos lembrar do art. 205 da Constituição Federal, um artigo extremamente bem escrito e muito bonito. Eu não o sei de cor, mas, em resumo, diz o artigo que a educação é dever de todos; deve ser implementada com a participação da sociedade e no sentido de fazer com que tenhamos os trabalhadores os mais qualificados. Está no art. 205.

E, terminando, de fato, eu diria que cada um de nós, responsáveis que somos pela própria lei federal, por convicção, tendo a certeza de que, se nos dedicarmos cada um à educação, vamos transformar este País muito mais rapidamente do que nós imaginamos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço ao Engenheiro Ozires Silva.

Quando S. Ex^a o ex-Presidente da Embraer mencionou o sucesso dos veículos coreanos da Hyundai, lembrei-me de uma velha convicção.

Quando o nosso Emerson Fittipaldi ganhou a primeira corrida, eu me alegrei, mas não comemorei. Vieram vitórias e vitórias e vitórias, e, a cada vitória, eu me alegrava, mas não comemorava. Vieram as vitórias de Nelson Piquet; eu me alegrei, mas não comemorei. As vitórias de Ayrton Senna, o legendário Ayrton Senna, eu me alegrei, mas não comemorei.

Quero comemorar o dia em que um piloto francês, italiano, inglês ou alemão for campeão do mundo dirigindo um carro com motor Silver. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Os Srs. Senadores Wilson Santiago e Romero Jucá enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Embraer, empresa que hoje é um orgulho nacional, tornou-se realidade a partir do sonho de homens como Doutor Ozires Silva, Doutor Casemiro Montenegro Silva e outros que amavam a aviação. Com o apoio do Governo Brasileiro transformou-se numa empresa de grande capacidade industrial.

Voar foi um grande sonho do ser humano. Das asas de cera do mel de abelhas usadas por Dédalo e Icaro, em sua fuga do labirinto como descrito na mitologia grega, aos dias de hoje, todo homem olha para o Céu e sonha com a liberdade representada pelo ato de voar.

Poder ir e vir, poder alcançar longas distâncias, são desejos humanos que nós brasileiros contribuimos para a realização, inicialmente com os inventos de Santos Dumont e, há pouco mais de quarenta anos, com a criação desta empresa que tanto nos honra.

É com júbilo que participo desta homenagem a mais um ano da existência da Embraer, uma empresa reconhecida mundialmente como uma das maiores fabricantes de aeronaves comerciais no mundo, detendo 45% do mercado mundial de jatos de transporte regional.

Com sede no Estado de São Paulo, a empresa tem quatro unidades industriais em São José dos Campos, Eugênio de Meio, Botucatu e Gavião Peixoto, e atua em três áreas de negócio e mercados: Aviação Comercial, Aviação Executiva e Defesa.

A empresa passou a ser reconhecida internacionalmente com a fabricação dos aviões Bandeirante e o Xingú, turbo-hélices que invadiram o mercado brasileiro e norte-americano em suas categorias.

A Embraer age em todas as etapas da fabricação de aeronaves, aí incluídos o projeto, o desenvolvimento, a fabricação, a venda e o suporte pós-venda para os segmentos de aviação comercial, aviação executiva e de defesa. A empresa já tendo produziu mais de cinco mil aviões, que operam em 92 países, nos cinco continentes. Por isso sua liderança no mercado de jatos comerciais que possuem até 120 assentos.

Sr. Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, todos estes dados, e tantos outros que não temos como relacionar, são surpreendentes.

Entretanto, devemos lembrar que se hoje voamos sob o sol e sobre o mar é porque tivemos homens,

como já mencionei, da dimensão de Santos Dumont, que insistiu em estudar e colocar em prática seus conhecimentos; é porque tivemos homens como o doutor Ozires Silva que dedicou sua vida à concretização de uma empresa de fabricar aviões no Brasil.

Estes homens são exemplos a serem seguidos por todos e devem ser lembrados nas escolas de todo Brasil.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, é com grande prazer que me associo à homenagem que o Senado Federal presta à EMBRAER S.A., ao seu ilustre ex-Presidente, Dr. Ozires Silva, aos dirigentes dessa notável empresa brasileira, à frente o Dr. Frederico Curado, e a duas também notáveis instituições brasileiras sem as quais o Projeto EMBRAER não poderia ter-se viabilizado – o Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial e o Instituto Tecnológico da Aeronáutica.

O Brasil, efetivamente, tem uma vocação para o pioneirismo na atividade aeronáutica, uma vocação que remonta a Bartolomeu de Gusmão, inventor do aeróstato e apelidado Padre Voador; que passa pelo inventor do avião, Santos Dumont, e outros grandes nomes da aviação; e que chega ao Século XXI com uma empresa competitiva e detentora de alta tecnologia na fabricação de aeronaves, a EMBRAER – a terceira maior do mundo, ainda que enfrentando uma concorrência absolutamente desigual com as nações mais ricas.

A EMBRAER nasceu de um sonho, o de se implantar no Brasil uma indústria aeronáutica, e de um projeto estratégico, de substituição de importações. O Dr. Ozires Silva, seu primeiro presidente, esteve à frente da empresa por 21 anos, em dois períodos distintos, e sua atuação é reconhecida como de fundamental importância para que a EMBRAER se consolidasse num mercado tão complexo e competitivo.

Não podendo confrontar as gigantes do setor, a EMBRAER, ao longo desses 42 anos, teve muitas vezes de mostrar-se inovadora e flexível para encontrar seu espaço. Produtos como os antigos aviões Bandeirante, Xingu e Brasília, caças como o AMX e os EMB Tucano e Xavante, jatos para aviação regional, da série ERJ, ou de porte médio, como os EMBRAER 170/195, ou ainda aviões executivos, como os Phenon e os Legacy, tiveram grande aceitação no mercado e são motivo de orgulho para a empresa e para o povo brasileiro.

Hoje, a indústria aeronáutica passa por grandes transformações, tendo, entre outros desafios, a

necessidade de reduzir os custos com o combustível e de minimizar o impacto ambiental. O setor antevê um acirramento na competição, e a EMBRAER, que mostra boa recuperação quanto aos efeitos da crise financeira internacional, já se preocupa em diversificar sua produção e inovar para garantir seu mercado.

Esse desafio e essa ousadia, Senhoras e Senhores Senadores, ilustres convidados e autoridades presentes, não seriam possíveis se ao longo desses 42 anos a EMBRAER não contasse com a inteligência, a coragem e a competência de dirigentes como o Dr. Ozires Silva e de um corpo técnico altamente qualificado. Não seria possível, igualmente, se não contasse com o sustentáculo do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial ou do Instituto Tecnológico da Aeronáutica – de onde proveio, aliás, grande parte dos seus efetivos.

Na justa homenagem que esta Casa presta a essas instituições, quero renovar meus votos de reconhecimento e desejar que continuem a trajetória de sucesso que tanto orgulha o nosso Brasil.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Antes de encerrarmos a presente homenagem, convido a todos para, de pé, acompanharmos a execução da canção “Bandeirantes do Ar”, pela ilustre Banda da Aeronáutica, que nos brinda com seu desempenho nesta sessão, considerada o hino da Academia da Força Aérea.

(Procede-se à execução do Hino da Academia da Força Aérea.)

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Agradeço, em nome da Senadora Ana Amélia, que requereu e presidiu esta sessão, e do Senador Cristovam Buarque, co-propositor do requerimento, e em nome das Sras e dos Srs. Senadores, a presença das personalidades que nos honraram com o seu comparecimento.

Suspendo a sessão por cinco minutos para que os homenageados recebam os justos cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Luiz Henrique. Bloco/PMDB – SC) – Está encerrada a sessão.

(A sessão é suspensa às 16 horas e 44 minutos, e é reaberta às 16 horas e 53 minutos, sob a Presidência do Sr. Paulo Paim.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está reaberta a sessão.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.027, DE 2011

(Requerimento nº 45, de 2011 — CI)

Requer, nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia referentes ao cronograma de leilões relacionadas às concessões do setor elétrico que vencerão a partir de 2014, bem como a consequente publicidade do mesmo junto aos agentes do mercado.

Justificação

Uma das mais precípuas funções do Parlamento é a fiscalização dos atos do Poder Executivo. Para a execução dessa importante atividade é fundamental que os Membros do Legislativo tenham à sua disposição informações relevantes acerca dos atos praticados pelo Governo.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 175, define que a exploração dos serviços públicos de energia pode ser realizada diretamente pela União ou sob regime de concessão ou permissão a terceiros, sempre através de licitação.

Regulamentando tal previsão constitucional foram editados instrumentos normativos que além de regular as atividades, fixaram prazos que devem ser observados. Assim, a partir de 2014 começam a vencer as concessões de Geração, Transmissão e Distribuição de energia, conforme determina a Lei nº 9.074/1995.

A Lei nº 10.848/2004, que fixa o marco regulatório, estabelece que ao final do período de concessão (20 anos) estão vedadas novas prorrogações, ou seja, a União deverá realizar leilões para definição de novos concessionários.

Impende destacar que a energia elétrica é insumo estratégico e fundamental para a competitividade da produção nacional e, ao mesmo tempo, serviço de primeira necessidade à população.

Neste sentido, os operadores do mercado, consumidores e demais agentes necessitam dessas definições para planejarem ações futuras. Devido à complexidade do setor, o desdobramento dessa questão influenciará o mercado nas próximas décadas, motivo pelo qual, o Poder Executivo deve apresentar seu planejamento.

Brasília, 11 de agosto de 2011. – Senador **Waldemir Moka**.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA	
Requerimento nº 45, de 2011 - CI	
ASSINAM O PARECER, NA REUNIÃO DE 11/08/2011, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)	
PRESIDENTE: <i>João Vitor Alves</i>	
TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
LINDBERGH FARIAS	1- HUMBERTO COSTA <i>Humberto Costa</i>
DELCÍDIO DO AMARAL <i>Delcídio Amaral</i>	2- JOSÉ PIMENTEL
JORGE VIANA <i>Jorge Viana</i>	3- WELLINGTON DIAS
WALTER PINHEIRO	4- MARCELO CRIVELLA
BLAIRO MAGGI	5- VICENTINHO ALVES
ACIR GURGACZ	6- PEDRO TAQUES
ANTONIO CARLOS VALADARES	7- RODRIGO ROLLEMBERG
INÁCIO ARRUDA	8- VANESSA GRAZZIOTIN
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
VALDIR RAUPP	1- ROMERO JUCÁ
WALDEMIR MOKA <i>Waldemir Moka</i>	2- GEOVANI BORGES
LOBÃO FILHO	3- ROBERTO REQUILÃO
VITAL DO RÊGO	4- JOÃO ALBERTO SOUZA
RICARDO FERRAÇO	5- WILSON SANTIAGO
EDUARDO BRAGA	6- CASILDO MALDANER
CIRO NOGUEIRA	7- EDUARDO AMORIM
FRANCISCO DORNELLES <i>Francisco Dornelles</i>	8- REDITÁRIO CASSOL <i>Reditário Cassol</i>
Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)	
FLEXA RIBEIRO	1- AÉCIO NEVES
LÚCIA VÂNIA <i>Lucia Vânia</i>	2- ALOYSIO NUNES FERREIRA <i>Aloysio Nunes Ferreira</i>
CYRO MIRANDA <i>Cyro Miranda</i>	3- ALVARO DIAS
DEMÓSTENES TORRES	4- JAYME CAMPOS
PTB	
FERNANDO COLLOR	1- ARMANDO MONTEIRO
MOZARILDO CAVALCANTI	2- JOÃO VICENTE CLAUDINO
PSOL	
	1-

(À Mesa, para decisão)

REQUERIMENTO Nº 1.028, DE 2011

(Requerimento nº 59, de 2011 – CAE)

Requeiro, nos termos do art. 49, inciso X e do art. 50, § 2º, ambos da Constituição Federal, combinados com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas informações ao Ministro de Estado de Minas e Energia referentes ao cronograma de leilões relacionados às concessões do setor elétrico que vencerão a partir de 2014, bem como a consequente publicidade do mesmo junto aos agentes do mercado.

Justificação

Uma das mais precípuas funções do Parlamento é a fiscalização dos atos do Poder Executivo. Para a execução dessa importante atividade é fundamental que os Membros do Legislativo tenham à sua disposição informações relevantes acerca dos atos praticados pelo Governo.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 175, define que a exploração dos serviços públicos de energia pode ser realizada diretamente pela União ou sob regime de concessão ou permissão a terceiros, sempre através de licitação.

Regulamentando tal previsão constitucional foram editados instrumentos normativos que além de regular as atividades, fixaram prazos que devem ser observados. Assim, a partir de 2014 começam a vencer as concessões de Geração, Transmissão e Distribuição de energia, conforme determina a Lei nº 9.074/1995.

A Lei nº 10.848/2004, que fixa o marco regulatório, estabelece que ao final do período de concessão (20 anos) estão vedadas novas prorrogações, ou seja, a União deverá realizar leilões para definição de novos concessionários.

Impende destacar que a energia elétrica é insumo estratégico e fundamental para a competitividade da produção nacional e, ao mesmo tempo, serviço de primeira necessidade à população.

Neste sentido, os operadores do mercado, consumidores e demais agentes necessitam dessas definições para planejarem ações futuras. Devido à complexidade do setor, o desdobramento dessa questão influenciará o mercado nas próximas décadas, motivo pelo qual, o Poder Executivo deve apresentar seu planejamento.

Sala das Comissões, 16 de agosto de 2011. –
Senador **Delcídio do Amaral**.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

ASSINARAM A APRESENTAÇÃO DO REQUERIMENTO NA REUNIÃO DE 16/8/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DOB, PRB) ⁽¹⁾	
DELÍCIDIO DO AMARAL (PT)	1-VAGO
EDUARDO SUPPLY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
JOSÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPPLY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
LINDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
CLÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
JOÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
ACIR GURGACZ (PDT)	8-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
CASILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÊGO (PMDB)
EDUARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
VALDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
ROBERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	6-GEOVANI BORGES (PMDB)
LOBÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
REDITARIO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
CYRO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
FLEXA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
DEMÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
PTB	
ARMANDO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO
PSOL	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

(1) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Atualizada em 3/8/2011

(À Mesa, para decisão)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Mesa para decisão, nos termos regimentais.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.029, DE 2011

Requerimento de voto de congratulação ao Governador do Estado de Sergipe, Marcelo Deda, pelo lançamento do programa “Frutos da Terra”.

Requeiro, nos termos regimentais sejam apresentadas congratulações ao Governador do Estado de Sergipe, Marcelo Deda pelo lançamento do “Programa Frutos da Terra.”

Justificação

O Governo de Sergipe lança hoje o “Programa Frutos da Terra” que possui o objetivo de adquirir produtos da agricultura familiar e os repassar a setores públicos como hospitais e creche, estimulando as ações de acesso à alimentação.

O Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social, realiza nesta quinta-feira, o lançamento do Programa de Aquisição de Alimentos “Frutos da Terra”.

Para fortalecer a citricultura e beneficiar a população sergipana de baixa renda em situação de insegurança alimentar e nutricional, o Governo de Sergipe assegurou a compra da produção de laranja que seria perdida pelos agricultores familiares. Neste momento, o Governo está coletando, beneficiando e distribuindo a produção de laranja de 170 agricultores familiares dos municípios de Tomar do Geru, Itabaianinha, Estância, Lagarto e Itaporanga.

Com o programa, realizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Governo adquire produtos de agricultura familiar e os repassam a equipamentos públicos de alimentação e nutrição como hospitais públicos e creches, estimulando também as ações de acesso à alimentação.

Nesta fase, o programa ‘Frutos da Terra’ beneficia 15 mil pessoas em diversas cidades, num investimento de R\$ 500 mil para adquirir 1,1 mil toneladas de laranja, que serão doadas a até 300 entidades socioassistenciais.

O trabalho também gera a regulação do preço. Antes desta ação do Governo, a tonelada da laranja era vendida por cerca de R\$ 180. Agora, o valor aumentou para R\$ 460. Do total investido nessa compra, 85% dos recursos são federais e 15% estaduais, prove-

nientes do Fundo Estadual de Combate a Erradicação da Pobreza. – Senador **Antonio Carlos Valadares**, Líder do PSB-SE.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O requerimento que acaba de ser lido será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 99/2011 – GLDBAG

Brasília, 17 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo que o Senador Pedro Taques deixará de compor como membro titular a Comissão de Ciência, Tecnologia, inovação, Comunicação e Informática – CCT, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa o Senador Zeze Perrella, como membro suplente, para integrar a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo, conforme o **Ofício nº 105, de 2011**, do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 105/2011 – GLDBAG

Brasília, 18 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Zezé Perrella, como membro suplente na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização – CMO, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 171/2011 – CRE/PRES

Brasília, 17 de agosto de 2011

Excelentíssimo Senhor Presidente José Sarney,
Na qualidade de Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, comunico a Vossa Excelência que a Subcomissão Permanente

para Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas, em reunião realizada no dia 11 de agosto do ano em curso, elegeu, para Presidente, o Senador Luiz Henrique e, para Vice-Presidente, o Senador Marcelo Crivella.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente, com o apreço do Senador **Fernando Collor**, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 3, de 2011**, do Presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Chile, comunicando a reinstalação do referido Grupo.

É o seguinte o ofício:

Of. Nº 3/11/GP-BR/CL

Brasília, 2 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, tenho a hora de comunicar a Vossa Excelência que foi reinstalado no Congresso Nacional, 2 de junho último, o Grupo Parlamentar Brasil – Chile. Na mesma oportunidade, foi eleita e empossada a sua Diretoria, da qual Vossa Excelência, como Presidente do Senado Federal, faz parte como Presidente de Honra, juntamente com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº 18/91, 11 de dezembro de 1991, na Câmara dos Deputados, fruto do Projeto de Resolução nº 238/90, de autoria do então Deputado Iberê Ferreira, do Rio Grande do Norte, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas do Brasil e do Chile. O Grupo é formado por 31 Senadores e 60 Deputados Federais.

Encaminho, em anexo, para os devidos registros, a Ata da Reunião de Reinstalação do Grupo Parlamentar Brasil – Chile, a relação dos Parlamentares que integram, bem como de sua Diretoria, onde tive a satisfação de ver meu nome escolhido por meus pares do Congresso Nacional para, no próximo biênio, presidir este Grupo Parlamentar.

Na certeza de que Vossa Excelência dará o necessário apoio às ações que serão desenvolvidas, em prol da intensificação do relacionamento entre nossos Parlamentares, antecipo agradecimentos.

Respeitosamente, – Senador **Luís Henrique da Silveira**, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil – Chile.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 38, de 2011**, do Senador Pedro Taques, que altera o Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a relatoria das proposições nas reuniões em que o relator designado não esteja presente e a atuação do relator “**ad hoc**”.

Ao Projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o Projeto de Resolução nº 17, de 2009, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial da Reforma do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência lembra ao Plenário que o Período do Expediente da sessão de amanhã será destinado a homenagear a Maçonaria Brasileira, pelo transcurso do Dia do Maçom, de acordo com os **Requerimentos nºs 114 e 826, de 2011**, do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores.

Esclarece, ainda, que continuam abertas as inscrições para a referida homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 2011

Determina a realização periódica de inspeções em edificações e cria o Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei cria a exigência da inspeção prévia e periódica em edificações, destinada a verificar as condições de estabilidade, segurança construtiva e manutenção.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, edificação é o conjunto formado por qualquer obra de engenharia da construção, concluída e entregue para uso, com seus elementos complementares, como sistemas de ar-condicionado, geradores de energia, elevadores, escada rolante, subestação elétrica, caldeiras, instalações elétricas, monta-cargas, transformadores, entre outros.

Art. 3º Toda edificação está sujeita às inspeções periódicas de que trata essa Lei, exceto barragens e estádios de futebol, por estarem abrangidos por legislação específica.

Art. 4º O objetivo da inspeção é efetuar o diagnóstico da edificação por meio de vistoria especializa-

da, utilizando-se de laudo para emitir parecer acerca das condições técnicas, de uso e de manutenção, com avaliação do grau de risco à segurança dos usuários.

Art. 5º A periodicidade das inspeções nas edificações será determinada em função de seu tempo de construção, e obedecerá ao seguinte parâmetro: a cada cinco anos, para edificações a partir de trinta anos.

Parágrafo único. O órgão responsável pela fiscalização e controle das inspeções, estabelecidas no art. 1º desta Lei, determinará os casos em que a periodicidade das inspeções poderá ser ampliada ou reduzida.

Art. 6º A inspeção de que trata esta Lei será registrada em Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE), que conterá os seguintes itens, além de outros que serão determinados pelo órgão responsável pela fiscalização e controle das inspeções:

- I – avaliação da conformidade da edificação com a legislação e as normas técnicas pertinentes;
- II – explicitação dos tipos de não conformidade encontrados, do grau de risco a eles associado e da necessidade de interdição, se for o caso;
- III – prescrição para reparo e manutenção, quando houver, da edificação inspecionada;
- IV – assinaturas do(s) inspetor(es) encarregado(s) do LITE e do proprietário ou responsável pela administração da edificação.

Art. 7º O LITE será elaborado por profissional competente registrado no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), a quem competirá:

- I – preenchê-lo em conformidade com as orientações estabelecidas nesta Lei e nas resoluções aplicáveis, facultado o apontamento de recomendações adicionais, se o profissional julgar necessárias;
- II – providenciar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica;
- III – registrar o LITE junto à administração do Município ou do Distrito Federal, e no respectivo CREA.

Parágrafo único. A prestação de informações falsas ou a omissão deliberada de informações no LITE será punível com multa de cinco mil reais, o que não exclui o profissional da incidência das demais penas civis e criminais nos acidentes que decorram da má-fé no preenchimento do LITE.

Art. 8º Caberá ao órgão responsável pela fiscalização e controle das inspeções, o seguinte:

- I – observado o art. 6º, definir conteúdo adicional do LITE, sua operacionalização e os procedimentos para seu registro;

II – disponibilizar, inclusive pela rede mundial de computadores, os formulários e roteiros necessários à sua elaboração e registro;

III – manter arquivo dos laudos de que trata esta Lei, disponibilizando-os para acesso de terceiros, nos termos do art. 11.

Art. 9º Compete ao proprietário ou responsável pela administração da edificação:

- I – providenciar a elaboração do LITE, observados os prazos estipulados no art. 5º;
- II – providenciar as ações corretivas apontadas no LITE, antes da próxima inspeção, ou em prazo inferior, quando justificado por razões de segurança e assim estipulado no LITE.

Parágrafo único. A ausência das providências previstas nos incisos I e II sujeitará o infrator a multa diária cujos valores serão estabelecidos em lei municipal, de acordo com as características da edificação.

Art. 10. O acesso ao LITE será livre para os proprietários, os responsáveis pela administração, os moradores e os usuários da edificação, e para os órgãos governamentais de fiscalização.

Art. 11. Esta lei entra em vigor cento e oitenta dias após a data de sua publicação.

Justificação

Todas as construções humanas – a despeito da melhora continuada que sua solidez, segurança e durabilidade vêm experimentando no decurso do tempo, mercê do progresso científico e tecnológico proporcionado pelos avanços civilizatórios –, são artefatos que ainda carecem de constantes cuidados de manutenção.

Todas as modalidades de edificação voltadas para o uso público, como edifícios multirresidenciais, comerciais e industriais; escolas e igrejas; teatros, cinemas e centros de eventos; viadutos, rodovias, passarelas, pontes e túneis, precisam sempre apresentar condições adequadas de utilização e de segurança, sob risco de tornarem-se, como às vezes acontece, verdadeiras armadilhas coletivas.

De fato, qualquer levantamento sucinto, feito até mesmo de memória, dará conta dos inúmeros incidentes de incêndios, desabamentos de edifícios, pontes e viadutos, e incidentes com elevadores, que, com frequência, ocorrem no País. Ainda permanece em nossa memória o terrível incêndio do edifício Joelma, em 1974, que ceifou a vida de 188 pessoas e, mais recentemente, o desabamento do edifício Palace 2, apenas para citar alguns casos que tiveram grande cobertura da imprensa.

Para evitar esses acidentes, é importante que seja criada uma política nacional de inspeção periódica das

edificações de uso coletivo – públicas ou privadas – aí incluídas suas instalações técnicas, com o objetivo de assegurar que apresentem adequadas condições de estabilidade e de segurança predial, ou de apontar as medidas corretivas que forem necessárias.

Essa inspeção será realizada por meio do Laudo de Inspeção Técnica de Edificação (LITE), que deverá ser periodicamente preenchido por profissionais competentes na avaliação das condições das construções e de seus sistemas técnicos associados. Desse documento técnico constarão, além de outros dados e informações ditados pelo órgão responsável pela fiscalização e controle das inspeções, a avaliação da conformidade da edificação em relação à legislação e às normas técnicas vigentes; o registro das não conformidades encontradas, bem como seus riscos associados; a caracterização de eventual necessidade de interdição; e, finalmente, as recomendações para reparo e manutenção, quando houver.

A periodicidade dessas inspeções será variável, definida a intervalos de 5 anos, para edificações a partir de 30 anos de construção. Atribui-se ao órgão responsável pela fiscalização e controle das inspeções, ademais, competência para ampliar ou reduzir esse período, nos casos em que tal medida seja necessária ou recomendável.

Uma vez feitos, conhecidos e arquivados, os laudos passarão a constituir uma eficiente e pública medida de garantia para os usuários das edificações de uso coletivo no Brasil, permitindo maior transparência acerca de seu estado de segurança.

É certo que, com esta iniciativa, muitas vidas serão poupadas e um percentual significativo dos acidentes incapacitantes que hoje têm lugar nas várias edificações que constituem as cidades brasileiras poderá ser evitado, por força de uma saudável política preventiva.

Por esse motivo, contamos com o voto dos nobres Parlamentares para a aprovação da medida que ora apresentamos.

Sala das Sessões, – Senador **Marcelo Crivella**.

(À Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 492, DE 2011

Altera o art. 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para retirar a referência à dosagem etílica no tipo penal e prever a possibilidade de caracterização da infração por outros meios de prova admitidos em direito.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro passa a vigor com a seguinte redação:

“Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos:

Penas – detenção, de 6 (seis) meses a 3 (três) anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 1º No caso de recusa do condutor à realização dos testes, exames e perícia referidos no art. 277, a infração poderá ser caracterizada mediante a obtenção de outras provas em direito admitidas acerca dos notórios sinais de embriaguez resultantes do consumo de álcool ou substância psicoativa apresentados pelo condutor, com o atesto de duas testemunhas.

§ 2º Se o condutor apresentar concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, medida por equipamento adequado, não haverá necessidade de produção de outra prova para caracterizar a infração.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 11.705, de 2008, que alterou o art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), e, assim, ficou conhecida popularmente sob a designação de “Lei Seca”, foi recentemente ferida de morte pelo entendimento do Superior Tribunal de Justiça (notadamente no *Habeas Corpus* nº 166.377-SP). Antes, bastava, para a configuração do delito de embriaguez ao volante, que o agente, sob a influência de álcool, expusesse a dano potencial a incolumidade de outrem. Entretanto, com o advento da referida Lei, inseriu-se a quantidade mínima exigível (concentração de álcool por litro igual ou superior a seis decigramas), e excluiu-se a necessidade de exposição de dano potencial. Ou seja, a figura típica só se perfaz hoje com a quantificação objetiva da concentração de álcool no sangue, o que não se pode presumir. A dosagem etílica passou a integrar o tipo penal.

Essa comprovação, conforme o Decreto nº 6.488, de 2008, só pode ser feita por duas maneiras: exame de sangue ou teste em aparelho de ar alveolar pulmonar – o conhecido bafômetro. Assim, para comprovar a embriaguez, objetivamente delimitada pelo art. 306

do CTB, é indispensável a prova técnica consubstanciada no teste do bafômetro ou no exame de sangue.

O problema é que a produção dessa prova técnica precisa da colaboração do condutor. Em razão do princípio constitucional da presunção da inocência, ninguém é obrigado a produzir prova contra si mesmo. Na doutrina, esse princípio dá vida ao subprincípio conhecido como *nemo tenetur se detegere* – princípio da não auto-incriminação. Trata-se de uma garantia liberal clássica prevista em nossa Constituição nos incisos LVII e LXIII do art. 5º. Ou seja, a Lei Seca tornou-se letra morta. Ninguém pode ser responsabilizado penalmente pelo crime previsto no art. 306 se não se dispôr a, voluntariamente, soprar no bafômetro. Um equívoco do legislador.

O objetivo do presente projeto de lei é reparar o dano. Além da possibilidade do uso do bafômetro, para avaliação do nível de teor alcoólico do condutor, deixar claro que o agente de trânsito pode adotar outros meios em direito admitidos para atestar que o condutor se encontra sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos. Contudo, para tanto, o agente precisará do atesto de duas testemunhas. Isso é importante em face das frequentes denúncias de abuso de autoridade e corrupção por parte dos agentes públicos envolvidos na fiscalização.

Trata-se de alteração importante e necessária em nossa legislação, para a qual peço o apoio dos Nobres Pares.

Sala das Sessões, – Senador **Ciro Nogueira**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Mensagem de veto

Vide texto compilado

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 1º O trânsito de qualquer natureza nas vias terrestres do território nacional, abertas à circulação, rege-se por este Código.

Art. 277. Todo condutor de veículo automotor, envolvido em acidente de trânsito ou que for alvo de fiscalização de trânsito, sob suspeita de dirigir sob a influência de álcool será submetido a testes de alcoolemia, exames clínicos, perícia ou outro exame que, por meios técnicos ou científicos, em aparelhos ho-

mologados pelo CONTRAN, permitam certificar seu estado. (Redação dada pela Lei nº 11.275, de 2006)

Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência: (Redação dada pela Lei nº 11.705, de 2008) Regulamento

Penas – detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

Parágrafo único. O Poder Executivo federal estipulará a equivalência entre distintos testes de alcoolemia, para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo. (Incluído pela Lei nº 11.705, de 2008)

Brasília, 23 de setembro de 1997; 176º da Independência e 109º da República. – **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO** – Iris Rezende – Eliseu Padilha.

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 24.9.1997 e retificado em 25.9.1997

LEI Nº 11.705, DE 19 DE JUNHO DE 2008

Mensagem de Veto

Conversão da Medida Provisória nº 415, de 2008

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que ‘institui o Código de Trânsito Brasileiro’, e a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para inibir o consumo de bebida alcoólica por condutor de veículo automotor, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivos da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, com a finalidade de estabelecer alcoolemia 0 (zero) e de impor penalidades mais severas para o condutor que dirigir sob a influência do álcool, e da Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, que dispõe sobre as restrições ao uso e à propaganda de produtos fumíferos, bebidas alcoólicas, medicamentos, terapias e defensivos agrícolas, nos termos do § 4º do art. 220 da Constituição Federal, para obrigar os estabelecimentos comerciais em que se vendem ou ofere-

cem bebidas alcoólicas a estampar, no recinto, aviso de que constitui crime dirigir sob a influência de álcool.

.....
Art. 5º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com as seguintes modificações:

.....
“Art. 306. Conduzir veículo automotor, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue igual ou superior a 6 (seis) decigramas, ou sob a influência de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência:

.....
Parágrafo único. O Poder Executivo federal estabelecerá a equivalência entre distintos testes de alcoolemia, para efeito de caracterização do crime tipificado neste artigo.” (NR)

.....
Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º Fica revogado o inciso V do parágrafo único do art. 302 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997.

Brasília, 16 de junho de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Tarso Genro – Alfredo Nascimento – Fernando Haddad – José Gomes Temporão – Marcio Fortes de Almeida – Jorge Armando Felix.**

Este texto não substitui o publicado no **DOU** de 20.6.2008

.....
DECRETO Nº 6.488, DE 19 DE JUNHO DE 2008

Regulamenta os arts. 276 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, disciplinando a margem de tolerância de álcool no sangue e a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia para efeitos de crime de trânsito.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 276 e 306 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, decreta:

Art. 1º Qualquer concentração de álcool por litro de sangue sujeita o condutor às penalidades administrativas do art. 165 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, por dirigir sob a influência de álcool.

§ 1º As margens de tolerância de álcool no sangue para casos específicos serão definidas em resolução do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, nos termos de proposta formulada pelo Ministro de Estado da Saúde.

§ 2º Enquanto não editado o ato de que trata o § 1º, a margem de tolerância será de duas decigramas por litro de sangue para todos os casos.

§ 3º Na hipótese do § 2º, caso a aferição da quantidade de álcool no sangue seja feita por meio de teste em aparelho de ar alveolar pulmonar (etilômetro), a margem de tolerância será de um décimo de miligrama por litro de ar expelido dos pulmões.

Art. 2º Para os fins criminais de que trata o art. 306 da Lei nº 9.503, de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, a equivalência entre os distintos testes de alcoolemia é a seguinte:

I – exame de sangue: concentração igual ou superior a seis decigramas de álcool por litro de sangue; ou

II – teste em aparelho de ar alveolar pulmonar (etilômetro): concentração de álcool igual ou superior a três décimos de miligrama por litro de ar expelido dos pulmões.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de junho de 2008; 187ª da Independência e 120ª da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Tarso Genro – José Gomes Temporão – Marcio Fortes de Almeida – Jorge Armando Felix.**

Este texto não substitui o publicado no DOU de 20.6.2008

.....
CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Emendas Constitucionais

Emendas Constitucionais de Revisão

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS
TRANSITÓRIAS

Atos decorrentes do disposto no § 3º do art. 5º

ÍNDICE TEMÁTICO

TEXTO COMPILADO

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

TÍTULO I

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

.....

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

.....

LXIII – o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

.....

Brasília, 5 de outubro de 1988. – **ULYSSES GUIMARÃES**, Presidente – **Mauro Benevides**, 1.º Vice-Presidente – **Jorge Arbage**, 2.º Vice-Presidente – **Marcelo Cordeiro**, 1.º Secretário – **Mário Maia**, 2.º Secretário – **Arnaldo Faria de Sá**, 3.º Secretário – **Benedita da Silva**, 1.º Suplente de Secretário – **Luiz Soyer**, 2.º Suplente de Secretário – **Sotero Cunha**, 3.º Suplente de Secretário – **Bernardo Cabral**.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 493, DE 2011**

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, de forma a permitir que o valor da aposentadoria do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, seja acrescido de vinte e cinco por cento.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O **caput** do artigo 45 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 45. O valor da aposentadoria por invalidez, por idade, por tempo de contribuição

e da aposentadoria especial do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, será acrescido de vinte e cinco por cento.” (NR)

Parágrafo único. (...)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O art. 45 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previdência Social) dispõe que o valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25%.

Isso significa que a lei concede tal benefício apenas para aqueles que foram aposentados por invalidez, negando-o para aqueles que, após a aposentadoria, venham a contrair doença ou passem a ser portadores de deficiência física e, conseqüentemente, venham a necessitar, de fato, da mesma assistência.

Tal diferenciação é um contra-senso, além de contradizer um dos preceitos básicos da seguridade social: uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais (art. 194, § único, II, da Constituição Federal). Ademais, torna-se ainda mais injusta quando se considera que os aposentados por idade e por tempo de contribuição (inclusive os que têm aposentadoria especial) contribuem igualmente para o custeio da Previdência Social.

Há que se atentar, entretanto, para o caso específico do segurado especial (distinto daquele que tem aposentadoria especial, ou seja, concedida com menor tempo de contribuição por razões vinculadas à insalubridade e a outras condições correlatas). Neste caso, a aposentadoria por idade ou invalidez, restrita ao valor de um salário mínimo, é subsidiada, na medida em que é concedida apenas com a comprovação do exercício de atividade rural por determinado período de tempo. Ou seja, não há, necessariamente, contribuição para o custeio do sistema previdenciário, razão pela qual tal segurado não tem, como os demais, direito a outros benefícios previdenciários. Desse modo, também não cabe estender para ele a complementação de 25% sobre o valor de sua aposentadoria.

Do exposto, fica evidente a necessidade de corrigir a injustiça que vem sendo impetrada contra os aposentados por idade, por tempo de contribuição e contra aqueles a quem foi concedida aposentadoria especial, quando esses ficam doentes ou passam a ser portadores de deficiência física que os impedem de sobreviver sem a assistência permanente de outra pessoa.

A presente proposição cumpre tal papel, ou seja, corrige essa injustiça. Ela permite a complementação de 25% no valor da aposentadoria para todos os aposentados (exceto para o aposentado especial) que, por razões decorrentes de doença ou deficiência física, necessitem permanentemente de ajuda externa.

Em vista dessas considerações, creio estar evidente o elevado alcance social do projeto de lei, razão pela qual solicito o apoio dos nobres parlamentares.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991

Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências.

PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.213, DE 24 DE JULHO DE 1991, DETERMINADA PELO ART. 12 DA LEI Nº 9.528, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 45. O valor da aposentadoria por invalidez do segurado que necessitar da assistência permanente de outra pessoa será acrescido de 25% (vinte e cinco por cento).

Parágrafo único. O acréscimo de que trata este artigo:

a) será devido ainda que o valor da aposentadoria atinja o limite máximo legal;

b) será recalculado quando o benefício que lhe deu origem for reajustado;

c) cessará com a morte do aposentado, não sendo incorporável ao valor da pensão.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ÍNDICE TEMÁTICO

PREÂMBULO

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvér-

sias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil.

CAPÍTULO II Da Seguridade Social

Seção I Disposições Gerais

Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I – universalidade da cobertura e do atendimento;
II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;

V – equidade na forma de participação no custeio;

VI – diversidade da base de financiamento;

VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.

(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Há oradores inscritos.

Passamos a palavra ao Senador Sérgio Souza, que permutou com o Senador Geovani Borges. O Senador Sérgio Souza é um digno representante do PMDB.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Do PMDB do Paraná, Senador Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Isso. Substituiu a nossa querida Ministra Gleisi.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Perfeito. Sr. Presidente.

Senadora Ana Amélia, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Com a aquiescência do orador que está na tribuna, V. Ex^a pode falar, pela ordem.

A SRA. ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – A gentileza do Senador Sérgio Souza, do Paraná, me alegra e eu agradeço muito, Senador Sérgio Souza.

Presidente Paulo Paim, embora a sessão não tenha sido aberta ainda, eu gostaria que a Mesa registrasse uma solicitação para votar, na sessão, o Requerimento nº 1.016, que já está na Mesa, em que solicito uma sessão especial do Senado, no dia 17 de outubro do corrente, para homenagear o Ano Mundial da Medicina Veterinária.

Então eu gostaria que fosse colocado.

Agradeço, especialmente ao Senador Sérgio Souza, em função exatamente de o seu Estado, o Paraná, ter muitos médicos veterinários. Sem dúvida, imagino que V. Ex^a também vá apoiar essa sessão especial.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendida na forma regimental. Entendo que o pedido será atendido e votaremos hoje ainda.

Por favor, Senador Sérgio Souza, com a palavra.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria também de render as minhas homenagens à iniciativa tomada pela Senadora Ana Amélia, pelo Senador Cristovam Buarque, para comemorar, para enaltecer a importância da Embraer, que é uma das maiores empresas produtoras de avião do mundo, que está no mundo todo com as suas aeronaves e que orgulha muito o nosso País.

Mas eu venho à tribuna, Sr. Presidente, para dizer que, amanhã, dia 19 de agosto, a Comissão de Agricultura do Senado Federal realizará, na cidade de Curitiba, capital do Paraná, uma reunião para debatermos a proposta de reforma do Código Florestal.

Em atendimento a um requerimento de minha autoria, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária promoverá, no âmbito de seu ciclo de debates, um seminário na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná para que possamos deliberar sobre a reforma do Código Florestal. Acontecerá a partir das 14 horas, inclusive com transmissão ao vivo pela TV Senado para todo o Brasil.

Entendemos que o PLC nº 30, de 2011, já aprovado na Câmara dos Deputados, chega ao Senado, mas ainda precisa de alguns aprimoramentos, e o Senado se presta a essa função, como Casa revisora. Eu acho que aqui é a Instituição correta para que possamos aparar todas as arestas que ainda existem nesse projeto, nessa reforma do Código Florestal.

Trata-se de uma grande oportunidade para a sociedade organizada do meu Estado, de participar das discussões em torno de um dos projetos mais importantes em tramitação no Congresso Nacional, que é o novo Código Florestal.

No caso do Paraná, a citada reunião é ainda mais significativa, pois somos certamente um dos Estados mais afetados pelas determinações da nova legislação aprovada na Câmara dos Deputados.

Espero, sinceramente, que o povo paranaense esteja atento a esse fato, que compareça ao evento e que participe através da Internet. O Senado Federal também disponibilizará a possibilidade para que o cidadão assista através da Internet, que participe através do 0800, através também do *Twitter*, porque é importante e envolve necessariamente toda a população, não só os ambientalistas ou os proprietários rurais, mas todo o cidadão, porque nós estamos falando aqui, Senador Paim, eminente Presidente, de qualidade de vida, de qualidade de água, de qualidade de ar. Nós estamos falando aqui de um controle da biodiversidade do nosso País e do nosso Planeta.

É importante destacar que estará presente em Curitiba, nesta data, o Relator da Reforma Florestal na Comissão de Constituição e Justiça e também da Comissão de Agricultura, o Senador Luiz Henrique.

Será, portanto, uma oportunidade ímpar para que os agentes paranaenses envolvidos ou afetados pelo novo Código possam expressar suas preocupações ou convicções ao Senador Relator.

Também estará presente o Presidente da Comissão de Agricultura, o Senador Acir Gurgacz, que, embora seja representante do Estado de Rondônia, é nascido no Estado do Paraná e sua presença tornará o evento ainda mais representativo.

Para palestrar e opinar sobre o projeto aprovado na Câmara dos Deputados, foram convidadas quatro autoridades. Infelizmente, uma delas, o Relator da matéria na Câmara, o Deputado Aldo Rebelo, não poderá comparecer. Porém, todos os demais convidados confirmaram suas presenças. Representando o Ministério do Meio Ambiente estará o Diretor de Florestas, o Sr. João de Deus.

Em nome do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, estará presente para falar o Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica, Sr. Derli Dossa. E também será palestrante no evento o pesquisador da Embrapa Florestas, Sr. Gustavo Curcio. Serão, portanto, três palestrantes que apresentarão à plateia todos os posicionamentos e considerações dos seus respectivos órgãos sobre o assunto.

Para incentivar o debate e possibilitar que a sociedade paranaense seja ouvida, o requerimento que apresentei convida algumas entidades relacionadas, de alguma forma, com as alterações propostas no novo Código Florestal para que, ainda que brevemente, suas impressões e suas dúvidas sobre o tema sejam ouvidas.

Foram convidados para se manifestarem a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e da Secretaria de Agricultura do Estado; o Ministério Público do Estado do Paraná; a Universidade Federal; a Ordem dos Advogados; a Organização das Cooperativas do Estado do Paraná – Ocepar; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura; e também a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar.

Entidades de grande representatividade no meu Estado também foram convidadas a estarem presentes nessa reunião para assegurarmos que todas tenham a oportunidade de conhecer o tema debatido no Congresso Nacional e, dentro do possível, externar suas ideias, como a Fiep; a Associação Comercial; as universidades estaduais e também a Associação dos Municípios do Estado do Paraná, entre outras.

Outra participação fundamental nesse grande debate – quero ressaltar isto com muito entusiasmo – é a participação de toda a sociedade paranaense e mesmo de todo o Brasil, que poderão enviar perguntas em tempo real pelo **twitter** “@alosenado” ou gratuitamente pelo telefone 0800-612211. As perguntas serão lidas e respondidas pelos debatedores ao vivo. Repito que a sessão ocorrerá das 14 horas às 17 horas de amanhã, Senador Geovani, no meu Estado do Paraná, que é o berço da agricultura brasileira.

É importante salientar que as implantações feitas no novo Código Florestal serão de impacto generalizado em nosso Estado e em nosso País e, por isso, é tão fundamental que tenhamos uma grande participação nesse evento.

O Brasil tem todas as ferramentas para se transformar num dos maiores produtores de alimentos do Planeta. Na verdade, já somos uma economia muito expressiva nesse setor.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Senador Sérgio Souza, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Só um minuto, por favor. Já lhe concedo a palavra, Senador.

E certamente no futuro o Planeta demandará ainda mais a produção de alimentos em nosso País.

Concedo, com muita honra, o aparte ao Senador Geovani Borges.

O Sr. Geovani Borges (Bloco/PMDB – AP) – Senador Sérgio Souza, primeiro quero me congratular com o pronunciamento de V. Ex^a, que nos brinda, na tarde de hoje, com um tema de significativa importância, desejando sucesso inclusive ao seminário que será realizado no seu Estado. E dizer a V. Ex^a da sua visão, uma visão de futuro, uma visão ecológica acima de tudo. Como V. Ex^a bem frisou, é o celeiro que abas-

tece praticamente o nosso País de produção agrícola, que é um dos setores muito importantes da economia brasileira. Então eu quero me congratular com V. Ex^a pelo brilhante pronunciamento. Amanhã à tarde o povo do Paraná, na sua cidade, estará reunido para esse simpósio, não é isso? Desejar sucesso e êxito. Tenho certeza de que V. Ex^a está dando uma grande contribuição para o seu Estado e para o País.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Eu lhe agradeço, Senador Geovani Borges, e convido o povo do Amapá para assistir amanhã, das 14 horas às 17 horas, pela TV Senado, a esse importante debate.

Continuando, Sr^{as} e Srs. Senadores, é imperioso garantir nesse processo que a sociedade brasileira esteja atenta para a importância da conservação ambiental.

Temos que nos assegurar de que os devidos cuidados com a preservação do meio ambiente estejam definidos de forma clara e efetiva no nosso arcabouço legal. Daí a importância de construirmos no Senado Federal uma legislação que permita ao País seguir crescendo na produção agropecuária e, ao mesmo tempo, conservando o meio ambiente.

Que o Brasil possa ser simultaneamente uma potência agrícola e ambiental, Senador Paim.

Eu espero, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a reunião de amanhã, na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, contribua para que possamos elaborar o melhor texto possível para o nosso Código Florestal e que o nosso Relator, Senador Luiz Henrique, possa conhecer as demandas dos paranaenses envolvidos com o PLC nº 30, de 2011, e se possível atendê-las.

Somos um Estado cuja economia está fortemente ligada...

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente. Já estou concluindo.

Somos um Estado cuja economia está fortemente ligada à produção agrícola e, sendo assim, parece-me fundamental que os efeitos da legislação aprovada na Câmara dos Deputados no setor rural paranaense sejam conhecidos pelo Senado Federal. Muito provavelmente serão problemas semelhantes aos das outras unidades da Federação, porém, lembrando que a agricultura familiar do meu Estado é muito expressiva.

O cooperativismo no Estado do Paraná também é muito expressivo. A ocupação do meu Estado é antiga e se deu com características bastante próprias. Os rios paranaenses são abundantes e largos, ou seja, trata-se de um Estado com inúmeras peculiaridades que, certamente, enriquecerão o debate em torno do novo Código Florestal.

Desejo que a reunião de amanhã seja um sucesso e que, sobretudo, o maior número de paranaenses compareça e que o Brasil participe.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Permite um aparte, Senador Sérgio?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Sérgio Souza. Que tenhamos uma grande audiência amanhã na Assembléia do Paraná.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado.

Concedo um aparte ao Senador Acir Gurgacz, que é o Presidente da Comissão de Agricultura e estará amanhã também no Paraná.

O Sr. Acir Gurgacz (Bloco/PDT – RO) – Certamente. Ouvi atentamente seu pronunciamento e quero cumprimentá-lo. Devo dizer que estaremos, amanhã, na capital do seu Estado, do nosso Estado, para fazermos essa audiência pública tão importante. O Paraná é altamente produtor e tenho certeza de que lá faremos uma audiência pública importante e contribuiremos para que os nossos relatores possam realizar uma reforma do Código Florestal que atenda à população brasileira. Meus cumprimentos pelo seu discurso. Que amanhã tenhamos uma importante e grande audiência pública.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Muito obrigado, Senador Acir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu queria registrar, neste momento, a presença conosco, aqui nas galerias, dos estudantes da Faculdade de Direito de Cascavel, Paraná, onde o dessa faculdade é o Sr. Assis Gurgacz, e que aqui o Senador Acir Gurgacz, filho, está conosco. Tenho certeza que o Senador Acir vai fazer uma saudação a vocês aqui, não uma homenagem somente a vocês, mas a todo o Estado e, naturalmente, ao seu pai

Por favor, com a palavra, Senador.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Paim, Presidente, que preside esta sessão.

Quero cumprimentar o nosso Deputado Federal Hermes Parcianello, que nos acompanha, Deputado pelo Paraná, da região de Cascavel. Quero dar boas-vindas aos alunos da FAG, à Professora Marcella, a toda a equipe que vem visitar o nosso Senado Federal. Tenham todos uma boa estada e que levem uma boa impressão, uma impressão positiva desta Casa, esta Casa que é tão importante para o País.

Muito obrigado pela visita de vocês.

Tenham um bom passeio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Acir.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Sérgio. Sei que é na mesma linha, da Faculdade.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Perfeito, Senador Paim. Eu lhe agradeço e agradeço também o Senador Magno Malta pela deferência.

Quero cumprimentar os alunos e os professores de Direito da Faculdade de Cascavel, da Unioeste. É um prazer tê-los aqui no Senado Federal.

Eu que sou um advogado militante, ontem ainda fiz uma deferência ao 11 de agosto, que é o Dia do Advogado, data em que foram criadas as duas primeiras faculdades de Direito no Brasil. No dia 11 de agosto, foi criada a Faculdade de Direito de São Paulo e de Olinda, em Pernambuco.

Um abraço a vocês todos e sejam bem-vindos ao Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos ao Senador Sérgio.

E quero também cumprimentar, aqui da mesa, o Deputado Hermes Parcianello, porque fomos Deputados juntos, durante um longo período, sempre na mesma trincheira. Me lembro como se fosse hoje.

Sejam todos bem-vindos.

Vou passar a palavra ao orador inscrito...

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Calma, meu amigo. Vou passar. Sabe o carinho que tenho por você.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Estou calmo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É porque ele está na tribuna. Vou garantir a palavra do Senador Geovani Borges, que está inscrito. E sei que, com a complacência de V. Ex^a, pela ordem, V. Ex^a já havia me comunicado. Está inscrito como líder.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sim. V. Ex^a me inscreva como líder do meu Partido para que eu possa usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Magno Malta, sabe que sou seu admirador. Já está inscrito.

Senador Geovani Borges.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do relator) – Presidente, inclusive quero me solidarizar com V. Ex^a,

porque o Senador Magno Malta é um dos Senadores mais disciplinados nesta Casa. Ele segue rigorosamente o Regimento Interno. Que diga o Mão Santa, nosso querido ex-Senador Mão Santa.

Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, Sr^{as} e Srs. Senadores, meu querido amigo Senador Wilson Santiago, peço o registro, nos Anais desta Casa, a cerca dos preparativos para Conferência Municipal da Juventude de Macapá, marcada para o dia 31 de setembro, conforme calendário nacional do evento.

O primeiro passo dos preparativos foi uma reunião entre a Prefeita Municipal em exercício, nossa Prefeita Helena Guerra, o Secretário Estadual da Juventude, Alex Nazaré, e o Assessor da Secretaria Nacional da Juventude, Fabrício Lopes.

A Prefeitura de Macapá, capital do meu Estado, é a responsável pela convocação do evento em âmbito municipal, por meio da Coordenadoria Municipal da Juventude.

Sob o lema *Juventude e efetivação de direitos*, a conferência municipal almeja ampliar as discussões em torno das políticas públicas de juventude, tentando atingir o maior número possível de municípios, para saber das necessidades dos jovens em cada unidade do Estado do Amapá.

As políticas públicas para os jovens avançaram a passos largos nos últimos anos. O Dia Internacional da Juventude, comemorado em 12 de agosto – é um momento importante para fazermos um balanço e apontarmos os próximos desafios. O Brasil, que cada vez mais torna-se referência internacional no combate à pobreza e no crescimento econômico com distribuição de renda, também é uma das lideranças mundiais na implementação de ações que promovem o jovem como um sujeito de direitos e que acredita no seu potencial para alavancar o nosso desenvolvimento.

Este papel de destaque ficou evidente na Reunião de Alto Nível da ONU sobre Juventude, que aconteceu nos dias 26 e 27 de julho em Nova Iorque. O Brasil compõe os principais fóruns internacionais relacionados ao tema e articula a sua agenda com base no princípio da cooperação solidária. A estratégia é o estabelecimento de parcerias que promovam o desenvolvimento econômico, social e ambiental dos jovens nos países envolvidos.

A liderança do Brasil não é por acaso. Os avanços são evidentes: de 1996 a 2007, o crescimento da frequência de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio foi de 99,2% e daqueles de 18 a 24 anos no ensino superior de 123,3%. No mercado de trabalho, a parcela de jovens de 18 a 24 anos com carteira assinada subiu de 38,2 para 41,7% e entre os de 25 a 29 foi de 40,3 para 47,2%.

Por outro lado, os desafios são muitos. Os jovens brasileiros se desenvolvem de maneira desigual. O nível de escolaridade dos jovens rurais é 30% inferior ao dos urbanos. A taxa de analfabetismo entre os jovens negros é mais que duas vezes maior do que entre os não negros: 3,4% contra 1,4%.

Entre os jovens negros é mais do que duas vezes maior que entre os não negros 3,4% contra 1,4%. O desemprego juvenil, no levantamento ao longo do último período, é de quase três vezes maior que a taxa de desemprego de adultos.

A ter essa realidade, o Brasil vem incorporando, especialmente na última década, políticas públicas específicas para jovens, além de garantir a incidência do tema nas políticas sociais e universais, como educação, saúde e geração de emprego. Essa é uma postura tanto da União quanto de Estado e Municípios, que criam órgãos gestores e programas voltados para esse segmento. Essas são conquistas do Governo brasileiro, mas principalmente dos movimentos sociais e da sociedade em geral.

Nesse contexto, a Secretaria Nacional de Juventude tem fortalecido seu papel na promoção das políticas públicas que contribuem para a inclusão social do jovem brasileiro. A segunda Conferência Nacional da Juventude é um exemplo de construção de políticas públicas de juventude, direta e plural, das diferentes expressões juvenis.

Agora, as políticas públicas caminham no sentido da expansão da concepção dos direitos da juventude. O foco é a garantia de que o jovem tenha autonomia para desenhar a sua trajetória e condições para viabilizar a sua emancipação para além dos direitos fundamentais, como saúde, educação, cultura, habitação e trabalho, o jovem deve ter direito ao território, à experimentação, à diversidade, à participação e ao desenvolvimento integral.

Somos 50 milhões de jovens brasileiros, em nenhum outro momento da história esse segmento da sociedade foi tão representativo. É hora de ousar nas políticas públicas de juventude, para construir um Brasil sonhado por tantas gerações.

O público alvo da Conferência Municipal da Juventude são pessoas entre 15 e 20 anos de idade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente Paulo Paim. Muito obrigado.

Peço desculpas pela pressa, mas estou me deslocando para o aeroporto, retornando ao meu querido Estado do Amapá.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Concluo.

Atenda ao Senador Santiago com toda a fidelidade que é de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, V. Ex^a conclui, daí entra ele.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – Não, mas ele está pedindo a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não, não, ele quer se inscrever somente.

O Sr. Wilson Santiago (Bloco/PMDB – PB) – Não, só quero me inscrever. Parabenizo o Senador Geovani.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP) – De qualquer maneira agradeço os parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a conclusão do discurso do Senador Geovani Borges, Senador Wilson Santiago, pela ordem.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB) – Sr. Presidente, gostaria de que V. Ex^a me inscrevesse para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a está inscrito para uma comunicação inadiável. Senador Magno Malta, como Líder. (Pausa.)

Senador Walter Pinheiro, como Líder.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, na tarde de hoje, fazer um registro muito importante. Diria até que é motivo de muito orgulho, para todos nós da Bahia, o momento em que acabamos de dar um passo fundamental, com contribuição de tecnologia, de novas técnicas de exploração de petróleo, ao mesmo tempo, utilizando a experiência da nossa Petrobras e a criatividade do povo baiano, quando o consórcio do rio Paraguaçu lança uma importante iniciativa, que vai ajudar o Brasil na exploração de petróleo, com o lançamento de uma plataforma por meio de balsa.

Essa operação, Sr. Presidente, é tradicionalmente feita através de um dique seco – Senador Valadares, que é um homem experiente, sabe disso – e de uma rampa fixa. Mas a inexistência dessas estruturas no local, onde a plataforma foi construída, levou o Consórcio Paraguaçu a promover o desenvolvimento de uma nova tecnologia e obviamente o lançamento a que me refiro agora.

Esse lançamento coloca a Bahia – é claro! – e o consórcio em destaque nessa área de engenharia que poderíamos acentuar – de **offshore**, claro – em todo o mundo.

O procedimento ocorreu no dia 24 de junho no rio Paraguaçu, o recôncavo da Bahia, as águas do Paraguaçu, onde, durante anos e anos, assistimos, obviamente através do canto do poeta, dos registros históricos, as histórias do nosso vapor de cachoeira.

Ou como o nosso poeta Caetano cantava muito lá: “O vapor de cachoeira que não navega mais até o mar”.

A saída dos saveiros, nesse mesmo Paraguaçu, no recôncavo da Bahia, portanto, agora, a plataforma que deslizou suavemente da balsa estabilizou seu casco flutuante sobre o leito do rio.

Esse sucesso ou o sucesso desse procedimento comprovou a criação de um novo método para lançamento de plataformas autoelevatórias ou *jack up* e os seus similares, como destaca uma edição especial do informativo do próprio Consórcio do Paraguaçu.

Essa opção tem sobre a operação tradicional a vantagem de custo reduzido e de uma maior flexibilidade, sobretudo quanto à estrutura necessária para realizar essa operação, sem falar de que se trata de uma tecnologia desenvolvida exclusivamente e totalmente no Brasil.

O seu desenvolvimento inclui a construção de modelos reduzidos em escala de 1:50, possibilitando o cruzamento dos dados obtidos via modelo matemático, ou seja, um **software** que simula o lançamento de forma virtual, com informação obtida na simulação nos tanques de provas no laboratório oceânico no Rio de Janeiro.

Sr. Presidente, eu quero acentuar essa importante aplicação no campo prático, Senador Paim, V. Ex^a que é testemunha dessa nossa permanente defesa dos investimentos em ciência, tecnologia, desenvolvimento tecnológico em pesquisa. É importante salientar a construção e operação dessa plataforma, o seu lançamento no mar. Portanto, fica patenteado que a Bahia dispõe hoje de uma indústria e de profissionais capazes de cumprir todas as etapas de construção e lançamento de uma estrutura tão complexa, como a de uma plataforma para exploração em águas profundas. O Brasil é hoje um dos países que mais avançaram nas pesquisas de águas profundas.

Quando nós falamos do Pré-Sal, por exemplo, estamos falando em pesquisas em seis mil metros, sete mil metros abaixo da lâmina d'água. Para fazer esse tipo de prospecção, de pesquisa é necessário, inclusive, que a utilização do material seja extremamente apropriado a essas profundidades.

Então, aqui, neste momento, eu diria da minha satisfação de ver esse consórcio na Bahia desenvolver e, ao mesmo tempo, já usar na prática isso; a Bahia que já havia inovado. Há uma empresa baiana também, Paulo Paim, chamada MFX, uma empresa que começou – até eu vou usar um termo, e perdoem-me os técnicos e os funcionários dessa empresa – num quintal. A MFX hoje é uma das empresas que prestam serviço à Petrobras no Brasil. Eles avançaram em pesquisas exatamente de cabos de comando. Essa é uma

área disputadíssima no mundo, cabos de telecomandos para serem utilizados com *softwares* avançados para você manipular isso a quilômetros de distância abaixo da lâmina d'água.

Então, esse é um desafio. Por isso, Senador Valadares, que nós temos que discutir os *royalties* a partir dessas proezas e não a partir da relação com a costa que cada Estado tem. O investimento para que a gente chegue a essas profundezas para buscar o pré-sal é um investimento do País inteiro. Portanto, o resultado dessas pesquisas, o resultado dessa prospecção, o resultado dessa conquista tem que ser distribuído para todo o País. Afinal de contas, o desenvolvimento é feito por todo o País.

Então, Sr. Presidente, fica aqui esse meu registro.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – V. Ex^a me concede um aparte, Senador Walter Pinheiro?

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Gostaria que V. Ex^a acatasse esse nosso pronunciamento, na íntegra.

Quero aqui realçar mais uma vez essa importante conquista, eu poderia chamar, do aumento de capacitação tecnológica da Bahia com o lançamento da plataforma P-59, utilizando o método inédito na engenharia *offshore*.

Um aparte ao Senador Valadares.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Walter Pinheiro, no momento que V. Ex^a se refere à riqueza do pré-sal contida nas profundezas da nossa costa, V. Ex^a toca num assunto sensível que emociona a todos os brasileiros, uma vez que o que a Petrobras gastou, como V. Ex^a se referiu, em termos de investimento, para encontrar esta riqueza, grande parte desse investimento, não só em recursos financeiros, materiais e também recursos humanos, é de brasileiros. Parte daquilo que foi investido, volto a repetir, em termos de recursos financeiros, materiais e humanos, é do Brasil. Lá temos engenheiros que são da Bahia; temos químicos que são de Sergipe; lá temos pesquisadores que são do Rio Grande do Sul, e assim por diante. É uma riqueza que pertence a todos. E no momento em que ela vai ser explorada, os seus frutos devem ser distribuídos em benefício de todos. V. Ex^a tem toda razão. Agora mesmo, recebemos, em nosso gabinete, representantes da UNE e da Ubes, que foram lá, de forma legítima, reivindicar não só de mim, também do Presidente da Comissão de Educação e do Senador Inácio Arruda, o apoio a uma reivindicação deles, que é a inclusão da educação como prioridade na exploração dos recursos do pré-sal. Aí, o Brasil, que é ainda uma Nação ainda em desenvolvimento, precisa investir o máximo possível em educação, por-

que é através da educação, da ciência, da tecnologia e da inovação, que podemos transformar o Brasil em uma nação de primeiro mundo. Ainda não o é, mas o será, sem dúvida. E V. Ex^a justamente atesta, com o seu conhecimento, a validade dessa proposta dos estudantes do Brasil.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Muito obrigado, Senador Valadares.

Senador Paulo Paim, vou concluir, mas quero pedir a V. Ex^a, mais uma vez, que considere este pronunciamento na íntegra e que registre nos Anais da Casa esse feito. É como se estivesse fazendo neste momento o registro de uma grande conquista, de uma patente, um desenvolvimento científico e tecnológico. É que nos acostumamos, aqui no Parlamento e no Brasil, a só fazer isso quando vem de fora, feito pelos outros. Aqui foi feito por nossa gente, com esses recursos.

Quero aqui, Sr. Presidente, aproveitar e fazer o registro de importante reunião que fizemos no dia de hoje, no Ministério dos Transportes, com a presença da bancada da Assembleia Legislativa da Bahia – uma bancada feminina. A Deputada Ângela Sousa, a Deputada Ivana Bastos, a Deputada Cláudia Oliveira.

As três Deputadas vieram representando uma comissão da Assembleia para discutir a Ferrovia Oeste-Leste. Houve do Ministro o compromisso de que, assim que for nomeada a nova direção da Valec, nós vamos fazer essa reunião lá na Bahia, tratando dessa importante ferrovia. E também com o Vice-Governador e Secretário de Infraestrutura, Otto Alencar, lá no Ministério dos Transportes, nós discutimos a retomada das obras da 135, importante obra que sai ali de Minas e atravessa a Bahia no sentido vertical; a importante obra da 235, uma estrada leste-oeste, saindo da divisa de Sergipe até a divisa do Piauí – são 600 Km, Paulo Paim; a importante obra de duplicação da 415, que liga Ilhéus a Itabuna, obra fundamental para o desenvolvimento daquela região e para o ajuste dos modais; a duplicação do trecho da 116, na saída de Feira de Santana até o trevo, 15 Km, que, portanto, precisa ser duplicada, até por causa do aumento de tráfego.

Discutimos outras iniciativas do Ministério dos Transportes, compromissos com a Bahia. Esses compromissos haviam sido suspensos por conta até de todo o processo do Ministério dos Transportes. Ouvimos do Ministro, hoje, a palavra para a retomada dessas importantes obras no Estado da Bahia, com repasse de recursos, para que tenhamos oportunidade de dotar aquele Estado de uma estrutura modal para o seu desenvolvimento, mas principalmente para os baianos.

Era isso que eu tinha a registrar, Sr. Presidente. Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR WALTER PINHEIRO

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo hoje a tribuna para registrar com muito orgulho que a Bahia acaba de dar mais um importante passo pra ajudar o Brasil na exploração de petróleo com o lançamento, pela primeira vez no país, de uma plataforma por meio de balsa.

Essa operação é tradicionalmente feita a partir de um dique seco ou de uma rampa fixa. Mas a inexistência dessas estruturas no local onde a plataforma foi construída levou o Consórcio Rio Paraguaçu ao desenvolvimento da nova tecnologia para o seu lançamento.

Esse lançamento colocou o nome da Bahia e do consórcio em destaque na história da engenharia offshore mundial. O procedimento ocorreu no dia 24 de junho no rio Paraguaçu, no Recôncavo Baiano, quando a plataforma deslizou suavemente da balsa e estabilizou seu casco flutuante sobre o leito do rio.

O sucesso do procedimento comprovou a criação de um novo método para lançamento de plataformas auto-elevatórias (jack ups) e similares, como destaca reportagem da edição especial do informativo do consórcio.

Essa opção tem sobre a operação tradicional a vantagem de custo reduzido e de uma maior flexibilidade – sobretudo quanto à estrutura necessária para a sua realização – sem falar que se trata de tecnologia desenvolvida totalmente no Brasil.

Seu desenvolvimento incluiu a construção de modelos reduzidos, em escala 1:50, possibilitando o cruzamento dos dados obtidos via modelo matemático (software que simula o lançamento de forma virtual) com informações obtidas na simulação nos tanques de prova do Laboratório Oceânico, no Rio de Janeiro.

Ao logo de oito meses, a equipe responsável testou 23 diferentes configurações de lançamento, estudando o atrito entre as partes, a uniformidade da entrada na água e outras variáveis. Buscou-se, todo o tempo, informações técnicas para garantir a integridade estrutural da plataforma e da balsa, além da segurança de todos os profissionais envolvidos nesse trabalho.

O procedimento par ao lançamento da plataforma durou quatro dias e foi feito em duas etapas. A colocação da plataforma sobre a balsa consumiu 15 horas de trabalho em deslocamento lento e monitorado continuamente em seus detalhes.

Puxada por macacos hidráulicos, a plataforma deslizou sobre patins de embarque feitos de aço e madeira, revestidos de teflon e cobertos por uma camada de sebo de carneiro, resultando em um atrito de aproximadamente dois por cento.

Sujeita às variações da maré e recebendo gradualmente o peso da plataforma, a balsa passou por um processo contínuo de compensação do lastro, garantindo a manutenção do seu alinhamento com a carreira de embarque, estrutura sobre a qual a plataforma foi construída.

Levada por rebocadores da Marinha até o local de lançamento, a balsa foi submetida a um lastro diferencial entre proa e popa, criando assim um ângulo de 5,46 graus, de acordo com o determinado para a realização do procedimento.

Da construção da plataforma e da operação par ao seu lançamento ao mar fica patenteado que a Bahia dispõe hoje de uma indústria e de profissionais capazes de cumprir todas as etapas de construção e lançamento de uma estrutura tão complexa como a de uma plataforma para exploração de petróleo em águas profundas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Com a palavra, como orador inscrito, o Senador Roberto Requião e, em seguida, o Senador Wilson Santiago.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Pois não.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu tenho um pronunciamento a fazer, Sr. Presidente, mas, em função de problemas na minha garganta, vou pedir para dar como lido. É sobre geração de emprego em nosso País.

Este ano, o Brasil gerou 1,59 milhão de novos empregos celetistas no País.

Quero cumprimentar o nosso Ministro Carlos Lupi e a nossa Presidenta por esse trabalho importantíssimo. Em meio a uma crise mundial, o Brasil gerando emprego a cada mês. Neste último mês, foram gerados 140.563 empregos – 0,38% de geração de emprego este mês em relação ao ano passado. Então, o Brasil, em meio a esta crise, continua crescendo, continua se desenvolvendo.

Eu peço, então, para dar como lido este pronunciamento, que entendo que é importante para nós.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ACIR GURGACZ.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco/PDT – RO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil gerou, em julho, 140.563 novos postos de trabalho com carteira assinada, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desem-

pregados (Caged), divulgados nesta terça-feira (16), pelo ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi. O resultado representa uma expansão de 0,38% em relação ao estoque de empregos do ano anterior.

Entre janeiro e julho foram criados 1,59 milhão de empregos celetistas, equivalentes ao crescimento de 4,43% em relação ao estoque de empregos de dezembro de 2010. O resultado deste período foi o terceiro melhor na série do Caged, sendo menor apenas que os ocorridos em 2010, quando foram gerados 1,85 milhão postos de trabalho, e em 2008, quando foram criados 1,67 milhão de novos empregos.

A expansão do emprego registrada em julho ocorreu devido a expansão em oito setores da atividade econômica, com recorde para o mês registrado no setor de mineração, que abriu 2.033 novas vagas. Em números absolutos, o destaque ficou com o setor de serviços, que criou 45 mil postos e a Construção Civil, com a geração de 25 mil postos. Nos sete primeiros meses do ano já foram criados mais de 1,5 milhão de empregos.

Estes resultados positivos para os trabalhadores, empresários e para o Brasil, demonstram que a conquista do pleno emprego, com taxas abaixo de 7% de desempregados no País, é uma realidade que alimenta o desenvolvimento sustentável de nossa economia. Eles demonstram que nossa economia cresce, apesar de alguns analistas econômicos e parte da mídia estarem profetizando os impactos negativos da crise financeira internacional na economia brasileira e manipulando os dados para mostrar que o Brasil já está em crise.

Certamente sofreremos algum impacto de mais esta crise do capitalismo global, que na verdade é uma ressaca da crise de 2009. Entretanto, nos últimos oito anos entramos em um ciclo produtivo tão forte, que minha perspectiva é que, mesmo com a crise internacional, o Brasil terá solidez para continuar crescendo, mesmo na adversidade.

Todos os estados do Brasil registraram saldos positivos de emprego em julho, o que mostra que há crescimento sustentável, de acordo com as características de cada região. Por isso, confio na previsão do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, de que serão gerados 3 milhões de empregos formais em 2011, contando celetistas e estatutários, trabalhadores de empresas privadas e servidores públicos.

Historicamente, julho não é um bom mês, pois há demissões no setor de educação e entres safra agrícola, e apesar do desempenho de julho deste ano ser inferior ao do ano passado precisamos comemorar.

E com certeza esses índices não caíram do céu. Eles fazem parte de uma série de medidas adotadas pelo Governo Federal nos últimos meses e que coloca-

ram o Brasil na vanguarda da crise. O foco no aumento de crédito para o setor produtivo, e a redução do Imposto sobre Produto Industrializados (IPI) para o carro zero, a redução da burocracia e dos impostos para as pequenas e médias empresas e os micro empreendedores individuais, a desoneração da folha de pagamento, entre outras medidas adotadas pela presidenta Dilma Rousseff: com o plano Brasil Maior, foram o ponto inicial para norte ar as demais ações em conjunto - e rápidas - em toda Esplanada dos Ministérios.

São essas medidas, aliada ao combate a corrupção, e consequentemente os números atingidos pelo Brasil que me permitem ter uma visão otimista da economia brasileira, contrariando economistas pessimistas, que mesmo diante dos números positivos, insistem em dizer que o Brasil está no fundo do poço.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a será atendido na forma regimental.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP) – Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela ordem em dois sentidos. Primeiro, para que V. Ex^a me inscreva pela Liderança do Partido Socialismo e Liberdade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a será atendido na forma do Regimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Depois, nos termos do art. 167 do Regimento, quero pedir a V. Ex^a a inclusão na Ordem do Dia, para posterior deliberação, do Requerimento nº 976, de 2011, assinado por mim e pela Senadora Marinor Brito, que propõe a constituição de uma comissão especial do Senado para acompanhar os acontecimentos e as medidas do Governo em relação à crise econômica mundial.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – V. Ex^a também será atendido na forma do Regimento.

Agora, seria o Senador Roberto Requião como orador inscrito. Em seguida, fala um inscrito para uma comunicação parlamentar ou um líder; nas duas situações, está contemplado o Senador Wilson Santiago, que se inscreveu como líder e para uma comunicação parlamentar; então, V. Ex^a será o próximo. E o Senador Magno Malta está logo após o Senador Wilson Santiago.

Senador Roberto Requião com a palavra.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Se costume houvesse em se dar nome aos pronunciamentos feitos na tribuna do Senado Federal,

eu chamaria esta minha intervenção de hoje de *Dilma, a Economia e a Corrupção*. Talvez pudesse usar como epígrafe desta fala o conhecido dilema que Saint-Hilaire apresentou ao País no século XIX e que depois Mário de Andrade perenizou em *Macunaíma*: “Ou o Brasil acaba com a saúva, ou a saúva acaba com o Brasil”. Quero dizer: ou o Brasil acaba com a corrupção, ou a corrupção acaba com o Brasil. Não vejo alternativa.

Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tudo, sobretudo todo apoio à Presidenta Dilma Rousseff e à sua decisão de combater a corrupção. A firmeza da Presidenta, Senador Paim, não pede aplausos, loas e encômios. Seria pouco. A determinação da Presidenta exige solidariedade ativa, militante. É o famoso “ou vai ou racha”. Sem meios termos.

Há conjunções favoráveis para que o País se mobilize contra essa praga danosa e há tanto tempo parasitando o erário, carcomendo o Estado, degenerando, viciando os usos e costumes nacionais, públicos e privados. Públicos ou privados porque seria uma arrematada sandice, um escrachado oportunismo circunscrever a corrupção ao serviço público, ao Estado.

Alinho-me com a Presidenta nessa briga com toda a minha alma. Uno-me às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que manifestaram apoio à Presidenta, com todo o entusiasmo. No entanto, a velha e boa dose de pessimismo, recomendada pelo filósofo, faz-me ponderar.

Tenho dúvidas sobre a possibilidade de união de todos em uma frente antirroubalheira.

Tenho dúvidas de que possamos, acima de nossas diferenças de concepção do mundo, de orientação política, de pensamento econômico, carregar as mesmas bandeiras, os mesmos cartazes, as mesmas faixas, gritar as mesmas palavras de ordem.

Duvido.

A corrupção não me parece algo fluido, informe, como que uma nuvem contaminada que vai espalhando o seu veneno, contagiando as pessoas, tornando-as más. A corrupção não é tão acidental, tão aleatória assim aos azares da vida.

Acredito que os fracassos que tivemos no combate à corrupção até agora, o fiasco de tantas campanhas possam ser atribuídos ao deslocamento do alvo. Quando não, foram movimentos para divertir, do italiano *divertere*, desviar do que importa.

Caso continuemos dissociando a luta contra a corrupção da luta pelas reformas econômica, política, social e jurídica, vamos continuar vendo a sangria inestancável do erário. A corrupção é uma doença sistêmica. Ela é inerente, parte constituinte, parte integrante do sistema capitalista, do capitalismo financeiro tal e qual o vivemos hoje no Brasil. Não há moralidade no capitalismo neoliberal.

Afinal, o que é imoral?

É moral a violência econômica contra os trabalhadores, que faz com que os salários não acompanhem o aumento da produtividade? Não é isso uma forma de corrupção, de fraude, de apropriação indevida? Se o trabalhador não recebe o correspondente ao que produz, o que é tirado dele não é um afano? Não seria também uma subtração negar aos aposentados um aumento real às suas tão aviltadas pensões?

Afinal, o que é imoral, Senador Paim?

É moral uma política econômica que premia rentistas, pátrios e estrangeiros, com lucros indecentes, gratificando-os pela usura, pela especulação, pela jogatina financeira? É menos criminoso, menos corrupta a agiotagem pelo fato de ela contar com o apoio oficial, com o apoio do Estado?

Afinal, o que é imoral?

É moral praticar os juros mais altos do planeta, inibindo a produção, a iniciativa, a produção, o trabalho, para compensar especuladores? Não seria a agiotagem uma forma clara e insofismável de corrupção?

Afinal, o que é imoral? É moral colocar em risco a própria existência do Brasil como nação independente, à medida que a política econômica vigente o transforma num simples exportador de *commodities* e importador de produtos acabados, destruindo nossa indústria, desestimulando investimentos no setor, anulando esforços de pesquisa em ciência e tecnologia, desencantando e desencorajando empreendedores e criadores? Na contradição entre nação e mercado, não seria corroer, corromper os interesses da Nação favorecer o mercado, em detrimento da Nação?

Afinal, o que é imoral?

É imoral a desigualdade persistente, de séculos, que condena tantos milhões de brasileiros à fome, à discriminação, ao subemprego, ao analfabetismo, à violência, à ofensa e à humilhação da miséria? Não é corrupta a sociedade que convive com desigualdades tão brutais por tanto tempo? Não são corruptos os governos que, ao longo da história, permitiram que isso fosse possível, que essa realidade criada fosse consolidada?

Afinal, o que é imoral, Srs. Senadores?

É moral a lentidão com que age e reage a Justiça brasileira? Não é uma forma de corrupção, de desvirtuamento dos direitos dos trabalhadores, os mais pobres, as minorias, entre elas especialmente os negros, as dificuldades que encontram, objetivamente, para acessar juízes e tribunais?

Não é, também objetivamente, uma forma de corrupção, de desvirtuamento dos direitos dos cidadãos as chicanas, as protelações, os adiamentos e manobras que impedem, especialmente os réus mais bem aqui-

nhoados financeiramente ou mais bem classificados socialmente, de serem julgados com presteza e isenção? Se isso não é uma forma de corrupção da Justiça, é o quê, Senador Paim? Não é corrupção destruir a fé dos mais pobres e dos trabalhadores na Justiça?

Afinal, o que é imoral?

É moral o monopólio da mídia, o controle da opinião pública por um número restrito de veículos de comunicação com um claro *parti pris* conservador, neoliberal, antipopular e antinacional e frequentemente golpista, historicamente golpista? É moral o monopólio desse príncipe não coroado, que repele qualquer possibilidade de regulamentação, de obrigação e de compromisso social? E hoje alguns jornais e a Internet me advertem que o PL 116, magnífico PL que votamos aqui, será vetado pela Presidenta, num acordo com a Globo, para garantir a manutenção do monopólio. É possível que isso aconteça? Se acontecer, isso é moral? É defensável? Ou deve ser tratado com a mesma dureza que a corrupção dos Ministérios?

Afinal, Senador Pedro Taques, o que é imoral?

É moral a privatização do patrimônio público, a liquidação, a preços vergonhosos, como se fez no Brasil ainda recentemente? Não é corrupção? Se não é corrupção, é o quê?

Afinal, o que é imoral?

É moral a mancebia de partidos políticos ideologicamente díspares partilhando o poder? Se tiram o diabo para dançar, não reclamem do cheiro de enxofre. Se você tira o diabo para dançar, saiba que o diabo não muda; quem muda é você.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenham-me como um parceiro fidelíssimo, intransigente e incondicional na luta contra a corrupção. No entanto, não faço fé, desconfio, vejo com ceticismo qualquer campanha contra a corrupção que não leve em conta alguns dos pressupostos que listei. Não se trata – longe de mim tal pretensão – de estabelecer regras, proclamar mandamentos. Longe disso. Mas o moralismo sem causa, sem princípios desmancha-se, esvai-se como uma nuvem ao vento.

Não vejo, como disse no começo desta fala, não vejo como separar a luta contra a corrupção da luta pela reforma econômica, a mãe de todas as reformas; pela reforma política – reforma política, e não reforma eleitoral, como estamos fazendo; pela reforma social e pela reforma jurídica. A vida nacional precisa ser sacudida, agitada, mobilizada pela discussão dessas reformas.

Precisamos retomar, tantos anos depois do golpe de 1964, um golpe contra o Brasil, a discussão das reformas fundamentais para a construção de um país. Reformas básicas, estruturais, nacionais.

Sou um homem de esquerda. A vida toda fui um homem de esquerda. Politicamente, nasci na esquerda.

E, se fosse o caso de alguma confissão, diria que não me arrependo de, por cinco vezes, ter votado no candidato do Partido dos Trabalhadores à Presidência da República. Votado e feito campanha, porque, em cada uma daquelas eleições, era o que eu devia fazer. Em que pesem os Palocis e os Meirelles, a política econômica conservadora, o caixa dois, também carinhosamente chamado de “mensalão”, não me arrependo.

Era o que havia a fazer naquele momento. Mesmo que divergisse, era o que havia a fazer.

Hoje, é outra coisa que devo fazer. Agora, devo cobrar, duvidar, criticar, desconfiar e, com frequência, votar contra.

O meu respeito à Presidenta Dilma está acima de qualquer dúvida. E é por isso mesmo que tenho questionado o PT abertamente e, às vezes, desabridamente. Houve um tempo em que, para não dar argumento à direita, evitei criticar o PT. Aquela história de não dar armas ao dito “inimigo de classe”.

Leandro Konder, no seu livro sobre Walter Benjamin, falando sobre o processo de descaracterização dos partidos de esquerda, nas primeiras décadas do século 20, capturados pelo reformismo, pelo economicismo e pelo pragmatismo, observa: “Quando a esquerda evita falar sobre os seus próprios erros e se recusa a discutí-los à luz do dia, ela não está, afinal, se protegendo da direita: está protegendo o conservadorismo que conseguiu se infiltrar no interior dela mesmo”.

Alguém tem dúvida de que a citação ajusta-se, como diria Celso Bandeira de Melo, à fiveleta, com perfeição, à esquerda brasileira hoje, especialmente à esquerda acantonada no Partido dos Trabalhadores? Ou no PCdoB? Ou mesmo em meu partido, essa frente heterogênea chamada PMDB?

Não há dúvida – e alguns acham isso uma virtude – de que a esquerda brasileira foi abduzida também pelo economicismo, pelo pragmatismo, pelo determinismo. Não digo pelo reformismo porque ela é, há muito tempo, essencialmente reformista, tendo abandonado qualquer veleidade revolucionária.

Aqui cabe muito bem outra referência ao livro de Leandro Konder. Falando sobre a transformação que sofreram os socialistas no início do século passado, ele diz que a esquerda europeia era cada vez mais levada “a pensar em termos empíricos ou pragmáticos, abandonando a dimensão *filosófica* – inquietante e radical – da reflexão de Marx”.

Novamente o nosso retrato em branco e preto. Empíricos e pragmáticos, cortamos laços com a ideia de transformação da sociedade brasileira que, em um dia tão distante, cultivamos.

Quando falo, citando o escritor em *dimensão filosófica, inquietante e radical*, não estou propondo nin-

guém a pegar em armas; quando falo em revolução, não estou concitando ao levante.

A direita, pródiga em mistificações, buscou sempre associar revolução à luta armada, à violência, mediatizando, circunstanciando a ideia de transformação e mudança profunda da sociedade.

Quem um dia leu **Asterix, o gaulês**, de Uderzo e Goscinny há de se lembrar da cena em que Júlio César mais uma vez derrotado pela resistência magnífica da pequena aldeia na Armórica, admoesta, seus antigos e combativos generais, todos agora amolecidos pelo desfrute do poder, refestelados sobre os louros da conquista.

É a imagem que, recorrentemente, me persegue quando vejo a inação da esquerda, sua passividade, seu conformismo bovino diante do jogo do mercado, da prevalência dos tais fundamentos macroeconômicos que o neoliberalismo e o consenso de Washington formularam para garantir os ganhos do capitalismo financeiro e a dominância imperial dos países ricos.

Se não tivermos a coragem de romper com esses pressupostos, com os dogmas já apodrecidos, desmoralizados do mercado, esqueçamos qualquer avanço na batalha contra a corrupção.

Esses dias, li uma citação de Santo Agostinho. Disse o bispo de Hipona: “A esperança tem duas filhas lindas. A raiva e a coragem. Raiva do estado das coisas. Coragem para mudá-lo”.

Sr^{as} e Srs. Senadores, tenhamos raiva da corrupção, mas tenhamos coragem para mudar o estado das coisas que a originam e que a incrustam e disseminam entre nós.

Mais que um discurso, é um desabafo de quem está vendo os discursos se multiplicarem e a ação concreta se desfazer na melifluidade de medidas homeopáticas, quando a situação está a exigir alopatia, mudanças firmes, coragem de reformar o País e de enfrentar a corrupção, de cima a baixo, não a incidental de um funcionário público ou de um ministro pilantra, mas a corrupção do sistema que tudo isso enseja.

Dois Senadores haviam levantado o microfone, pedindo aparte. No entanto, vejo que os microfones foram baixados.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – V. Ex^a me permite o aparte?

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Com todo prazer, Senador Pedro Taques.

O Sr. Pedro Taques (Bloco/PDT – MT) – E faço o aparte rapidamente, apenas para responder a pergunta que V. Ex^a me fez sobre o que é imoral. Imoral é um Senador da República ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal e o Supremo nunca condenar um Senador ou um Deputado Federal. Imoral é nós ter-

mos 25 mil cargos comissionados no Brasil. Imoral é o aparelhamento do Estado por partido político. Imoral é nós fazermos o levantamento nas prisões deste País e só encontrarmos o José da Silva. Isso é imoral. É lógico que as questões econômicas são importantes, mas as questões econômicas não resolverão a base, não resolverão a causa. A causa, Senador, é a impunidade. A causa está aqui, no Congresso Nacional, que não exerce a sua atribuição. Isso é imoral. O discurso sobre corrupção alguns entendem que é um discurso estreito, que deveríamos debater temas mais largos. Não adianta debatermos questões econômicas, crises econômicas internacionais, não adianta debatermos programas governamentais, se o dinheiro vai ser roubado. Efetivamente é isso. Imoral é termos um País em que crianças morrem por falta de escola de qualidade, porque a corrupção rouba o futuro dessas crianças. Imoral, no Brasil, é termos hospitais que não curam. Imoral, no Brasil, é termos segurança que não dê tranquilidade. Isso é imoral. É lógico que a questão econômica é importantíssima. Concordo inteiramente com V. Ex^a, as mudanças devem ser estruturais neste País. Imoral é um processo demorar 12 anos. Imoral é não votarmos projetos de lei e o Congresso Nacional não pautar, não agendar os debates mais importantes da República. Imoral é um Presidencialismo imperial e um Judiciário que não julga no tempo razoável. Isso é imoral. Cumprimento V. Ex^a pelo seu pronunciamento, importante pronunciamento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR) – Senador Randolfe Rodrigues.

O Sr. Randolfe Rodrigues (PSOL – AP) – Senador Requião, creio que V. Ex^a tocou no eixo das nossas convergências e divergências com a Presidente Dilma. Eu acho fundamental a Presidente enfrentar qual a forma que ela vai tratar esta gigantesca crise econômica que se avizinha, que já afeta a Europa, que já afeta os Estados Unidos. Então, é fundamental nós definirmos claramente qual a forma que a Presidente vai tratar, e há duas alternativas no mundo hoje para enfrentar esta dramática crise econômica: uma alternativa é o método que levou à crise – desregulação do Estado, corte do que os neoliberais chamam de gastos sociais, mas, na verdade, são investimentos... Essas duas questões não estão apartadas: a forma como o Governo vai enfrentar esta dramática crise econômica que está no mundo e, por outro lado, o tema da corrupção. Assim, nós estamos ao lado da Presidente nas medidas que ela tomar para enfrentar e combater a corrupção, ao mesmo tempo em que consideramos que não é contraditório assinar uma comissão parlamentar de inquérito, porque é a comissão parlamentar de inquérito a prerrogativa do Legislativo necessária para fazer as investigações sobre

este tenebroso esquema de corrupção, que corrói as entranhas do Estado brasileiro. Considero da mesma forma que V. Ex^a considerou e que o Senador Taques considerou que não são contraditórios – combate à corrupção e como vamos enfrentar a crise econômica não são temas contraditórios. E combate à corrupção não é um tema menor. Alguns dizem: “Você está sendo lacerdista, você está sendo udenista falando de corrupção”. Ora, eu lembro que quem, às vezes, nos acusa de udenismo no combate à corrupção, outrora, construiu um partido político do qual fiz parte, que foi caracterizado e marcado pelo combate à corrupção, pela denúncia implacável da corrupção. Na verdade, a coerência com a história que formou o próprio Partido dos Trabalhadores indica que o combate à corrupção tem de ser também uma das razões de ser e de atuar o Estado brasileiro. Não são temas distintos; não são temas diferentes: como vamos enfrentar e tratar a crise econômica, como vamos combater a miséria e como se combate a corrupção. Falo isto para concluir: não é somente como a Presidente disse – parece-me que hoje pela manhã – que “faxina é combater a miséria”. É! Combater a miséria é fundamental e indispensável para o Brasil, mas faxina é também fortalecermos as instituições de combate à corrupção, porque apropriação da coisa pública por parte de alguns poucos gatunos privados é um mal endêmico do Estado brasileiro, e V. Ex^a muito bem sabe que não é de hoje. Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Afinal, corromper é degradar uma realidade, desarticular um tecido. A corrupção tem que ser combatida na sua integralidade, mas a causa principal da corrupção é o domínio da ganância, o domínio do capital sobre o trabalho, a desvinculação da produtividade dos ganhos. As massas estão sendo levadas ao desespero enquanto o Estado, patrocinando um Banco Central, bate recordes do Livro **Guinness** em lucratividade no mundo, no Planeta inteiro.

Lá do meu velho Sergipe, do meu amado Sergipe – minha família Valadares, você sabe, pelo ramo paterno, é sergipana de Divina Pastora –, a voz do nosso Senador Valadares. Com a palavra, Senador.

O Sr. Antonio Carlos Valadares (Bloco/PSB – SE) – Senador Roberto Requião, V. Ex^a não nega as suas origens. Por isso, V. Ex^a tem a estima não só do Senador Valadares, mas também de todos os sergipanos que conhecem o seu trabalho e conhecem a sua família. V. Ex^a fez um pronunciamento afirmativo, que traz, no seu bojo, os princípios que nortearam a sua carreira política e a sua personalidade de líder no Estado do Paraná. V. Ex^a elaborou quase que uma peça acusatória – podemos traduzir assim – contra os atos

de corrupção que não se resumem a esse ou àquele setor da gestão administrativa, mas que envolvem todo um sistema corrompido que tem que ser modificado, alterado, substancialmente, sob pena de o Brasil continuar mergulhado sempre na condição de País em desenvolvimento.

As nossas instituições precisam ser mais aperfeiçoadas. Não só o Congresso Nacional, não só o Poder Executivo, mas o Poder Judiciário e todas as demais instituições, órgãos de controle, devem ser aperfeiçoados no sentido do seu fortalecimento, porque sem o fortalecimento das instituições nós estamos enfraquecendo aquilo que é fundamental para a conquista do povo brasileiro, que é a democracia e a liberdade. A liberdade não apenas de dizer o que pensa, mas a liberdade de crescer, de conquistar na educação o direito para seus filhos, de conquistar na saúde o direito para a sua família. Enfim, V. Ex^a tem inteira razão. Não podemos combater a corrupção preocupando-nos apenas com um setor. Logicamente todos os setores devem ter a nossa preocupação. E, ocorrendo a corrupção em qualquer setor, ela deve ser tenazmente combatida e os elementos que a produziram ser punidos exemplarmente. Por essa razão eu quero parabenizar V. Ex^a por esse verdadeiro tratado que foi elaborado contra a corrupção. Quem quiser aprender, quem quiser ler, quem quiser ganhar mais experiência e conhecimento sobre o que é corrupção tem que ler o tratado que foi exposto por V. Ex^a nesta tarde.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (Bloco/PMDB – PR)

– Senador Valadares, a minha preocupação é o divertimento em torno da matéria.

Um ato de corrupção, um desvio conhecido por um burocrata num ministério deve ser combatido com a máxima dureza, extirpado. Mas, de repente, esse ato ocupa os espaços da mídia inteira e nós esquecemos que o Brasil tem hoje os juros mais altos do Planeta enquanto todos os países que querem se desenvolver estão trabalhando com juros zero, abaixo de zero.

Nós esquecemos um modelo econômico que provocou o desastre dos Estados Unidos, está sendo mudado, mas nós nos debruçamos em cima de um pilantra de um ministério que deveria ser defenestrado e colocado na cadeia com extrema rapidez pelo Ministério Público e pelo Judiciário.

Divertir do italiano **divertere**, desviar do que importa. A pequena corrupção está sendo transformada num espetáculo que encobre a tragédia econômica que o Brasil e o mundo estão vivendo. Está impedindo a mobilização definitiva por reformas profundas e estruturais da economia do Brasil e do Planeta.

Ladrão, sim, na cadeia, e todo apoio a Dilma, mas que isso não cale a voz e a inteligência do Congresso Nacional.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos pelo seu pronunciamento, Senador Requião, que mostra a amplitude do que significa a corrupção.

Passo a palavra, como líder, ao Senador Wilson Santiago.

V. Ex^a está inscrito tanto como parlamentar quanto como líder.

O SR. WILSON SANTIAGO (Bloco/PMDB – PB. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Paulo Paim, demais Sr^{as} e Srs. Senadores, profissionais da imprensa e caros ouvintes da TV Senado e da Rádio Senado.

Hoje, Sr. Presidente, no âmbito do Senado Federal, nós criamos a Frente Parlamentar pelo Desenvolvimento do Semiárido.

Essa frente, Sr. Presidente, Senador Paim, tem o objetivo que entendo como dos mais essenciais para contribuir com o desenvolvimento de uma região. A intenção da frente é formular propostas, acompanhar os programas do Governo e também suas ampliações, sugerindo que essas ampliações sejam extensivas e prioritárias nas regiões mais pobres do País.

Nós não podemos concordar, Sr. Presidente, que uma região com mais de 22 milhões de habitantes, divididos, distribuídos em nove Estados da Federal, continue na situação em que, na verdade, está.

Somos conscientes de que, nos últimos anos, muitas políticas públicas e ações governamentais contribuíram para a melhoria dessa região, mas ainda somos, Senador Paim, a região, o semiárido brasileiro, que ainda tem o maior índice de desemprego; a região que ainda tem os maiores índices de analfabetismo; a região que ainda tem os maiores índices de doença de Chagas. Só no meu Estado, a Paraíba, são mais de cem Municípios que são atingidos pela doença de Chagas, 62 deles com alto índice da doença, por conta exatamente da falta de uma integração das políticas públicas que, na verdade, solucione esses graves problemas que incomodam, perturbam, que denigrem e que maltratam a população, a sociedade e todos os habitantes daquela grandiosa região do País.

Nós temos que encontrar, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, soluções para a saída econômica da região, para geração de empregos, para investimentos que, de fato, atendam diretamente as necessidades da população, que de fato atendam ao desejo da população, investimentos que saiam do pensamento e do desejo, e da própria cobrança dos que lá habitam. E não algu-

mas políticas que são adotadas de forma generalizada, que lá não chegam de acordo com o que se precisa, de acordo com o que necessita aquela população.

Nós temos que reconhecer, Senador Presidente, que alguns dos programas, muitos deles, como disse anteriormente, melhoraram a vida daquela população, mas esta melhora tem sido lenta, tem sido de uma determinada forma que esse pensamento que aqui trago hoje: a criação desta frente em prol do desenvolvimento da região, composta por nove Estados, de mais de 22 milhões de habitantes, com 27 Senadores aqui no Senado, nesta Casa. Nós, sim, teremos condições de contribuir para a ampliação dessas ações e dessas políticas públicas que, de fato, contemplem de forma mais maciça, de forma mais estruturante, gerando mais emprego, gerando mais renda e contribuindo para aqueles que lá nasceram permaneçam morando, trabalhando e vivendo com aqueles que eles aprenderam a conviver ao longo de suas próprias vidas.

Continua muito o abandono da zona rural no semiárido brasileiro, continua ainda em altos índices o abandono da população trabalhadora para os grandes centros do País, Senador Paim, Senador Requião, Senador Pedro Taques,

Senador Pedro Taques, Senador Antonio Carlos Valadares, Senador Randolfe Rodrigues. Continuam muito ainda os ônibus lotados levando os trabalhadores do semi-árido brasileiro, do nosso Estado, a Paraíba, por exemplo, para São Paulo, para o Rio de Janeiro, para buscar emprego na indústria especificamente.

Se temos, no Brasil, um consumo interno em torno de 70% daquilo que, na verdade, é produzido pela indústria brasileira, por que não interiorizarmos essas indústrias com a criação de parques industriais, com a aprovação daquele projeto que aqui citei e apresentei há poucos meses, da criação da Zona Franca do Semi-Árido? Isso para, num espaço de tempo o mais rápido possível, termos condições de contribuir não só para o soerguimento econômico daquela região, como também, pelo menos, com a permanência, com a contribuição, com a ajuda de todos nós, para que o cidadão de lá permaneça morando onde de fato ele gosta de morar e conviver com sua própria família.

Então, eu quero, Sr. Presidente, Senador Paim, não só contar, nessa frente parlamentar, com a atenção, a compreensão e o apoio de V. Ex^a, como de tantos outros, de tantos outros. Acredito que da maioria ou da totalidade desta Casa. Porque não se justifica e nem é justo o País crescer de forma desordenada, o País crescer de forma que uns cresçam muito e outras permaneçam estabilizados ou cresçam lentamente.

Temos que crescer em conjunto, temos que desenvolver todas as regiões do País em conjunto, de

modo que tenhamos condições de, desse conjunto, de fato construir um Brasil de futuro, um Brasil com as soluções e com as definições daquilo que, de fato, o povo precisa e o povo merece.

Só para V. Ex^a, Senador Paim, ter uma idéia. Dos 16,2 milhões de brasileiros que estão identificados no Programa Brasil sem Miséria, lançado pela Presidenta Dilma, 59% do total é do Nordeste, especificamente dessa região do semiárido, com a ajuda pequena do Norte do País.

Então, precisamos, sim, urgentemente, não só apoiar as políticas públicas, os programas, as iniciativas, da Presidente Dilma no que se refere à extinção da miséria no Brasil, como também a criação de programas de incentivos para que o setor industrial, por exemplo, o setor educacional, que tem expandido mas precisa expandir mais, adentre o semiárido inteiro e dê oportunidade de vida aos pobres, aos habitantes que lá residem, que preferem até morrer de fome a abandonar suas terras.

Confio, tenho certeza de que essa frente, com o apoio dos 27 Senadores, dos nove Estados, teremos condições de construir, o mais urgente possível, as propostas que o semiárido precisa para, com isso, diminuirmos a inchaço das principais cidades do próprio Nordeste, do próprio Nordeste, onde sabemos que os maiores investimentos têm sido de fato nos principais centros urbanos, nas principais metrópoles do Nordeste brasileiro.

Vamos priorizar essas ações, vamos de fato levantar a voz, cada vez mais nesta Casa, em conjunto, por meio dessa frente e de apoios isolados, para, num futuro bem próximo, comprovarmos que o trabalho, que a decisão, que o conjunto de ações de todos esses companheiros não só melhoraram a vida daquela população, como também contribuíram para o crescimento, para o desenvolvimento do semiárido, do Nordeste e do Brasil inteiro.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Tenho certeza de que essa nossa proposta, além da de outros companheiros, será o caminho para a solução dos graves problemas que muito nos tem incomodado e que precisam de urgente atenção e decisão política, especificamente, e administrativa; falo política porque condições administrativas o próprio Governo tem e o apoio do Congresso Nacional.

Vamos juntos construir um Nordeste, um semiárido, como citei especificamente, justo, que solucione de fato aquilo que a maioria da população deseja.

Muito obrigado a v. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Parabéns, Senador Wilson Santiago, pela sua fala.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Neste momento, informo ao Plenário que a Ordem do Dia transcorre hoje.

É a primeira sessão em que constou da pauta o Projeto de Lei de Conversão nº 20/2011 (proveniente da Medida Provisória nº 530, de 2011), e a nº 531, de 2011.

É o seguinte o item:

Item 1:

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 20, DE 2011

(Proveniente da Medida Provisória nº 530, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2011, que *instui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres (proveniente da Medida Provisória nº 530, de 2011).*

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Conforme acordo de Lideranças, naturalmente firmado nesse sentido, a Presidência transfere a pauta para a Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

2

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 531, DE 2011

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 531, de 2011, que *abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 74.000.000,00 (setenta e quatro milhões de reais), para os fins que especifica.*

3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 467, DE 2008-COMPLEMENTAR

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 451, de 2011)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 467, de 2008-Complementar, da Senadora Ideli Salvatti, que *altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para acrescentar outras atividades de prestação de serviços às já passíveis de opção pelo Simples Nacional.*

Parecer sob nº 1.575, de 2009, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Junior, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAE, que apresenta.

4**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 1, DE 2010-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 475, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 1, de 2010-Complementar (nº 12/2003-Complementar, na Casa de origem, do Deputado Sarney Filho), que *fixa normas, nos termos dos incisos III, VI e VII do caput e do parágrafo único do art. 23 da Constituição Federal, para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas, da fauna e da flora e altera a Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.*

5**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 41, DE 2010**

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 476, de 2011)*

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2010 (nº 219/2003, na Casa de origem, do Deputado Reginaldo Lopes), que *regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 janeiro de 1991, e dá outras providências.*

6**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 56, DE 2007**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda

do nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

7**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 63, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 63, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Valdir Raupp, que *altera a redação do art. 3º da Emenda Constitucional nº 62, de 9 de dezembro de 2009, para ampliar o prazo de adesão ao regime especial de precatório até a data de 31 de dezembro de 2012.*

Parecer, sob nº 689, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

8**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 102, DE 2007**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (no 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.*

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Constituição de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

9**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 28, DE 2008**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que *dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.*

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

10

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 185, DE 2004**

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 5, de 2008)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional*.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que *oferece*; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante a Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

11

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno*.

12

REQUERIMENTO Nº 918, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 918, de 2011, do Senador Cyro Miranda, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 337, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (licitações de serviços de publicidade e propaganda)*.

13

REQUERIMENTO Nº 919, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 919, de 2011, do Senador Jarbas Vasconcelos, *solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 29, de 2007; e 40, de 2011, por regularem matérias correlatas (fim das coligações nas eleições proporcionais)*.

14

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)*

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de S.Paulo, na edição de 31 de julho deste ano*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – SP)

– Neste momento, passamos a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, quando também convido o nobre Senador Anibal Diniz que assuma a Presidência, porque vou receber alguns gaúchos e algumas gaúchas.

Depois volto a assumir a Presidência, para que V. Ex^a possa fazer uso da palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, inicio esta minha fala, referindo-me ao Estado de Sergipe, que está, neste momento, entre os três Estados da Federação que mais geraram emprego no Brasil. São eles: Pernambuco, em primeiro lugar; Amazonas, em segundo lugar; e, em terceiro, o meu querido Estado de Sergipe.

Segundo o Caged (Cadastro de Empregados e Desempregados), no Brasil, o crescimento médio do emprego, nestes últimos doze meses, foi de 5,3, mas, em Sergipe, o crescimento foi de 6,4, uma média maior do que o Brasil. Já com relação ao emprego industrial, a taxa de Sergipe foi de 10,8.

Impressionante, Sr. Presidente, como um Estado pequeno está mostrando ao Brasil como proporciona empregos ao seu povo, com carteira assinada, em plena crise internacional. E, por coincidência, eu gostaria de registrar um fato, para mim muito auspicioso. Em Sergipe, na minha cidade de Simão Dias, há uma colocação de destaque, de vez que Simão Dias no mês de julho foi o Município sergipano que mais gerou empregos: foram 454 empregos.

Faço essas considerações, Sr. Presidente, a respeito da performance, da maneira como o Estado de Sergipe promove o seu crescimento, procurando fazer justiça ao Governador Marcelo Deda, que tem enviado todos os esforços no intuito de direcionar o seu Governo para as atividades produtivas, não apenas no setor industrial, mas também no interior do Estado, fortalecendo a agricultura familiar; adquirindo centenas de propriedades que são entregues frequentemente

aos pequenos produtores rurais, diminuindo assim as possibilidades de haver uma grande evasão rural, evitando o êxodo do homem do campo, estimulando-o para que ele fique na sua terra, para que ele permaneça no seu território, no lugar onde mora com a sua família e, assim, desafogando os grandes centros do nosso País daquela inchação tão prejudicial que termina gerando mais desemprego, mais criminalidade, mais violência, falta de habitações, condições sociais adversas que o homem do campo poderia, sem dúvida alguma, conquistar na terra onde mora.

Eu também aproveito esta oportunidade, Sr. Presidente, para dizer que o Estado de Sergipe lança hoje o Programa Frutos da Terra, que possui o objetivo de adquirir produtos da agricultura familiar e os repassar a setores públicos, como hospitais e creches, estimulando assim as ações de acesso à alimentação.

O governo Marcelo Déda, através da Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência e do Desenvolvimento Social, realiza nesta quinta-feira o lançamento do programa de aquisição de alimentos Frutos da Terra para fortalecer a citricultura e beneficiar a população sergipana de baixa renda em situação de insegurança alimentar e nutricional. O Governo de Sergipe assegurou a compra da produção de laranja que seria perdida pelos agricultores familiares.

Neste momento, o governo está coletando, beneficiando e distribuindo a produção de laranja de 170 agricultores familiares nos Municípios de Tomar do Geru, Itabaianinha, Estância, Lagarto e Itaporanga, com o programa realizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o governo adquire produtos da agricultura familiar e os repassa a equipamentos públicos de alimentação e nutrição, como hospitais públicos, creches, estimulando também as ações no setor de alimentação.

Nesta fase, o programa Frutos da Terra está beneficiando 15 mil pessoas em diversas cidades, com investimento de R\$500 mil para adquirir 1 milhão de toneladas de laranja que serão doadas a até 300 entidades socioassistenciais.

O trabalho também gera a regulação do preço. Antes dessa ação do governo, a tonelada da laranja era vendida por cerca de 180, agora o valor está em 460. Do total investido nessa compra, 85% dos recursos são federais e 15%, estaduais, provenientes do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza. Portanto, é uma integração do Governo federal, da Presidenta Dilma, com o Governo estadual, comandada pelo Governador Marcelo Déda.

Sr. Presidente, eu também não podia deixar de me referir à Marcha das Margaridas, que ocorreu durante o dia todo desta quarta-feira. E ainda sob o manto da

informalidade, costuma-se celebrar o Dia Nacional das Camponesas Brasileiras. Em decorrência disso têm-se organizado nos últimos anos a já tradicional Marcha das Margaridas. Isso não se justifica não por capricho festivo sazonal da categoria, mas sim pela ocorrência de uma tragédia de repercussão simbólica arrebatadora no meio rural do País.

Mais detalhadamente, não custa nada reiterar que a marcha dos trabalhadores rurais recebeu o nome de Marcha das Margaridas em homenagem a Margarida Maria Alves, assassinada em agosto de 1983, na porta de sua casa, a mando dos latifundiários do grupo Várzea, na cidade de Alagoa Grande, na Paraíba. Margarida, que exercia a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande e se destacava por lutar em defesa da garantia dos trabalhadores rurais assalariados.

Nesse sentido, a Marcha das Margaridas é uma estratégia política construída pelas mulheres trabalhadoras rurais organizadas no Movimento Sindical dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais – MSTTR, para combater a fome, a pobreza, a violência e construir um novo Brasil, com justiça, paz e igualdade de gênero.

Em 2000, fortalecendo a Marcha Mundial das Mulheres, foi realizada a primeira Marcha das Margaridas, que reuniu 20 mil mulheres de todo o Brasil. Com a experiência acumulada nessa primeira edição, foi possível construir a II Marcha das Margaridas, que aconteceu em 2003.

A partir daí, foram criadas as condições para reunir em Brasília 40 mil participantes dos mais diversos lugares do País, razão por que passou a ser considerada a maior mobilização de massa organizada pelas mulheres rurais do Brasil.

Em 2007, superando a meta prevista, o Brasil chegou a reunir mais de 50 mil trabalhadoras rurais de todo o País, com a participação da juventude rural, para a terceira Marcha das Margaridas.

Naquela ocasião, os participantes brandiam a seguinte bandeira:

“2007 razões para Marchar – Contra a fome, a Pobreza e a violência Sexista”.

Naquela oportunidade, em meio a uma diversidade de propostas, negociavam-se o título de posse da terra em nome do homem e da mulher, a criação da coordenadoria de educação do campo, a ampliação da meta para a implantação das Delegacias Especiais de Atenção às Mulheres, o projeto de Saúde Reprodutiva, a assistência técnica com enfoque de gênero e o Programa Nacional de Documentação para a Trabalhadora Rural. Mais que isso, articulou-se a inclusão das mulheres trabalhadoras rurais nos programas do Governo Federal, além da manutenção dos direitos

das trabalhadoras rurais no seguro especial na Previdência Social.

Sr. Presidente, a quarta edição da Marcha das Margaridas se aproxima de ser um dos maiores movimentos sociais já realizados neste País, comandado pelas mulheres do nosso País. Neste ano, as participantes seguiram com o lema “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”.

De acordo com a coordenação do evento, as pautas de reivindicações já foram entregues à Presidência da República, como foi amplamente divulgado pelos órgãos de comunicação, constando pobreza, desigualdade, opressão e violência. Ainda predominam outros assuntos na sua pauta.

No fundo, a Marcha das Margaridas 2011 reconhece os esforços do Governo da Presidenta Dilma para superar as desigualdades sociais, com iniciativas para distribuição de renda e inclusão social. Porém, ainda persistem insuficiências diante da realidade das mulheres trabalhadoras rurais. Mesmo com esse entendimento, a edição deste ano da Marcha das Margaridas construiu a sua mobilização em bases mais animadoras, com a convicção de que, ineditamente, o evento aconteceu sob o olhar mais solidário da Presidência da República, agora exercida por uma mulher. Talvez sob a influência de um poder com características mais femininas, foram elaboradas, desta vez, pautas de reivindicação baseadas em sete eixos distintos, a saber: biodiversidade e democratização dos recursos naturais; terra, água e agroecologia; soberania e segurança alimentar e nutricional; autonomia econômica; trabalho e renda; educação não sexista, sexualidade e violência; saúde e direitos reprodutivos; e, por último, democracia, poder e participação política. Na verdade, os eixos são compostos por 158 pontos cuja linha discursiva comum visa a atender não somente às trabalhadoras rurais, mas, sobretudo, à sociedade brasileira.

Em resumo, trata-se de uma ação estratégica das trabalhadoras para garantir e ampliar as conquistas das mulheres do campo e das florestas. Para tanto, enfeixa um processo amplo de mobilização em todos os Estados do País, promovido pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais, pela Confederação dos Trabalhadores da Agricultura (Contag), 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetags), 4,1 mil Sindicatos de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTRs) e Central Única dos Trabalhadores (CUT), em parceria com Movimentos de Mulheres e Movimentos Feministas.

Sr. Presidente, além de homenagear todas as trabalhadoras rurais do País, gostaríamos de, especialmente, saudar as participantes sergipanas, expressando nossos votos de que continuem na sua luta,

luta que será vitoriosa. Somado a isso, gostaríamos, igualmente, de acentuar que, no Senado Federal, as reivindicações de nossas camponesas têm sido recolhidas com muita simpatia e carinho.

Em 2010, por exemplo, de minha autoria, apresentamos o Projeto de Lei nº 76, autorizando o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio aos Pequenos e Médios produtores de Laranja (Proap Laranja). Com isso, objetiva-se determinar que o Poder Executivo adote uma política creditícia mais descentralizada e focalizada nos produtores mais humildes.

Na mesma direção, ainda em 2010, também de minha autoria, inscrevemos o Projeto de Lei nº 258 nas discussões ordinárias do Senado, instituindo a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR), com parecer favorável do Senador Suplicy, na Comissão de Justiça e Cidadania.

Sr. Presidente, antes de encerrar essas minhas palavras, eu gostaria que o restante do meu discurso fosse registrado nos Anais desta Casa.

Antes de encerrar, eu gostaria de dar um aparte, com muita honra e com muito prazer, ao Senador Paulo Paim, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Valadares, dentro do seu tempo – V. Ex^a dispõe de seis minutos, mas ficaremos dentro do tempo regimental de vinte minutos que é assegurado a V. Ex^a –, eu queria cumprimentá-lo por fazer um resumo deste importante movimento que foi a mobilização nacional da Marcha das Margaridas. Cerca de 70 mil mulheres, como bem destacou V. Ex^a apontaram o caminho. O caminho é o fortalecimento do mercado interno, é a distribuição de renda; por isso, a autonomia econômica, por isso, diminuir a taxa de juros. Eu recebi hoje, junto com as Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, no auditório Petrônio Portela, em torno de mil mulheres, e elas falaram exatamente na mesma linha que V. Ex^a falou nesse momento: a importância da mobilização, da pressão popular para que a gente não seja contagiado com a política externa e para que se fortaleça a política iniciada pelo Presidente Lula que foi exatamente na linha do poder de compra dos trabalhadores brasileiros. Quero cumprimentar, aproveitando esta oportunidade, V. Ex^a cumprimentou com muita coragem, muita força, eu diria e muita solidariedade as mulheres de todo o Brasil, falou do seu Estado, e eu queria, se V. Ex^a me permitir, dizer que recebi agora uma delegação de mulheres de Capão da Canoa, do PT do Rio Grande do Sul. Estiveram aqui cerca de 20 mulheres, falaram da caminhada e, mais uma vez, nos pediram que a gente não deixe que se faça nenhuma alteração na Previdência, pelos anúncios que a gente está vendo

pelos jornais, que venham em prejuízo das mulheres do campo e da cidade. Encerro este aparte com o qual usei dois minutos do seu tempo para cumprimentá-lo. Eu tive a alegria de falar na segunda-feira, mas apenas falei ao Brasil que iria se realizar essa grande caminhada porque eu tinha alguns dados. V. Ex^a fala hoje novamente e faz um brilhante balanço elogiando essa grande mobilização. Que os homens do Brasil façam mobilizações como essa, e as coisas passam a acontecer de forma mais rápida aqui no Congresso em favor dos trabalhadores da cidade e do campo. Parabéns, Senador Valadares, é uma alegria fazer um aparte nesse discurso brilhante de V. Ex^a.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Agradeço a V. Ex^a o aparte, Senador Paulo Paim, V. Ex^a que é um dos grandes estimuladores do fortalecimento do trabalhador rural; especialmente da mulher, que, ao lado do marido, ao lado dos seus filhos, luta por um Brasil melhor com a adversidade que encontra no campo. Quando é no semiárido, muitas vezes é a falta d'água, a seca; quando é no sul, é a geada que atrapalha a sua atividade agrícola.

Enfim, a violência que comumente acontece contra a mulher tem que ser coibida a qualquer custo, e só através de ações positivas, que, inclusive, são desenvolvidas no âmbito da sua Comissão de Direitos Humanos é que nós podemos combater a injustiça que ainda é cometida neste século XXI contra esse ser humano incomparável que é a mulher.

Hoje, infelizmente, está-se dando prioridade à crise financeira internacional, à divulgação sistemática da queda das bolsas de todo o mundo capitalista, na União Europeia, nos Estados Unidos e mesmo aqui no Brasil, mas, enquanto nós estivermos preocupados em fortalecer o nosso consumo interno, em trabalhar para que no campo haja emprego, haja ocupação, em desenvolver formas de qualificação de pessoal, sem dúvida alguma, nós iremos esquecer essa crise internacional e fazer com que o Brasil, que é um grande produtor de alimentos, continue a fazer sua exportação e a trazer divisas para o nosso País.

Portanto, a minha palavra é de regozijo em favor desse movimento de mais de 70 mil mulheres que vieram aqui preencher os espaços de Brasília dando uma lição de civilidade, de brasilidade, com um movimento pacífico, democrático, que foi recebido não apenas no Senado, pois, como V. Ex^a acaba de dizer, mais de mil mulheres estiveram reunidas hoje aqui, com V. Ex^a e com a própria Presidenta da República. Compromissos públicos foram assumidos na luta que elas encetaram no campo e aqui em Brasília, que será apoiada por todos nós no Senado Federal. Haja o que houver,

aqui estaremos, no batente, garantindo os direitos da mulher trabalhadora do campo e da cidade.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ainda sob o manto da informalidade, costuma-se celebrar, no mês de agosto, o dia nacional das camponesas brasileiras. Em decorrência disso, tem-se organizado, nos últimos anos, a já tradicional Marcha das Margaridas. Isso se justifica não por capricho festivo sazonal da categoria, mas sim pela ocorrência de uma tragédia de repercussão simbólica arrebatadora no meio rural do País.

Mais detalhadamente, não custa nada reiterar que a marcha das trabalhadoras rurais recebeu o nome de Marcha das Margaridas em homenagem a Margarida Maria Alves, assassinada em agosto de 1983, na porta de sua casa, a mando dos latifundiários. do Grupo Várzea, na cidade de Alagoa Grande, na Paraíba. Margarida, que exercia a presidência do sindicato dos trabalhadores rurais de Alagoa Grande, se destacava por lutar em defesa da garantia dos direitos dos trabalhadores rurais assalariados.

Nesse sentido, a Marcha das Margaridas, Sr. Presidente, é uma estratégia política construída pelas mulheres trabalhadoras rurais organizadas no Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), para combater a fome, a pobreza, a violência sexista e construir um novo Brasil com justiça, paz e igualdade de gênero. Em 2000, fortalecendo a Marcha Mundial das Mulheres, foi realizada a primeira Marcha das Margaridas, que reuniu em Brasília 20 mil mulheres de todo o Brasil.

Com a experiência acumulada naquela primeira edição, foi possível construir a segunda Marcha das Margaridas, que aconteceu no ano de 2003. A partir daí, foram criadas as condições para reunir, em Brasília, 40 mil participantes dos mais diversos lugares do País, em razão de que passou a ser considerada a maior mobilização de massa organizada pelas mulheres trabalhadoras rurais no Brasil.

Em 2007, superando a meta prevista, Brasília chegou a reunir mais de 50 mil trabalhadoras rurais de todo o País - com a participação da Juventude Rural - para a terceira Marcha das Margaridas. Naquela ocasião, os participantes bradavam a seguinte bandeira: “2007 Razões para Marchar - Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista”.

Naquela oportunidade, em meio a uma diversidade de propostas, negociavam-se o título de posse da

terra em nome do homem e da mulher, a criação da coordenadoria de Educação do campo, a ampliação da meta para implantação das Delegacias Especiais de Atenção às Mulheres, o projeto de Saúde Reprodutiva, a assistência técnica com enfoque de gênero e o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural. Mais que isso, articulou-se a inclusão das mulheres trabalhadoras rurais nos programas do Governo Federal, além da manutenção dos direitos das trabalhadoras rurais no seguro especial na Previdência Social.

Sr. Presidente, a quarta edição da Marcha das Margaridas se aproxima e será realizada nos próximos dias 16 e 17, no Parque da Cidade, aqui em Brasília, nutrindo a expectativa de reunir cerca de 100 mil mulheres trabalhadoras. Neste ano, as participantes seguirão em marcha com o lema “Desenvolvimento Sustentável com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade”. De acordo com a coordenação do evento, as pautas de reivindicações entregues ao Governo Dilma no dia 13 de julho partem da constatação de que a pobreza, desigualdade, opressão e violência ainda predominam entre as trabalhadoras do campo e da floresta.

No fundo, a Marcha das Margaridas 2011 reconhece os esforços do Governo Dilma para superar as desigualdades sociais, com iniciativas para distribuição de renda e inclusão social, porém ainda persistem insuficiências diante da realidade das mulheres trabalhadoras rurais. Mesmo com esse entendimento, a edição deste ano da Marcha das Margaridas constrói sua mobilização em bases mais animadoras, com a convicção de que, ineditamente, o evento acontece sob o olhar mais solidário da Presidência da República, agora exercida por uma mulher.

Talvez sob a influência de um poder com características mais femininas, foram elaboradas, desta vez, pautas de reivindicação baseadas em sete eixos distintos. A saber, biodiversidade e democratização dos recursos naturais; terra, água e agroecologia; soberania e segurança alimentar e nutricional; autonomia econômica, trabalho e renda; educação não sexista, sexualidade e violência; saúde e direitos reprodutivos; por último, democracia, poder e participação política. Na verdade, os eixos são compostos por 158 pontos cuja linha discursiva comum visa a atender não somente às trabalhadoras rurais, mas sobretudo à sociedade como um todo.

Em resumo, trata-se de uma ação estratégica das trabalhadoras rurais para garantir e ampliar as conquistas das mulheres do campo e da floresta. Para tanto, enfeixa um processo amplo de mobilização em todos os Estados do País, promovido pelo Movimento Sindical das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais,

pela Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), 27 Federações de Trabalhadores na Agricultura (Fetags), 4.100 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs) e Central Única dos Trabalhadores (CUT), em parceria com Movimentos de Mulheres e Movimentos Feministas.

Sr. Presidente, além de homenagear todas as trabalhadoras rurais do País, gostaríamos de, especialmente, saudar as participantes sergipanas, expressando nossos votos de um feliz e produtivo encontro nacional em Brasília. Somado a isso, gostaríamos, igualmente, de acentuar que, no Senado Federal, as reivindicações de nossas camponesas têm sido recolhidas com muita simpatia e carinho.

Em 2010, por exemplo, de minha autoria, apresentamos o Projeto de Lei nº 76, autorizando o Poder Executivo a criar o Programa de Apoio aos Pequenos e Médios Produtores de Laranja (PROAP Laranja). Com isso, objetiva-se determinar que o Poder Executivo adote uma política creditícia mais descentralizada e focalizada nos produtores mais humildes.

Na mesma direção, ainda em 2010, também de minha autoria, inscrevemos o Projeto de Lei nº 258 nas discussões ordinárias do Senado, instituindo a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural (PDBR). Desenhada para ser implementada nos territórios rurais, tem como propósito central o desenvolvimento sustentável e a dignidade de seus habitantes. Antecedida nas reivindicações dos trabalhadores do campo, prioriza critérios mais urgentes, tais como o menor índice de desenvolvimento humano, a maior concentração de beneficiários de programas governamentais de transferência de renda, a maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, a maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas.

Mais que isso, o PLS 258 prestigia princípios elementares da organização produtiva moderna, realçando a democracia, a sustentabilidade, a inclusão, a diversidade, a equidade e a solidariedade. Não descuida dos objetivos clássicos da superação da pobreza e das desigualdades sociais nos territórios rurais. Para tanto, instaura o Sistema Nacional de Informações sobre o Desenvolvimento do Brasil Rural (SNIDBR), que organizará o registro informatizado da situação do desenvolvimento sustentável nos territórios rurais.

Por fim, mas sem perder de vista outros objetivos envolvidos com o projeto, o mesmo PLS prevê a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural (PNDBR), com vigência quadrienal correspondente à do Plano Plurianual (PPA), cujas diretrizes deverão ser formuladas pela Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável.

Para encerrar, Sr. Presidente, não poderíamos deixar de, uma vez mais, prestar as devidas homenagens aos camponeses brasileiros, enaltecendo as formas progressivamente mais ordenadas e bem-sucedidas de organização social. Às trabalhadoras rurais do Brasil, desejamos, portanto, uma oportunidade de debates e trocas produtivas em Brasília, confirmando expectativas de prosperidade e sucesso.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Anibal Diniz.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos Valadares, diante da contundência do pronunciamento de V. Ex^a, devo crer que estaremos juntos nos somando na tentativa de revitalização do projeto de voto em lista, para a gente poder ter equilíbrio de gênero, para que as mulheres, nas chapas em que vão disputar os cargos proporcionais de deputados, de vereadores, possam estar em igualdade de condição com os homens. A gente precisa revitalizar esse projeto, porque, na Comissão de Constituição e Justiça, ele já foi dado como derrotado.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu colhi 27 assinaturas, e o projeto, a PEC está viva e atuante e vai voltar, sem dúvida alguma, para a Comissão de Justiça, na defesa desses princípios que V. Ex^a apresentou, colocando a mulher em pé de igualdade na disputa política com o sexo masculino.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Essa é uma notícia por demais alvissareira.

V. Ex^a fez o pedido de que o discurso seja publicado na íntegra. V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Da mesma forma, o Senador Wilson Santiago solicitou que o seu pronunciamento fosse publicado na íntegra. S. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Em sessões anteriores, foram lidos os **Requerimentos nºs 442 e 1.016, de 2011**, da Senadora Ana Amélia e de outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial destinada a comemorar 2011 como o Ano Mundial da Medicina Veterinária, a realizar-se no dia 17 de outubro.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O requerimento vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Com a palavra, o Senador Randolfe Rodrigues, pela liderança do PSOL.

Prorrogaremos a sessão por mais uma hora, para podermos ouvir os oradores inscritos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, todos que nos ouvem pela Rádio Senado, todos que nos assistem pela TV Senado, tinha programado hoje – e vou utilizar o tempo regimental na tribuna – falar sobre o papel que consideramos fundamental ser desempenhado pela Telebras, por essa empresa de telecomunicação, reconstruída no governo passado, na economia brasileira, em especial nos investimentos de telecomunicação.

Mas, antes de falar sobre a Telebras, considero necessário refletir um pouco sobre o recente comunicado do dia de hoje do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), uma instituição do Governo brasileiro vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, um comunicado, no meu entender, muito interessante, sobre a perspectiva de como o Brasil deve enfrentar um tema que temos tratado durante esta semana aqui no Senado e que foi debatido várias vezes nesta tribuna no dia de hoje: como o Brasil deve se portar e se colocar diante da dramática crise financeira, a crise econômica mundial.

O Ipea nos traz um conjunto de boas notícias. Os dados do Ipea para enfrentar a crise econômica, Senador Paulo Paim, são-nos favoráveis.

Primeiro, as reservas brasileiras continuam em patamares altos: US\$350 bilhões, o que nos dá uma sobrevida para o dilúvio que pode vir aí da crise econômica mundial.

O nosso balanço de pagamentos também é apontado nos dados do Ipea como positivo.

E um terceiro dado muito interessante dá conta de que, nas nossas relações comerciais com a China – e é fundamental nós termos um olhar para as relações comerciais com a China, pelo papel que a China, cada vez mais, está desempenhando na economia mundial e desempenhará no conjunto do século XXI –, nossa balança comercial com a China elevou-se de US\$1,1 bilhão para US\$30,8 bilhões, e as importações brasileiras com a China cresceram de US\$1,2 bilhão – 2% total – para US\$25,6 bilhões. Ou seja, nós temos um saldo positivo na balança comercial em relação à China. Este dado é um dado importante e animador para nossa economia.

Mas temos aqui as más notícias. Ao detalhar a balança comercial, a balança de pagamentos com a China, nós perceberemos que boa parte dessa balança de pagamentos é no sentido de nós sermos

exportadores de **commodities**, ou seja, de produtos primários para a China, e a China tem vendido para nós produtos industrializados. Esse é o dado errado. Perdão. Esse não é o dado errado. Esse é o dado que nos adverte. Não podemos cumprir um papel na ordem econômica mundial que se está desenhando, como já foi dito anteriormente, inclusive em feliz artigo, pelo economista Delfim Netto, para ser, na nova ordem mundial do trabalho e do capital, um mero exportador de matéria-prima, um mero exportador de **commodity**.

Outro dado que nos adverte é o crescimento, é a relação dívida líquida e superávit primário do setor público. O nosso superávit primário, ou seja, as receitas e despesas, a economia que é feita pelo Estado brasileiro para pagamento dos serviços da dívida, saltou de 1% do nosso Produto Interno Bruto, em outubro de 2009, para 3,6%. Ou seja, nós tivemos um crescimento do superávit primário. Na sequência do crescimento do superávit primário, nós temos, por consequência, uma redução da capacidade de investimento do Estado brasileiro. Ou seja, cada vez mais, boa parte do bolo orçamentário da União vai sendo dedicada para o pagamento dos serviços da dívida. Hoje, já 45%. Isso significa menor capacidade de investimento do Estado brasileiro.

Quero aqui reproduzir, **ipsis litteris**, o que é dito no relatório do Ipea, que termina dizendo o seguinte:

O diagnóstico é de que o Brasil está em melhores condições para enfrentar a instabilidade mundial. Porém [prestemos atenção], o estilo de defesa não pode permitir a erosão das reservas internacionais, nem a recessão, nem o desemprego, nem o corte de salários reais.

Senador Paim, não pode haver veto aos aposentados na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Quem está dizendo isso aqui, concretamente, é o dado, é a conclusão do Ipea.

Vou adiante:

Se necessário, deve haver dirigismo do crédito, como em 2008/2009, pela participação dos bancos públicos. Fundamentalmente, a crise é uma oportunidade para mudar intensamente a política monetária, tendo como resultado a redução sensível das taxas de juros e o direcionamento da economia, articulado entre o setor público e privado, para além das rendas financeiras, impulsionando a produção.

Em outras palavras, o que o Ipea está nos aconselhando? A solução não é reduzir o investimento estatal; a solução não é impedir qualquer possibilidade de reajuste dos aposentados, como foi feito na Lei de Diretrizes Orçamentárias, muito bem advertido aqui,

nesta tribuna, pelo Senador Paulo Paim; a solução não é reduzir a capacidade de investimentos do Estado brasileiro na economia – é essa alternativa que levou e tem levado o mundo à crise econômica. É por essa alternativa de redução do papel do Estado como agente investidor que a Europa está como está, que os Estados Unidos estão como estão. O déficit fiscal norte-americano é responsabilidade direta dos republicanos e do fato de terem levado os Estados Unidos a insanas guerras pelo mundo no decorrer da década passada e, neste momento, da falta de coragem do atual presidente americano de enfrentar esse modelo e essa política econômica.

Faço esse gancho, em relação à política econômica, para entrar no tema que quero tratar aqui. Quero tratar acerca do relatório e da conclusão do Ipea. Assumo a tribuna para dizer que, no caso das telecomunicações, é fundamental o Estado brasileiro ampliar seus investimentos em torno da Telebras e ampliar seus investimentos em torno do Plano Nacional de Banda Larga.

Na década de 90, este País foi palco do processo de privatização e diminuição do papel do Estado nas políticas sociais e nas áreas estratégicas de nossa Nação. Presidente, Aníbal Diniz, na década de 90, nós perdemos até satélite – nós o vendemos. Veja, daqui a alguns anos, o Brasil corre o risco de perder sua concessão no espaço e de ter direito e acesso a um satélite de comunicações. Por que isso? Porque, na década de 90, nós privatizamos nosso setor de telecomunicações, e até nosso satélite de telecomunicações nós o vendemos. E veja: nós o vendemos da pior forma. O processo de privatização das telecomunicações no Brasil, ao contrário do processo de privatização que ocorreu em outros países, não incluiu nenhuma cláusula **golden share**, ou seja, nenhuma cláusula que possibilitasse ao Estado Nacional brasileiro intervir na empresa que havia sido privatizada.

Seria leviano de minha parte negar o amplo crescimento da rede de telefonia no País. Porém, é necessário afirmar aqui, concretamente, que, ao contrário do que é dito pelos tecnocratas, aliado às ideias neoliberais, esse crescimento da telefonia se deu com base numa política de responsabilidade com os de baixo, se deu com base em uma política de irresponsabilidade com os de baixo, ou seja, com aqueles que passaram a ter acesso à rede de telefonia e de telecomunicações. A maior prova disso é a tarifa da telefonia brasileira, que é hoje uma das mais caras do mundo, e a qualidade dos serviços de telefonia. Todos nós que temos, que utilizamos nossos telefones celulares, em especial, Senador Aníbal, na nossa região amazônica, estamos frequentemente questionando a qualidade dos serviços

de telefonia. As reclamações de consumidores sempre ocupam o topo da lista de reclamações da Anatel. E, muitas vezes, essas teles têm os benefícios fiscais do Estado.

Das 70 economias mais emergentes do mundo, Senador Anibal, a nossa tem a conta média de telefonia celular mais cara. Em média, nós pagamos US\$28. Na Índia, para se ter uma ideia, se pagam US\$5, em média, pela tarifa de telefonia celular. Na China, nem se chega a esse preço. Ora, tivemos um modelo de privatização da nossa telefonia que, em que pese a chamada universalização do acesso às telecomunicações, teve como consequência para nós, brasileiros, estarmos, entre os 70, numa lista de 70 maiores economias do mundo, no topo como um daqueles que pagam a telefonia celular mais cara do planeta.

Temos exemplos bons no mundo. É importante dizer isso. A experiência uruguaia de expansão da rede de telecomunicações é um exemplo de como é possível ser feita a universalização dos serviços respeitando a sociedade, respeitando o povo brasileiro. Concretamente, em alguns países europeus, além de a rede ser inteiramente digitalizada, as tarifas são bastante acessíveis a sua população, fator determinante para uma política que pretende ser maciça, garantindo boa qualidade e, ao mesmo tempo, garantindo uma tarifa justa para os consumidores.

No decorrer dos anos 90, nós tivemos o esvaziamento da Telebras, nossa empresa de telecomunicações – não só o esvaziamento, nós tivemos a venda naquele momento da Telebras. A Telebras foi reconstruída agora, recentemente, durante o governo do Presidente Lula, e eu queria suscitar aqui as decisões aprovadas na I Conferência Nacional de Comunicação, realizada em 2009, que apontam para a necessidade de um maior protagonismo do Estado, e o caminho para esse protagonismo tem e deve ser o fortalecimento da empresa de telecomunicações brasileiras, a Telebras.

O fortalecimento da Telebras é essencial para fazer da Internet um direito de todos. Eu não acredito que a Internet... Vejam, a Internet, neste século, é um direito básico, humano, fundamental, tão importante quanto é o direito à educação, quanto é o direito à saúde, quanto é o direito a saneamento básico. Mas, veja, Senador Paim, será que, se nós deixarmos nas mãos das teles somente, esse direito elementar, esse direito básico vai ser garantido para os cidadãos brasileiros, por exemplo, da cidade de Oiapoque, no extremo norte do Amapá? Da cidade de Laranjal do Jari, de Calçoene, lá no meu Estado do Amapá? Será que as populações dos Estados mais carentes e mais distantes da Amazônia poderão esperar da iniciativa privada um investimento para ter o acesso universal

à Internet, que é um direito já consagrado pelas Nações Unidas, é um direito humano fundamental de todos nós? Parece-me que não. Se esse direito não for garantido pelo Estado brasileiro, não será o mercado que o garantirá.

Senador Paim, ouço, com muita honra, o seu aparte.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Randolfe, primeiro dizer da minha alegria de fazer um aparte a V. Ex^a. V. Ex^a é um jovem Senador que surpreendeu a Casa, porque nem todo o Brasil o conhecia, mas o convívio com V. Ex^a, as teses que V. Ex^a defende, com competência, com firmeza, têm deixado claro que tem uma visão que quer, de fato, um País para todos. E a sua preocupação com o social, claro, tem uma identidade muito forte com o humilde trabalho que este Senador tenta fazer há anos, aqui, no Congresso Nacional. Sua preocupação agora com as teles... Mas eu queria fazer um aparte ainda dos dados do Ipea. Eu tive que sair para falar um pouco sobre essa questão do interesse social e perdi parte do pronunciamento, mas ouvi e quero dizer como é bom saber que o Ipea tem a visão que V. Ex^a tem e a visão que nós temos: precisamos investir no mercado interno! Por isso, copio V. Ex^a, quando disse que ninguém entendeu aquele veto na LDO, que se dizia que iríamos discutir um aumento para os aposentados e pensionistas. Mas V. Ex^a muito mais do que essa questão específica, que mexe muito comigo, não porque eu fui o autor da emenda que foi vetada, mas porque eu entendo que é isso mesmo: é diminuir taxa de juros, é distribuir renda, é investir na forma de empreendimentos internamente. É isso que vai fazer com que a economia efetivamente seja impulsionada, como fez o Presidente Lula. Independentemente da discordância que alguém pode ter com o Presidente Lula. Eu não tenho, até porque ele provou isso. Porque, quando todo mundo dizia que, devido à crise, ele tinha que vetar os 80% sobre o PIB que foram concedidos aos aposentados, ele não vetou. Garantiu a política do salário mínimo – inflação mais PIB – e deu 80% do PIB para os aposentados, uma proposta que nós todos aqui construímos juntos. Eu não quero tirar mais o seu tempo. Vou falar depois. Meus cumprimentos. Como é bom a gente ver na tribuna esse jovem Senador Randolfe defender investimentos no mercado interno. Isso é que vai garantir que nós, mais uma vez, vamos poder enfrentar de cabeça erguida, com o nosso povo, essa crise internacional que está vindo agora da Europa, mas que não há de chegar aqui se nós seguirmos a orientação do Ipea, posição que V. Ex^a vem defendendo há tanto tempo. Eu tenho a alegria de dizer que tenho caminhado ao lado de V. Ex^a. Parabéns! É uma alegria fazer um aparte num pro-

nunciamento da qualidade do que V. Ex^a está fazendo, neste momento, na tribuna.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Senador Paim, a honra é minha ser apartado por V. Ex^a. V. Ex^a é uma referência nossa.

Muito feliz foi o meu querido Partido Socialismo e Liberdade em ter deliberado, no curso da campanha do ano passado, o apoio a V. Ex^a, uma atitude inteligente, correta, que dialoga com os ideais da esquerda. Um Parlamento, uma Casa como esta não poderia prescindir da presença de alguém que tem tanta dedicação à causa dos trabalhadores brasileiros, tem tanta obstinação pela causa dos trabalhadores brasileiros, dos aposentados do Brasil, como tem V. Ex^a. Mas é isto: eu é que estou ao vosso lado, Senador Paim.

O caminho apontado está sendo dito aqui nas conclusões do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas do Governo brasileiro. Que esse caminho apontado seja seguido. O caminho da necessidade e, só continuando, o caminho da necessidade de investimento na nossa Telebrás.

Tenho que cumprimentar a iniciativa do Governo do Presidente Lula no lançamento do Plano Nacional de Banda Larga; a decisão do Governo da Presidente Dilma de continuar com esse plano, mas essa decisão tem que ter gestos concretos.

Só quero destacar que estudos demonstram que a oferta de banda larga impacta diretamente o crescimento do Produto Interno Bruto. A cada 10% de aumento de penetração do acesso à internet há 1,4% de aumento do PIB.

A luta para que um país tenha inserção na sociedade do conhecimento é indispensável o envolvimento de todos nós. Ter internet banda larga com qualidade e baixo custo significa, primeiro, inserir as empresas brasileiras na ponta da inovação. Significa, além disso – e esse deve ser o primeiro e o fundamental –, garantir aos brasileiros um direito humano fundamental, que é o direito ao acesso à internet de qualidade, que é o direito ao acesso à tecnologia da informação tão indispensável neste Século XXI.

O Plano Nacional de Banda Larga e a Telebrás têm que ser um plano que possa afirmar a opção do País em querer ser plenamente desenvolvido, com justiça social e com soberania nacional.

Eu disse soberania, porque no Século XXI não é possível uma nação se colocar soberanamente no mundo se não tiver uma rede de informação estatal, se não tiver o aperfeiçoamento do tratamento de informações reservadas, se não tiver uma ágil rede de comunicações. E uma rede de comunicações desse tipo só

será possível para combatermos o tráfico de drogas, para combatermos a interceptação de informações, para nos colocarmos soberanamente no mundo, só será possível com um amplo e massivo investimento no Plano Nacional de Banda Larga.

Então, é fundamental que a Presidente da República não ceda às tentações neoliberais de diminuir a capacidade de investimento do Estado brasileiro em telecomunicações.

Senador Paim, nós temos que ter um satélite. O Estado brasileiro tem que ter um satélite nos próximos cinco anos. Nós temos que ter o nosso cabo internacional de fibra ótica. Não é possível que os cabos internacionais de fibra ótica que atendem ao mercado brasileiro sejam cabos que vêm dos Estados Unidos, controlados pelos americanos, ou que sejam cabos europeus. Temos que ter o investimento necessário para a construção de um cabo de fibra ótica que traga Internet, banda larga de qualidade para o Brasil, para todos os brasileiros.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Randolfe?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Senador Casildo, com muito prazer.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) –

Senador Randolfe, gostaria de pegar uma carona na exposição de V. Ex^a, um jovem Senador que vem do Norte.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Fique à vontade, Senador.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) –

Nós do Sul queremos nos solidarizar, queremos participar. Eu, que sou catarinense, e o Senador Paim, que é gaúcho... Aliás, o Paim hoje não é só gaúcho. O Paim é brasileiro. Aonde ele vai todo mundo está atrás. Ele está no Brasil inteiro, quer dizer, ele é universal; dentro deste Brasil, é algo excepcional. Nessa questão do satélite, Senador Randolfe, da banda larga, da Internet, de centralizar no Brasil, para que esse instrumento...

(Interrupção do som.)

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) –

...para que essa centralização aconteça de verdade e essa tecnologia vá a todos os lugares, para que todos se sintam mais brasileiros em qualquer lugar, desde os recantos de nossas fronteiras com a Argentina, no meu Estado, Santa Catarina, do Oiapoque ao Chuí, do Leste ao Ocidente, ao Meio-Oeste, em todos os lugares do Brasil, sintam esses instrumentos nas mãos para avançar. Quanto ao destaque do satélite que V. Ex^a prega, estamos com uma comissão analisando a defesa civil no Brasil, uma nova legislação, sob a

presidência do Senador Jorge Viana e coube à nossa pessoa ser o relator. Estamos ouvindo e tratando dessas questões e um dos temas é o monitoramento por satélite, que deve ser instalado no Brasil para que a prevenção, o monitoramento de questões como incidentes, sinistros e previsões, para os quais estamos despreparados ainda... Não somos providentes. Há muita tese nesse sentido. Sendo assim, como prega V. Ex^a, é necessário termos um satélite, nos próximos tempos, para que possamos fazer previsões e monitorar questões como a chegada de catástrofes ou coisa que o valha. Acho que tudo isso faz sentido. Sei que esse tema está colocado para nós dois. Como é que vamos... E quando vejo um Senador como V. Ex^a tratar desse tema, isso nos envaidece. O Brasil acompanha este nobre Senador que muito há de ajudar o País inteiro. Meus cumprimentos, Senador.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL- AP) – Agradeço, Senador Casildo, e incorporo o aparte de V. Ex^a.

Quero destacar, como V. Ex^a frisou, que se trata de uma questão de soberania nacional investir em satélite. Veja, dentre os países do chamado Brics: Rússia, China, Índia, somos o único que abriu mão dessa tecnologia nos anos 1990. Não podemos continuar nesse erro. Não nos colocaremos soberanamente no mundo se não tivermos esses investimentos em telecomunicações e não tivermos o fortalecimento da nossa Telebras.

Só para concluir, Sr. Presidente, em entrevista recente, o ex-presidente da Telebras, Dr. Rogério Santana, afirmou que são necessários 5,7 bilhões de reais para os cumprimentos das metas do Plano Nacional de Banda Larga. Que não seja este número. O Governo da Presidente Dilma propõe 4 bilhões de reais em investimentos no Plano Nacional de Banda Larga, para usar mais de trinta mil quilômetros de fibras, pertencentes aos parceiros da expansão do Plano, a Petrobras, Eletrobrás, Furnas e Chesf.

Lamentavelmente, a realidade até agora tem sido outra, tem sido a realidade do contingenciamento. A Telebras deveria ter recebido, em 2011, um bilhão de reais. O aporte inicial foi de 600 milhões de reais e se transformou recentemente, com o último corte, em 316 milhões de reais.

Este ano, a empresa esperava receber 400 milhões de reais, mas foi contemplada com apenas 226 milhões de reais. Ainda assim com o contingenciamento chegando aos cofres da empresa, apenas 50 milhões de reais foram, de fato, liberados.

Os contratos já acordados pela Telebras para implementação da Rede Nacional **Backbone** e o acesso

até a sede dos Municípios contemplados pelo PNBLC chegam ao custo de 207,4 milhões de reais.

Então, concretamente falando, é necessário, é indispensável que o Governo tome a iniciativa de enfrentar a crise econômica e de se afirmar soberanamente no mundo investindo na sua empresa de telecomunicações, que é uma empresa que, no passado, nos orgulhou, nós brasileiros, e que tem muitas razões para continuar nos orgulhando se for tomada a decisão política, estratégica de pensar o futuro e ter investimentos, conforme estava previsto inicialmente no Plano Nacional de Banda Larga, na nossa empresa de telecomunicações.

Essa é a receita para enfrentar a crise. Essa é a receita, fundamentalmente, para, nos próximos anos, o Brasil se inserir no mundo de forma soberana.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Diniz. Bloco/PT - AC) – Senador Randolfe, os cumprimentos da Mesa pelo belo pronunciamento.

Reforçando que essa preocupação com a Internet de banda larga na Amazônia é algo sobre o qual temos que estar absolutamente vigilantes para não deixar atrasar, porque acho que temos que começar pela Amazônia a implantação. Particularmente o Estado do Acre tem se debatido com o nosso programa Floresta Digital.

Já é um esforço tentar garantir Internet de banda larga em todos os Municípios, mas estamos padecendo a precariedade da fibra ótica e temos hoje um programa de reforço, que é o programa que garante *netbook* para todos os alunos concludentes do ensino médio.

Esse é um esforço que está acontecendo, e realmente o discurso de V. Ex^a é um discurso muito atual, e muito oportuno, que deve ser compartilhado por todos.

Com a palavra o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senadores e Senadoras, os metroviários de Porto Alegre e região metropolitana fizeram uma greve muito forte, no dia de hoje, que praticamente paralisou não só a capital como as cidades próximas, pela importância da Trensurb.

Tivemos contato, hoje à tarde, com o Sindimetrol; foi realizada uma grande assembleia, na pauta de reivindicações dos trabalhadores. Estava um reajuste de 6,36% e a manutenção da atual escala de trabalho, ou seja, carga de 36 horas semanais.

Falamos com a Diretora de Comunicação do Sindimetrol, a companheira Sandra, e ela nos disse que a intenção é voltar ao trabalho, porque, segundo ela,

“sabemos os transtornos que isso causa para os usuários e para os próprios trabalhadores, e o que queremos é que a empresa não misture escala com índice”.

Sr. Presidente, eu recebi, há pouco tempo, informações lá da capital de que foi exatamente o que aconteceu. Parabéns à categoria, parabéns à Sandra Clavé, que havia dito que a intenção era voltar ao trabalho. A categoria aceitou os 6,36% e, com isso, a greve terminou. Parabéns, meus companheiros metroviários, pela decisão sábia que tomaram e contem sempre com este Senador, como já me havia comprometido, para apoiá-los, independente da decisão. Se a decisão foi pelo fim da greve e construíram o acordo, fico feliz.

Quero também, Sr. Presidente, dizer que saúdo a Presidenta Dilma no momento em que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a Universidade Federal de Santa Maria contarão, a partir de 2012, com dois novos campus e com o incremento de 600 vagas, o que é muito importante para o meu Estado. A Universidade Federal do Rio Grande do Sul terá 300 vagas no campus de Tramandaí, e a Universidade Federal de Santa Maria contará com outras 300 vagas na unidade a ser instalada na cidade de Cachoeira do Sul.

Essa boa notícia foi dada pela própria Presidenta durante o lançamento do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, que prevê a construção de mais 120 institutos federais em Municípios de 26 Estados e no Distrito Federal, disponibilizando mais 600 mil matrículas. A essa quantidade soma-se 88 unidades que estão em construção e que deverão estar concluídas até 2012. Portanto, está de parabéns a Presidenta Dilma que, na mesma linha do ex-presidente Lula, está dobrando.

Eu sempre digo que o Lula mais que dobrou o número de escolas técnicas e, pelo que percebo, a Presidenta Dilma há de, também, dobrar o número de escolas técnicas. Com o Pronatec, nós poderemos chegar a oito milhões de jovens no ensino técnico, o que é fundamental para o desenvolvimento do nosso País.

Quero também agradecer, mais uma vez, ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque, em seu período, foram criados, no Rio Grande do Sul, 16 escolas técnicas. Lembro aqui: Charqueadas, Júlio de Castilhos, Passo Fundo, Santo Augusto, Santa Rosa, Ibirubá, Camaquã, Canoas, Panambi, Farroupilha, Bagé, Caxias do Sul, Osório, Porto Alegre (Restinga), São Borja e Venâncio Aires.

No Governo Dilma, já foram mais sete escolas e destaque: Santo Ângelo, Vacaria, Lajeado, Sapiranga, Alvorada, Gravataí e Viamão. Até 2002, o Estado contava com 12 escolas. Então, estamos mais do que

triplicando, Senador Wellington Dias, o número de escolas técnicas.

Eu, que vim do ensino técnico como muitos de nós Senadores e o ex-presidente Lula, percebo que estamos acertando. Esse é o caminho. O ensino técnico é fundamental.

Parabéns ao ex-presidente Lula, que iniciou o processo e a Presidenta Dilma está na mesma linha, na evolução da construção de tantas escolas técnicas. Eu cheguei a dizer uma vez, em um evento desses com o presidente, que talvez o sonho se torne realidade e, por esse critério, um dia a gente tenha, pelo menos, uma escola técnica em cada cidade do País. Uma cidade pequena pede uma escola pequena, nos grandes centros teremos dezenas de escolas técnicas.

E com alegria, eu quero um aparte de V. Ex^a, Senador Wellington Dias, que é um apaixonado por esse tema.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Quero, em princípio, parabenizar V. Ex^a, que acompanha, e todos nós testemunhamos, com todo o carinho, as causas dos trabalhadores do País e também, apaixonadamente, as do Rio Grande do Sul. V. Ex^a poderá sempre contar com o nosso apoio. Queria aqui parabenizar por essas medidas o Rio Grande do Sul. Ressalto também a importância da educação para preparar o Brasil para os desafios de hoje e do futuro. Quero destacar que, nesse anúncio feito pela Presidenta Dilma para o nosso Estado, nós tivemos mais três polos: Campo Maior, Cocal e Esperantina. E nós temos ainda condições de novas ampliações, pelo menos mais dois polos, que estão aí dando solução a essa parte de terreno. Quero falar da importância da criação e da expansão do Pronatec, que eu já defendia quando Deputado Federal e depois durante o mandato de Governador, dialogando muito com o Ministro Fernando Haddad e o ex-presidente. Temos a qualificação profissional de nível superior e pós-graduação, a qualificação profissional no nível técnico, nível médio; e o Pronatec agora abarca esse público que terminou o ensino médio e não tem uma profissão, mais o público que nem concluiu o ensino médio e que pode ter uma profissão de mais curta duração. Quero louvar essa iniciativa. Acho que esse caminho do Pronatec permite o que V. Ex^a defende, que é a condição de se ter ou pelo modelo de ensino presencial ou desse misto de a distância com o presencial, como estamos ampliando fartamente no nosso Estado, essa condição. O Governo Wilson e o secretário estão apresentando agora o plano do nosso Estado. Parabéns ao Rio Grande do Sul. Agradeço esse importante trabalho do ex-presidente Lula e da

Presidente Dilma nessa direção. É isto o que o Brasil precisa: profissionalização e educação com qualidade. Muito obrigado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senador Wellington Dias, que só fortalece o nosso pronunciamento.

Sr. Presidente, quero fazer alguns registros e vou tentar ser bem objetivo.

Quero registrar que a Universidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, juntamente com a Prefeitura do Município, irá realizar, entre os dias 22 a 26 de agosto, a 14ª Jornada Nacional de Literatura. Esse evento, no meu entendimento, é importantíssimo, pois tem como objetivo formar leitores literários, leitores das linguagens das diferentes manifestações culturais, leitores digitais.

Nesta edição, o tema desenvolvido será *Leitura entre Nós – Redes, Linguagens e Mídias*. As atividades durante o evento serão muitas. Enfim, o IV Encontro Nacional da Academia Brasileira de Letras será lá; o 10º Seminário Internacional de Pesquisa, Leitura e Patrimônio Cultural, também; e o Simpósio Internacional de Literatura Infantil e Juvenil. Também haverá debates, para que os jovens participantes possam conversar com os autores convidados.

Gostaria muito de estar presente. Não vou poder comparecer, porque estarei em outro Estado. Mas eu quero terminar, destacando as palavras registradas, no convite que recebi do Prefeito Dib: “Esta luta precisa ser ampliada no Brasil e na América Latina, considerando a importância do ato de ler, como processo de emancipação de todos os cidadãos”.

Parabéns à nossa querida cidade de Passo Fundo!

Sr. Presidente, quero fazer outro registro:

Muitos Senadores sabem que procuro estar aqui de 2ª a 6ª feira, mas amanhã não estarei aqui, 19 de agosto, pois estarei em Belo Horizonte, Minas Gerais, para falar na Assembleia Legislativa sobre o Estatuto do Motorista, a nossa luta para acabar com o fator previdenciário e também a garantia de reajustes reais para todos os aposentados no Regime Geral da Previdência.

A programação desse encontro será feita entre todos os líderes sindicais e trabalhadores da região que queiram aprofundar o debate sobre a situação dos trabalhadores e dos aposentados. O encontro será na Assembleia Legislativa, às 8h30min da manhã, no plenário do inesquecível ex-presidente Juscelino Kubitschek, de quem jamais nos vamos esquecer. Aquele que fez o Brasil crescer 50 anos em 5. Este era o **slogan**.

Irei com muita alegria a Minas Gerais, terra de grandes nomes de nossa política, que tive a honra de ter como amigos. Entre eles, destaco José Alencar e Itamar Franco. O nosso ex-vice-presidente José Alencar me honrou muito, fazendo a apresentação do meu livro **“Pátria – Somos Todos”**, e o ex-presidente Itamar Franco também deixou registrado um belo depoimento em outro livro que escrevi: **“Salário Mínimo – uma História de Luta”**.

Aproveito aqui para agradecer, com muita alegria, à Câmara de Vereadores, Sr. Presidente, lá de Uberlândia. E mais precisamente ao nobre Vereador Célio Moreira, que aprovou lá na Câmara Municipal de Uberlândia, em Minas, para que eu recebesse o Título de Cidadão Honorário de Uberlândia, pela luta, segundo eles, em defesa dos trabalhadores e dos aposentados, mediante o Decreto Legislativo nº 210, de 2011, de autoria do Vereador Célio. Então eu receberei o Título e, de pronto, agradeço já a todos os Vereadores pela votação por unanimidade. Muito obrigado ao Vereador Célio Moreira, ao Vereador Vilmar Resende, Presidente da Câmara; aos Vereadores Adriano Zago, Delfino Rodrigues, Gilmar Prado, Hélio Ferraz, Neivaldo de Lima, coautores do Decreto, e também aos Vereadores Adicionaldo Cardoso, Carlito Cordeiro, Estevão Bittar, Jerônimo Carlesso, Leandro, Márcio Nobre, Doca Mastroiano, Misac Lacerda, Murilo Ferreira, Norberto Nunes, Ronaldo Alves, William Alvorada, Wilson Pinheiro e Zezinho Mendonça.

Entendo, Sr. Presidente, que esse Título que irei lá receber, até o fim do mês de setembro, na verdade, é mais uma forma de mobilizar a sociedade de Minas, e no caso de Uberlândia, para que todos estejam engajados nessa grande cruzada, a nível nacional, em defesa dos interesses dos trabalhadores e dos aposentados, dos pensionistas, de todos que são discriminados, de todos que são excluídos; das pessoas com deficiência, daqueles que precisam de políticas públicas, sejam brancos, negros e índios.

Fico feliz com isso, porque acredito que essa soma de esforços do conjunto da população do país é que vai fazer que as grandes mudanças aconteçam no Governo da Presidenta Dilma, da mesma forma que fizemos no Governo Lula. Eu sempre tenho dito que fizemos muito no Governo Lula, mas também estamos fazendo muito no Governo Dilma. Agora, é claro que há muito por fazer, por isso que a própria Presidenta lança o plano “Tirar o Povo da Miséria”, que vai beneficiar em torno de 16 milhões de brasileiros.

Muito obrigado a Uberlândia, estarei aí provavelmente no dia 30 de setembro para, junto com vocês,

dialogar sobre a conjuntura nacional e passar a ser cidadão de Uberlândia.

Sr. Presidente, quero também deixar registrado um documento que recebi da OAB. A OAB vai lançar o chamado observatório da corrupção.

E diz a OAB: “O Brasil não pode mais viver sob o vulto maléfico da impunidade”. Venha de onde vier.

Concordo plenamente com a investigação de denúncias de corrupção que está em debate junto à OAB e pelas formas com que a Presidenta Dilma está apresentando à sociedade brasileira, fazendo as mudanças necessárias, doa a quem doer.

Sr. Presidente, quero também dizer que nós estaremos, juntamente com outros Senadores e Senadoras, na próxima terça-feira, às 8:30 da manhã, numa audiência pública, na Comissão de Direitos Humanos, que eu presido, atendendo a requerimento dos Senadores Pedro Simon, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Raulo Rodrigues, Pedro Taques e Marcelo Crivella. E já confirmaram presença, nessa terça-feira, diversas entidades da sociedade civil: Ordem dos Advogados do Brasil; o Reitor da Universidade de Brasília; o representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, CNBB; Conselho Nacional das Igrejas Cristãs; e o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Sr. Presidente, eu tenho muito claro esse movimento. Ninguém pense, Senador Wellington Dias, que alguém aqui não está sabendo o que está acontecendo. Nós sabemos. Somos parceiros e eu deixo muito claro para todos aqueles que me perguntam sobre o tema: é um movimento de apoio à Presidenta Dilma Rousseff. Não haverá nenhuma desvirtuação desse caminho, eu tenho certeza absoluta, sobre o apoio, para que a Presidenta Dilma continue muito firme.

Em pesquisa publicada recentemente, a Presidenta recebeu o apoio de mais de 70% da população pela forma como está agindo nesse embate de combate à corrupção. E esse movimento suprapartidário que surge na sociedade brasileira, a partir de debates como esse, tem só um objetivo e não tem outro: é fortalecer a Presidenta Dilma para que ela continue com a mesma coragem e com a mesma firmeza.

Isso não quer dizer que a gente não vai discutir e defender pontos de vista em que acreditamos como, por exemplo, na questão dos aposentados. Só como exemplo.

Nessa frente há Senadores que assinaram a CPI. Eu não assinei e não assino, porque entendo que nós podemos construir outros caminhos que fortalecem a Presidenta e vão garantir que este país, cada vez mais,

não dê espaço para a impunidade e, muito menos, para a corrupção. E todos que estão lá concordam com meu ponto de vista, embora eles possam ter opiniões pessoais em relação ao tema.

Então, meus parabéns à OAB por esse movimento! Eu tenho certeza de que nós avançamos firmes na linha de fortalecer as políticas públicas, fortalecer a Presidenta, para que cada vez mais diminuindo a corrupção, tenhamos mais dinheiro para os idosos, os aposentados, para a saúde, para a educação, para o Minha Casa, Minha Vida; para o Luz para Todos; para o Água para Todos. Enfim, que possamos atender, pelo menos em parte, o grande sonho de todos, eu diria do povo brasileiro que é viver e envelhecer com dignidade.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero ainda registrar que a população de rua no Brasil tem aumentado e muito.

Uma das razões para isso, com certeza é a droga. É um debate que o Senador Wellington Dias tem feito, V. Ex^a tem participado. É a luta eterna que vamos travar, não conseguiremos com certeza terminar totalmente, mas vamos diminuir. É o combate às drogas.

Sr. Presidente, falo rapidamente hoje na dificuldade de aquisição da casa própria para essa população. Refiro-me aos moradores de rua. São pessoas excluídas, não têm acesso a nada, não tem, por exemplo, renda que lhes permitam adquirir uma casa, mesmo diante de um programa bonito, inovador que vai na linha da justiça social, como o Minha casa, Minha Vida.

Por muitos anos, por décadas, os trabalhadores brasileiros com baixa renda só podiam sonhar com a casa própria, porque de verdade não havia chance para isso. A partir do programa Minha Casa, Minha Vida, e uma parceria do Governo Federal com os Estados, Municípios, empresas e movimentos sociais. O programa virou um conjunto de financiamentos imobiliários que estão atendendo a grande parte da população carente do nosso País. Os juros, parcelas e valores são cobrados em cima da renda *per capita* da família, o que está correto. Dependendo da renda é estipulado o financiamento. Ou seja, a família paga o valor que tem condição de pagar ao mês. Por isso os meus parabéns ao programa Minha Casa, Minha Vida.

Vale lembrar que a renda familiar mensal não pode ultrapassar dez salários mínimos. Nesse caso, os valores são levemente mais altos, mas acessíveis assim mesmo ao bolso do brasileiro.

O valor pode ser usado para construção da casa nova ou usada.

E foi essa uma das grandes criações – e aqui quero referir de novo, porque lá tudo iniciou – do Go-

verno do nosso ex-Presidente Lula. E tem sido levado adiante com muita seriedade e responsabilidade e coragem pela nossa Presidenta Dilma.

Sr. Presidente, quero também destacar que as diretrizes básicas do programa – e aqui vou repetir mais uma vez – são redução do déficit habitacional mediante produção habitacional para a família de baixa renda; subsídio de acordo com a capacidade de pagamento, fundo garantidor para redução do risco de financiamento, barateamento dos custos, porque sai mais barato, enfim; distribuição de renda e inclusão social fortalecer o setor da Construção Civil, que é forte gerador de emprego. O programa Minha Casa Minha Vida está presente hoje em todos os Estados brasileiros.

Por fim, Sr. Presidente, quero aqui concluir, eu gostaria muito que a gente tivesse condição de fazer também um programa para os moradores de rua, nem que a gente tenha que subsidiar, de uma forma ou de outra, mediante políticas públicas do Governo Federal.

Fiz o resumo aqui, Sr. Presidente, mas até tenho um projeto que vai nesse sentido. Então, agradeço a V. Ex^a.

Considere na íntegra o meu pronunciamento

E aqui, já que não é proibido sonhar, eu continuo sonhando que a gente, um dia, tenha casa para todos, inclusive para os moradores de rua.

Obrigado, Presidente.

SEGUEM, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, os metroviários de Porto Alegre e Região Metropolitana paralisaram as atividades do Trensurb deixando de transportar cerca de 150 mil pessoas nesta manhã.

Hoje à tarde, o Sindimetrô realiza uma assembléia com os trabalhadores para definir se retomam ou não as suas atividades.

Na pauta de reivindicações dos trabalhadores está um reajuste de 6,36% e a manutenção da atual escala de trabalho, com carga horária de 36 horas semanais.

A diretora de comunicação do Sindimetrô, Sandra Clavé, disse há pouco que a intenção é voltar a trabalhar, porque, segundo ela “*sabemos os transtornos que isso causa para os usuários e para os próprios trabalhadores. O que queremos é que a empresa não misture escala com índice*”.

Sr. Presidente, faço um apelo para que a empresa e o sindicato entrem em acordo.

E que ninguém seja prejudicado, principalmente a população.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, saúdo o anúncio da presidenta Dilma Rousseff de que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) contarão, a partir de 2012, com dois novos campi e com o incremento de 600 vagas.

A UFRGS terá 300, no campus de Tramandaí, e a UFSM, outras 300, na unidade a ser instalada na cidade de Cachoeira do Sul. Essa boa notícia para o meu estado foi dada ontem pela nossa Presidenta durante o lançamento do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Superior Profissional e Tecnológica que prevê a construção de 120 institutos federais em municípios de 26 estados e no Distrito Federal, disponibilizando 600 mil matrículas.

A essa quantidade, somam-se 88 unidades que já estão em construção e que deverão estar concluídas em 2012.

Portanto, conforme o governo federal, até 2014, o país contabilizará 208 unidades de Educação Profissional, além de 47 novos campi e de mais quatro universidades.

Importante destacar que no início de 2003 quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência da República o nosso país contava com 141 escolas técnicas. Lula criou 214.

Sr. Presidente, no Governo Luiz Inácio Lula da Silva foram criadas no Rio Grande do Sul 16 escolas técnicas: Charqueadas, Júlio de Castilhos, Passo Fundo, Santo Augusto, Santa Rosa, Ibirubá, Camaquã, Canoas, Panambi e Farroupilha, Bagé, Caxias do Sul, Osório, Porto Alegre (Restinga), São Borja e Venâncio Aires

No Governo Dilma Rousseff já foram anunciadas mais 7 escolas técnicas: Santo Ângelo, Vacaria, Lajeado, Sapiranga, Alvorada, Gravataí e Viamão. — Até 2002, o estado contava com 12 escolas de educação profissional.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a Universidade de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, juntamente com a Prefeitura do Município irão realizar, no período de 22 a 26 de agosto, a 14ª Jornada Nacional de Literatura.

Esse evento é muito importante, pois seu objetivo é formar leitores literários, leitores das linguagens das diferentes manifestações culturais, leitores digitais.

Nesta edição o tema desenvolvido será: “Leitura entre nós: redes, linguagens e mídias”.

As atividades durante o evento serão muitas, como: o 4º Encontro Nacional da Academia Brasileira de Letras; o 10º Seminário Internacional de Pesquisa em Leitura e Patrimônio Cultural; o Simpósio Internacional de Literatura Infantil e Juvenil e muitas outras.

Também haverá debates para que os jovens participantes possam conversar com os autores convidados.

Fiquei muito feliz com o convite para participar da sessão solene de abertura do evento.

Sei que o encontro será um sucesso, como sempre, e quero dar meu total apoio à celebração de 30 anos pela formação de leitores.

Destaco as palavras registradas no convite que recebi: “Essa luta precisa ser ampliada no Brasil e na América Latina, considerando a importância do ato de ler como processo de emancipação de todos os cidadãos”

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, gostaria de registrar que amanhã, 19 de agosto, estarei em Belo Horizonte, Minas Gerais, para falar sobre o Estatuto do Motorista e também sobre fator previdenciário e reajuste das aposentadorias.

Esse encontro dá continuidade à programação feita para uma ampla discussão sobre o estatuto e sobre importantes questões que afetam trabalhadores e aposentados.

O encontro será realizado na Assembléia Legislativa, às 08:30h, no Plenário do nosso sempre inesquecível, Juscelino Kubitschek, que fez o Brasil crescer cinquenta anos em cinco.

Levei com muita alegria à Minas Gerais, terra de grandes nomes da nossa política e que tive a honra de ter como amigos, José Alencar e Itamar Franco.

O nosso ex-Vice-Presidente, José Alencar, me honrou fazendo a apresentação de meu livro “Pátria Somos Todos” e, o ex-presidente Itamar Franco também deixou registrado um belo depoimento em meu livro “Salário Mínimo, uma história de luta”.

Aproveito para anunciar que, com muita alegria também, receberei, na ocasião, das mãos do nobre Vereador Célio Moreira, o convite da Câmara Municipal de Uberlândia, Minas Gerais, que irá me homenagear com o Título de Cidadão Honorário de Uberlândia.

Mediante o Decreto Legislativo nº 210/11, de autoria do Vereador Célio, recebi, por unanimidade, esse Título e quero agradecer aos nobres Vereadores por me agradecerem com ele.

Meu muito obrigado ao Vereador Célio Moreira, ao Vereador Vilmar Resende, Presidente da Câmara, aos Vereadores Adriano Zago, Delfino Rodrigues, Gilmar Prado, Hélio Ferraz, Neivaldo de Lima, co-autores do Decreto e também aos Vereadores Adicionaldo Cardoso, Carlito Cordeiro, Estevão Bittar, Jerônima Carlesso, Leandro, Márcio Nobre, Doca Mastroiano, Misac Lacerda, Murilo Ferreira, Norberto Nunes, Ronaldo Alves, Willam Alvorada, Wilson Pinheiro e Zezinho Mendonça.

Entendo, ao receber esse Título, que minha caminhada e meus ideais ao longo de minha vida pública, recebem o apoio de legisladores que estão engajados na luta por melhores condições de vida para nossos trabalhadores e aposentados, para negros e brancos, para as pessoas com deficiência, para os excluídos e discriminados.

Fico muito feliz com isso, porque acredito que é assim, somando esforços, que temos a possibilidade de melhorar a vida da nossa gente.

Muito obrigado!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Brasil não pode mais viver sob o vulto maléfico da impunidade.

Concordo plenamente com a investigação de denúncias de corrupção e má administração de recursos públicos e ela não deve ficar restrita a ações do Poder Executivo ou a formação de CPIs que paralisam os trabalhos do Congresso Nacional.

Para tanto existem órgãos federais de fiscalização como a Controladoria-Geral da União, o Tribunal de Contas da União e o próprio Ministério Público Federal.

Juntas estas entidades têm a missão de zelar pelos interesses dos brasileiros assim como pelo uso do dinheiro da nossa população, que paga altos impostos ao Governo Federal.

Desta maneira manifesto meu integral apoio a atitude da presidente Dilma no combate a corrupção. Admiro e apoio integralmente sua coragem para apurar os fatos e responsabilizar os culpados.

Acredito no nosso país, principalmente naqueles que exercem funções públicas e também em todos que sonham com a verdadeira democracia brasileira.

Diante deste fato a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, desta Casa, vai realizar, na próxima terça-feira, dia 23, uma audiência pública

atendendo ao requerimento dos nossos senadores Pedro Simon, Cristovam Buarque, Luiz Henrique, Ana Amélia, Eduardo Suplicy, Mozarildo Cavalcanti, Raulo Rodrigues, Pedro Taques e Marcelo Crivella.

Já confirmaram presença, representantes de diversos órgãos da sociedade civil como: Ordem dos Advogados do Brasil, Reitor da Universidade de Brasília- UNB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil- CNBB, Conselho Nacional das Igrejas Cristãs e o Presidente da Associação Brasileira de Imprensa- ABI.

Recebi ontem, da presidência da OAB, a informação de que na próxima quarta-feira, dia 24, a entidade instalará em nível nacional o Observatório da Corrupção.

Será uma importante contribuição da OAB à sociedade brasileira, listar os processos nessa área em andamento no Judiciário, formando assim uma base de dados que servirá de subsídios para análise e pressão da cidadania contra esta praga chamada corrupção.

Segundo me informa a OAB, o Observatório também vai acolher denúncias devidamente identificadas nos casos de corrupção e logo após encaminhadas às autoridades competentes para apuração e instaurados os devidos processos contra os envolvidos.

Para o presidente da OAB, Ophir Cavalcante, o Observatório da Corrupção é um dos principais instrumentos de que a Entidade lançará mão, sem medo, dentro de um movimento maior contra a corrupção e a impunidade no país.

A OAB pretende, com este projeto, atrair a adesão de parceiros da sociedade civil, inclusive partidos políticos, estudantes, dirigentes sindicais, comprometidos com a bandeira de resistência aos desmandos com a coisa pública e a impunidade no país.

O Observatório da Corrupção, que será um movimento de resistência e repúdio à corrupção, vai envolver as 27 Seccionais da OAB.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, encerro este pronunciamento lembrando as sábias palavras do ex-presidente norte-americano Abraham Lincoln:

“Podemos enganar algumas pessoas durante muito tempo, podemos enganar a muitos durante algum tempo, mas não podemos enganar a todos durante todo tempo”

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apenhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a população de rua, no Brasil, tem aumentado muito. Uma das razões para isso é a droga. Mas, sobre isso pretendo falar em breve.

Vou me deter hoje na dificuldade da aquisição de uma casa própria para essa parcela da população e para aqueles cujo salário não permitia.

Os moradores de rua são pessoas excluídas, que não tem acesso a nada. Não tem, por exemplo, uma renda que lhes permita adquirir uma casa, mesmo diante de um programa inovador como o Minha Casa, Minha Vida.

E, por muitos anos, por décadas, os trabalhadores brasileiros com baixa renda também só podiam sonhar o sonho da casa própria, porque de verdade, de verdade, não havia chance para isso.

O Programa Minha Casa Minha vida é uma parceria do governo federal com estados, municípios, empresas e movimentos sociais. O Programa é um conjunto de financiamentos imobiliários destinados às famílias carentes do Brasil.

Os juros, parcelas e valores são cobrados em cima da renda per capita da família. Dependendo da renda, é estipulado o financiamento. Ou seja, a família paga o valor que tem condições ao mês.

Vale lembrar que a renda familiar mensal não pode ultrapassar 10 salários mínimos. Nesse caso os valores são levemente mais altos, mas acessíveis ao bolso do brasileiro.

O valor pode ser usado para construção ou compra de casas novas ou usadas.

Essa foi uma das grandes criações do Governo Lula e tem sido levada adiante, com muita seriedade e afinco pela nossa presidenta Dilma.

As diretrizes básicas do Programa são:

- redução do déficit habitacional mediante: produção habitacional para famílias de baixa renda; subsídio de acordo com a capacidade de pagamento das famílias; fundo garantidor para redução do risco do financiamento; barateamento dos custos cartoriais
- distribuição de renda e inclusão social; e
- dinamização do setor da construção civil e geração de trabalho

O Programa Minha Casa, Minha Vida está presente hoje em todos os estados brasileiros, nas mais diversas cidades, atendendo uma enorme parcela da população.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, a maior do país, o Programa já atendeu milhares de pessoas que não tem condições de pagar os altíssimos juros cobrados por empresas financeiras.

Tenho recebido e-mails perguntando maiores detalhes sobre o programa, sobre como fazer a inscrição, por exemplo.

O que você deve fazer é ir até uma agência da Caixa Econômica Federal mais próxima levando seus documentos pessoais. É importante levar também documentos que comprovem a renda mensal da família.

Sr. Presidente, quero salientar também que os investimentos previstos no programa até 2014 são de R\$ 125,7 bilhões e que as unidades da segunda fase do programa, lançada em 16 de julho, tem ainda melhor qualidade.

O valor médio das moradias a serem compradas pelas famílias de baixa renda aumentou de R\$ 42.000,00 para R\$ 55.000,00

O aquecimento solar de água será disponibilizado em todas as unidades e, o piso de cerâmica que antes incluía apenas o banheiro, a cozinha e a área será colocado em todos os ambientes.

Devo confessar que esse programa realmente me encanta. Pensar que os brasileiros estão podendo realizar um sonho tão antigo e tão importante, me deixa muito feliz.

Já tive oportunidade de conversar com pessoas contempladas pelo Minha Casa, Minha Vida e pude ver em seus olhos aquele brilho bem peculiar a quem finalmente pode dizer: Essa casa é minha!

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Diniz. Bloco/PT – AC) – Parabéns, Senador Paim. V. Ex^a será atendido, na forma do Regimento.

Eu convido V. Ex^a para assumir a Presidência dos trabalhos, enquanto anuncio que esta Presidência designa a Senadora Marta Suplicy, Relatora Revisora da **Medida Provisória nº 530, de 2011**, (Projeto de Lei de Conversão nº 20, de 2011); e o Senador Flexa Ribeiro, Relator Revisor da **Medida Provisória nº 531, de 2011**.

Passo a Presidência dos trabalhos para o Senador Wellington Dias.

O Sr. Anibal Diniz deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Wellington Dias.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Dias. Bloco/PT – PI) – Passo imediatamente a palavra ao Senador Anibal Diniz, este grande líder da região da Amazônia e do Acre, que defende aqui essas causas com todo o carinho.

Com a palavra Anibal Diniz.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, equipe técnica e Taquigrafia, que é submetida, aqui, a alguns sacrifícios nestas tardes noites de quinta e sexta-feiras.

É com muito prazer que subo à tribuna do Senado para refletir um pouco sobre este momento importante da política brasileira que nós estamos vivendo. Um momento que traz grandes ensinamentos e que é muito interessante que seja acompanhado de perto por todos os brasileiros, particularmente pela juventude, que tem um senso crítico aguçado e precisa acompanhar os passos todos que estão acontecendo.

Vejam só: temos uma oposição que insiste em querer passar a ideia de que a pauta do Brasil é o descontrole; a pauta do Brasil são as fragilidades do Governo; a pauta do Brasil é a corrupção. E nós que temos acompanhado o trabalho da Presidenta Dilma, temos acompanhado o esforço de toda a sua equipe para manter o equilíbrio econômico do Brasil, para manter o volume dos investimentos e para manter e ampliar todos os programas sociais que têm contribuído para levar melhor condição de vida para o povo brasileiro, nós temos plena convicção, plena ciência de que a pauta do Brasil, hoje, é uma pauta muito positiva, é uma pauta grandiosa, e nos orgulha estar permanentemente falando dessa pauta.

Ontem mesmo, Senador Wellington, eu vim aqui à tribuna para falar da inauguração da maior ponte do Acre, a ponte sobre o rio Juruá, uma ponte estaiada de 550 metros, um monumento fantástico, o orgulho daquele povo do Vale do Juruá, tanto dos Municípios de Cruzeiro do Sul quanto dos Municípios vizinhos: Município de Thaumaturgo, Porto Walter, Mâncio Lima, Rodrigues Alves. A população foi em peso ver essa festa.

E aí a gente ficava refletindo: quem senão um presidente da qualidade do Presidente Lula teria assumido a responsabilidade de autorizar uma ponte dessa magnitude a um custo de R\$150 milhões, para levar acesso a um povo que estava completamente isolado?

E a ponte sobre o rio Juruá é a cereja do bolo na grande obra que acontece hoje no Acre, que é a BR-364, uma estrada de 670 quilômetros, entre Rio Branco e Cruzeiro do Sul, que corta o Acre de ponta a ponta e que vai fazer uma ligação histórica. Em mais de cem anos de existência do Estado do Acre, desde a revolução acriana, quando o Acre foi tomado pelo Brasil, nós temos a história do isolamento; e agora nós estamos trabalhando para por fim, em definitivo, a esse isolamento. Se Deus quiser, até metade do ano que vem, vamos concluir essa obra, com o esforço da Presidenta Dilma, com o esforço do Governador Tião Viana, com o esforço do Ministro dos Transportes Paulo Sérgio Passos, que esteve lá, em nome da Presidenta Dilma, para participar do ato de inauguração e reforçar o compromisso de que o calendário de liberação

de recursos vai ser cumprido para que essa obra seja realizada e leve a integração ao Estado do Acre. Isso vai contribuir imensamente para o fortalecimento da economia, para o fortalecimento da produção agrícola, pecuária e industrial, mas vai contribuir fundamentalmente para conferir dignidade às pessoas, que vão poder circular de uma ponta a outra em poucas horas. No passado, isso era praticamente impossível.

Senador Wellington, a propósito de uma ponte dessa magnitude, eu contei aqui ontem e repito: certo professor, na década de 80, deu um exemplo de utopia na sala de aula em Cruzeiro do Sul. Ele falava sobre utopia numa aula de OSPB quando um aluno perguntou se ele poderia dar um exemplo de utopia. O que seria uma utopia na prática. O professor esclareceu para o aluno: utopia é alguém dizer que vai construir uma ponte sobre o rio Juruá. Eis que, no domingo passado, nós estávamos realizando uma utopia. Uma utopia estava se transformando em realidade para o povo do Juruá e para o povo do Acre.

Então, não posso concordar que a pauta do Brasil hoje, Senador Paim, seja a pauta dos escândalos, seja a pauta da picuinha política. Veja só: ontem mesmo, nós tivemos aqui um pronunciamento do Senador Aloysio Nunes, que fazia o maior esforço para trazer uma intriga entre o Ministro Paulo Bernardo e a Presidenta Dilma, como se o Ministro Paulo Bernardo estivesse insinuando, fazendo campanha extemporânea pela volta do Presidente Lula. Não há nenhum sentido nisso. Isso é picuinha política. Aprendemos muito cedo na política que quem tem a responsabilidade de governar tem que planejar, tem que executar o plano e tem que cobrar a execução dos planos. A Presidenta Dilma está fazendo isso com muita precisão.

A oposição fica tentando passar a sua pauta; fica o tempo todo insistindo em que a agenda do Brasil seja a agenda da oposição. Uma oposição que teve resposta nas urnas. Temos total convicção de que o povo elege quem vai governar e elege também quem vai ficar na oposição. A oposição foi eleita para fazer o seu papel fiscalizador, para fazer as suas cobranças, mas ela tem que reconhecer que a população elegeu a Presidenta Dilma para governar pelos próximos quatro anos.

O povo brasileiro elegeu a Presidenta Dilma numa eleição histórica, porque ela é a primeira mulher a assumir a Presidência do Brasil, e o povo quer respeito à nossa Presidenta para que ela possa executar o seu plano, porque, no que diz respeito ao combate à corrupção, à firmeza com que ela tem conduzido os destinos do País, não resta nenhuma dúvida quanto à sua seriedade, quanto à sua responsabilidade. Por que

ficar fazendo esse discurso como se houvesse omissão por parte do Governo? Não há. Problemas há em todos os governos, e eu acredito que são problemas residuais, que devem ser combatidos, sim, porque a corrupção tem que ser varrida ao máximo possível da vida pública. Mas o fundamental é a gente poder reconhecer que as ações de governo estão acontecendo, e acontecendo para melhorar a vida do povo brasileiro.

Veja só que programa fantástico a Presidenta Dilma anunciou na última terça-feira: um programa de expansão do ensino técnico e do ensino superior. É uma história que a gente se orgulha de contar, porque, em cem anos de ensino técnico no Brasil, nós tínhamos 140 escolas técnicas, e o Presidente Lula, em oito anos, aumentou esse número para 354 escolas técnicas no Brasil, uma expansão de 214 escolas técnicas em oito anos. A Presidenta Dilma assumiu, na terça-feira, o compromisso de elevar esse número, de criar mais 208 escolas técnicas até 2014. Essa é uma notícia muito interessante porque ela associa o crescimento do Brasil à necessidade de mão de obra que o Brasil vai ter e ao esforço do Governo em preparar a juventude para os desafios futuros. Ela anunciou que só a Petrobras vai necessitar, nos próximos dois ou três anos, de, aproximadamente, 200 mil trabalhadores, e precisa formar essa mão de obra para estar apta a disputar essas vagas no futuro.

Então, quando tratamos dessa agenda positiva que está acontecendo no Governo, nós não estamos inventando assunto, mas tratando daquilo que é real, que está acontecendo. E esse anúncio feito pela Presidenta Dilma é algo que faz parte de um conjunto de ações do Governo visando a levar educação de qualidade para os lugares mais distantes do Brasil.

E a Presidenta Dilma fez um apelo a nós, parlamentares, em relação ao Pronatec. Ela pediu que o PL nº 1.209, de 2011, que está em tramitação na Câmara em regime de urgência, seja votado o quanto antes para que ela possa dar continuidade ao Pronatec, que é um programa ultraousado no sentido de levar educação técnica para todas as regiões do Brasil. E temos que nos colocar completamente à disposição da Presidenta Dilma nesse sentido, e nós vamos empreender todos os esforços possíveis para que o Pronatec seja aprovado e para que a Presidenta Dilma possa lograr sucesso nessa sua intenção.

De acordo com a Presidenta, a construção de uma sociedade mais justa passa necessariamente pela oferta de educação de qualidade, com a valorização dos alunos e educadores, e tem na educação pública um dos seus principais instrumentos de fortalecimento.

Uma das primeiras ações do Governo em 2011 foi a criação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, o Pronatec, com o objetivo de ampliar o acesso à educação profissional para os jovens do ensino médio e para os trabalhadores brasileiros sem formação profissional. O programa está constituído por um conjunto de ações voltadas aos estudantes e trabalhadores que querem fazer um curso técnico e não têm como arcar com os custos.

Nas palavras da Presidenta Dilma, o Governo está investindo na formação da nossa juventude. O mercado de trabalho está oferecendo boas oportunidades e melhores salários para quem tem qualificação. Isso vale para o jovem que sai do ensino médio e para o trabalhador que já está trabalhando ou quer entrar no mercado de trabalho. Hoje no Brasil quem tem informação tem emprego.

Por isso, no âmbito do Pronatec, também oferecemos formação profissional em cursos com carga horária de 160 horas para trabalhadores e trabalhadoras brasileiras.

Tudo isso, Senador Paim, está acontecendo, e nós temos que empreender todos os esforços possíveis para garantir a aprovação do PL, do projeto de lei que regulamentava o Pronatec no Brasil para que a gente possa avançar com a Presidenta Dilma.

Outro aspecto, Senador Paim, que eu queria reforçar é que a educação no Brasil com o Presidente Lula teve um salto fenomenal. Inclusive no próprio ato de lançamento do Programa de Expansão do Ensino Técnico, do Ensino Profissionalizante e do Ensino Superior, na última terça-feira, nós tivemos o reconhecimento de que coube a um Presidente que não tem nível superior, que não tem o diploma de nível superior, ser o Presidente que mais investimento fez pela ampliação do ensino superior no Brasil.

Imagine só que, nos oito anos da administração do Presidente Fernando Henrique Cardoso, não tivemos uma única universidade federal a mais no Brasil, ao passo que, com o Presidente Lula, nós tivemos 27 universidades federais e pelo menos oito dezenas de **campi** universitários espalhados por todo o Brasil.

E temos que fazer esse reconhecimento, porque senão a juventude que está nos assistindo pela TV Senado pode achar, em algum momento, que tudo que a oposição está falando é verdadeiro, é factível, e não é assim que a política brasileira se faz. Nós temos uma história e nós temos que defender essa história. A história política brasileira é feita processualmente, como toda história. Ela é processual. Cada um teve sua parcela de contribuição, mas nós não podemos

deixar que diminuam a grande contribuição dada pelo Presidente Lula e a grande contribuição que está se desenhando agora com a nossa Presidenta Dilma.

E a mesma coisa, Senador Paim, eu posso afirmar em relação ao que está acontecendo no meu Estado do Acre no que diz respeito à educação. Nós podemos afirmar com todas as letras: nos últimos 12 anos, aconteceu uma verdadeira revolução na educação no Estado do Acre. Essa revolução pode ser detectada por todos os aspectos que forem analisados. Por exemplo, em 1999, o Acre estava em 27º lugar no **ranking** nacional da educação. Quando foi em 2010, 11 anos depois, nós atingimos a 10ª colocação. Estamos trabalhando agora, neste ano de 2011, com o Senador Tião Viana, para ficarmos entre os nove primeiros Estados brasileiros no **ranking** do ensino no Brasil, medido pelo Ideb.

Isso, para nós, é muito importante, porque o investimento na educação é um investimento que só faz quem é muito sério, governo muito responsável, porque, além dos 25% que são constitucionais para o investimento na educação, existe uma série de outros investimentos que só acontecem quando há o compromisso, de fato, com a educação.

As escolas públicas do Estado do Acre, as escolas de segundo grau, as escolas do ensino fundamental não deixam nada a desejar a nenhuma escola particular. Não deixam a desejar.

Eu poderia ousar dizer que as escolas públicas são melhores que as escolas particulares, mas sei que os empresários do setor educacional, que também têm uma contribuição importante, devem ter o seu reconhecimento. Por isso, não vou ousar falar isso, mas posso afirmar que os investimentos feitos no ensino público no Estado do Acre nos garantem afirmar que o pobre do Acre, o filho do pobre do Acre tem escola de qualidade. E essa escola de qualidade é fruto de muito esforço, de muito trabalho, ao longo dos 12 anos de governo: primeiro, os oito anos do Governador Jorge Viana e, depois, os quatro anos do Governador Binho.

Vale ressaltar que, durante os oito anos do Governador Jorge Viana, o Secretário de Educação era o Binho Marques. No segundo mandato do Governador Jorge Viana, Binho Marques tornou-se Vice-Governador e Secretário de Educação e, depois, tornou-se Governador nos últimos quatro anos.

Exatamente ao longo desse tempo de 12 anos, foi possível tirar a educação do Acre da 27ª colocação – ou seja, estava em último lugar no **ranking** nacional – para estar hoje entre os 10 melhores sistemas de ensino do Brasil. Isso tudo é fruto de muito esforço,

que contou integralmente com o apoio do Presidente Lula e hoje conta com o apoio da Presidente Dilma.

Vale ressaltar aqui também que o Acre fez um investimento muito forte na parte de ensino técnico. O Instituto Dom Moacyr foi criado pelo Governador Jorge Viana e foi fortalecido. Agora, com os institutos federais, com o Ifac, estamos podendo chegar a todas as regionais do Estado. O Acre está dividido em cinco regionais: o Vale do Juruá, o Vale do Alto Acre, o Vale do Purus, o Vale do Tarauacá e o entorno do Rio Branco, o Vale do Baixo Acre. Essas cinco regionais estão contempladas com escolas técnicas que vão poder garantir profissionalização para os jovens. Já foram atendidos, ao longo desses 12 anos, mais de 50 mil alunos. E a tendência é continuarmos atendendo cada vez mais.

É muito importante ressaltar que esse trabalho está sintonizado inteiramente com o plano de desenvolvimento do Estado. O projeto de desenvolvimento prevê a necessidade de formação e se trabalha a formação técnica voltada para isso. Então, são auxiliares de enfermagem, são técnicos florestais para atuar justamente nos planos de manejo, nas atividades todas que dizem respeito ao programa que está acontecendo no Estado. E o Projeto de Desenvolvimento Sustentável precisa muito desse trabalho técnico que está fortalecendo imensamente nosso Estado do Acre.

Então, Senador Paim, com base nessas informações, nessa reflexão que a gente trouxe hoje aqui, eu posso concluir, afirmando com todas as letras: a Presidenta Dilma está no caminho certo, e ela não pode realmente se deixar envolver pelas picuinhas da política que querem tirá-la daquilo que é seu foco: que é o trabalho em favor do desenvolvimento do Brasil; que é o trabalho que ela está fazendo para garantir que nosso País continue firme e forte nessa posição, sem ceder inclusive a esse desmonte geral que está acontecendo no mundo, com essa queda nas bolsas e com essa ameaça tremenda que nós temos dessa recessão a que o Brasil está resistindo. Resistiu muito bem à crise de 2008, e, com o trabalho que está sendo feito pela Presidenta Dilma e a equipe econômica do Governo, até o presente momento, nós estamos – digamos – com tranquilidade. Não estamos em condição de fazer nenhum tipo de exagero, e ela própria fez essa afirmação; nós temos de ter todas as precauções que o momento exige, mas o Brasil não está em desespero. Pelo contrário, ele está em um momento muito interessante.

E o recente estudo do Ipea, que foi mostrado há pouco pelo Senador Randolfe Rodrigues, atesta exatamente isto: que o Brasil neste momento está até mais

bem preparado que em 2008, quando houve aquele momento que colocou o mundo em polvorosa e no qual os grandes sofreram, tanto os Estados Unidos quanto a Europa. Mas o Brasil conseguiu, com o Presidente Lula, passar ileso, porque não diminuiu o volume do investimento e manteve a política de aumento do salário mínimo, o que fez com que o poder de compra do povo brasileiro se mantivesse intacto, de tal maneira que a gente conseguiu sobreviver à crise com muito mais galhardia do que os grandes. E hoje a Presidenta Dilma está conduzindo com muita firmeza, e isso nos dá total tranquilidade para dizer que a agenda do País está absolutamente certa da forma como a Presidenta Dilma está conduzindo.

Ouçó, com muita atenção, o Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Senador Anibal, eu que disse há pouco da competência de V. Ex^a, acho que o Brasil inteiro que o acompanha confirma, exatamente, o carinho com que trata dos temas de interesse do Acre e, ao mesmo tempo, da dinâmica com que defende aqui o projeto que trabalhamos para o Acre e para o Brasil, hoje, pela Presidenta Dilma. Primeiro, quero aqui parabenizar V. Ex^a e parabenizar o Governador Tião Viana, parabenizar o povo do Acre; não posso deixar de ressaltar o ex-Governador Jorge Viana. Lembro-me de como ele acompanhava com o Presidente Lula, com todo carinho, essa ponte, uma ponte com essa rodovia. Eu que conheço Rio Branco, que conheço Cruzeiro do Sul, enfim, sei da importância. Estivemos lá recentemente, inclusive. Aliás, Senador Paim, acho importante que todos os brasileiros, mas principalmente os brasileiros do Partido dos Trabalhadores, possam visitar o Estado do Acre. Dá um orgulho muito grande o que acontece. Basta ver esse número que ele cita aqui da educação. Ou seja, o Estado que era o último colocado passa para a média nacional, acima da média nacional dos Estados brasileiros. E eu também comemoro porque sei que fazer isso numa região como aquela não é fácil. É algo realmente que exige uma capacidade gerencial, uma capacidade de criatividade muito forte. E foi isso que vi lá no Acre, Senador Anibal. Então, quero aqui parabenizar o Binho, que foi governador, sei do carinho com que ele se dedicou à educação, enfim, todos que fazem o nosso partido, toda a equipe do governo, tanto do Governo Jorge, quanto do Governo Binho, do Governo Tião agora e V. Ex^a. E dizer que estamos aqui prontos para trabalhar, para que, no orçamento deste ano, a gente tenha novas condições. Se eu quero o desenvolvimento do meu Piauí, se o Senador Paim quer

o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, certamente todos nós queremos o desenvolvimento responsável, como acontece no Acre, responsável com a floresta, responsável em garantir as condições de preservação de mananciais importantes para todo o Brasil e para a América do Sul. O rio Juruá é um rio caudaloso, um rio importante não para o Acre, importante para o mundo, e acho que essa ponte é uma integração do Estado, de regiões antes isoladas. Então, quero aqui dar o meu abraço e parabenizá-lo pelo pronunciamento que traz a esta Casa hoje.

O SR. ANIBAL DINIZ (Bloco/PT – AC) – Senador Wellington Dias, incorporo, com muito orgulho, o seu aparte e agradeço as palavras carinhosas de V. Ex^a para com o meu Estado do Acre, para com o Governador Tião Viana, o ex-Governador Binho, o Senador Jorge Viana, que foi Governador por oito anos. Tudo que a gente tem feito, os esforços todos empreendidos para fazer do Acre um Estado melhor para todos os acreanos e para que possa trazer uma contribuição no plano nacional, esse projeto de desenvolvimento sustentável que está acontecendo no Acre, de certa forma, contribui para uma reflexão do caminho que pode ser seguido por todos os Estados da Amazônia.

Então, é muito importante o testemunho de V. Ex^a em relação a tudo o que está acontecendo no Acre, na educação, os investimentos todos, a busca da industrialização, que é um caminho que a gente tem de perseguir agora para poder gerar muito mais emprego – e o Governador Tião Viana está muito focado nisso, com o programa da piscicultura; está trabalhando fortemente no complexo industrial da piscicultura, que prevê tanto a produção de alevinos quanto a produção de ração, e também na indústria de filetagem, buscando já o caminho da exportação dos pescados. A gente está trabalhando fortemente para que, nos próximos quatro anos, a nossa produção, que tem sido em torno de 4 mil a 5 mil toneladas por ano, seja ampliada para 20 mil, 25 mil toneladas por ano, e assim gerar emprego, renda e melhor qualidade de vida para muitos outros acreanos.

Em relação ao cenário político nacional, para concluir, o que a gente pode afirmar é que a Presidenta Dilma está no caminho certo, a economia do Brasil está sendo monitorada com muita firmeza e muita responsabilidade, e isso tudo nos dá a garantia de que vamos continuar crescendo, continuar distribuindo renda e continuar desenvolvendo políticas que façam justiça na distribuição de renda e promovam a condição de vida das pessoas.

Isso tudo é algo que causa inveja, inclusive, a outros países que estão na sua ascendência também, mas que não conseguiram resolver ainda a equação do crescimento com justiça social. E a Presidenta Dilma está levando adiante aquilo que o Presidente Lula começou, que é fazer o Brasil crescer, mas, simultaneamente, distribuir renda e fazer 32 milhões de brasileiros que estavam abaixo da linha de pobreza, hoje, estarem com a sua comida garantida e com o acesso aos bens básicos, que não tinham antes, hoje assegurados.

Então, isso tudo faz a gente dizer à Presidenta Dilma: “Siga em frente, que nós estamos aqui para apoiá-la, para nos solidarizar com aquilo que for necessário, porque a oposição vai querer, sim, fazer a pauta da oposição, mas nós sabemos que a pauta do Governo é muito maior, muito mais produtiva, e tem produzido muito melhor resultado para o povo brasileiro”. Por isso, esse projeto é tão aplaudido e bem avaliado pelo povo brasileiro nesses sete meses da administração da Presidenta Dilma.

Muito obrigado, Presidente Paim.

Durante o discurso do Sr. Anibal Diniz, o Sr. Wellington Dias deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Anibal Diniz. Muito firme, muito preciso o seu pronunciamento, falando da conjuntura nacional e do seu Estado e fortalecendo o Governo da nossa Presidenta Dilma.

Passamos a palavra, neste momento, ao nobre Senador Wellington Dias, orgulho, eu diria, de todo o povo brasileiro e não só do querido Piauí.

Prorrogamos a sessão por mais trinta minutos, para que V. Ex^a faça o seu pronunciamento.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço, e quero dizer que é um privilégio estar praticamente concluindo os trabalhos desta Casa hoje, tendo V. Ex^a como Presidente e ouvindo aqui o belo pronunciamento que V. Ex^a fez há pouco e, agora, o Senador Anibal Diniz.

Quero, assim, saudar toda a Casa, saudar os que nos escutam em todo o Brasil e, de forma especial, no Nordeste e no meu querido Piauí.

Presidente, eu quero aqui trazer alguns registros que são fundamentais. Primeiro, quero comemorar. No dia de ontem,...

Nós vivenciamos no Piauí, ‘nesses dias, uma situação tensa, com uma insatisfação que resultou numa greve da Polícia Militar do meu Estado. Estive aqui em

Brasília nesta semana, com o Governador Wilson Martins e com sua equipe, trabalhando junto ao Ministério da Justiça. Hoje, ainda, por ocasião de um encontro da Ministra Gleisi e da Ministra Miriam Belchior com a nossa bancada na Câmara, também estive lá presente e tive a oportunidade de dialogar com a Ministra Miriam Belchior para fecharmos um entendimento com o Ministro José Eduardo Cardozo, que resultou, também com o esforço do próprio Governador, na concessão de um plano de reajuste para os policiais e, ao mesmo tempo, na melhoria do auxílio-alimentação e das condições de trabalho.

Quero aqui parabenizar pelo diálogo. Acho que o caminho do diálogo... Quero saudar e parabenizar as lideranças dos policiais com quem estive na última semana no meu Estado, tratando com eles e mostrando a importância de um diálogo.

O Governo teve, num dado momento, que pedir a presença da Força Nacional para garantir as condições de segurança lá no nosso Estado.

Pois bem, esse é um ponto importante. Na verdade, a insatisfação foi porque houve o encerramento do Bolsa Formação e não houve a renovação. Então havia um critério que dificultava o atendimento e isso causou uma insatisfação muito grande. Mas, aqui, nós fizemos o entendimento com o Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, com a Secretária Regina, por isso eu quero louvar e parabenizar.

Também destaco outro registro importante.

Hoje tivemos uma audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais, na Subcomissão de Política sobre Álcool, *Crack* e outras Drogas, com a presença do Dr. Gerardo Mesquita, que é um representante ligado à Organização Mundial de Saúde, que é do meu Estado, uma pessoa que tem doutorado, respeitada no meu Estado e no Brasil. E ele apresentava ali, Senador Paim, dados que são fundamentais para a conclusão dos nossos trabalhos. Os dados apresentados apontam que nós estamos perdendo, em razão de trauma, de acidentes, de violência, a maior fatia em decorrência do uso de bebidas alcoólicas, de **crack**, de maconha, de cocaína, enfim. E a consequência é uma perda de mais ou menos 35 mil vidas humanas por ano.

Apenas para citar um dado: em 1960, eram três mil e poucas vidas humanas que se perdiam numa área como essa por ano. Nós multiplicamos, nessas outras cinco décadas, por cinco. Estamos falando de vidas humanas... Aliás, por mais de dez, melhor dizendo. Nós estamos falando de vidas humanas.

Então, ele cita outro dado também importante, que vai servir de subsídio para os nossos trabalhos.

O custo que o Brasil tem para atender, em razão desses problemas, é da ordem de 30 bilhões por ano. É o custo na área da Saúde, é o custo na área da Previdência, é o custo de um conjunto de outras áreas importantes: 30 bilhões.

Por que eu ressalto isso aqui para reflexão? Um plano que imaginamos nessa área, que tenha a área da prevenção, a área do tratamento do dependente químico, a área do acolhimento em grupos de autoajuda, comunidades terapêuticas, enfim, e de ressocialização, nós imaginamos algo em torno de R\$3 bilhões. Quando falamos isso isoladamente, parece algo impossível de ser alcançado, mas vejam, quando examinamos o reflexo que isso pode ter, o quanto podemos economizar numa área como essa que o Dr. Gerardo apresenta. Eu lhe perguntei na comissão: se trabalharmos a prevenção, se tivermos uma rede de tratamento, se tivermos uma política, e ele disse que os países que fizeram isso, que adotaram isso tiveram uma redução de, no mínimo, 30%. Vamos imaginar países como a Suécia, por exemplo, que alcançou cerca de 80% de redução. Vamos imaginar 30%, estamos falando de R\$9 bilhões de economia que o País tem com a aplicação de algo em torno de R\$3 bilhões.

Então, quero aqui ressaltar a importância desse trabalho hoje na Comissão e o destaque aqui, nesta oportunidade.

Vivenciamos, nesses dias – já ressaltei a Marcha das Margaridas, também comemorada em meu Estado –, o aniversário de Teresina e de Parnaíba.

Aqui quero saudar todo o povo da minha Teresina. Eu nasci em Oeiras, fui criado no Vale do Fidalgo, no Piauí, mas ainda muito jovem mudei para Teresina para estudar e sou grato àquela cidade.

O Prefeito Elmano Férrer inaugurou diversas obras – houve uma programação intensa com os vereadores –, na cidade, algumas realizadas em parceria com o governo do Presidente Lula, outras já com o Governo da Presidente Dilma e com o Governo do Estado, com o meu governo ou com o Governador Wilson Martins. Na ocasião, ele me prestou uma homenagem com a Medalha Conselheiro Saraiva, governador que mudou a capital da minha cidade natal, Oeiras, para Teresina, e eu dizia que mais que possamos fazer por uma cidade como aquela, é impossível pagar a dívida de tudo aquilo que a cidade representou na minha vida, todas as oportunidades que foram abertas em minha vida. Ali tive oportunidade de estudar, casar, constituir família, ter meu primeiro emprego. Ali fui Vereador, Deputado Estadual, Deputado Federal, duas vezes Governador, e sempre, desde Deputado Estadual, fui o mais vota-

do na capital. Fui o Deputado Estadual mais votado, Deputado Federal mais votado na capital. Duas vezes Governador com uma votação histórica, com mais de dois terços dos votos daquela cidade. E agora, Senador, da mesma forma, com aproximadamente dois terços dos votos da capital, Teresina. Então, só tenho que agradecer e comemorar.

E Parnaíba, essa bela cidade que V. Ex^a precisa conhecer, tomar um banho, como fez o Presidente Lula no mar de Luís Correia, no Delta do Parnaíba, conhecer Pedra do Sal, uma bela obra que está sendo feita lá pelo Governo da Presidente Dilma e do Presidente Lula, fazendo uma bela urbanização na praia de Atalaia e na Pedra do Sal.

Então, com o Prefeito José Hamilton, estive aqui o vice, que é do nosso partido, o Vice-Prefeito Florentino, tratando já de novos recursos. Tivemos a oportunidade de inaugurar, numa região da cidade, uma área de saneamento, com calçamento, com drenagem, com um conjunto de equipamentos, com a presença de delegacia, de escolas, de um parque esportivo, energia elétrica. Lá já foram cobradas novas expansões nessa área de energia elétrica. Está sendo concluída agora mais uma caixa d'água.

Então, quero aqui comemorar com o povo da Parnaíba também esta oportunidade que tivemos ali. Sempre estaremos aqui apoiando para haja novos investimentos. Estive agora, por exemplo, tratando com o Ministro da Educação a implantação do curso de medicina em Parnaíba, um polo de serviços que serve ao Ceará, ao Maranhão e ao Piauí. É muito importante, então, que tenhamos essa presença.

E destaco ainda duas agendas que fizemos com o Governador. Uma em Bom Jesus do Gurgueia, uma região que cresce, que se desenvolve, uma das regiões que mais cresce no Brasil. É uma dessas regiões contemplada com a presença de um polo da Universidade Federal, que não tinha. Uma região considerada, junto com Uruçuí, como polo para essa área do agro-negócio, da soja, muitos gaúchos, muitos paranaenses, muitos brasileiros de outras regiões que ali buscam e encontram condições de trabalhar. Aliás, conheci agora muitos piúchos, uma mistura de piauienses com gaúchos, naquela região.

Ali visitamos, inaugurando também com o Prefeito Alcindo, com o Deputado Fábio Novo, que é o Presidente Estadual do PT, apaixonado pela cultura, ele que comanda uma bela apresentação teatral na Semana Santa, que representa a Via Sacra ali vivida por Jesus Cristo, o Festival da Rabeca. Além de visitarmos essas obras de calçamento, de energia, polo do

consórcio das águas e saneamento, que é uma coisa de que quero tratar aqui especificamente, que é algo novo para o Brasil, e ter ali um pronto socorro, uma unidade de urgência e emergência, no hospital regional, enfim, além de tudo isso, o Festival da Rabeca.

Eu tenho muito orgulho porque nós trabalhamos um conjunto de atividades culturais resgatando a tradição do nosso povo. Quando os portugueses, os espanhóis vieram para o Brasil, eles trouxeram violinos e outros equipamentos mais sofisticados. E muitos olhavam aquilo e se dedicavam à música, mas não tinham como comprar um violino. Não havia fábricas no Brasil. Daí eles fizeram um violino rústico, que é a rabeca, um instrumento utilizado nas festas de que eu, ainda criança, depois adolescente, participava na minha região. Eram o pífano e a rabeca, acompanhados, muitas vezes, pela zabumba, triângulo, pandeiro, enfim.

Então, quando começamos esse trabalho de resgatar a cultura, escolhemos Bom Jesus, porque era onde havia a maior concentração de rabequeiros. Agora, na outra semana, nós vamos ter o Festival da Sanfona. Vai ser em São Raimundo Nonato, lá na região da Serra da Capivara, e há um outro semelhante em Corrente, lá no sul do Piauí.

Pois bem, veja que satisfação. Nós tivemos agora a apresentação já dos resultados. E, junto com o festival, é o quarto festival, são feitas oficinas; e aí, nessas oficinas, nós temos novas pessoas que vão aprendendo a arte. Então, já se apresentaram lá novos artistas, fruto desse festival. E oficina de produção de rabecas, ou seja, rabecas fabricadas ali mesmo naquela região.

Então, vieram doze Estados, nós tivemos doze Estados, inclusive o Rio Grande do Sul, ou seja, doze Estados brasileiros, Paraíba, Ceará, Maranhão, para citar aqui alguns. Doze Estados brasileiros participaram do festival. Tivemos rabequeiros de Portugal, que ali também compareceram, e foi uma festa assim...

Muitas vezes as pessoas fazem festa com as bandas mais tradicionais, e para mim era um orgulho ver ali aquela multidão, cerca de cinco mil pessoas na praça, delirando com aqueles artistas simples. Para mim é uma alegria muito grande partilhar também desse momento.

E, na região de São Miguel do Tapuio e Assunção, Castelo, onde estivemos, também nessa mesma ordem, tratando de novas obras, retomando a obra do asfaltamento ali de São Miguel do Tapuio, Assunção, em direção ao Ceará. Lá tratamos com o governador, para que possamos dar condições de concluir o trecho de Castelo em direção a Buriti dos Montes, e daí ao Ceará, e de lá para Domingos Mourão também. E,

quanto à BR-407, estamos cobrando aqui do Ministério dos Transportes uma solução para que possamos ter a licitação, para que seja retomada essa obra importante para o meu Estado.

Mas a Companhia da Polícia Militar, energia elétrica, a sede da companhia de água e saneamento, ou seja, um conjunto de investimentos feitos, prontos e inaugurados ali naquela região. Uma bela escola, uma universidade aberta em Assunção. Assunção, Senador, é uma cidade que deve ter, aproximadamente, 4,5 mil habitantes, 5.000 habitantes. Essa cidade é contemplada com uma universidade aberta, a presença de ensino superior. Há alunos que ali fazem Administração, Pedagogia e outros cursos, como Serviço Social, parece-me. Enfim, esses alunos estavam estudando em castelo e agora vão poder estudar ali mesmo na sua cidade, a cidade de Assunção, assim como os demais na cidade de São Miguel do Tapuio. Então, são essas coisas que comemora com muita alegria, com muita emoção, muitas vezes, pela importância na vida das pessoas.

Por último, quero aqui tratar de um tema no qual acho estamos avançando. O pré-sal, a regulamentação dos *royalties* do pré-sal. Qual é a novidade? A novidade é – e V. Ex^a é um dos signatários, garantindo as condições de urgência nesta Casa: temos uma data marcada pelo Presidente Sarney para a regulamentação dessa riqueza do povo brasileiro, que é 15 de setembro. Pois bem. Abrimos um diálogo com os governadores. Tivemos aqui, há poucos dias, governadores de vinte Estados que vieram novamente ao Presidente José Sarney e ao Presidente Marco Maia, na Câmara, colocando a importância de tratar de uma pauta criada por ele chamada Carta de Brasília. Está lá a regulamentação do comércio eletrônico, para que tenhamos alterações nos contratos e nos encargos da dívida, mas ressaltam a importância da aprovação da regulamentação do pré-sal.

Pois bem, nessas negociações, destaco aqui o trabalho da Senadora Ana Rita; e hoje, com a presença dos Senadores Lindbergh, Dornelles, Crivella, Renan, tivemos uma oportunidade de dialogar sobre uma proposta de entendimento. Qual é a novidade? A novidade é que esse trabalho tem contado com o Ministro Edison Lobão, a Ministra Gleisi, o Ministro Guido, o Dr. Nelson Barbosa – que tem ajudado – a Ministra Ideli, enfim, na busca de um entendimento, de um esforço da parte do Governo Federal.

A Presidente esteve recentemente no Rio de Janeiro, com o Governador Sérgio Cabral, com o Governador também Casagrande e abrimos um processo em

que todas as partes estão abertas a um entendimento. O que quer a Presidente? O mesmo que nós, um entendimento. Esta é a Casa da Federação e esta Casa quer uma democratização desses recursos, evitar que se tenha uma concentração nesse ou naquele Estado e, ao mesmo tempo, que tenhamos respeito e carinho com o Rio de Janeiro e com o Espírito Santo, que são Estados importantes da Federação.

A convite do Governador Casagrande, irei dia 2 de setembro ao Espírito Santo tratar sobre esse tema. Veja, estabelecemos agora, pela Comissão de Assuntos Econômicos e pela Comissão de Infraestrutura uma agenda de audiências, quando vamos ouvir todas as partes e buscar entendimento. Temos na pauta três medidas provisórias, vamos estar, se Deus quiser, votando na próxima semana, com isso desobstruimos a pauta e abrimos as condições para o entendimento.

Os Municípios e os Estados têm contribuído no sentido de destensionarmos. O que querem os Municípios e os Estados? Uma partilha justa, primeiro, uma partilha que seja capaz de distribuir esses recursos pela proporção da população, ou seja, de acordo com o número de habitantes que tem cada Estado, cada Município. E leva em conta uma regra moderna em que quanto mais baixa a renda, quanto mais pobre a população, mas pesa aquela população. Veja, aprovando uma medida como essa, os Estados mais desenvolvidos, todos estarão torcendo para que os Estados menos desenvolvidos cresçam, porque quanto mais se desenvolver Alagoas, Maranhão, Paraíba, Tocantins, Piauí, Acre ou regiões do Rio Grande do Sul, porque sei que também existem regiões que precisam de apoio, ou regiões de São Paulo, de Minas, ou seja, quanto mais se desenvolverem mais igual ficará a fórmula da distribuição. Acredito que estejamos muito próximos, estamos falando de uma riqueza.

Hoje o Senador Dornelles alertava: olha, estamos falando dos **royalties**, mas é preciso compreender que tem aí também a participação especial e da forma como foi encaminhada ficaria apenas com a União. É preciso que se tenha as condições e formas de compensações de Estados confrontantes, os Estados produtores.

Então veja, o que é que estamos trabalhando? Esse recurso vai ser aplicado para a educação, no mínimo 40%; para a área social, cerca de 30%, saúde, segurança, essa área do meio ambiente, a erradicação da miséria, essas mudanças climáticas, cultura, esporte, ciência e tecnologia, pesquisas.

Então, eu acredito, Senador Paim, que nós estamos muito próximos de um entendimento. E deixamos

aí cerca de 30% para a parte de infraestrutura. Muitas regiões ainda precisam. Vi aqui comemorando o Senador Aníbal uma ponte, ou seja, poder-se ter uma condição como essa de o prefeito ter um dinheiro para investir, por menor que seja o Município, o governador ter condições de investir sem precisar vir aqui, ter que correr atrás de emenda. Ou seja, a emenda passa a ser um complemento e não a única alternativa que muitas vezes o gestor tem lá no seu Estado. Então, é essa independência que todos nós partilhamos e cobramos.

A idéia é que na semana de 12 a 15 de setembro a gente tenha neste plenário as condições da votação. Vamos fazer as audiências daqui até o final de agosto e aí abrir o mês de setembro em condições dessa votação.

Então, eu quero, com essas palavras, agradecer a V. Ex^a e deixar aqui o meu abraço a todo o povo brasileiro da importância que é a gente comemorar essa vitória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Meus cumprimentos, Senador Wellington Dias, pela alegria enorme, não só minha mas do Brasil ouvi-lo, principalmente, me permita que eu diga, essa questão do pré-sal, que V. Ex^a aponta que estamos construindo

– e V. Ex^a tem sido fundamental nesse sentido – um grande entendimento que vai permitir que todos os Estados possam receber parte dessa grande riqueza natural do nosso País. Meus cumprimentos a V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Eu agradeço mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Of. nº 162/2011 – PRES/CDR

Brasília, 16 de agosto de 2011

Assunto: Designação de membro da Subcomissão Permanente da Amazônia.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 89, IV do Regimento Interno do Senado Federal, designei o Senador Reditário Cassol para ocupar a vaga, como membro titular, na Subcomissão Permanente da Amazônia, em substituição ao Senador Ivo Cassol, conforme composição atualizada em anexo.

Respeitosamente, – Senador **Eduardo Amorim**, Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

PRESIDENTE: VANESSA GRAZZIOTIN ⁽¹⁾
VICE-PRESIDENTE: VICENTINHO ALVES ⁽¹⁾
(5 TITULARES E 5 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB) ⁽²⁾			
VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB)	AM-6726/6732	1-ACIR GURGACZ (PDT)	RO-3132/1057
VICENTINHO ALVES (PR)	TO-6467/6470	2-VAGO ⁽³⁾	AM-1166/1266
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PMDB, PP, PMN, PSC)			
ANA AMÉLIA (PP)	RS-6083/6084	1-MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)	RR-4078/3315
REDITÁRIO CASSOL (PP)	RO-6328/6329	2-LOBÃO FILHO (PMDB)	MA-2311/2314
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)			
VAGO ⁽⁴⁾		1-LÚCIA VÂNIA (PSDB)	GO-2035/2844
SECRETÁRIA: SELMA MIRIAM PERPÉTUO MARTINS ALA ALEXANDRE COSTA – SALA 15 – SUBSOLO TEL: (061) 3303-4282/3841/1631 – FAX: (061) 3303-1627 CEP 70.165-900 – E-mail: scmcdtr@senado.gov.br		REUNIÕES: A DEFINIR	

1) Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2) Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011 GLPSDB).

3) Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do mesmo titular, Senador Alfredo Nascimento.

4) Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

5) O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme Of. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa, nos termos dos **Ofícios nºs 102 a 104, de 2011**, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, o Senador Zeze Perrella, respectivamente, nas seguintes Comissões:

- de Desenvolvimento Regional e Turismo, como suplente;
- de Agricultura e Reforma Agrária, como titular; e
- de Assuntos Econômicos, como suplente.

São os seguintes os ofícios:

Ofício nº 102/2011 – GLDBAG

Brasília, 18 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Zezé Perrella, como membro suplente na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Humberto Costa** Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 103/2011 – GLDBAG

Brasília, 18 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos Regimentais, indico o Senhor Zezé Terrella, como titular na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

Ofício nº 104/2011 – GLDBAG

Brasília, 18 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Zezé Perrella, como membro suplente na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo.

Senador **Humberto Costa**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 244, de 2011**, do Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando que foi dado conhecimento aos membros daquele colegiado do inteiro teor do Aviso nº 875, de 2011, na origem, que encaminhou cópia do acórdão proferido nos autos do processo nº TC-014.755/2010-6, e recomendando seu arquivamento.

É o seguinte o Ofício:

Of. 244/2011/CAE

Brasília, 12 de julho de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, na ocasião da 32ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Assuntos Econômicos, realizada em 12 de julho, foi dado conhecimento à Comissão do Aviso nº 875-Seses-TCU-Plenário (juntado ao processado do Aviso nº 83 de 2010), de 22 de junho de 2011, do Tribunal de Contas da União, encaminhando cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC-14.755/2010-6, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 22-6-2011, bem como de Relatório e do Voto que o fundamentam. O Acórdão em questão é referente ao acompanhamento da operação de crédito autorizada pela Resolução nº 15 de 2010 desta Casa. O expediente foi encaminhado aos membros da Comissão por meio do Of. CAE nº 27/2011-Circular.

Informo, ainda, que a referida Matéria deverá ser encaminhada ao Arquivo.

Respeitosamente, – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Aviso nº 83, de 2010, vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 494, DE 2011

Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei Eleitoral), para disciplinar a prestação de contas do candidato referente aos recursos recebidos e gastos realizados com a propaganda eleitoral.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 17 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido dos §§ 1º e 2º, com a seguinte redação:

“Art. 17.

§ 1º. O candidato e o partido político respondem solidariamente pelo pagamento das despesas da campanha.

§ 2º. No caso da produção de material de campanha pelos partidos ou coligações, a responsabilidade do candidato somente ocorrerá se houve a sua prévia autorização ou da pessoa indicada na forma do art. 20 a realização da despesa. (NR)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, observado o disposto no art. 16, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 4, de 1993.

Justificação

O nosso objetivo ao apresentar este projeto é instituir, expressamente, a solidariedade do partido quanto à realização das despesas de campanha eleitoral feitas pelo candidato, mediante a alteração da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições).

Não obstante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já tenha reconhecido a responsabilidade solidária entre partidos e candidatos, por meio dos Recursos Especiais nºs 1.085.193 e 663.887, entendemos que a vigente Lei Eleitoral deixa margem para que continue haver demandas judiciais para o esclarecimento do assunto.

Pretendemos, assim, tornar norma legal tais decisões judiciais, de modo a afastar, de uma vez por todas, qualquer dúvida quanto à responsabilidade solidária dos partidos no que se refere à prestação das contas de campanha eleitoral dos seus candidatos.

Tivemos também a preocupação de exigir a prévia anuência do candidato ou pessoa por ele designada para administração financeira de sua campanha, a fim de evitar que, no caso de produção de material de campanha para diversos candidatos do partido ou coligação, algum candidato seja prejudicado, em face dos demais, no recebimento desse material e prestação da respectiva conta.

Em face do exposto, contamos com a compreensão dos nossos Pares para tornar mais justa a prestação de contas dos gastos realizados pelos candidatos nas suas campanhas eleitorais.

Sala das Sessões, – Senador **Marcelo Crivella**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº. 9.504, DE SETEMBRO DE 1997

Estabelece normas para as eleições.

Da Arrecadação e da Aplicação de Recursos nas Campanhas Eleitorais

Art. 17. As despesas da campanha eleitoral serão realizadas sob a responsabilidade dos partidos, ou de seus candidatos, e financiadas na forma desta Lei.

Art. 17-A. A cada eleição caberá à lei, observadas as peculiaridades locais, fixar até o dia 10 de junho de cada ano eleitoral o limite dos gastos de campanha para os cargos em disputa; não sendo editada lei até

a data estabelecida, caberá a cada partido político fixar o limite de gastos, comunicando à Justiça Eleitoral, que dará a essas informações ampla publicidade. (Redação dada pela Lei nº 11.300, de 2006)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 495, DE 2011

Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, para ampliar o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao artigo 244-A da Lei nº 8.069, de 1990:

Art. 244-A

Pena: Reclusão de 06 a 12 anos e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas todos aqueles que facilitem ou estimulem, inclusive pela Internet, as práticas previstas no “caput”, bem como o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente à exploração sexual.

§ 3º A União colaborará com os estados e municípios na realização de campanhas institucionais e educativas periódicas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

§ 4º As iniciativas públicas ou privadas que contribuam para políticas de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes poderão ser reconhecidas pelo Poder Público, por meio de selo indicativo, conforme dispuser o regulamento.

Art. 2º Dê-se a seguinte redação ao inciso X do artigo 5º da Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo.

Art. 5º

X – prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas à exploração de natureza sexual, especialmente de crianças e adolescentes, e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

A valorização da nossa identidade e dos nossos valores, como brasileiros, começa pela formação das crianças e dos adolescentes de hoje, que serão os adultos de amanhã. A partir de iniciativas como a CPI da Pedofilia, o Senado Federal foi desvendando um verdadeiro mercado relacionado à venda dos corpos e da dignidade dos futuros cidadãos brasileiros.

Cumpra, pois, promover as mudanças legislativas consideradas necessárias para proteger a integridade e o futuro individual e coletivo de crianças e adolescentes brasileiros. Nesse sentido, este projeto propõe mudanças, nas esferas penal e administrativa, mediante a modificação de dispositivos pertinentes no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n. 8.069, de 1990) e na Política Nacional de Turismo (Lei n. 11.771, de 2008).

Quanto ao Estatuto, tais mudanças correspondem à ampliação da tipificação penal de facilitação de exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive pela internet, de maneira a que as penas mínima e máxima aumentam em dois anos.

O projeto estimula ainda a colaboração dos entes federativos, em campanhas de esclarecimento e combate dessa atividade, assim como o reconhecimento de práticas e iniciativas que contribuam para esses objetivos de esclarecimento e combate, mediante selo indicativo. São, portanto, mecanismos de incentivos a práticas cidadãs que resultem na colaboração com o Poder Público, no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Na Política Nacional de Turismo, a insere especialmente a exploração sexual de crianças e adolescentes como prática a ser afastada e combatida pelas ações do Estado, no campo do turismo.

Os aperfeiçoamentos ora sugeridos à atual legislação coordenam-se com as ações repressivas já em andamento, a exemplo da iniciativa de constituição do Centro Nacional de Proteção Online à Criança e ao Adolescente (Cenapol). O Cenapol reunirá dados, sobre os casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, pela rede mundial de computadores, concentrando as informações colhidas pelas polícias Federal, Civil e Militar e evitando duplicidades nas investigações.

Estimamos que a aprovação deste Projeto, com o aumento da pena, criará maior desestímulo ao delito penal da permitir da exploração sexual de crianças e adolescentes, inclusive por meio da Internet, bem como incentivará a divulgação de uma cultura que previna esse tipo de atividade, com a participação de instituições públicas e privadas, preservando o futuro

e a dignidade das pessoas humanas de hoje e dos cidadãos de amanhã.

Assim, conto com a colaboração dos Senadores e Deputados para a sua rápida aprovação.

Sala das Sessões, – Senador **Renan Calheiros**.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990

.....
Art. 244-A. Submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta Lei, à prostituição ou à exploração sexual: (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

Pena – reclusão de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º Incorrem nas mesmas penas o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifique a submissão de criança ou adolescente às práticas referidas no caput deste artigo. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

§ 2º Constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento. (Incluído pela Lei nº 9.975, de 23.6.2000)

.....

LEI Nº 11.771 DE 17 DE SETEMBRO DE 2008

.....
Art. 5º A Política Nacional de Turismo tem por objetivos:

I – democratizar e propiciar o acesso ao turismo no País a todos os segmentos populacionais, contribuindo para a elevação do bem-estar geral;

II – reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda;

III – ampliar os fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros no País, mediante a promoção e o apoio ao desenvolvimento do produto turístico brasileiro;

IV – estimular a criação, a consolidação e a difusão dos produtos e destinos turísticos brasileiros, com vistas em atrair turistas nacionais e estrangeiros, diversificando os fluxos entre as unidades da Federação e buscando beneficiar, especialmente, as regiões de menor nível de desenvolvimento econômico e social;

V – propiciar o suporte a programas estratégicos de captação e apoio à realização de feiras e exposições de negócios, viagens de incentivo, congressos e eventos nacionais e internacionais;

VI – promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades

turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica;

VII – criar e implantar empreendimentos destinados às atividades de expressão cultural, de animação turística, entretenimento e lazer e de outros atrativos com capacidade de retenção e prolongamento do tempo de permanência dos turistas nas localidades;

VIII – propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;

IX – preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística;

X – prevenir e combater as atividades turísticas relacionadas aos abusos de natureza sexual e outras que afetem a dignidade humana, respeitadas as competências dos diversos órgãos governamentais envolvidos;

.....
(Às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; de Direitos Humanos e Legislação Participativa; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o seguinte Ofício de Ministro de Estado:

– **Nº 661, de 13 de abril de 2011**, do Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, em resposta ao Requerimento nº 112, de 2011, de informações, do Senador Randolfe Rodrigues.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 781, DE 2011

Da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2010 (nº 4.930/2009, na origem, do Deputado José Chaves), que denomina Sistema Metroviário do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira o Metrô do Recife/Metro-

rec, operado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

Relator: Senador **Garibaldi Alves**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 110, de 2010 (Projeto de Lei nº 4.930, de 2009, na origem), de autoria do Deputado José Chaves, objetiva denominar “Sistema Metroviário do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira” o Metrô do Recife, operado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

A deferência proposta ancora-se na longa e respeitável trajetória pública do homenageado. Como destaca o autor da iniciativa, o recifense Pelópidas Silveira “foi uma das figuras mais proeminentes da história de Pernambuco e do Brasil”. Nascido em 1915, graduou-se em Engenharia em 1935, tornando-se professor universitário já no ano seguinte ao de sua formatura. Foi Prefeito do Recife em três ocasiões: em 1946, entre 1955 e 1959 e, finalmente, de 1963 a 1964, quando foi deposto e preso pelo regime militar. Na vida pública, além de destacar-se na luta pelo monopólio estatal do petróleo, que resultou na criação da Petrobras, Pelópidas Silveira foi ainda vice-governador do Estado de Pernambuco, na gestão de Cid Sampaio, e Secretário de Viação, no governo de Miguel Arraes.

Entre muitas outras iniciativas relevantes, o homenageado criou, em seu segundo mandato como prefeito, a Companhia de Transportes Urbanos (CTU), “iniciativa que transcendeu gerações, cujo pioneirismo espalhou-se por todas as capitais do País”, como afirma a justificativa do projeto.

Após 1964, com os direitos políticos cassados, Pelópidas Silveira viveu períodos difíceis, somente arrefecidos em 1980, quando, pelo efeito da Lei da Anistia, foi reintegrado à Universidade Federal de Pernambuco, onde se aposentou. Faleceu em 2008, deixando um legado de respeito e admiração. Nas palavras do autor da proposição, “culto, correto e inatacável, [Pelópidas Silveira] integra a galeria dos grandes homens que lutaram pelo sonho de um Brasil livre, justo e independente”.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado à unanimidade pelas Comissões de Viação e Transportes; de Educação e Cultura; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado, foi submetido, com exclusividade, à decisão terminativa desta Comissão. Não foram oferecidas emendas.

II – Análise

Nos termos do inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) opinar sobre propo-

sições que versem sobre homenagens cívicas, matéria objeto do PLC nº 110, de 2010.

Em virtude do caráter terminativo da decisão, devem ser examinados, também, os aspectos de constitucionalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

No tocante à constitucionalidade e à juridicidade, a proposição encontra amparo no âmbito da competência da União, ente ao qual compete, nos termos do art. 22, XI, da Constituição Federal, legislar privativamente sobre "trânsito e transporte". É lícita, igualmente, a teor dos arts. 48 e 61 da Lei Maior, a iniciativa parlamentar, não havendo ressalvas a fazer quanto à técnica legislativa, uma vez que o projeto atende os preceitos da

Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que disciplina a redação das leis.

No mérito, adoto os argumentos que prevaleceram na Casa de origem, associando-me à justa homenagem que se presta a Pelópidas Silveira, cuja história de lutas e de obediência a princípios éticos honra Recife, o Estado de Pernambuco e o Brasil.

III – Voto

Ante o exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2010 (Projeto de Lei nº 4.930, de 2009, na origem).

Sala da Comissão, 9 de agosto de 2011. – Senador **Roberto Requião**, Presidente – Senador **Gariibaldi Alves**, Relator.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ASSINAM O PARECER AO PLC Nº 110/10 NA REUNIÃO DE 9/8/2011
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i> Sr. Roberto Requião	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANGELA PORTELA <i>[Assinatura]</i>	1-DELCÍDIO DO AMARAL
WELLINGTON DIAS	2-ANIBAL DINIZ <i>[Assinatura]</i>
ANA RITA	3-MARTA SUPLEY/
PAULO PAIM	(VAGO)
WALTER PINHEIRO	5-CLÉSIO ANDRADE
(VAGO)	6-VICENTINHO ALVES
MAGNO MALTA	7 PEDRO TAQUES
CRISTOVAM BUARQUE <i>[Assinatura]</i>	8-ANTONIO CARLOS VALADARES
LÍDICE DA MATA <i>[Assinatura]</i>	9-(VAGO)
INÁCIO ARRUDA <i>[Assinatura]</i>	10-(VAGO)
Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
ROBERTO REQUIÃO	1-(VAGO)
EDUARDO AMORIM	2-VALDIR RAUPP <i>[Assinatura]</i>
GEOVANI BORGES	3-LUIZ HENRIQUE <i>[Assinatura]</i>
GARIBALDI ALVES RELATOR <i>[Assinatura]</i>	4-WALDEMIR MOKA <i>[Assinatura]</i> (ABST)
JOÃO ALBERTO SOUZA <i>[Assinatura]</i>	5-VITAL DO RÊGO
PEDRO SIMON	6-SÉRGIO PETECÃO
RICARDO FERRAÇO	7-CIRO NOGUEIRA
BENEDITO DE LIRA <i>[Assinatura]</i>	8-(VAGO)
ANA AMÉLIA <i>[Assinatura]</i>	9-(VAGO)
Bloco Parlamentar (PSDB, DEM)	
CYRO MIRANDA	1-ALVARO DIAS <i>[Assinatura]</i>
(VAGO)	2-ALOYSIO NUNES FERREIRA <i>[Assinatura]</i>
PAULO BAUER	3-FLEXA RIBEIRO <i>[Assinatura]</i>
MARIA DO CARMO ALVES <i>[Assinatura]</i>	4-JAYME CAMPOS <i>[Assinatura]</i>
JOSÉ AGRIPIÑO <i>[Assinatura]</i>	5-DEMÓSTENES TORRES
(PIB)	
ARMANDO MONTEIRO	1-MOZARILDO CAVALCANTI
JOÃO VICENTE CLAUDINO	2-(VAGO)
(PSOL)	
MARINOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL PLC 110/11

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANGELA PORTELA	X				DELÍCIO DO AMARAL				
WELLINGTON DIAS					ANIBAL DINIZ	X			
ANA RITA					MARTA SUPLICY				
PAULO PAIM					VAGO				
WALTER PINHEIRO					CLÉSIO ANDRADE				
VAGO					VICENTINHO ALVES				
MAGNO MALTA					PEDRO TAQUES				
CRISTOVAM BLARQUE	X				ANTONIO CARLOS VALADARES				
LÍDICE DA MATA	X				VAGO				
INÁCIO ARRUDA	X				VAGO				
TITULARES - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ROBERTO REQUIÃO					VAGO				
EDUARDO AMORIM					VALDIR RAUPP	X			
GIOVANI BORGES					LUIZ HENRIQUE				
GARIBALDI ALVES	X				WALDEMIR MOKA				X
JOÃO ALBERTO SOUZA	X				VITAL DO REGO				
PEDRO SIMON					SÉRGIO PETECÃO				
RICARDO FERRAÇO					CIRO NOGUEIRA				
BENEDITO DE LIRA	X				VAGO				
ANA AMÉLIA	X				VAGO				
TITULARES - (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
CYRO MIRANDA					ALVARO DIAS	X			
VAGO					ALOYSIO NUNES FERREIRA	X			
PAULO BAUER					FLEXA RIBEIRO	X			
MARIA DO CARMO ALVES	X				JAYME CAMPOS				
JOSÉ AGRIPINO	X				DEMÓSTENES TORRES				
TITULARES - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PTB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO					MOZARILDO CAVALCANTI				
JOÃO VICENTE CLAUDINO					VAGO				
TITULAR - (PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - (PSOL)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
MARINOR BRITO					RANDOLFE RODRIGUES				

TOTAL: 17 SIM: 15 NÃO: 2 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 09/08/2011

SENADOR ROBERTO REQUIÃO
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

.....
XI – trânsito e transporte;

.....
Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

SUBSEÇÃO III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....
LEI COMPLEMENTAR
Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

.....
Ofício nº 78/2011/CE

Brasília, 9 de agosto de 2011

Assunto: Aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2010, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado José Chaves, que “Denomina Sistema Metroviário do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira o Metrô do Recife/

Metrorec, operado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.”

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião**,
Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

PARECERES Nºs 782 E 783, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei do Senado nº
477, de 2008 – Complementar do Senador
Mão Santa, que vincula recursos para a
Seguridade Social.

PARECER Nº 782, DE 2011
(Da Comissão de Assuntos Sociais)

Relator: Senador **João Tenório**

I – Relatório

Submete-se à análise desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 477, de 2008 – Complementar, de autoria do Senador Mão Santa, que objetiva vincular os recursos decorrentes da remuneração das fontes destinadas à seguridade social.

O art. 1º do projeto dispõe que esses recursos serão obrigatoriamente aplicados na própria seguridade social, constituindo fonte específica de recursos para fins das leis orçamentárias. O art. 2º constitui a cláusula de vigência, a partir de sua publicação.

Na justificação, o autor argumenta que “... a proposição que ora apresentamos é compatível com o mecanismo de vinculação de recursos para a Seguridade Social, objetivo perseguido pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988.

O projeto foi distribuído às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo a mim a honra de relatá-lo no âmbito da primeira.

II – Análise

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, examinar matéria relativa à seguridade social e sobre ela emitir parecer.

Impende assinalar, preliminarmente, que não há empecilho de ordem constitucional no tocante à iniciativa dessa proposição por membro do Senado Federal, nos termos do art. 61 da Constituição Federal (CF). Também não há óbice quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União referente a normas de direito financeiro, nos termos do art. 24, inciso I, da Lei Maior.

Em relação à juridicidade, no entanto, seria melhor que o dispositivo pretendido fosse incorporado

à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), na medida em que essa lei já trata de normas gerais de finanças públicas, conforme previsto no Capítulo II do Título VI da CF.

A proposição também atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis.

Quanto ao mérito, a proposição é louvável já que reforça a vinculação das contribuições sociais à seguridade social, estabelecida no art. 195 da Carta Magna. De acordo com esse dispositivo, as contribuições sociais, tais como COFINS, CSLL e contribuições ao INSS, devem ser obrigatoriamente destinadas a ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social.

No entanto, a remuneração dos saldos dessas fontes, mantidos na conta única do Tesouro Nacional, não reverte para a própria seguridade social. Conforme dispõe o § 3º do art. 164 da CF, as disponibilidades de caixa da União são depositadas no Banco Central. A remuneração dessas disponibilidades constitui uma fonte de recursos exclusiva do orçamento fiscal (fonte 188).

Não vislumbramos empecilho técnico em desmembrar a remuneração das disponibilidades de caixa da União, relativamente às fontes de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social. Isso permitiria uma fonte adicional de recursos para financiar ações desse orçamento.

Portanto, essa iniciativa legislativa apresenta mérito e lógica do ponto de vista orçamentário. Sugere-se apenas que ela seja incorporada como modificação à LRF.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 477, de 2008 – Complementar, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CAS

(PLS nº 477, de 2008 – Complementar)

Dê-se à Ementa do PLS nº 477, de 2008 – Complementar, a seguinte redação:

“Altera o art. 43 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vincular a remuneração dos recursos da seguridade social.”

EMENDA Nº 2 – CAS

(PLS nº 477, de 2008 – Complementar)

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 477, de 2008 – Complementar, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 43 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

Art. 43.

§ 3º Os recursos da remuneração das disponibilidades de caixa, oriundas das fontes destinadas à seguridade social, serão obrigatoriamente aplicados na seguridade social, constituindo fonte específica para fins das leis de natureza orçamentária. (NR)”

Sala da Comissão, 8 de agosto de 2009. – Senador **João Tenório**, Relator.

IV – Decisão Da comissão

A Comissão de Assuntos Sociais, em reunião realizada nesta data, aprova o relatório favorável do Senador João Tenório, ao Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2008 com as Emendas nºs 1 e 2 – CAS, que passa a constituir Parecer da CAS.

EMENDA Nº 1 – CAS

Dê-se à Ementa do PLS nº 477, de 2008 – Complementar, a seguinte redação:

“Altera o art. 43 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para vincular a remuneração dos recursos da seguridade social.”

EMENDA Nº 2 – CAS

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 477, de 2008 – Complementar, a seguinte redação:

“Art. 1º O art. 43 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

Art. 43.

§ 3º Os recursos da remuneração das disponibilidades de caixa, oriundas das fontes destinadas à seguridade social, serão obrigatoriamente aplicados na seguridade social, constituindo fonte específica para fins das leis de natureza orçamentária. (NR)”

Sala da Comissão, 5 de agosto de 2009. – Senadora **Rosalba Ciarlini**, Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 477 DE 2008

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 05/08/2009 OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADORA ROSALBA CIARLINI

RELATOR: SENADOR JOÃO TENÓRIO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
FLÁVIO ARNS (PT)	1- FÁTIMA CLEIDE (PT)
AUGUSTO BOTELHO (PT)	2- CÉSAR BORGES (PR)
PAULO PAJM (PT)	3- EDUARDO SUPLICY (PT)
MARCELO CRIVELLA (PRB)	4- INÁCIO ARRUDA (PCdoB)
EXPEDITO JÚNIOR (PR)	5- IDELI SALVATI (PT)
ROBERTO CAVALCANTI (PRB)	6- (vago)
RENATO CASAGRANDE (PSB)	7- JOSÉ NERY (PSOL)
MAIORIA (PMDB E PP)	MAIORIA (PMDB E PP)
(vago)	1- LOBÃO FILHO (PMDB)
GILVAM BORGES (PMDB)	2- ROMERO JUCÁ (PMDB)
PAULO DUQUE (PMDB)	3- VALDIR RAUPP (PMDB)
GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB)	4- LEOMAR QUINTANILHA (PMDB)
MÃO SANTA (PMDB)	5- WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB)
BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)	BLOCO DA MINORIA (DEM E PSDB)
ADELMIR SANTANA (DEM)	1- HERÁCLITO FORTES (DEM)
ROSALBA CIARLINI (DEM)	2- JAYME CAMPOS (DEM)
EFRAIM MORAIS (DEM)	3- MARIA DO CARMO ALVES (DEM)
IMUNDO COLOMBO (DEM)	4- JOSÉ AGRIPIANO (DEM)
LÚCIA VÂNIA (PSDB)	5- MARISA SERRANO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	6- JOÃO TENÓRIO (PSDB) (RELATOR)
PAPALÉO PAES (PSDB)	7- SÉRGIO GUERRA (PSDB)
PTB TITULARES	PTB SUPLENTE
MOZARILDO CAVALCANTI	1- GIM ARGELIO
PDT TITULARES	PDT SUPLENTE
JOÃO DURVAL	1- CRISTOVAM BUARQUE

PARECER Nº 783, DE 2011

(Da Comissão de Assuntos Econômicos)

Relator **ad hoc**: Senador **Francisco Dornelles****I – Relatório**

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 477, de 2008 – Complementar, de autoria do Senador Mão Santa, objetiva vincular os recursos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional relativos às fontes de recursos destinadas à seguridade social.

Para isso, o art. 1º do projeto dispõe que esses recursos serão obrigatoriamente aplicados na própria seguridade social, constituindo fonte específica para fins das leis orçamentárias. O art. 2º constitui a cláusula de vigência, a partir de sua publicação.

Na justificação, o autor argumenta que a proposição é compatível com o mecanismo de vinculação de recursos para a seguridade social, objetivo perseguido pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, conforme disposto no art. 195 da Carta Magna.

O projeto foi distribuído às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos. Na primeira, foi aprovado o parecer do Senador João Tenório, em 5 de agosto de 2009, favorável à aprovação do projeto com duas emendas.

A proposição foi então encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a mim a honra de relatá-la.

II – Análise

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno, examinar a matéria sob os seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir parecer.

Cabe assinalar que não há empecilho de ordem constitucional no tocante à iniciativa dessa proposição por membro do Senado Federal, nos termos do art. 61 da Constituição Federal (CF). Também não há óbice quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União, referente a normas gerais de direito financeiro, nos termos do art. 24 da Carta Magna.

A proposição também atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis.

Quanto ao mérito, no entanto, entendemos que a proposição é inócua, em que pese o louvável propósito de fortalecer a seguridade social. De fato, a

remuneração das disponibilidades de caixa da União poderia ser desmembrada nas fontes de recursos dos orçamentos fiscal, e da seguridade social, permitindo uma fonte adicional de recursos para financiar as ações desse orçamento.

Não obstante, cabe considerar que a iniciativa seria inócua. Isso porque parte do financiamento da Seguridade Social é feito com recursos ordinários do Tesouro. Vale dizer, recursos que, originalmente, deveriam pagar despesas outras que não as da seguridade. Ocorre que a demanda financeira decorrente dos elevados e crescentes gastos em previdência, assistência social e saúde exigem que, além dos recursos vinculados à previdência, sejam aportados valores adicionais, cuja fonte de arrecadação não é vinculada à previdência.

Por isso, caso o Tesouro venha a ser obrigado a destinar à Seguridade Social os valores referentes à remuneração da receita da seguridade, depositados em conta única, ele poderia compensar tal “destinação adicional de recursos” com a simples redução de aportes de recursos ordinários do Tesouro. Haveria uma simples troca de fontes de financiamento, sem o desejado aumento de recursos para a Seguridade.

O orçamento da seguridade social, em 2010, foi de R\$477 bilhões, em sua maior parte financiado pelas contribuições ao INSS e COFINS. No entanto, o Tesouro Nacional aportou recursos no valor de R\$38 bilhões, já que as fontes vinculadas não são suficientes para financiar as

despesas desse orçamento, constituindo-se na terceira maior fonte de recursos para financiamento da Seguridade. Logo, qualquer acréscimo de aportes à Seguridade, por vinculação da remuneração da COFINS e das receitas do INSS na conta única, pode ser compensado por redução nas transferências de recursos ordinários do Tesouro.

Cabe lembrar, ainda, que a despesa da seguridade social é determinada mais pelas políticas governamentais (concessão de benefícios, reajuste do salário mínimo, etc.), do que pela disponibilidade de recursos vinculados a esse orçamento. Sempre que faltam recursos, o Tesouro complementa o aporte à Seguridade. Portanto, o projeto pouco acrescentaria em termos de permitir a ampliação de benefícios da seguridade.

Se não gera benefícios concretos, o projeto, se aprovado, pode gerar indesejável aumento de custos administrativos. A segregação da remuneração dos saldos

de recursos vinculados à Seguridade exigirá adaptação das rotinas operacionais e dos programas de computação da Secretaria de Orçamento e do Tesouro Nacional. Exigirá, também, a alocação de servidores para fazer o controle do cumprimento da norma, a geração de relatórios, e demais procedimentos necessários à prestação de contas. Tudo isso para uma providência que não trará benefícios concretos à sociedade.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 477, de 2008 – Complementar.

Sala da Comissão, 16 de agosto de 2011. – Senador **Delcídio do Amaral**, Presidente – Senador **Ricardo Ferraço**, Relator – Senador **Francisco Dornelles**, Relator *ad hoc*.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS
PROJETO DE LEI DO SENADO FEDERAL Nº 477 DE 2008 - COMPLEMENTAR
NÃO TERMINATIVO

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/8/11, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: *Delcídio do Amaral*

RELATOR(A): *Ricardo Ferraço*

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DOB, PRB) ⁽¹⁾

DELÍCIO DO AMARAL (PT)	1-VAGO
GUARDO SUPPLY (PT)	2-ANGELA PORTELA (PT)
SÉ PIMENTEL (PT)	3-MARTA SUPPLY (PT)
IMBERTO COSTA (PT)	4-WELLINGTON DIAS (PT)
IDBERGH FARIAS (PT)	5-JORGE VIANA (PT)
ÉSIO ANDRADE (PR)	6-BLAIRO MAGGI (PR)
ÃO RIBEIRO (PR)	7-VICENTINHO ALVES (PR)
IR GURGACZ (PDT)	8-CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
ICE DA MATA (PSB)	9-ANTONIO CARLOS VALADARES (PSB)
NESSA GRAZZIOTIN (PC DO B)	10-INÁCIO ARRUDA (PC DO B)

Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

SILDO MALDANER (PMDB)	1-VITAL DO RÉGO (PMDB)
UARDO BRAGA (PMDB)	2-WILSON SANTIAGO (PMDB)
LDIR RAUPP (PMDB)	3-ROMERO JUCÁ (PMDB)
BERTO REQUIÃO (PMDB)	4-ANA AMÉLIA (PP)
VÍCIO OLIVEIRA (PMDB)	5-WALDEMIR MOKA (PMDB)
Z HENRIQUE (PMDB)	6-GEOVANI BORGES (PMDB)
BÃO FILHO (PMDB)	7-BENEDITO DE LIRA (PP)
NCISCO DORNELLES (PP)	8-CIRO NOGUEIRA (PP)
ITARIO CASSOL (PP)	9-RICARDO FERRAÇO (PMDB)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

YSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1-ALVARO DIAS (PSDB)
IO MIRANDA (PSDB)	2-AÉCIO NEVES (PSDB)
XA RIBEIRO (PSDB)	3-PAULO BAUER (PSDB)
É AGRIPINO (DEM)	4-JAYME CAMPOS (DEM)
IÓSTENES TORRES (DEM)	5-MARIA DO CARMO ALVES (DEM)

PTB

IANO MONTEIRO	1-FERNANDO COLLOR
O VICENTE CLAUDINO	2-GIM ARGELLO

PSOL

INOR BRITO	1-RANDOLFE RODRIGUES
------------	----------------------

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

.....
Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

.....
Art. 164. A competência da União para emitir moeda será exercida exclusivamente pelo Banco Central.

.....
§ 3º As disponibilidades de caixa da União serão depositadas no Banco Central; as dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos órgãos ou entidades do Poder Público e das empresas por ele controladas, em instituições financeiras oficiais, ressalvados os casos previstos em lei.

.....
Art. 195. A seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais:

LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

.....
Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.
.....

LEI COMPLEMENTAR Nº 101,
DE 4 DE MAIO DE 2000

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

.....
Art. 43. As disponibilidades de caixa dos entes da Federação serão depositadas conforme estabelece o § 3º do art. 164 da Constituição.

.....
DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador **Tião Viana**

I – Relatório

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 477, de 2008 – Complementar, de autoria do Senador Mão Santa, objetiva vincular os recursos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional, relativos às fontes de recursos destinadas à seguridade social.

Para isso, o art. 1º do projeto dispõe que esses recursos serão obrigatoriamente aplicados na própria seguridade social, constituindo fonte específica para fins das leis orçamentárias. O art. 2º constitui a cláusula de vigência, a partir de sua publicação.

Na justificação, o autor argumenta que a proposição é compatível com o mecanismo de vinculação de recursos para a seguridade social, objetivo perseguido pela Assembleia Nacional Constituinte de 1988, conforme disposto no art. 195 da Carta Magna.

O projeto foi distribuído às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos. Na primeira, foi aprovado o parecer do Senador João Tenório, em 5 de agosto de 2009, favorável à aprovação do projeto com as duas emendas apresentadas.

A proposição foi então encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos, cabendo a mim a honra de relatá-la.

II – Análise

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno, examinar a matéria sob os seus aspectos econômico e financeiro e sobre ela emitir parecer.

Cabe assinalar que não há empecilho de ordem constitucional no tocante à iniciativa dessa proposição por membro do Senado Federal, nos termos do art. 61 da Constituição Federal (CF). Também não há óbice quanto à atribuição do Congresso Nacional para dispor sobre matéria de competência da União, referente a normas gerais de direito financeiro, nos termos do art. 24 da Carta Magna.

A proposição também atende aos requisitos de regimentalidade e de técnica legislativa, em especial da Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis.

Quanto, ao mérito, no entanto, entendemos que a proposição é inócua, em que pese o louvável propósito de fortalecer a seguridade social. De fato, a remuneração das disponibilidades de caixa da União poderia ser desmembrada, nas fontes de recursos dos orçamentos fiscal e da seguridade social, permitindo uma fonte adicional de recursos para financiar as ações desse orçamento.

Não obstante, cabe considerar que a iniciativa seria de pouca relevância por dois motivos. O primeiro é que a maior parte das disponibilidades de caixa da União não é constituída de fontes de recursos da seguridade social, o que levaria a um montante relativamente pequeno de remuneração. O segundo é que o orçamento da seguridade social é financiado também por recursos do Tesouro Nacional, já que suas receitas não são suficientes para custear as despesas desse orçamento.

O orçamento da seguridade social, em 2008, foi de R\$372 bilhões, em sua maior parte financiado pelas contribuições ao INSS, COFINS e CSLL. No entanto, o Tesouro Nacional aportou recursos no valor de R\$28 bilhões posto que as fontes vinculadas são insuficientes para financiar as despesas do referido orçamento. Per essa mesma razão, os saldos desses recursos vinculados no caixa da União são normalmente pouco significativos.

Cabe lembrar que a despesa da seguridade social determinada mais pelas políticas governamentais (concessão de benefícios, reajuste do salário mínimo etc.), do que pela disponibilidade de recursos vinculados a esse orçamento. Para financiar essas despesas, o governo federal tem alocado recursos do Tesouro Nacional, para viabilizar

a execução das políticas sociais, conforme as prioridades definidas pelo Poderes Executivo e Legislativo. Portanto, a criação dessa fonte de recursos não seria efetiva para viabilizar o orçamento da seguridade social.

III – Voto

Diante do exposto, nosso voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 477, de 2008 – Complementar.

Sala da Comissão, – Senador **Tião Viana**, Relator.

PARECERES Nºs 784 E 785, DE 2011

Sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 188, de 2010 (nº 4.751/2009, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Presidência da República, que altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas (assegura validade nacional à Carteira de Identidade expedida pelo Ministério da Defesa).

PARECER Nº 784, DE 2011

(Da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Relatora: Senadora **Gleisi Hoffmann**

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 188, de 2010, é de autoria do Presidente da República e foi apresentado ao Congresso Nacional em 20 de fevereiro de 2009. Em conformidade com o rito previsto no art. 64 da Constituição Federal, a matéria foi encaminhada à Câmara dos Deputados, tendo sido aprovada na forma de substitutivo, e, em seguida, remetida à revisão do Senado Federal.

A finalidade do projeto é outorgar validade nacional à carteira de identidade expedida pelo Ministério da Defesa. Na Exposição de Motivos do projeto, argumenta-se que a identidade militar é, em geral, recusada em atos da vida civil, pelo fato de não ter fé pública. Em acréscimo, é lembrado que a Lei nº 6.206, de 7 de maio de 1975, concedeu validade a carteiras de identidade expedidas por órgãos fiscalizadores de exercício profissional.

Após ser lido nesta Casa em 16 de julho de 2010, o projeto foi distribuído às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa. Apesar do término da legislatura em que foi apresentada, a proposição continua a tramitar, nos termos dos incisos do art. 332 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e do Ato nº 4, de 2010, da Mesa desta Casa.

Decorrido o prazo regimental sem apresentação de emendas, a proposição foi distribuída à minha relatoria em 7 de abril de 2011.

II – Análise

Não há óbices quanto à regimentalidade, tendo em vista que o PLC nº 188, de 2010, ao ser lido, foi despachado pelo presidente da Casa primeiramente à CRE, a teor do disposto no art. 103 do RISF, para, em seguida, ser analisado pela CCJ, nos termos do art. 49, I do referido Regimento.

Registre-se, ainda, que a matéria está em conformidade com os ditames constitucionais e, no tocante à juridicidade, a proposição se afigura irretocável, porquanto o meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos é o adequado. Ela, de resto, harmoniza-se com o ordenamento jurídico vigente. Nenhum reparo, por igual, à técnica legislativa.

No que se refere ao mérito, o projeto merece ser aprovado. Deve-se esclarecer, no entanto, que o escopo inicial da proposição foi bastante alargado na Casa de origem. Como indicado, a matéria foi aprovada em forma de substitutivo. O novo texto aperfeiçoou os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que assegura validade nacional as carteiras de identidade e regula sua expedição, e acrescentou outras disposições concernentes ao Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil a que alude a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997.

Nesse sentido, a proposição conceituou documento de identificação primário e secundário, identificou os órgãos competentes para emissão, estabeleceu a fé pública e a validade em todo o território nacional, estipulou prazo de validade e obrigatoriedade da

identificação a partir dos dezoito anos de idade, condicionou a gratuidade para obtenção da primeira via e as decorrentes de vencimento e, por fim, considerou válidas as carteiras de identidade já emitidas até serem substituídas. Vê-se, pois, que a matéria ganhou tratamento mais abrangente.

No que tange ao escopo original, bem assim as atribuições desta Comissão, percebe-se que os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica são, no âmbito do Ministério da Defesa, competentes para atribuírem número de registro geral individualizador para carteira ou cartão de identidade e fornecimento do documento de identificação primário conforme prescreve o § 4º da nova redação proposta para o art. 1º da Lei nº 7.116, de 1983. Já o § 6º do novo texto do dispositivo referido equipara ao documento de identificação primário, para todos os efeitos, o secundário do qual constem, pelo menos, o número de registro geral de documento de identificação primário do portador, seu nome completo, filiação, local e data de nascimento, fotografia, assinatura e impressão dactilar do identificado, órgão expedidor e assinatura do respectivo dirigente.

Com isso, estima-se que o escopo inicial do projeto está preservado.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 188.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 188, de 2010.

Sala da Comissão, 28 de abril de 2011. – Senadora **Gleisi Hoffmann**, Relatora.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PROPOSIÇÃO: PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 188, DE 2010.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 28/04/2011, AS SENHORAS SENADORAS E OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO COLLOR <i>Fernando Collor</i>	
RELATOR: SENADORA GLEISI HOFFMANN	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PR, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
ANÍBAL DINIZ (PT) <i>Aníbal Diniz</i>	1 - DELCÍDIO AMARAL (PT)
EDUARDO SUPLICY (PT) <i>Eduardo Suplicy</i>	2 - JORGE VIANA (PT)
GLEISI HOFFMANN (PT) <i>Gleisi Hoffmann</i> (Relatora)	3 - LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO PEDRO (PT)	4 - MARCELO CRIVELLA (PRB)
BLAÍRO MAGGI (PR)	5 - CLÉSIO ANDRADE (PR)
CRISTOVAM BUARQUE (PDT) <i>Cristovam Buarque</i>	6 - ACIR GURGACZ (PDT)
ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)	7 - RODRIGO ROLLEMBERG (PSB)
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
JARBAS VASCONCELOS (PMDB)	1 - LOBÃO FILHO (PMDB)
LUIZ HENRIQUE (PMDB)	2 - ROMERO JUCÁ (PMDB) <i>Romero Jucá</i>
VALDIR RAUPP (PMDB)	3 - ANA AMÉLIA (PP) <i>Ana Amélia</i>
VITAL DO REGO (PMDB)	4 - ROBERTO REQUIÃO (PMDB) <i>Roberto Requião</i>
PEDRO SIMON (PMDB)	5 - RICARDO FERRAÇO (PMDB)
FRANCISCO DORNELLES (PP)	6 - EDUARDO AMORIM (PSC)
BLOCO PARLAMENTAR (PSDB, DEM)	
ALOYSIO NUNES FERREIRA (PSDB)	1 - AÉCIO NEVES (PSDB)
PAULO BAUER (PSDB) <i>Paulo Bauer</i>	2 - CYRO MIRANDA (PSDB)
JOSÉ AGRIPINO (DEM)	3 - DEMÓSTENES TORRES (DEM)
PTB	
FERNANDO COLLOR	1 - MOZARILDO CAVALCANTI <i>Mozarildo Cavalcanti</i>
GIM ARGELLO	2 - INÁCIO ARRUDA (PC do B)
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES	VAGO

PARECER Nº 785, DE 2011

(Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Relator: Senador **Randolfe Rodrigues**

I – Relatório

Vem ao exame desta Comissão, em caráter terminativo, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 188, de 2010, de autoria do Presidente da República.

Originalmente, o projeto limitava-se a assegurar a validade da carteira de identidade expedida pelo Ministério da Defesa, dando-lhe fé pública e assegurando a validade das carteiras e cartões de identidades emitidos pelos Comandos das Forças singulares até sua substituição, bem como estipulando prazo para que o Poder Executivo aprovasse o modelo da carteira de identidade dos militares e editasse as normas complementares que se fizessem necessárias.

Ocorre que, na Câmara dos Deputados, o projeto recebeu substitutivo voltando-se à alteração dos arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, que “assegura a validade nacional as Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências”, além de também prever novas disposições autônomas.

As alterações advindas com o substitutivo da Câmara dos Deputados podem ser assim resumidas, segundo explicitou o Relator da matéria naquela Casa:

No substitutivo incluímos os órgãos da União como entes competentes para emissão da carteira de identidade, afirmando sua validade e fé pública em todo território nacional. Em seguida, acrescentamos dispositivo tornando a identificação direito da pessoa e dever do Estado. Prosseguindo, conceituamos documentos de identificação primários e secundários, e expressões pertinentes, como registro geral e ficha, cadastro ou prontuário civil. Discriminamos, então, os órgãos competentes para atribuírem o registro geral individualizador e fornecimento do documento de identificação primário, conforme ocorre atualmente, na prática, sem alargá-la nem restringi-la. Depois, tratamos do prazo de validade máxima da carteira de identidade, tanto a emitida em caráter facultativo como a exigível, isto é, a partir de oito e dezoito anos de idade da pessoa, respectivamente. Em seguida, cuidados das condições de equiparação dos documentos de identificação secundários aos primários. Por fim, estabelecemos um dispositivo de caráter propositivo, quase uma chamada à responsabilidade do governo federal à promessa de implementação do registro único ainda [no] ano de 2009. Trata-se do estabelecimento de

normas complementares que disciplinem outras condições de expedição de carteira de identidade, quanto ao prazo de validade (que pode ser menor que o máximo estabelecido) e inclusão, no documento, da condição de idoso ou deficiente e outros dados considerados úteis ao pleno exercício da cidadania. No intuito de garantir o exercício das prerrogativas dos idosos e deficientes, propõe a gratuidade da expedição da primeira via da carteira de identidade, bem como as decorrentes de eventual vencimento.

No Senado Federal, o projeto foi despachado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde recebeu parecer pela aprovação, sem alterações, tendo sido, em seguida, remetido a esta Comissão para análise em caráter terminativo.

Aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas na primeira Comissão, não foram oferecidas emendas à matéria.

II – Análise

Cabe a esta Comissão, nos termos do art. 101, inciso I, alínea **d**, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, bem como, no mérito, emitir parecer sobre matéria afeita ao direito civil. De resto, à luz dos demais dispositivos regimentais, o PLC nº 188, de 2010, não ostenta vício de regimentalidade.

Os requisitos formais e materiais de constitucionalidade encontram-se atendidos pelo projeto, tendo em vista que compete privativamente à União legislar sobre direito civil, a teor do disposto no art. 22, inciso I, da Constituição Federal (CF), bem como por não ter sido violada cláusula pétrea alguma. Ademais, a matéria se insere no âmbito das atribuições do Congresso Nacional, de conformidade com o **caput** do art. 48 da Carta Magna, não havendo reserva temática a respeito (art. 61, § 1º, da CF). Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida proposta.

Em outro aspecto, constata-se que a matéria não afronta o ordenamento jurídico e, no que tange à técnica legislativa, a proposição se revela de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 95, de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona”.

No mérito, o projeto merece louvor, pois o seu texto deve aperfeiçoar a Lei nº 7.116, de 29 de agos-

to de 1983, além de acrescentar outras disposições concernentes ao Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, a que alude a Lei nº 9.454, de 7 de abril de 1997, conceituando documento de identificação primário e secundário e identificando os órgãos competentes para sua emissão, ao tempo em que lhes confere fé pública e validade em todo território nacional. Em acréscimo, estipula prazo de validade para esses documentos de identificação e torna obrigatória a identificação a partir dos 18 anos de idade, condicionando a gratuidade para a obtenção da primeira via e também

das decorrentes da perda da validade. Por derradeiro, considera válidas as carteiras de identidade já emitidas até serem substituídas.

III – Voto

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLC nº 188, de 2010, tal como recebido da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 17 de agosto de 2011. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente – Senador **Randolfe Rodrigues**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 188 DE 2010

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17/08/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador EUNÍCIO OLIVEIRA</u>	
RELATOR: <u>Senador Randolfe Rodrigues</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL <u>[assinatura]</u>	1. EDUARDO SUPLICY <u>[assinatura]</u>
MARTA SUPLICY <u>[assinatura]</u>	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES <u>[assinatura]</u>	3. ANÍBAL DINIZ <u>[assinatura]</u>
JORGE VIANA <u>[assinatura]</u>	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA <u>[assinatura]</u>	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES <u>[assinatura]</u>	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA <u>[assinatura]</u>	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA <u>[assinatura]</u>	8. HUMBERTO COSTA <u>[assinatura]</u>
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA <u>[assinatura]</u>	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON <u>[assinatura]</u>	2. VALDIR RAUPP <u>[assinatura]</u>
ROMERO JUCÁ <u>[assinatura]</u>	3. EDUARDO BRAGA <u>[assinatura]</u>
VITAL DO RÉGO <u>[assinatura]</u>	4. RICARDO FERRAÇO <u>[assinatura]</u>
RENAN CALHEIROS	5. LOBAO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES <u>[assinatura]</u>	7. BENEDITO DE LIRA <u>[assinatura]</u>
SÉRGIO PETECÃO <u>[assinatura]</u>	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES <u>[assinatura]</u>	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA <u>[assinatura]</u>	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS <u>[assinatura]</u>	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES <u>[assinatura]</u>	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO <u>[assinatura]</u>	1. CIRO NOGUEIRA <u>[assinatura]</u>
GIM ARGELLO <u>[assinatura]</u>	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES <u>[assinatura]</u>	1. MARINOR BRITO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: PVL Nº 188, DE 2010

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ PIMENTEL	X				1 - EDUARDO SUPLICY	X			
MARTA SUPLICY	X				2 - ANA RITA				
PEDRO TAQUES	X				3 - ANIBAL DINIZ	X			
FORGE VIANA	X				4 - ACIR GURGACZ				
MAGNO MALTA					5 - CLESON ANDRADE				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - LINDBERGH FARIAS				
INACIO ARRUDA					7 - RODRIGO ROLLEMEIERG				
MARCELO CRIVELA					8 - HUMBERTO COSTA	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EUNÍCIO OLIVEIRA (Presidente)					1 - LUIZ HENRIQUE				
PEDRO SIMON	X				2 - VALDIR RAUPP				
ROMERO IUCÁ					3 - EDUARDO BRAGA	X			
VITAL DO RÊGO					4 - RICARDO FERRAÇO				
RENAN CALHEIROS					5 - LOBÃO FILHO				
ROBERTO REQUILÃO					6 - WALDEMIR MOKA				
FRANCISCO DORNELLES					7 - RENEDITO DE LIRA	X			
SÉRGIO PETECÁC	X				8 - EDUARDO AMORIM				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AFÉCIO NEVES	X				1 - LÚCIA VÂNIA				
ALOYSIO NUNES FERREIRA	X				2 - FLEXA RIBEIRO				
ALVARO DIAS	X				3 - CICERO LUCENA				
DEMÓSTENES TORRES	X				4 - JOSE AGRIPINO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				1 - CÍRO NOGUEIRA	X			
GIM ARGELLO					2 - MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RANDOLFI RODRIGUES (Vice-presidente)	X				1 - MARINOR BRITO				

TOTAL: 29 SIM: 19 NÃO: 10 ABSTENÇÃO: 0 AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 17 / 08 / 2011


 Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
 Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUÓRUM (art. 132, §8º, do RISF) (atualizado em 09/08/2011).

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....
CAPÍTULO II
Da União
.....

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;

.....

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

.....

Seção VIII
Do Processo Legislativo

Subseção I
Disposição Geral

Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas À Constituição;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – medidas provisórias;
- VI – decretos legislativos;
- VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

.....

Subseção III
Das Leis

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) ~~servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria de civis, reforma e transferência de militares para a inatividade;~~

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) ~~criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública;~~

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

.....

Art. 64. A discussão e votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República, do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores terão início na Câmara dos Deputados.

§ 1º O Presidente da República poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

§ 2º ~~Se, no caso do parágrafo anterior, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.~~

§ 2º Se, no caso do § 1º, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem sobre a proposição, cada qual sucessivamente, em até quarenta e cinco dias, sobrestar-se-ão todas as demais deliberações legislativas da respectiva Casa, com exceção

das que tenham prazo constitucional determinado, até que se ultime a votação. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

§ 3º A apreciação das emendas do Senado Federal pela Câmara dos Deputados far-se-á no prazo de dez dias, observado quanto ao mais o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º Os prazos do § 2º não correm nos períodos de recesso do Congresso Nacional, nem se aplicam aos projetos de código.

.....
LEI Nº 6.206, DE 7 DE MAIO DE 1975

Dá valor de documento de identidade às carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional e dá outras providências.

.....
LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

Assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, regula sua expedição e dá outras providências.

.....
Art. 1º A Carteira de Identidade emitida por órgãos de Identificação dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios tem fé pública e validade em todo o território nacional.

.....
Art. 7º A expedição de segunda via da Carteira de Identidade será efetuada mediante simples solicitação do interessado, vedada qualquer outra exigência, além daquela prevista no art. 2º desta Lei.

.....
LEI Nº 9.454, DE 7 DE ABRIL DE 1997

Institui o número único de Registro de Identidade Civil e dá outras providências.

.....
LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Ofício nº 111/11-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 17 de agosto de 2011

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 188, de 2010, que “Altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas. (Assegura validade nacional à Carteira de identidade expedida pelo Ministério da Defesa)”, de autoria do Presidente da República.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

PARECER Nº 786, DE 2011

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2011, do Senador Pedro Taques, que altera o Código Penal, para prever o crime de formação de quadrilha ou bando com o fim de cometer crime contra agente público, nas hipóteses que especifica.

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para análise e decisão terminativa, nos termos dos arts. 91 e 102, II, **d**, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 276, de 2011, acima epigrafado, de autoria do Senador Pedro Taques.

A proposição em destaque altera o art. 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal (CP), com o objetivo de tipificar, de forma autônoma, o crime de “quadrilha ou bando com fim de cometer crime contra agente público”, cominando-lhe a pena de reclusão de 2 a 6 anos. Hoje, a pena cominada para o tipo penal do **caput** do citado art. 288 é de reclusão, de 1 a 3 anos.

Portanto, a condição especial do sujeito passivo da infração penal justificaria o agravamento da pena, quando o crime for praticado contra agente público “em razão de sua atividade em investigação criminal, inclusive parlamentar, processo penal ou processo administrativo”.

Não foram apresentadas emendas até o presente momento.

II – Análise

A matéria cinge-se à competência privativa da União para legislar sobre direito penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, I, e 48 da Constituição Federal (CF).

No mérito, entendo que a proposta veiculada pelo PLS nº 276, de 2011, é altamente meritória.

Os agentes públicos diretamente envolvidos no à combate criminalidade ou à improbidade administrativa não podem ser intimidados por aqueles que são alvo da investigação. Nesse sentido, a lei penal deve oferecer tratamento mais rigoroso ao crime de quadrilha ou bando praticado contra os representantes do Estado responsáveis por investigar e punir os ilícitos penais e administrativos.

É preciso lembrar que a ação covarde de criminosos contra juizes, promotores, delegados, fiscais e outros agentes públicos que apuram ilícitos atinge o núcleo do Estado. Tais agentes não agem em nome próprio, e sim representam a autoridade estatal. Se vierem a ser vítimas de qualquer tipo de intimidação ou violência, é o Estado brasileiro o primeiro a ser atingido.

Por isso, considerados os bens jurídicos atingidos pela ação criminosa em análise, justifica-se a tipificação autônoma proposta pelo PLS nº 276, de 2011, com a elevação dos patamares mínimo e máximo da pena cominada.

Ressalta-se, ainda, que o tipo penal do art. 288 do CP e punido em concurso material com o crime-fim. Por exemplo, os coautores responderão tanto pelo homicídio praticado contra um juiz, como também pelo crime de quadrilha ou bando que se quer introduzir, somando-se as penas.

Faço, todavia, um adendo à proposição legislativa em comento. O crime de quadrilha ou bando praticado por servidores públicos que se utilizam dessa condição também deveria sofrer o mesmo tipo de repúdio por parte da lei penal.

A propósito, o Senado Federal já aprovou o PLS nº 88, de 2007, que prevê o agravamento da pena dos crimes praticados mediante violência ou grave ameaça “por” ou “contra” agente do Estado em decorrência do exercício do cargo ou função.

Ora, se funcionários públicos devem receber especial proteção do direito penal quando atuam nessa condição, também parece verdadeiro que a lei deva puni-los com mais severidade quando traírem o seu

compromisso para com o Estado, o que também vale para o crime de quadrilha ou bando.

Nesse sentido, proponho emenda para criar o tipo penal de quadrilha ou bando praticado por funcionários públicos que se utilizem dessa condição para cometer crimes.

Por fim, também considero apropriada a troca da expressão “agente por “funcionário público”, por afinidade em relação à terminologia utilizada pelo art. 327 do CP.

Feitos esses aperfeiçoamentos, cumprimento, mais uma vez, o autor da proposição pela brilhante iniciativa.

III – Voto

Pelo exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CCJ (Ao PLS nº 276, de 2011)

Dê-se a seguinte redação à ementa do PLS nº 276, de 2011:

Altera o art. 288 do Código Penal, para prever formas qualificadas do crime de formação de quadrilha ou bando, nas hipóteses que especifica.

EMENDA Nº 2 – CCJ (Ao PLS nº 276, de 2011)

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS nº 276, de 2011:

Art. 1º O art. 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor acrescido do seguinte § 1º, renumerando o atual parágrafo único como § 2º, com nova redação:

“Art. 288.

Formas qualificadas

§ 1º A pena é de reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, se a conduta praticada:

I – com o fim de cometer crime contra funcionário público, em razão de sua atividade em investigação criminal, inclusive parlamentar, processo penal ou processo administrativo;

II – por funcionários públicos, valendo-se dessa condição.

§ 2º As penas aplicam-se em dobro se a quadrilha ou bando é armado.” (NR)

Sala da Comissão, 17 de agosto de 2011. – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente – Senador **Demóstenes Torres**, Relator.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIAPROPOSIÇÃO: PLS Nº 276 DE 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 17/08/2011, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <u>Senador EUNÍCIO OLIVEIRA</u>	
RELATOR: <u>Senador Demóstenes Torres</u>	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B e PRB)	
JOSÉ PIMENTEL <u>José Pimentel</u>	1. EDUARDO SUPLYCY <u>Eduardo Suplicy</u>
MARTA SUPLYCY <u>Marta Suplicy</u>	2. ANA RITA
PEDRO TAQUES	3. ANÍBAL DINIZ <u>Aníbal Diniz</u>
JORGE VIANA <u>Jorge Viana</u>	4. ACIR GURGACZ
MAGNO MALTA	5. CLÉSIO ANDRADE
ANTONIO CARLOS VALADARES <u>Antônio Carlos Valadares</u>	6. LINDBERGH FARIAS
INÁCIO ARRUDA	7. RODRIGO ROLLEMBERG
MARCELO CRIVELLA	8. HUMBERTO COSTA <u>Humberto Costa</u>
BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
EUNÍCIO OLIVEIRA <u>Eunício Oliveira</u>	1. LUIZ HENRIQUE
PEDRO SIMON <u>Pedro Simon</u>	2. VALDIR RAUPP
ROMERO JUGÁ	3. EDUARDO BRAGA <u>Eduardo Braga</u>
VITAL DO RÊGO	4. RICARDO FERRAÇO
RENAN CALHEIROS	5. LOBÃO FILHO
ROBERTO REQUIÃO	6. WALDEMIR MOKA
FRANCISCO DORNELLES <u>Francisco Dornelles</u>	7. BENEDITO DE LIRA <u>Benedito de Lira</u>
SÉRGIO PETECÃO <u>Sérgio Petecão</u>	8. EDUARDO AMORIM
BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)	
AÉCIO NEVES <u>Aécio Neves</u>	1. LÚCIA VÂNIA
ALOYSIO NUNES FERREIRA <u>Aloysio Nunes Ferreira</u>	2. FLEXA RIBEIRO
ALVARO DIAS <u>Alvaro Dias</u>	3. CÍCERO LUCENA
DEMÓSTENES TORRES <u>Demóstenes Torres</u>	4. JOSÉ AGRIPINO
PTB	
ARMANDO MONTEIRO <u>Armando Monteiro</u>	1. CIRO NOGUEIRA <u>Ciro Nogueira</u>
GIM ARGELLO	2. MOZARILDO CAVALCANTI
PSOL	
RANDOLFE RODRIGUES <u>Randolfe Rodrigues</u>	1. MARINOR BRITO

Atualizada em: 09/08/2011

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: *PLS Nº 276, DE 2011*

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSÉ PIMENTEL	X				1 - EDUARDO SUPLICY	X			
MARTA SUPLICY	X				2 - ANA RITA				
PEDRO TAQUES					3 - ANÍBAL DINIZ	X			
JORGE VIANA	X				4 - ACIR GURGACZ				
MAGNO MALTA					5 - CLÉSIO ANDRADE				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				6 - LINDBERGH FARIAS				
INÁCIO ARRUDA					7 - RODRIGO ROLLEMBERG				
MARCELO CRIVELLA					8 - HUMBERTO COSTA	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EUNÍCIO OLIVEIRA (<i>Marcelo Crivella</i>)					1 - LUIZ HENRIQUE				
PEDRO SIMON	X				2 - VALDIR RAUPP				
ROMERO JUCÁ					3 - EDUARDO BRAGA	X			
VITAL DO REGO					4 - RICARDO FERRAÇO				
RENAN CALHEIROS					5 - LOBÃO FILHO				
ROBERTO REQUIÃO					6 - WALDEMIR MOKA				
FRANCISCO DORNELLES					7 - BENEDITO DE LIRA	X			
SERGIO PETECÃO	X				8 - EDUARDO AMORIM				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AÉCIO NEVES	X				1 - LÚCIA VÂNIA				
ALOYSIO NUNES FERREIRA	X				2 - FLEXA RIBEIRO				
ALVARO DIAS	X				3 - CÍCERO LUCENA				
DEMÓSTENES TORRES (<i>Volante</i>)	X				4 - JOSÉ AGRIPTINO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				1 - CIRIO NOGUEIRA	X			
GIM ARCELLO					2 - MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RANDOLFE RODRIGUES	X				1 - MARINOR BRITO				

TOTAL: 49 SIM: 18 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: PRESIDENTE 4

SALA DAS REUNIÕES, EM 17 / 08 / 2011

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA
Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RSF)
(atualizado em 09/08/2011).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PROPOSIÇÃO: *PLS Nº 226, DE 2011*
EMENDAS Nº 1 e 2

TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PDT, PSB, PT, PC do B e PRB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
JOSE PIMENTEL	X				1 - EDUARDO SUPLICY	X			
MARTA SUPLICY	X				2 - ANA RITA				
PEDRO TAQUES					3 - ANIBAL DINIZ	X			
JORGE VIANA	X				4 - ACIR GURGACZ				
MAGNO MALTA					5 - CÉSIO ANDRADE				
ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X				6 - LINDBERGH FARIAS				
INÁCIO ARRUDA					7 - RODRIGO ROLLEMBERG				
MARCELO CRIVELLA					8 - HUMBERTO COSTA	X			
TITULARES - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
EUNÍCIO OLIVEIRA (<i>Abundância</i>)					1 - LUIZ HENRIQUE				
PEDRO SIMON	X				2 - VALDIR RAUPP				
ROMERO TUCA					3 - EDUARDO BRAGA	X			
VITAL DO RÊGO					4 - RICARDO FERRAÇO				
RENAN CALHEIROS					5 - LOBÃO FILHO				
ROBERTO REQUIÃO					6 - WALDEMIR MOKA				
FRANCISCO DORNELLES					7 - BENEDITO DE LIRA	X			
SÉRGIO PETECÃO	X				8 - EDUARDO AMORIM				
TITULARES - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ACÍCIO NEVES	X				1 - LÚCIA VÁNA				
ALOYSIO NUNES FERREIRA	X				2 - FLEXA RIBEIRO				
ALVARO DIAS	X				3 - CÍCERO LUCENA				
DEMÓSTENES TORRES			X		4 - JOSÉ AGRIPINO				
TITULAR - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PTB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ARMANDO MONTEIRO	X				1 - CIRIO NOGUEIRA	X			
GIM ARGELLO					2 - MOZARILDO CAVALCANTI				
TITULAR - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PSOL	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RANDOLFE RODRIGUES	X				1 - MARINOR BRITO				

TOTAL: 19 SIM: 17 NÃO: - ABSTENÇÃO: - AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

SALA DAS REUNIÕES, EM 17 / 08 / 2011

Senador EUNÍCIO OLIVEIRA

Presidente

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF) (atualizado em 09/08/2011.).

TEXTO FINAL
**DO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 276, DE 2011**

Na Comissão de Constituição, Justiça
e Cidadania que:

**Altera o art. 288 do Código Penal, para
prever formas qualificadas do crime de for-
mação de quadrilha ou bando, nas hipóte-
ses que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º o art. 288 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7
de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigor
acrescido do seguinte § 1º, renumerando o atual pa-
rágrafo único como § 2º, com nova redação:

“Art. 288.

Formas qualificadas

§ 1º A pena é de reclusão, de 2 (dois) a
6 (seis) anos, se a conduta é praticada:

I – com o fim de cometer crime contra
funcionário público, em razão de sua atividade
em investigação criminal, inclusive parlamen-
tar, processo penal ou processo administrativo;

II – por funcionários públicos, valendo-se
dessa condição.

§ 2º As penas aplicam-se em dobro se a
quadrilha ou bando é armado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação.

Sala da Comissão, 17 de agosto de 2011. – Se-
nador **Eunício Oliveira**, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO II
Da União

Art. 22. Compete privativamente à União legis-
lar sobre:

I – direito civil, comercial, penal, processual, elei-
toral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do
trabalho;

Seção II
Das Atribuições do Congresso Nacional

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a
sanção do Presidente da República, não exigida esta

para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre
todas as matérias de competência da União, especial-
mente sobre:

I – sistema tributário, arrecadação e distribuição
de rendas;

II – plano plurianual, diretrizes orçamentárias, or-
çamento anual, operações de crédito, dívida pública e
emissões de curso forçado;

III – fixação e modificação do efetivo das Forças
Armadas;

IV – planos e programas nacionais, regionais e
setoriais de desenvolvimento;

V – limites do território nacional, espaço aéreo e
marítimo e bens do domínio da União;

VI – incorporação, subdivisão ou desmembra-
mento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as
respectivas Assembleias Legislativas;

VII – transferência temporária da sede do Go-
verno Federal;

VIII – concessão de anistia;

IX – organização administrativa, judiciária, do
Ministério Público e da Defensoria da União e dos Ter-
ritórios e organização judiciária, do Ministério Público
e da Defensoria Pública do Distrito Federal;

X – criação, transformação e extinção de cargos,
empregos e funções públicas;

XI – criação, estruturação e atribuições dos Mi-
nistérios e órgãos da administração pública;

X – criação, transformação e extinção de cargos,
empregos e funções públicas, observado o que esta-
belece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda
Constitucional nº 32, de 2001)

XI – criação e extinção de Ministérios e órgãos
da administração pública; (Redação dada pela Emen-
da Constitucional nº 32, de 2001)

XII – telecomunicações e radiodifusão;

XIII – matéria financeira, cambial e monetária,
instituições financeiras e suas operações;

XIV – moeda, seus limites de emissão, e mon-
tante da dívida mobiliária federal.

XV – fixação de subsídio dos Ministros do Su-
premo Tribunal Federal, por lei de iniciativa conjunta dos
Presidentes da República, da Câmara dos Deputados,
do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal, ob-
servado o que dispõem os arts. 39, §4º, 150, II, 153,
III, e 153, § 2º, I. (Incluído pela Emenda Constitucional
nº 19, de 1998)

XV – fixação do subsídio dos Ministros do Su-
premo Tribunal Federal, observado o que dispõem os
arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação
dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19-12-2003)

DECRETO-LEI Nº 2.848,
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

Código Penal.

TÍTULO X
Dos Crimes Contra a Paz Pública

Quadrilha ou bando

Art. 288. Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes:

Pena – reclusão, de um a três anos (Vide Lei nº 8.072, de 25-7-1990)

Parágrafo único. A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado.

TÍTULO XI
Dos Crimes Contra a Administração Pública

CAPÍTULO I
**Dos Crimes Praticados por Funcionário Público
Contra a Administração em Geral**

Funcionário público

Art. 327. Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem, embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.

~~Parágrafo único. Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal.~~

~~§ 1º Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal. (Parágrafo único renumerado pela Lei nº 6.799, de 1980)~~

§ 1º Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)

§ 2º A pena será aumentada da terça parte quando os autores dos crimes previstos neste Capítulo forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público. (Incluído pela Lei nº 6.799, de 1980)

Of. nº 110/11– PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 17 de agosto de 2011

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2011, que “Altera o Código Penal, para prever o crime de formação de quadrilha ou bando com o fim de cometer crime contra agente público, nas hipóteses que especifica”, de autoria do Senador Pedro Taques.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 76, de 2011**, do Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Câmara nº 110, de 2010.

É o seguinte o Ofício:

Of. nº 76/2011/CE

Brasília, 9 de agosto de 2011

Assunto: aprovação de matéria

Senhor Presidente,

Nos termos dos §§ 1º, IV, e 2º, do art. 91, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico a Vossa Excelência que esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, na reunião realizada nesta data, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2010, de autoria de Sua Excelência o Senhor Deputado José Chaves, que “Denomina Sistema Metroviário do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira o Metrô do Recife/Metrorec, operado pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU”.

Atenciosamente, – Senador **Roberto Requião**, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao Ofício nº 76, de 2011, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que a matéria seja apreciada pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foram encaminhados à publicação os **Pareceres**

nºs 782 e 783, de 2011, das Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 477, de 2008 – Complementar, do Senador Mão Santa, que *vincula recursos para a Seguridade Social*.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu os **Ofícios nºs 110 e 111, de 2011**, do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que comunica a apreciação, em caráter terminativo, do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2011; e do Projeto de Lei da Câmara nº 188, de 2010, respectivamente.

São os seguintes os Ofícios:

Ofício nº 110/11 – PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 17 de agosto de 2011

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, do Projeto de Lei do Senado nº 276, de 2011, que “Altera o Código Penal para prever o crime de formação de quadrilha ou bando com o fim de cometer crime contra agente público, nas hipóteses que especifica”, de autoria do Senador Pedro Taques.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Eunício Oliveira**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Ofício nº 111/11-Presidência/CCJ

Brasília, 17 de agosto de 2011

Assunto: decisão terminativa

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela aprovação, do Projeto de Lei da Câmara nº 188, de 2010, que “Altera os arts. 1º e 7º da Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, e dá providências correlatas. (Assegura validade nacional à Carteira de Identidade expedida pelo Ministério da Defesa)”, de autoria do Presidente da República.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Eunício Oliveira** Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência aos Ofícios nºs 110 e 111, de 2011, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 112, de 2011**, da Comissão de Assuntos Sociais, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2009.

É o seguinte o ofício:

Ofício nº 112/2011 – PRES/CAS

Brasília, 17 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão, em decisão terminativa, aprovou em turno único o Substitutivo (Emenda nº 1-CAS) ao Projeto de Lei do Senado nº 535, de 2009, altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências, para dispor sobre a unificação da arrecadação das contribuições sociais de empregado e empregador doméstico e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, de autoria do Senador Paulo Paim.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92 do Regimento Interno do Senado Federal.

Cordialmente, – Senador **Jayme Campos**, Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao ofício lido, a Presidência comunica ao Plenário que à matéria poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Srª Senadora Angela Portela enviou discurso à Mesa, para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Exª será atendida.

A SRA. ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, hoje pela manhã, em solenidade no Palácio do Planalto, a presidenta Dilma Rousseff, ao lado do ministro Fernando Haddad, anunciou a expansão

da Rede Federal de Educação Superior, Profissional e Tecnológica, com a previsão de construção, nesta fase, de 120 novas escolas técnicas federais.

Trata-se de mais uma etapa da expansão iniciada durante o Governo Lula, que entregou ao país 214 unidades. Com esta iniciativa do Governo Dilma, o país chegará a 2014 com, pelo menos, 500 escolas técnicas e de ensino profissionalizante, vinculadas a 38 Institutos Federais.

A expansão da rede federal, aliada ao Pronatec, que vai beneficiar 8 milhões de jovens brasileiros nos próximos anos, é uma iniciativa digna de todos os aplausos, principalmente quando sabemos das dificuldades enfrentadas pelos jovens brasileiros na busca de qualificação e, também, pelas empresas que precisam contratar, num cenário econômico favorável, e não encontram a mão de obra qualificada para atender às suas necessidades.

Aproveito esta oportunidade para, além de destacar aqui os enormes avanços do ensino técnico e profissionalizante nos últimos anos, registrar que esta política do governo federal tem proporcionado enormes benefícios para o meu Estado de Roraima. Até 2003 tínhamos uma única escola técnica. Hoje são três. Além de Boa Vista, temos unidades descentralizadas do Instituto Federal de Roraima nos municípios de Caracará e Amajari e, em breve, teremos mais uma unidade.

Na expansão da rede anunciada hoje pela presidenta Dilma, está incluída a construção do Campus da Zona Oeste de Boa Vista. Os recursos, em torno de 4 milhões de reais, já estão assegurados e, a partir do ano que vem, esta unidade atenderá a 1.200 estudantes em todos os níveis da educação profissional, desde a formação inicial até a pós graduação. O Campus da Zona Oeste de Boa Vista também abrigará o Núcleo de Inovação Tecnológica do IFRR e o Centro de Educação à Distância, que permitirá aos jovens de todos os municípios de Roraima receber os cursos do Instituto Federal.

Pela importância que tem a ampliação de vagas no ensino técnico e profissionalizante e pelo poder de transformação que esse ensino exerce na vida das pessoas, já estamos trabalhando junto ao Ministério da Educação, junto a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, para assegurar que Roraima receba, além do Campus da Zona Oeste de Boa Vista, mais duas unidades de ensino técnico, a serem construídas em municípios do interior do estado com forte atividade da agricultura familiar.

Mas além de destacar aqui os avanços do ensino técnico, senhor presidente, quero chamar a atenção para outra iniciativa do Governo Federal que está relacionada ao tema.

Na semana passada a presidenta Dilma lançou o Mulheres Mil, uma parceria entre o Ministério da

Educação, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Por meio dos institutos federais, o Mulheres Mil tem o objetivo de promover a elevação da escolaridade e a formação profissional de mulheres desfavorecidas de todas as regiões do país. 100 mil mulheres serão atendidas até 2014.

O programa é estruturado nos eixos educação, cidadania e desenvolvimento sustentável, utilizando metodologia desenvolvida para acolher mulheres em contextos de vulnerabilidade social. Funciona a partir da oferta de cursos de formação personalizados, que trazem em seus programas temáticas como direitos e saúde da mulher, relações interpessoais, inclusão digital.

A experiência foi testada com êxito em 13 estados brasileiros a partir de 2007. Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia deverão implantar, ainda em 2011, cem novos núcleos do programa em todo o território nacional. Este ano, deverão ser formadas 10 mil mulheres.

Sr. Presidente, por inúmeras vezes temos subido à esta Tribuna, todas as representantes da bancada feminina nesta Casa, para relatar as dificuldades vividas pelas mulheres brasileiras, entre elas a violência doméstica e familiar, a discriminação, o subemprego e o emprego informal, dificuldades para inserção no mercado de trabalho, para obter melhor escolaridade, enfim, uma série de desafios que, com muita alegria, vemos agora que estão sendo enfrentados de forma corajosa e bastante competente pela presidenta da República e por seus ministros e ministras.

Este programa Mulheres Mil ataca todos esses problemas, na medida em que oferece às mulheres pobres deste país a oportunidade de melhorar sua escolaridade, de conhecer seus direitos, exercitar sua cidadania e de encontrar uma posição no mercado de trabalho e na vida.

Já foi dito aqui, por mim e por outras senadoras, que uma das principais causas da violência doméstica e familiar está na incapacidade da mulher de prover o seu próprio sustento. Muitas deixam de denunciar os agressores por essa razão. Com a qualificação profissional e o encaminhamento para o mercado de trabalho, oportunizados por meio da enorme estrutura dos Institutos Federais, acreditamos que é mais um caminho que se abre para a superação deste problema e, principalmente, para a superação da feminização da pobreza.

A presidenta Dilma ofereceu uma nova dinâmica ao governo ao priorizar políticas públicas para as mulheres. Desde o início do ano, temos testemunhado uma série de iniciativas importantes, como o lançamen-

to da Rede Cegonha, que oferece acompanhamento e assistência na gestação e no pós parto, o programa de prevenção e combate ao câncer de colo do útero e câncer de mama, entre outras iniciativas.

Este Parlamento também tem dado sua contribuição, seja discutindo e votando as matérias, seja encaminhando sugestões ou aprovando projetos que têm como público prioritário as mulheres. Neste sentido, destaco aqui a aprovação, na semana passada, de uma iniciativa que considero histórica. O Congresso Nacional incluiu a aposentadoria para as donas de casa na Medida Provisória que reduziu a alíquota de contribuição dos empreendedores individuais.

A aposentadoria das donas de casa é uma luta antiga das mulheres brasileiras. Inúmeras proposições tramitaram nesta Casa, algumas, inclusive, de minha autoria. Agora é realidade. Um avanço enorme no sentido de reparar uma injustiça histórica, a negação às donas de casa de direitos básicos de todas as trabalhadoras, como o salário maternidade, auxílio doença e, principalmente, a aposentadoria.

Quero encerrar, senhor presidente, repetindo aqui que a expansão da rede federal anunciada hoje pela presidenta Dilma, aliada ao programa Mulheres Mil, que pretende usar essa rede de ensino técnico para ampliar o acesso à educação e à cidadania para 100 mil mulheres brasileiras, neste primeiro momento, representam conquistas importantes, que precisam ser valorizadas, por representarem a oportunidade de colocar as mulheres, que são maioria da população, no centro do debate político e econômico.

Por ora é o que tenho a dizer, senhor presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Assim, encerramos esta sessão.

Amanhã estarei na Assembléia Legislativa de Minas Gerais, Belo Horizonte, para discutir Estatuto do Motorista e a Previdência.

Boa noite!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 26 minutos.)

**COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS
PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO**

**Emendas
AO
PROJETO DE LEI
N.º 19, de 2011**

**MENSAGEM
N.º 00066/2011 – CN
(Nº 00261/2011, na origem)**

Ementa: “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor global de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Índice de Emendas PL 019/2011 - EMENDA

Total por Parlamentar

ADRIAN	00039 a 00041	3
ANDRE VARGAS	00018 a 00027	10
ÁTLA LINS	00056 e 00057	2
CLAUDIO CAJADO	00001 a 00010	10
GERALDO SIMÕES	00043 a 00045	3
GIROTO	00011 a 00015	5
GORETE PEREIRA	00016 e 00017	2
HUGO MOTTA	00058 a 00067	10
JÚLIO CAMPOS	00068	1
MARINHA RAUPP	00042	1
NILDA GONDIM	00069	1
VALDIR RAUPP	00028	1
WILSON FILHO	00046 a 00055	10
WILSON SANTIAGO	00029 a 00038	10
Total de Emendas:		69

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00001****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 19/2011 - CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

ACRESCER NO ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Programa: APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE SETOR AGROPECUÁRIO –
NO MUNICÍPIO DE BELMONTE - BA
Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.XXXX
GND: 4

Mod. de Aplicação: 40

Valor: 800.000,00 (oitocentos mil reais)

CANCELAMENTO NO ANEXO I

ÓRGÃO: 74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
UNIDADE: 74101 – RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL – MINISTÉRIO DA FAZENDA
Programa: GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE
PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (LEI Nº 8.427, DE 1992) – NACIONAL
Funcional Programática: 20.605.0351.00GW.0001

GND: 3

Mod. de Aplicação: 90

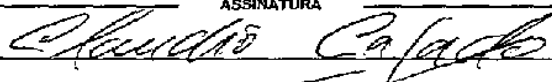
Fonte: 100

Valor: 800.000,00 (oitocentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é a atender o município de BELMONTE, no Estado da Bahia, objetivando desempenhar atividades destinadas a fomentar a produção agropecuária e a organizar o abastecimento de produtos agrícolas, tais como: construção ou reforma de mercado para produtos agropecuários, construção de casa do produtor rural, de entreposto de comercialização, de feira livre para produtos agropecuários, de barracão para pequenos produtores rurais, construção de centro de treinamento ou de centros comunitários; construção ou reforma de parque de exposição agropecuário, de central de comercialização de produtos agrícolas, formação de pomares, hortas, viveiros, lavouras comunitárias, aquisição de máquinas e equipamentos para agroindústria, aquisição de patrulha mecanizada, compreendendo tratores, giricos, colheitadeiras, patrol, grades e outros implementos.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
3166	CLAUDIO CAJADO	BA	DEM

DATA	ASSINATURA
	

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00002**
PL 019/2011-CN
Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 19/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCER NO ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Programa: APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE SETOR AGROPECUÁRIO –
NO MUNICÍPIO DE IPUPIARA - BA
Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.XXXX
GND: 4
Mod. de Aplicação: 40
Valor: 800.000,00 (oitocentos mil reais)

CANCELAMENTO NO ANEXO I

ÓRGÃO: 74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
UNIDADE: 74101 – RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL – MINISTÉRIO DA FAZENDA
Programa: GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE
PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (LEI Nº 8.427, DE 1992) – NACIONAL
Funcional Programática: 20.605.0351.00GW.0001
GND: 3
Mod. de Aplicação: 90
Fonte: 100
Valor: 800.000,00 (oitocentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é a atender o município de IPUPIARA, no Estado da Bahia, objetivando desempenhar atividades destinadas a fomentar a produção agropecuária e a organizar o abastecimento de produtos agrícolas, tais como: construção ou reforma de mercado para produtos agropecuários, construção de casa do produtor rural, de entreposto de comercialização, de feira livre para produtos agropecuários, de barracão para pequenos produtores rurais, construção de centro de treinamento ou de centros comunitários; construção ou reforma de parque de exposição agropecuário, de central de comercialização de produtos agrícolas, formação de pomares, hortas, viveiros, lavouras comunitárias, aquisição de máquinas e equipamentos para agroindústria, aquisição de patrulha mecanizada, compreendendo tratores, giricos, colheitadeiras, patrol, grades e outros implementos.

CÓDIGO

3166

NOME DO PARLAMENTAR

CLAUDIO CAJADO

UF

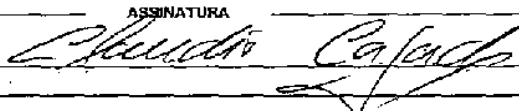
BA

PARTIDO

DEM

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00003****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 19/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCER NO ANEXO I**ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO****UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO****Programa: APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE SETOR AGROPECUÁRIO –
NO MUNICÍPIO DE ITAJUÍPE - BA****Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.XXXX****GND: 4****Mod. de Aplicação: 40****Valor: 800.000,00 (oitocentos mil reais)****CANCELAMENTO NO ANEXO I****ÓRGÃO: 74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO****UNIDADE: 74101 – RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL – MINISTÉRIO DA FAZENDA****Programa: GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE
PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (LEI Nº 8.427, DE 1992) – NACIONAL****Funcional Programática: 20.605.0351.00GW.0001****GND: 3****Mod. de Aplicação: 90****Fonte: 100****Valor: 800.000,00 (oitocentos mil reais)****JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo desta emenda é a atender o município de ITAJUÍPE, no Estado da Bahia, objetivando desempenhar atividades destinadas a fomentar a produção agropecuária e a organizar o abastecimento de produtos agrícolas, tais como: construção ou reforma de mercado para produtos agropecuários, construção de casa do produtor rural, de entreposto de comercialização, de feira livre para produtos agropecuários, de barracão para pequenos produtores rurais, construção de centro de treinamento ou de centros comunitários; construção ou reforma de parque de exposição agropecuário, de central de comercialização de produtos agrícolas, formação de pomares, hortas, viveiros, lavouras comunitárias, aquisição de máquinas e equipamentos para agroindústria, aquisição de patrulha mecanizada, compreendendo tratores, giricos, colheitadeiras, patrol, grades e outros implementos.

CÓDIGO

3166

NOME DO PARLAMENTAR

CLAUDIO CAJADO

UF

BA

PARTIDO

DEM

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00004****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 19/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCER NO ANEXO I**ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO****UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO****Programa: APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE SETOR AGROPECUÁRIO –
NO MUNICÍPIO DE PINDAÍ - BA****Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.XXXX****GND: 4****Mod. de Aplicação: 40****Valor: 800.000,00 (oitocentos mil reais)****CANCELAMENTO NO ANEXO I****ÓRGÃO: 74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO****UNIDADE: 74101 – RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DO TESOIRO****NACIONAL – MINISTÉRIO DA FAZENDA****Programa: GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE
PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (LEI Nº 8.427, DE 1992) – NACIONAL****Funcional Programática: 20.605.0351.00GW.0001****GND: 3****Mod. de Aplicação: 90****Fonte: 100****Valor: 800.000,00 (oitocentos mil reais)****JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo desta emenda é a atender o município de PINDAÍ, no Estado da Bahia, objetivando desempenhar atividades destinadas a fomentar a produção agropecuária e a organizar o abastecimento de produtos agrícolas, tais como: construção ou reforma de mercado para produtos agropecuários, construção de casa do produtor rural, de entreposto de comercialização, de feira livre para produtos agropecuários, de barracão para pequenos produtores rurais, construção de centro de treinamento ou de centros comunitários; construção ou reforma de parque de exposição agropecuário; de central de comercialização de produtos agrícolas, formação de pomares, hortas, viveiros, lavouras comunitárias, aquisição de máquinas e equipamentos para agroindústria, aquisição de patrulha mecanizada, compreendendo tratores, giriscos, colheitadeiras, patrol, grades e outros implementos.

CÓDIGO

3166

NOME DO PARLAMENTAR

CLAUDIO CAJADO

UF

BA

PARTIDO

DEM

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00005****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 19/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCER NO ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Programa: APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE SETOR AGROPECUÁRIO –
NO MUNICÍPIO DE DIAS D'ÁVILA - BA
Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.XXXX

GND: 4

Mod. de Aplicação: 40

Valor: 800.000,00 (oitocentos mil reais)

CANCELAMENTO NO ANEXO I

ÓRGÃO: 74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
UNIDADE: 74101 – RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL – MINISTÉRIO DA FAZENDA
Programa: GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE
PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (LEI Nº 8.427, DE 1992) – NACIONAL
Funcional Programática: 20.605.0351.00GW.0001

GND: 3

Mod. de Aplicação: 90

Fonte: 100

Valor: 800.000,00 (oitocentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é a atender o município de DIAS D'ÁVILA, no Estado da Bahia, objetivando desempenhar atividades destinadas a fomentar a produção agropecuária e a organizar o abastecimento de produtos agrícolas, tais como: construção ou reforma de mercado para produtos agropecuários, construção de casa do produtor rural, de entreposto de comercialização, de feira livre para produtos agropecuários, de barracão para pequenos produtores rurais, construção de centro de treinamento ou de centros comunitários; construção ou reforma de parque de exposição agropecuário, de central de comercialização de produtos agrícolas, formação de pomares, hortas, viveiros, lavouras comunitárias, aquisição de máquinas e equipamentos para agroindústria, aquisição de patrulha mecanizada, compreendendo tratores, giricos, colheitadeiras, patrol, grades e outros implementos.

CÓDIGO

3166

NOME DO PARLAMENTAR

CLAUDIO CAJADO

UF

BA

PARTIDO

DEM

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00006****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 19/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCER NO ANEXO I**ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO****UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO****Programa: APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DE SETOR AGROPECUÁRIO –
NO MUNICÍPIO DE PIATÃ - BA****Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.XXXX****GND: 4****Mod. de Aplicação: 40****Valor: 800.000,00 (oitocentos mil reais)****CANCELAMENTO NO ANEXO I****ÓRGÃO: 74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO****UNIDADE: 74101 – RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL – MINISTÉRIO DA FAZENDA****Programa: GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE
PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (LEI Nº 8.427, DE 1992) – NACIONAL****Funcional Programática: 20.605.0351.00GW.0001****GND: 3****Mod. de Aplicação: 90****Fonte: 100****Valor: 800.000,00 (oitocentos mil reais)****JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo desta emenda é a atender o município de PIATÃ, no Estado da Bahia, objetivando desempenhar atividades destinadas a fomentar a produção agropecuária e a organizar o abastecimento de produtos agrícolas, tais como: construção ou reforma de mercado para produtos agropecuários, construção de casa do produtor rural, de entreposto de comercialização, de feira livre para produtos agropecuários, de barracão para pequenos produtores rurais, construção de centro de treinamento ou de centros comunitários; construção ou reforma de parque de exposição agropecuário, de central de comercialização de produtos agrícolas, formação de pomares, hortas, viveiros, lavouras comunitárias, aquisição de máquinas e equipamentos para agroindústria, aquisição de patrulha mecanizada, compreendendo tratores, giricos, colheitadeiras, patrol, grades e outros implementos.

CÓDIGO

3166

NOME DO PARLAMENTAR

CLAUDIO CAJADO

UF

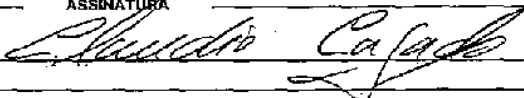
BA

PARTIDO

DEM

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00007****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 19/2011 - CN	PAGINA 01 DE 01
---------------------	---	---------------------------

TEXTO

ACRESCER NO ANEXO I**ÓRGÃO: 22000 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO****UNIDADE: 22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO****Programa: APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGRAPECUÁRIO - NO MUNICÍPIO DE MAQUINIQUE - BA****Funcional Programática: 20.605.6003.8611.XXXX****GND: 4****Mod. de Aplicação: 40****Valor: 500.000,00 (quinhentos mil reais)****CANCELAMENTO NO ANEXO I****ÓRGÃO: 74000 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO****UNIDADE: 74101 - RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL - MINISTÉRIO DA FAZENDA****Programa: GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (LEI Nº 8.427, DE 1992) - NACIONAL****Funcional Programática: 20.605.0351.00GW.0001****GND: 3****Mod. de Aplicação: 90****Fonte: 100****Valor: 500.000,00 (quinhentos mil reais)****JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo desta emenda é a atender o município de MAQUINIQUE, no Estado da Bahia, objetivando desempenhar atividades destinadas a fomentar a produção agropecuária de pequenos e médios produtores rurais. Bem como: aquisição de máquinas e equipamentos para o beneficiamento de produtos agropecuários, construção de matadouro municipal, manutenção de estradas vicinais rurais e correção de solos.

CÓDIGO 3166	NOME DO PARLAMENTAR CLAUDIO CAJADO	UF BA	PARTIDO DEM
-----------------------	--	-----------------	-----------------------

DATA	ASSINATURA 
------	--

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00008****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 19/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCER NO ANEXO I**ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO****UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO****Programa: APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGRAPECUÁRIO – NO MUNICÍPIO DE IUIU - BA****Funcional Programática: 20.605.6003.8611.XXXX****GND: 4****Mod. de Aplicação: 40****Valor: 500.000,00 (quinhentos mil reais)****CANCELAMENTO NO ANEXO I****ÓRGÃO: 74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO****UNIDADE: 74101 – RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL – MINISTÉRIO DA FAZENDA****Programa: GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (LEI Nº 8.427, DE 1992) – NACIONAL****Funcional Programática: 20.605.0351.00GW.0001****GND: 3****Mod. de Aplicação: 90****Fonte: 100****Valor: 500.000,00 (quinhentos mil reais)****JUSTIFICAÇÃO**

O objetivo desta emenda é a atender o município de IUIU, no Estado da Bahia, objetivando desempenhar atividades destinadas a fomentar a produção agropecuária de pequenos e médios produtores rurais. Bem como: aquisição de máquinas e equipamentos para o beneficiamento de produtos agropecuários, construção de matadouro municipal, manutenção de estradas vicinais rurais e correção de solos.

CÓDIGO

3166

NOME DO PARLAMENTAR

CLAUDIO CAJADO

UF

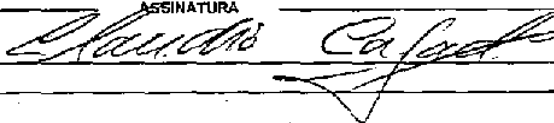
BA

PARTIDO

DEM

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00009****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 19/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCER NO ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Programa: APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGRAPECUÁRIO – NO MUNICÍPIO
DE SÃO GABRIEL - BA
Funcional Programática: 20.605.6003.8611.XXXX
GND: 4
Mod. de Aplicação: 40
Valor: 500.000,00 (quinhentos mil reais)

CANCELAMENTO NO ANEXO I

ÓRGÃO: 74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
UNIDADE: 74101 – RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DO TESOURO
NACIONAL – MINISTÉRIO DA FAZENDA
Programa: GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE
PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (LEI Nº 8.427, DE 1992) – NACIONAL
Funcional Programática: 20.605.0351.00GW.0001
GND: 3
Mod. de Aplicação: 90
Fonte: 100
Valor: 500.000,00 (quinhentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é a atender o município de SÃO GABRIEL, no Estado da Bahia, objetivando desempenhar atividades destinadas a fomentar a produção agropecuária de pequenos e médios produtores rurais. Bem como: aquisição de máquinas e equipamentos para o beneficiamento de produtos agropecuários, construção de matadouro municipal, manutenção de estradas vicinais rurais e correção de solos.

CÓDIGO

3166

NOME DO PARLAMENTAR

CLAUDIO CAJADO

UF

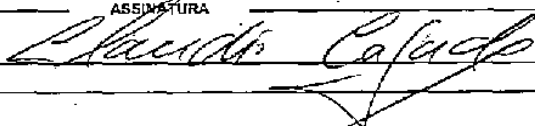
BA

PARTIDO

DEM

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00010****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

PLN 19/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

ACRESCER NO ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
Programa: APOIO AO PEQUENO E MÉDIO PRODUTOR AGRAPECUÁRIO – NO MUNICÍPIO
DE CONTENDAS DO SINCORÁ - BA

Funcional Programática: 20.605.6003.8611.XXXX

GND: 4

Mod. de Aplicação: 40

Valor: 500.000,00 (quinhentos mil reais)

CANCELAMENTO NO ANEXO I

ÓRGÃO: 74000 – OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO
UNIDADE: 74101 – RECURSOS SOB A SUPERVISÃO DA SECRETARIA DO TESOUREIRO
NACIONAL – MINISTÉRIO DA FAZENDA

Programa: GARANTIA E SUSTENTAÇÃO DE PREÇOS NA COMERCIALIZAÇÃO DE
PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (LEI Nº 8.427, DE 1992) – NACIONAL

Funcional Programática: 20.605.0351.00GW.0001

GND: 3

Mod. de Aplicação: 90

Fonte: 100

Valor: 500.000,00 (quinhentos mil reais)

JUSTIFICAÇÃO

O objetivo desta emenda é a atender o município de CONTENDAS DO SINCORÁ, no Estado da Bahia, objetivando desempenhar atividades destinadas a fomentar a produção agropecuária de pequenos e médios produtores rurais. Bem como: aquisição de máquinas e equipamentos para o beneficiamento de produtos agropecuários, construção de matadouro municipal, manutenção de estradas vicinais rurais e correção de solos.

CÓDIGO

3166

NOME DO PARLAMENTAR

CLAUDIO CAJADO

UF

BA

PARTIDO

DEM

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00011****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PL Nº 019/2011-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	-------------------------------------	--------------------

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Subtítulo: Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário em Itaquiraí no Estado Mato Grosso do Sul

Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.XXXX

GND: 4

Valor: R\$ 500.000,00

Cancelamento:

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

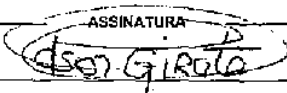
Subtítulo: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF-Nacional

Funcional Programática: 20.605.0351.20GI.0001

Valor: R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora apresentada visa atender em caráter suplementar o atendimento às comunidades rurais mais pobre, agricultores e suas associações para que permitam a execução de projetos para o aumento da produtividade, desenvolvimento, melhoria da qualidade dos produtores agropecuários e sua comercialização. Considerando o Brasil um país eminentemente rural e Mato Grosso do Sul um dos maiores produtores agrícolas nacionais. Dai a necessidade de se suplementar a dotação orçamentária vigente. Em R\$ 500.000,00.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Dep. Giroto	UF MS	PARTIDO PR
DATA 05/08/2011	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00012**
PL 019/2011-CN
Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PL Nº 019/2011-CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:

Órgão: 22000-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22101-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Subtítulo: Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário em Selvíria no Estado Mato Grosso do Sul

Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.XXXX

GND: 4

Valor: R\$ 500.000,00.

Cancelamento:

Órgão: 22000-Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22211-Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Subtítulo: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF-AF-Nacional

Funcional Programática: 20.605.0351.20GI.0001

Valor: R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora apresentada visa atender em caráter suplementar o atendimento às comunidades rurais mais pobre, agricultores e suas associações para que permitam a execução de projetos para o aumento da produtividade, desenvolvimento, melhoria da qualidade dos produtores agropecuários e sua comercialização. Considerando o Brasil um país eminentemente rural e Mato Grosso do Sul um dos maiores produtores agrícolas nacionais. Daí a necessidade de se suplementar a dotação orçamentária vigente. Em R\$ 500.000,00.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Giroto

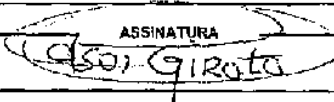
MS

PR

DATA

ASSINATURA

05/08/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00013****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PL Nº 019/2011-CN	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	-------------------------------------	--------------------

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Subtítulo: Erradicação da Febre Aftosa - Nacional

Funcional Programática: 20.604.0357.4842.0001

GND: 4

Valor: R\$ 15.000.000,00

Cancelamento:

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

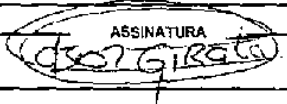
Subtítulo: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF-Nacional

Funcional Programática: 20.605.0351.20GI.0001

Valor: R\$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa atender em caráter suplementar a necessidade de um maior aporte de recursos, para prevenir, controlar e erradicar a Febre Aftosa Nacional, cuja ocorrência possa prejudicar a produtividade e a produção animal brasileira, inclusive as ações executadas em parceria com os Estados, mantendo o seu rebanho livre de doenças, especialmente das zoonoses, assegurado melhores resultados em termos de saúde pública, de produção animal, como também, o superavit na sua balança comercial.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR Dep. Giroto	UF MS	PARTIDO PR
DATA 05/08/2011	ASSINATURA 		

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00014****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PL Nº 019/2011-CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Subtítulo: Apoio a Projetos de Desenvolvimento do Setor Agropecuário em Mato Grosso do Sul
Funcional Programática: 20.605.6003.7H17.0054

GND: 4

Valor: R\$ 15.000.000,00

Cancelamento:

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Subtítulo: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF-Nacional

Funcional Programática: 20.605.0351.20GI.0001

Valor: R\$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A emenda ora apresentada visa atender em caráter suplementar o atendimento às comunidades rurais mais pobre, agricultores e suas associações para que permitam a execução de projetos para o aumento da produtividade, desenvolvimento, melhoria da qualidade dos produtores agropecuários e sua comercialização. Considerando o Brasil um país eminentemente rural e Mato Grosso do Sul um dos maiores produtores agrícolas nacionais. Daí a necessidade de se suplementar a dotação orçamentária vigente. Em R\$ 15.000.000,00.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Giroto

MS

PR

DATA

ASSINATURA

05/08/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00015****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PL Nº 019/2011-CNPÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Inclua-se as alterações abaixo descritas:

Suplementação:

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22101 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Subtítulo: Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais - Nacional

Funcional Programática: 20.604.0357.8658.0001

GND: 4

Valor: R\$ 15.000.000,00

Cancelamento:

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Subtítulo: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF-Nacional

Funcional Programática: 20.605.0351.20GI.0001

Valor: R\$ 15.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda visa em caráter suplementar suprir a necessidade de um maior aporte de recursos, para prevenir, controlar e erradicar doenças dos animais, cuja ocorrência possa prejudicar a produtividade e a produção animal brasileira.

Isso porque, o Brasil, ao manter o seu rebanho livre de doenças, especialmente das zoonoses, está assegurado melhores resultados em termos de saúde pública, de produção animal, como também, o superávit na sua balança comercial. Daí a necessidade de se suplementar a dotação orçamentária vigente em R\$ 15.000.000,00.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Dep. Giroto

MS

PR

DATA

ASSINATURA

05/08/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00016**
PL 019/2011-CN
Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

DE

TEXTO

ACRESCENTAR:

ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.7H17.XXXX
AÇÃO: APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO – NA
REGIÃO METROLOPITANA DE FORTALEZA - DO ESTADO DO CEARÁ.
GND: 4; MOD: 40; FONTE: 100
VALOR: R\$ 3.000.000,00

CANCELAR:

ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20G1.0001
AÇÃO: FORMAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS COM PRODUTOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR – AGF-AF- NACIONAL
GND: 5; MOD: 90; FONTE: 160
VALOR: R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA POSSIBILITA DESTINAR RECURSOS AOS MUNICÍPIOS CEARENSES PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS TAIS COMO CONSTRUÇÃO DE MERCADO PARA PRODUTOS AGRÍCOLAS, CONSTRUÇÃO DE CASA DO PRODUTOR RURAL, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS, AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, COMPREEDENDO TRATORES, GIRICOS, PATROL, GRADES E OUTROS IMPLEMENTOS. BUSCAMOS SOBRETUDO FORTALECER A AGRICULTURA DO NOSSO ESTADO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

GORETE PEREIRA

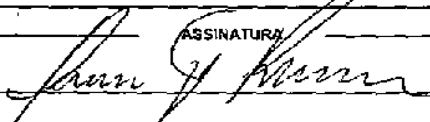
CE

PR

DATA

05/08/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00017**
PL 019/2011-CN
Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

DE

TEXTO

ACRESCENTAR:

ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22101 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.7H17.XXXX
AÇÃO: APOIO A PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO DO SETOR AGROPECUÁRIO – NO
MUNICÍPIO DE CRATEÚS - DO ESTADO DO CEARÁ.
GND: 4; MOD: 40; FONTE: 100
VALOR: R\$ 4.000.000,00

CANCELAR:

ÓRGÃO: 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
UNIDADE: 22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20G1.0001
AÇÃO: FORMAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS COM PRODUTOS DA AGRICULTURA
FAMILIAR – AGF-AF- NACIONAL
GND: 5; MOD: 90; FONTE: 160
VALOR: R\$ 4.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A PRESENTE EMENDA POSSIBILITA DESTINAR RECURSOS AO MUNICÍPIO DE CRATEÚS PARA ATIVIDADES AGRÍCOLAS TAIS COMO CONSTRUÇÃO DE MERCADO PARA PRODUTOS AGRÍCOLAS, CONSTRUÇÃO DE CASA DO PRODUTOR RURAL, AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS, AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, COMPREENDO TRATORES, GÍRICOS, PATROL, GRADES E OUTROS IMPLEMENTOS. BUSCAMOS SOBRETUDO FORTALECER A AGRICULTURA DO NOSSO ESTADO.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	GORETE PEREIRA	CE	PR
DATA	ASSINATURA		
05/08/2011			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00018****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO**- ANEXO I**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.8611.XXXX

AÇÃO: - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas no Município de Pinhais no Estado do Paraná.

GND: 4, FONTE 100, MOD 40 - VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.0001

AÇÃO: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF - AF - Nacional

GND: 5, FONTE 160, MOD 90 - VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo apoiar o pequeno e médio agricultor no Município de Pinhais no Estado do Paraná. A agricultura tem sido uma das grandes fontes de geração de emprego e renda e desenvolver a agricultura do pequeno e médio produtor é ir de encontro com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal.

CÓDIGO

452

NOME DO PARLAMENTAR

DEP. ANDRE VARGAS

UF

PR

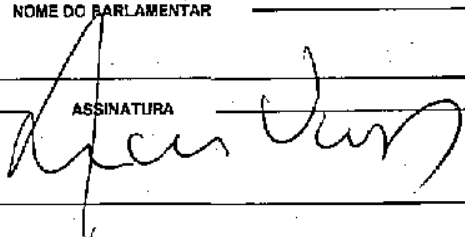
PARTIDO

PT

DATA

03/08/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00019****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO**- ANEXO I**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.8611.XXXX

AÇÃO: - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas no Município de Paraíso do Norte no Estado do Paraná.

GND: 4, FONTE 100, MOD 40 - VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

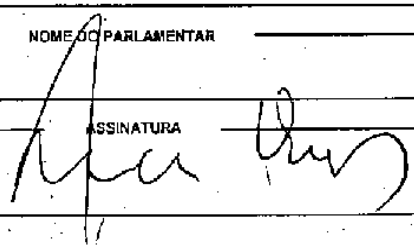
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.0001

AÇÃO: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF - AF - Nacional

GND: 5, FONTE 160, MOD 90 - VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo apoiar o pequeno e médio agricultor no Município de Paraíso do Norte. A agricultura tem sido uma das grandes fontes de geração de emprego e renda e desenvolver a agricultura do pequeno e médio produtor é ir de encontro com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
452	DEP. ANDRE VARGAS	PR	PT
DATA	ASSINATURA		
03/08/2011			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00020****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO**- ANEXO I**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.8611.XXXX

AÇÃO: - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas no Município de Mato Rico no Estado do Paraná.

GND: 4, FONTE 100, MOD 40 - VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

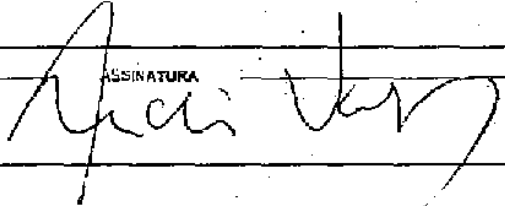
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.C001

AÇÃO: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF - AF - Nacional

GND: 5, FONTE 160, MOD 90 - VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo apoiar o pequeno e médio agricultor no Município de Mato Rico no Estado do Paraná. A agricultura tem sido uma das grandes fontes de geração de emprego e renda e desenvolver a agricultura do pequeno e médio produtor é ir de encontro com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
452	DEP. ANDRÉ VARGAS	PR	PT
DATA	ASSINATURA		
03/08/2011			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00021****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

- ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.8611.XXXX

AÇÃO: - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos
Agricultores no Município de Marialva no Estado do Paraná.

GND: 4, FONTE 100, MOD 40 - VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

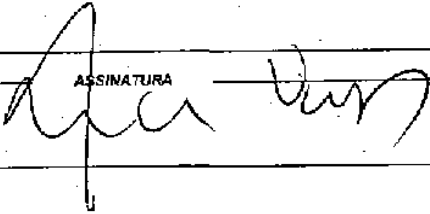
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.0001

AÇÃO: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF - AF - Nacional

GND: 5, FONTE 160, MOD 90 - VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo apoiar o pequeno e médio agricultor no Município de Marialva no Estado do Paraná. A agricultura tem sido uma das grandes fontes de geração de emprego e renda e desenvolver a agricultura do pequeno e médio produtor é ir de encontro com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
452	DEP. ANDRE VARGAS	PR	PT
DATA	ASSINATURA		
03/08/2011			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00022****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO**- ANEXO I**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.8611.XXXX

AÇÃO: - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas no Município de Jaguariaíva no Estado do Paraná.

GND: 4, FONTE 100, MOD 40 - VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.0001

AÇÃO: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF - AF - Nacional

GND: 5, FONTE 180, MOD 90 - VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo apoiar o pequeno e médio agricultor no Município de Jaguariaíva no Estado do Paraná. A agricultura tem sido uma das grandes fontes de geração de emprego e renda e desenvolver a agricultura do pequeno e médio produtor é ir de encontro com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal.

CÓDIGO

452

NOME DO PARLAMENTAR

DEP. ANDRE VARGAS

UF

PR

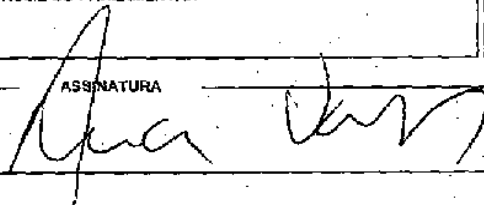
PARTIDO

PT

DATA

03/08/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00023****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

- ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.8611.XXXX

AÇÃO: - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos
Agricultores no Município de Ivaiporã no Estado do Paraná.

GND: 4, FONTE 100, MOD 40 - VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20G1.0001

AÇÃO: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF - AF - Nacional

GND: 5, FONTE 160, MOD 90 - VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo apolar o pequeno e médio agricultor no Município de Ivaiporã no Estado do Paraná. A agricultura tem sido uma das grandes fontes de geração de emprego e renda e desenvolver a agricultura do pequeno e médio produtor é ir de encontro com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal.

CÓDIGO

452

NOME DO PARLAMENTAR

DEP. ANDRE VARGAS

UF

PR

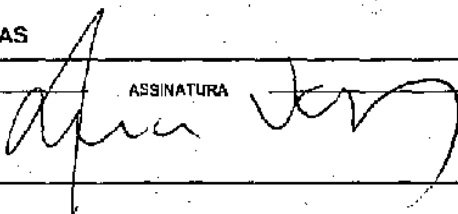
PARTIDO

PT

DATA

03/08/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00024****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

- ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.8611.XXXX

AÇÃO: - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos
Agricultores no Município de Itambé no Estado do Paraná.

GND: 4, FONTE 100, MOD 40 - VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

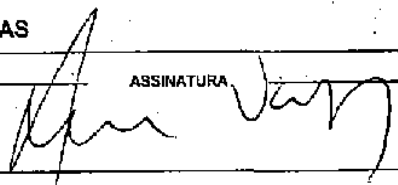
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.0001

AÇÃO: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF - AF - Nacional

GND: 5, FONTE 160, MOD 90 - VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo apoiar o pequeno e médio agricultor no Município de Itambé no Estado do Paraná. A agricultura tem sido uma das grandes fontes de geração de emprego e renda e desenvolver a agricultura do pequeno e médio produtor é ir de encontro com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
452	DEP. ANDRE VARGAS	PR	PT
DATA	ASSINATURA		
03/08/2011			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00025****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

- ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.8611.XXXX

AÇÃO: - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas no Município de Inajá no Estado do Paraná.

GND: 4, FONTE 100, MOD 40 - VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

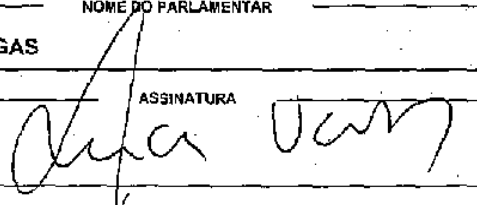
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.0001

AÇÃO: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF - AF - Nacional

GND: 5, FONTE 160, MOD 90 - VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo apoiar o pequeno e médio agricultor no Município de Inajá no Estado do Paraná. A agricultura tem sido uma das grandes fontes de geração de emprego e renda e desenvolver a agricultura do pequeno e médio produtor é ir de encontro com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
452	DEP. ANDRE VARGAS	PR	PT
DATA	ASSINATURA		
03/08/2011			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00026****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

- ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.8611.XXXX

AÇÃO: - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos
Agricultoras no Município de Ibiporã no Estado do Paraná.

GND: 4, FONTE 100, MOD 40 - VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.0001

AÇÃO: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF - AF - Nacional

GND: 5, FONTE 160, MOD 90 - VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo apolar o pequeno e médio agricultor no Município de Ibiporã no Estado do Paraná. A agricultura tem sido uma das grandes fontes de geração de emprego e renda e desenvolver a agricultura do pequeno e médio produtor é ir de encontro com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal.

CÓDIGO

452

NOME DO PARLAMENTAR

DEP. ANDRE VARGAS

UF

PR

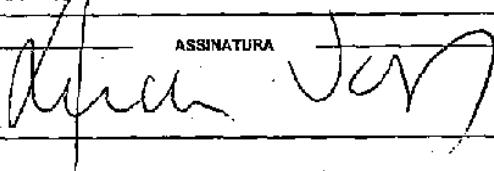
PARTIDO

PT

DATA

03/08/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00027****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO**- ANEXO I**

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.8611.XXXX

AÇÃO: - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas no Município de Colorado no Estado do Paraná.

GND: 4, FONTE 100, MOD 40 - VALOR R\$ 1.000.000,00

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

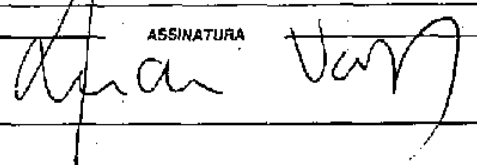
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.0001

AÇÃO: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF - AF - Nacional

GND: 5, FONTE 160, MOD 90 - VALOR R\$ 1.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo apoiar o pequeno e médio agricultor no Município de Colorado no Estado do Paraná. A agricultura tem sido uma das grandes fontes de geração de emprego e renda e desenvolver a agricultura do pequeno e médio produtor é ir de encontro com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
452	DEP. ANDRE VARGAS	PR	PT.
DATA	ASSINATURA		
03/08/2011			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00028****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI
PLN 019, de 2011PÁGINA
1 DE 1

TEXTO

Incluir

ORGAO : 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Funcional Programática: XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX

Ação – APOIO PARA AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS – PARA MUNICIPIOS – ESTADO DE RONDONIA

GND 4; MOD 40; Fonte 100

Valor R\$ 5.000.000,00

Cancelar

ORGAO : 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

Funcional Programática: 20.605.0351.20G1.0001

Ação – FORMAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS COM PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR – AGF-AF - NACIONAL

GND 5; MOD 90; Fonte 160

Valor R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o objetivo de recompor os recursos da emenda de minha autoria nº 20480008, Funcional Programática nº 22.846.1020.0506.0011, Valor 5.000.000,00 (cinco milhões), junto a Suframa, destinada a Apoiar Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana - AP - Aquisição de Equipamentos - no Estado de Rondônia, e que foi suprimido do Projeto de Lei nº 59 de 2010 – CN, por veto presidencial, mensagem nº 20 datada 09 de fevereiro de 2011.

E que promoveria o desenvolvimento da região de abrangência da SUFRAMA com investimentos necessários para dotar os municípios de infraestrutura básica, através do Governo do Estado, com a aquisição de máquinas e equipamentos.

Tendo em vista que as maiorias dos municípios do Estado de Rondônia necessitam do apoio do Governo Federal para aquisição de máquinas para construção, manutenção e conservação das estradas vicinais, prioritárias para o escoamento da produção.

CÓDIGO

2048

NOME DO PARLAMENTAR

Senador VALDIR RAUPP

UF

RO

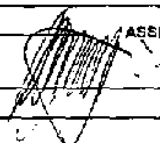
PARTIDO

PMDB

DATA

09/08/11

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00029****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção do Edifício Sede da Superintendência Regional da CONAB em João Pessoa, no estado da Paraíba.

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	3.000.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e maior eficiência na organização dos trabalhos desenvolvidas pelos servidores da CONAB, gerando, conseqüentemente, emprego e renda com a construção do Edifício Sede da Superintendência Regional no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Senador WILSON SANTIAGO**PB****PMDB**

DATA

ASSINATURA

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00030****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de Cacimba de Dentro no estado da Paraíba.

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de Cacimba de Dentro, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

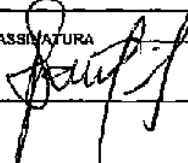
Senador WILSON SANTIAGO

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00031****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Recuperação e Modernização do Armazém da CONAB em Patos, no estado da Paraíba

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.2829.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20G1.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem no Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda na cidade de Patos no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

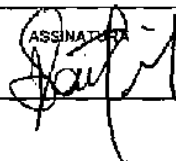
Senador WILSON SANTIAGO

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00032****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Recuperação e Modernização do Armazém da CONAB em Monteiro, no estado da Paraíba

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.2829.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos COM Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem no Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda na cidade de Monteiro no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

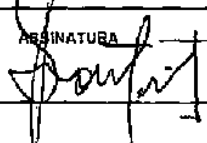
UF

PARTIDO

Senador WILSON SANTIAGO**PB****PMDB**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00033**
PL 019/2011-CN
Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Recuperação e Modernização do Armazém da CONAB em Campina Grande, no estado da Paraíba

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.2829.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem no Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda na cidade de Campina Grande no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

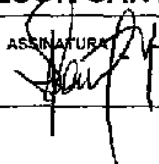
Senador WILSON SANTIAGO

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00034****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN 1

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de Pombal no estado da Paraíba.

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de Pombal, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

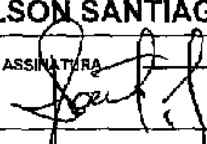
UF

PARTIDO

Senador WILSON SANTIAGO**PB****PMDB**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00035****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de Cuité no estado da Paraíba.

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de Cuité, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

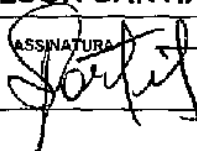
Senador WILSON SANTIAGO

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00036****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de Guarabira no estado da Paraíba.

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de Guarabira, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

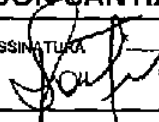
UF

PARTIDO

Senador WILSON SANTIAGO**PB****PMDB**

DATA

ASSINATURA



EMENDA - 00037**PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de Itabaiana no estado da Paraíba.

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de Itabaiana, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

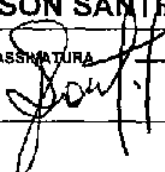
UF

PARTIDO

Senador WILSON SANTIAGO**PB****PMDB**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00038****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de Alagoa Grande no estado da Paraíba.

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de Alagoa Grande, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

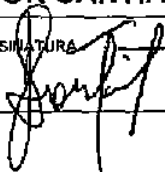
UF

PARTIDO

Senador WILSON SANTIAGO**PB****PMDB**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00039****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 0019/2011 - CN

PÁGINA

01DE 01

TEXTO

INSERIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – APOIO AO SETOR DE DESENVOLVIMENTO DO PEQUENO E MÉDIO AGRICULTORES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS)

SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE: 22000

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 6.000;000.00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 6003.8611.0000

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 22000

GND: 5

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 6.000;000.00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.0001

JUSTIFICAÇÃO

ESTA PRESENTE EMENDA, DESTINA – SE APOIO AO SETOR DE DESENVOLVIMENTO DO PEQUENO E MÉDIO AGRICULTORES EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NAS REGIÕES NORTE E NOROESTE FLUMINENSE, PARA CONSTRUÇÃO DE MATADOUROS E EQUIPAMENTOS, COM O OBJETIVO DE MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PEQUENOS PRODUTORES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL ADRIAN

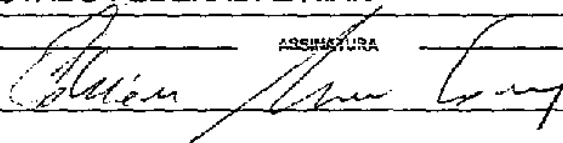
RJ

PMDB

DATA

ASSINATURA

09/08/11



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00040****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 0019/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INSERIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I – APOIO AO SETOR DE DESENVOLVIMENTO DO PEQUENO E MÉDIO AGRICULTORES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS)

SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE: 22000

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 10.000.000.00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 6003.8611.0000

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 22000

GND: 5

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 10.000.000.00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.0001

JUSTIFICAÇÃO

ESTA PRESENTE EMENDA, DESTINA – SE APOIO AO SETOR DE DESENVOLVIMENTO DO PEQUENO E MÉDIO AGRICULTORES EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NAS REGIÕES NORTE E NOROESTE FLUMINENSE, PARA AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, COM O OBJETIVO DE MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PRODUTORES RURAIS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

DEPUTADO FEDERAL ADRIAN

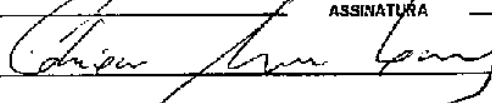
RJ

PMDB

DATA

ASSINATURA

09/08/11



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00041****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 0019/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INSERIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - APOIO AO SETOR DE DESENVOLVIMENTO DO PEQUENO E MÉDIO AGRICULTORES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NO VALOR DE R\$ 10.000.000,00 (DEZ MILHÕES DE REAIS)

SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE: 22000

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR: R\$ 10.000.000,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 6003.8611.0000

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 22000

GND: 5

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR: R\$ 10.000.000,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.0001

JUSTIFICAÇÃO

ESTA PRESENTE EMENDA DESTINA-SE APOIO AO SETOR DE DESENVOLVIMENTO DO PEQUENO E MÉDIO AGRICULTORES EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE FLUMINENSE, PARA CONSTRUÇÃO DE ESTRADAS E AMPLIAÇÃO VICINAIS, COM O OBJETIVO DE MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PRODUTORES RURAIS NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ADRIAN

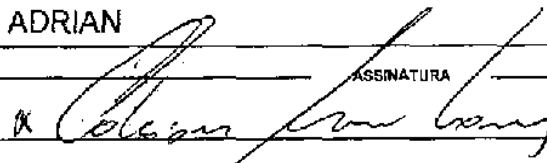
RJ

PMDB

DATA

ASSINATURA

09.08.11



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00042**
PL 019/2011-CN
Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO	PROJETO DE LEI PLN 019, de 2011	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	------------------------------------	------------------

TEXTO

Incluir

ORGAO : 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 22101 - MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Funcional Programática: XX.XXX.XXXX.XXXX.XXXX

Ação – APOIO PARA AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS – PARA MUNICIPIOS – ESTADO DE RONDONIA

GND 4; MOD 30; Fonte 100

Valor R\$ 20.846.037,00

Cancelar

ORGAO : 22000 – MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

UNIDADE : 22211 – COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

Funcional Programática: 20.605.0351.20G1.0001

Ação – FORMAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS COM PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR – AGF-AF - NACIONAL

GND 5; MOD 90; Fonte 160

Valor R\$ 20.846.037,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem o objetivo de recompor os recursos da emenda de minha autoria nº 20480008, Funcional Programática nº 22.846.1020.0506.0011, Valor 5.000.000,00 (cinco milhões), junto a Suframa, destinada a Apoiar Projetos de Desenvolvimento na Amazônia Ocidental e Áreas de Livre Comércio de Macapá e Santana - AP - Aquisição de Equipamentos - no Estado de Rondônia, e que foi suprimido do Projeto de Lei nº 59 de 2010 – CN, por veto presidencial, mensagem nº 20 datada 09 de fevereiro de 2011.

E que promoveria o desenvolvimento da região de abrangência da SUFRAMA com investimentos necessários para dotar os municípios de infraestrutura básica, através do Governo do Estado, com a aquisição de máquinas e equipamentos.

Tendo em vista que as maiorias dos municípios do Estado de Rondônia necessitam do apoio do Governo Federal para aquisição de máquinas para construção, manutenção e conservação das estradas vicinais, prioritárias para o escoamento da produção.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
2048	Deputada Federal MARINHA RAUPP	RO	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00043****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

- ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.8611.XXXX

AÇÃO: - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos
Agricultores no Município de Ibicarai - BA

GND: 4, FONTE 100, MOD 40 - VALOR R\$ 500.000,00

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.0001

AÇÃO: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF - AF - Nacional

GND: 5, FONTE 160, MOD 90 - VALOR R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo apolar o pequeno e médio agricultor no Município de Ibicarai - BA. A agricultura tem sido uma das grandes fontes de geração de emprego e renda e desenvolver a agricultura do pequeno e médio produtor é ir de encontro com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal.

CÓDIGO

185

NOME DO PARLAMENTAR

DEP. GERALDO SIMÕES

UF

BA

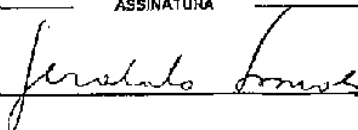
PARTIDO

PT

DATA

09/08/2011

ASSINATURA



EMENDA - 00044**PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

- ANEXO I

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.8611.XXXX

AÇÃO: - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos
Agricultores no Município de Itapetinga - BA

GND: 4, FONTE 100, MOD 40 - VALOR R\$ 500.000,00

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.0001

AÇÃO: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF - AF - Nacional

GND: 5, FONTE 160, MOD 90 - VALOR R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo apoiar o pequeno e médio agricultor no Município de Itapetinga - BA. A agricultura tem sido uma das grandes fontes de geração de emprego e renda e desenvolver a agricultura do pequeno e médio produtor é ir de encontro com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal.

CÓDIGO

185

NOME DO PARLAMENTAR

DEP. GERALDO SIMÕES

UF

BA

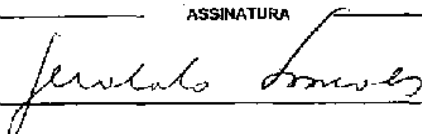
PARTIDO

PT

DATA

09/08/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00045****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

1 DE 1

TEXTO

SUPLEMENTAÇÃO

- ANEXO 1

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.6003.8611.XXXX

AÇÃO: - Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Agropecuário - Aquisição de Máquinas e Equipamentos
Agricultores no Município de Ipororó - BA

GND: 4, FONTE 100, MOD 40 - VALOR R\$ 500.000,00

CANCELAMENTO

ÓRGÃO: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UNIDADE: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20G1.0001

AÇÃO: Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF - AF - Nacional

GND: 5, FONTE 160, MOD 90 - VALOR R\$ 500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda ao PL nº. 04/2011 - CN tem por objetivo apoiar o pequeno e médio agricultor no Município de Ipororó - BA. A agricultura tem sido uma das grandes fontes de geração de emprego e renda e desenvolver a agricultura do pequeno e médio produtor é ir de encontro com as políticas de desenvolvimento do Governo Federal.

CÓDIGO

185

NOME DO PARLAMENTAR

DEP. GERALDO SIMÕES

UF

BA

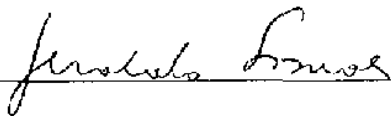
PARTIDO

PT

DATA

09/08/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00046****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de Uiraúna no estado da Paraíba.

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de Uiraúna, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Wilson Filho

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00047****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de São João do Rio do Peixe no estado da Paraíba

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de São João do Rio do Peixe, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Wilson Filho**PB****PMDB**

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00048****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de São José de Piranhas no estado da Paraíba

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB; objetivando a geração de emprego e renda no município de São José de Piranhas, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Wilson Filho

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00049****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de Catolé do Rocha no estado da Paraíba

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de Catolé do Rocha, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Wilson Filho

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00050****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de São Bento no estado da Paraíba

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de São Bento, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Wilson Filho

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00051****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de Itaporanga no estado da Paraíba

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de Itaporanga, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO


Deputado Wilson Filho

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00052****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de Taperoá no estado da Paraíba

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de Taperoá, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

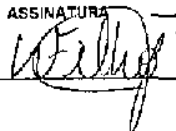
Deputado Wilson Filho

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00053****PL 019/2011-CN****Mensagem 0066/2011-CN**

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:**Título:** Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de Belém no estado da Paraíba

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO**Título:** de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de Belém, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Wilson Filho

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00054****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de Picuí no estado da Paraíba

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de Picuí, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Wilson Filho

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00055****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PAGINA

1 DE 1

TEXTO

INCLUA ONDE COUBER:

Título: Construção de Unidade de Armazenagem (Armazém) da CONAB nos município de Sapé no estado da Paraíba

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.122.0352.XXXX.XXXX	4	40	500.000,00

CANCELAMENTO

Título: de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF – AF - Nacional

Órgão	Unidade	Funcional	GND	MOD	Valor
22000	22211	20.605.0351.20GI.0001	5	90	500.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Proporcionar melhores condições de trabalho e de armazenagem da produção local, com a construção de Armazém da CONAB, objetivando a geração de emprego e renda no município de Sapé, no estado da Paraíba.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Deputado Wilson Filho

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00056****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0065/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº. 0019/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INSERIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - APOIO AO SETOR DE DESENVOLVIMENTO DO PEQUENO E MÉDIO AGRICULTORES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS. NO VALOR DE R\$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHÕES DE REAIS)

SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE: 22000

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 15.000.000,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 6003.8611.0000

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 22000

GND: 5

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 15.000.000,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20GI.0001

JUSTIFICAÇÃO

ESTA PRESENTE EMENDA, DESTINA - SE APOIO AO SETOR DE DESENVOLVIMENTO DO PEQUENO E MÉDIO AGRICULTORES EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, PARA CONSTRUÇÃO DE MATADOUROS E EQUIPAMENTOS, COM O OBJETIVO DE MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PEQUENOS PRODUTORES NOS MUNICÍPIOS DAQUELE ESTADO

CODIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	DEPUTADO FEDERAL ATILA LINS	AM	PMDB
DATA	ASSINATURA		
			

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00057****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA:

Projeto de Lei nº 0019/2011 - CN

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

INSERIR NO PROGRAMA DE TRABALHO DO ANEXO I - APOIO AO SETOR DE DESENVOLVIMENTO DO PEQUENO E MÉDIO AGRICULTORES NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, NO VALOR DE R\$ 15.000.000,00 (QUINZE MILHÕES DE REAIS)

SUPLEMENTAÇÃO:

UNIDADE: 22000

GND: 4

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 40

VALOR R\$ 15.000.000,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 6003.8611.0000

CANCELAMENTO:

UNIDADE: 22000

GND: 5

MODALIDADE DE APLICAÇÃO: 90

VALOR R\$ 15.000.000,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: 20.605.0351.20G1.0001

JUSTIFICAÇÃO

ESTA PRESENTE EMENDA, DESTINA - SE APOIO AO SETOR DE DESENVOLVIMENTO DO PEQUENO E MÉDIO AGRICULTORES EM MUNICÍPIOS DO ESTADO DO AMAZONAS, PARA AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, COM O OBJETIVO DE MELHORAR AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS PRODUTORES RURAIS NOS MUNICÍPIOS DAQUELE ESTADO DA FEDERAÇÃO.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

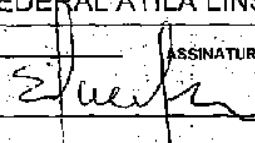
DEPUTADO FEDERAL ATILA LINS

AM

PMDB

DATA

ASSINATURA



EMENDA - 00058**PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL**

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

19/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

1. INCLUSÃO – ANEXO I

Orgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.601.0351.XXXX.XXXX – Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de Soledade – no Estado da Paraíba - PB

GND: 4

MOD: 40

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

2. CANCELAMENTO – ANEXO I

Orgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.605.0351.20G1.0001 – Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF - AF

MOD: 90

GND: 5

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

3. INCLUSÃO PPA – ANEXO II

Prog.: 0351 – Agricultura Familiar – PRONAF Órgão Responsável: 49000 – Min. Do Desenv. Agrário

AÇÕES DA ESFERA FISCAL**Projeto**

Código Título

XXXX Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de Soledade – no Estado da Paraíba - PB

Produto (unid med)	Início Término	Órgão Executor	Valor total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
					2008	2009	2010	2011
Agricultor Familiar	09/2011	MAPA	800.000,00	NE	R\$	-	-	800.000,00
Beneficiado - unid	12/2011				Meta	-	-	500

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem como objetivo atender o município de Soledade no Estado da Paraíba, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de atividades destinadas à agricultura familiar.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

HUGO MOTTA

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

09/08/2011

EMENDA - 00059

PL 019/2011-CN

Mensagem 0066/2011-CN

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

19/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

1. INCLUSÃO – ANEXO I

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.601.0351.XXXX.XXXX – Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de São João do Tigre – no Estado da Paraíba - PB

GND: 4

MOD: 40

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

2. CANCELAMENTO – ANEXO I

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.605.0351.20G1.0001 – Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF - AF

MOD: 90

GND: 5

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

3. INCLUSÃO PPA – ANEXO II

Prog.: 0351 – Agricultura Familiar – PRONAF Órgão Responsável : 49000 – Min. Do Desenv. Agrário

AÇÕES DA ESFERA FISCAL

Projeto

Código Título

XXXX Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de São João do Tigre – no Estado da Paraíba - PB

Produto (unid med)	Início Término	Órgão Executor	Valor total Estimado	Regionalização	2008	Financeiro/Físico 2009	2010	2011
Agricultor Familiar	09/2011	MAPA	800.000,00	NE	R\$	-	-	800.000,00
Beneficiado - unid	12/2011				Meta	-	-	500

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem como objetivo atender o município de São João do Tigre no Estado da Paraíba, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de atividades destinadas à agricultura familiar.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

HUGO MOTTA

UF

PB

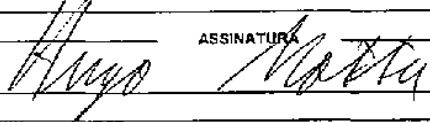
PARTIDO

PMDB

DATA

09/08/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00060****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

19/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

1. INCLUSÃO - ANEXO I

Órgão: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.601.0351.XXXX.XXXX - Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar - no Município de São Bento - no Estado da Paraíba - PB

GND: 4

MOD: 40

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

2. CANCELAMENTO - ANEXO I

Órgão: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 - Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.605.0351.20G1.0001 - Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar - AGF - AF

MOD: 90

GND: 5

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

3. INCLUSÃO PPA - ANEXO II

Prog.: 0351 - Agricultura Familiar - PRONAF Órgão Responsável: 49000 - Min. Do Desenv. Agrário

AÇÕES DA ESFERA FISCAL**Projeto**

Código Título

XXXX Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar - no Município de São Bento - no Estado da Paraíba - PB

Produto (unid med)	Início Término	Órgão Executor	Valor total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
					2008	2009	2010	2011
Agricultor Familiar	09/2011	MAPA	800.000,00	NE	R\$	-	-	-
Beneficiário - unid	12/2011				Meta	-	-	800.000,00 500

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem como objetivo atender o município de São Bento no Estado da Paraíba, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de atividades destinadas à agricultura familiar.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

HUGO MOTTA

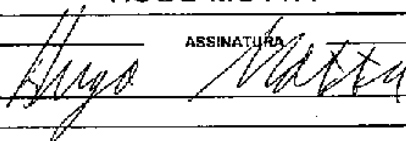
PB

PMDB

DATA

09/08/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00061****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

19/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

1. INCLUSÃO – ANEXO I

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.601.0351.XXXX.XXXX – Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de Riacho de Santo Antonio – no Estado da Paraíba - PB

GND: 4

MOD: 40

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

2. CANCELAMENTO – ANEXO I

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.605.0351.20G1.0001 – Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF - AF

MOD: 90

GND: 5

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

3. INCLUSÃO PPA – ANEXO II

Prog.: 0351 – Agricultura Familiar – PRONAF Órgão Responsável: 49000 – Min. Do Desenv. Agrário

AÇÕES DA ESFERA FISCAL**Projeto**

Código Título

XXXX Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de Riacho de Santo Antonio – no Estado da Paraíba - PB

Produto (unid med)	Início Término	Órgão Executor	Valor total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
					2008	2009	2010	2011
Agricultor Familiar	09/2011	MAPA	800.000,00	NE	R\$	-	-	-
Beneficiário - unid	12/2011				Meta	-	-	800.000,00 500

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem como objetivo atender o município de Riacho de Santo Antonio no Estado da Paraíba, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de atividades destinadas à agricultura familiar.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

HUGO MOTTA

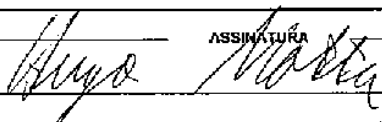
PB

PMDB

DATA

09/08/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00062****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

19/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

1. INCLUSÃO – ANEXO I

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.601.0351.XXXX.XXXX – Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de Patos – no Estado da Paraíba - PB

GND: 4

MOD: 40

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

2. CANCELAMENTO – ANEXO I

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.605.0351.20G1.0001 – Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF - AF

MOD: 90

GND: 5

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

3. INCLUSÃO PPA – ANEXO II

Prog.: 0351 – Agricultura Familiar – PRONAF Órgão Responsável : 49000 – Min. Do Desenv. Agrário

AÇÕES DA ESFERA FISCAL**Projeto**

Código Título

XXXX Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de Patos – no Estado da Paraíba - PB

Produto (unid med)	Início Término	Órgão Executor	Valor total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
					2008	2009	2010	2011
Agricultor Familiar	09/2011	MAPA	800.000,00	NE	R\$	-	-	800.000,00
Beneficiado - unid	12/2011			Meta	-	-	-	500

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem como objetivo atender o município de Patos no Estado da Paraíba, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de atividades destinadas à agricultura familiar.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

HUGO MOTTA

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

09/08/2011

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00063**PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

19/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

1. INCLUSÃO - ANEXO I

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.601.0351.XXXX.XXXX – Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de Lagoa – no Estado da Paraíba - PB

GND: 4

MOD: 40

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

2. CANCELAMENTO - ANEXO I

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.605.0351.20G1.0001 – Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF - AF

MOD: 90

GND: 5

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

3. INCLUSÃO PPA - ANEXO II**Prog.: 0351 – Agricultura Familiar – PRONAF Órgão Responsável : 49000 – Min. Do Desenv. Agrário****AÇÕES DA ESFERA FISCAL****Projeto**

Código Título

XXXX Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de Lagoa – no Estado da Paraíba - PB

Produto (unid med)	Início Término	Órgão Executor	Valor total Estimado	Regionalização	Financeira/Físico			
					2008	2009	2010	2011
Agricultor Familiar	09/2011	MAPA	800.000,00	NE	RS	-	-	800.000,00
Beneficiário - unid	12/2011			Meta	-	-	-	500

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem como objetivo atender o município de Lagoa no Estado da Paraíba, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de atividades destinadas à agricultura familiar.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

HUGO MOTTA

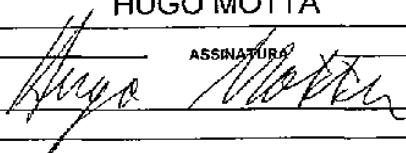
PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

09/08/2011



EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00064

PL 019/2011-CN

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

19/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

1. INCLUSÃO - ANEXO I

Orgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.601.0351.XXXX.XXXX – Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de Sumé – no Estado da Paraíba - PB

GND: 4

MOD: 40

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

2. CANCELAMENTO - ANEXO I

Orgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.605.0351.20G1.0001 – Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF - AF

MOD: 90

GND: 5

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

3. INCLUSÃO PPA - ANEXO II

Prog.: 0351 – Agricultura Familiar – PRONAF Órgão Responsável: 49000 – Min. Do Desenv. Agrário

AÇÕES DA ESFERA FISCAL

Projeto

Código Título

XXXX Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de Sumé – no Estado da Paraíba - PB

Produto (unidade)	Início Término	Órgão Executor	Valor total Estimado	Regionalização	Financeiro/Físico			
					2008	2009	2010	2011
Agricultor Familiar Beneficiado - unid	09/2011 12/2011	MAPA	800.000,00	NE	R\$ Meta	- -	- -	800.000,00 500

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem como objetivo atender o município de Sumé no Estado da Paraíba, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de atividades destinadas à agricultura familiar.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

HUGO MOTTA

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

09/08/2011

Hugo Motta

EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00065

PL 019/2011-CN

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

19/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

1. INCLUSÃO - ANEXO I

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.601.0351.XXXX.XXXX – Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de Cajazeiras – no Estado da Paraíba - PB

GND: 4

MOD: 40

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

2. CANCELAMENTO - ANEXO I

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.605.0351.20G1.0001 – Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF - AF

MOD: 90

GND: 5

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

3. INCLUSÃO PPA - ANEXO II

Prog.: 0351 – Agricultura Familiar – PRONAF Órgão Responsável: 49000 – Min. Do Desenv. Agrário

AÇÕES DA ESFERA FISCAL**Projeto**

Código Título

XXXX Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de Cajazeiras – no Estado da Paraíba - PB

Produto (unid med)	Início Término	Órgão Executor	Valor total Estimado	Regionalização	Financeira/Físico			
					2008	2009	2010	2011
Agricultor Familiar	09/2011	MAPA	800.000,00	NE	R\$	-	-	800.000,00
Beneficiário - unid	12/2011			Meta	-	-	-	500

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem como objetivo atender o município de Cajazeiras no Estado da Paraíba, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de atividades destinadas à agricultura familiar.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

HUGO MOTTA

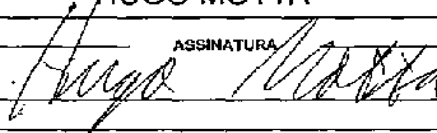
PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

09/08/2011



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00066****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

19/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

1. INCLUSÃO – ANEXO I

Orgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.601.0351.XXXX.XXXX – Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de Emas – no Estado da Paraíba - PB

GND: 4

MOD: 40

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

2. CANCELAMENTO – ANEXO I

Orgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.605.0351.20G1.0001 – Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF - AF

MOD: 90

GND: 5

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

3. INCLUSÃO PPA – ANEXO II

Prog.: 0351 – Agricultura Familiar – PRONAF Órgão Responsável: 49000 – Min. Do Desenv. Agrário

AÇÕES DA ESFERA FISCAL**Projeto**

Código Título

XXXX Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de Emas – no Estado da Paraíba - PB

Produto (unid med)	Início Término	Órgão Executor	Valor total Estimado	Regionalização		Financeiro/Físico 2009	2010	2011
Agricultor Familiar	09/2011	MAPA	800.000,00	NE	RS	-	-	800.000,00
Beneficiário - unid	12/2011				Meta	-	-	500

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem como objetivo atender o município de Emas no Estado da Paraíba, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de atividades destinadas à agricultura familiar.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

HUGO MOTTA

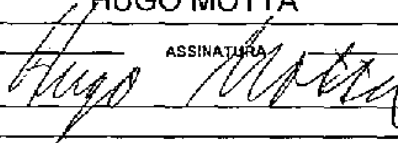
PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

09/08/2011



EMENDA A PROJETO DE LEI DE CRÉDITO SUPLEMENTAR E ESPECIAL

EMENDA - 00067

PL 019/2011-CN

Mensagem 0066/2011-CN

INSTRUÇÕES NO VERSO

PROJETO DE LEI

19/2011

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

1. INCLUSÃO - ANEXO I

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.601.0351.XXXX.XXXX – Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de São José do Bonfim – no Estado da Paraíba - PB

GND: 4

MOD: 40

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

2. CANCELAMENTO - ANEXO I

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB

Funcional Programática: 20.605.0351.20G1.0001 – Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF - AF

MOD: 90

GND: 5

FTE: 160

VALOR: R\$ 800.000,00

3. INCLUSÃO PPA - ANEXO II

Prog.: 0351 – Agricultura Familiar – PRONAF. Órgão Responsável: 49000 – Min. Do Desenv. Agrário

AÇÕES DA ESFERA FISCAL

Projeto

Código Título

XXXX Fomento a Projetos da Diversificação Econômica e Agregação de Valor na Agricultura Familiar – no Município de São José do Bonfim – no Estado da Paraíba - PB

Produto (unid med)	Início Término	Órgão Executor	Valor total Estimado	Regionalização	2008	Financeiro/Físico 2009	2010	2011
Agricultor Familiar Beneficiado - unid	09/2011 12/2011	MAPA	800.000,00	NE	R\$ Meta	-	-	800.000,00 500

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposta tem como objetivo atender o município de São José do Bonfim no Estado da Paraíba, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de atividades destinadas à agricultura familiar.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

HUGO MOTTA

PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

09/08/2011

Hugo Motta

**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00068****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Inclua-se:

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Funcional Programática: 20.605.0351.20G1.XXXX - Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF – No Estado do Mato Grosso.

GND: 5

Modalidade: 30

FTE: 160

Valor: 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

Cancela-se

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura

UO: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB

Funcional Programática: 20.605.0351.20G1.0001 - Formação de Estoques Públicos com Produtos da Agricultura Familiar – AGF-AF – Nacional

GND: 5

Modalidade: 90

FTE: 160

Valor: 5.000.000,00 (cinco milhões de reais)

JUSTIFICAÇÃO

Senhor Relator,

A presente emenda propõe a compensação do Estado de Mato Grosso, como propulsor nacional e um dos maiores produtores de grãos do país. Principalmente através das ações que vêm sendo implementadas pelo Estado, através do apoio aos pequenos agricultores que fazem parte da chamada Agricultura Familiar, mas que encontram-se em desvantagem de competição com os grandes produtores, por não possuírem estrutura devida para armazenagem e estocagem, para a melhor comercialização do seu plantio. Diante o exposto pedimos o deferimento da referida emenda.

CÓDIGO

2822

NOME DO PARLAMENTAR

Deputado JÚLIO CAMPOS

UF

MT

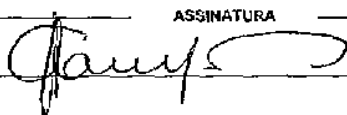
PARTIDO

DEM

DATA

08/08/2011

ASSINATURA



**EMENDA A PROJETO DE LEI
DE CRÉDITO SUPLEMENTAR
E ESPECIAL****EMENDA - 00069****PL 019/2011-CN**

Mensagem 0066/2011-CN

IDENTIFICAÇÃO DA MATÉRIA :

Projeto de Lei nº 19/2011 - CN

PÁGINA

1 DE 1

TEXTO

Suplementação:

Órgão: 22000 – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Unidade Orçamentária: 22211 – Companhia Nacional de Abastecimento

Funcional: 20.692.0352.4710.0025

Ação: Organização dos Micro e Pequenos Varejistas – no Estado da Paraíba

GND 3; Modalidade de aplicação 90; Fonte 100

Valor: R\$ 2.000.000,00; Meta Física adicional: 20 (central de negócio formada / unidade)

Cancelamento:

Órgão: 74000 – Ministério da Fazenda

Unidade Orçamentária: 74101 – Ministério da Fazenda

Funcional: 20.605.0351.00GW.0001

Ação: Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar
(Lei nº 8.427, de 1992)

GND 3; Modalidade de aplicação 90; Fonte 100

Valor: R\$ 2.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O fortalecimento produtivo em áreas carentes, com vistas à sustentabilidade, favorecerá de forma estrutural, e não apenas conjuntural, comunidades que sofreram com as intempéries, organizando canais regulares e eficientes de suprimento de produtos básicos, garantindo qualidade, preços compatíveis e valorizando produtos de origem regional. A promoção de melhorias nas unidades varejistas assegura vantagens competitivas e fortalece as economias locais, particularmente afetadas pelas chuvas; o apoio ao cooperativismo e ao associativismo auxiliará na formação de capital social e recuperação do tecido social.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

Nilda Gondim


PB

PMDB

DATA

ASSINATURA

06/07/2011



15

ATA DA REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO DO GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - CHILE

Aos dois dias do mês de junho do ano dois mil e onze, às nove horas e trinta minutos, no Senado Federal - Ala Sen. Nilo Coelho, Gab. 04, na cidade de Brasília - DF, reuniram-se os Parlamentares, cuja lista de presença segue anexa, integrantes da 54ª Legislatura - 2011/2015, convidados pelo Deputado Eduardo Azeredo - PSDB/MG, Presidente do Grupo Parlamentar Brasil - Chile, com o objetivo de reinstalar o Grupo Parlamentar nesta Legislatura. Este Grupo Parlamentar foi criado pela Resolução nº18/91, de 11 de dezembro de 1991, da Câmara dos Deputados, fruto do Projeto de Resolução nº238/1990, de autoria do então Deputado Iberê Ferreira, do Rio Grande do Norte, com o objetivo de intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e da República do Chile. O Grupo foi reorganizado em 23 de outubro de 2003. O Deputado Eduardo Azeredo após a verificação de quorum declarou aberta a reunião, agradeceu a presença de todos, e designou a Dra. Inubia Sfoggia, Secretária Executiva do Grupo, para secretariar os trabalhos. Informou a necessidade de inversão da Pauta, passando, assim, ao exame do ITEM 2 da Pauta: APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO ESTATUTO. Apresentou proposta para modificação do Estatuto a qual, após examinada e discutida, foi aprovada, por unanimidade. Dando prosseguimento à Pauta, passou, de imediato, ao exame do assunto constante de seu ITEM 1: ADESÃO DE SEUS MEMBROS e ELEIÇÃO DA DIRETORIA. Informou que 31 Senadores e 60 Deputados aderiram ao GRUPO, dando as boas vindas aos mesmos. Apresentou a Chapa Única inscrita que passou a ser examinada e discutida. Em razão da aprovação dos novos Estatutos, os nomes indicados foram redistribuídos. A seguir, o Presidente apresentou a nova composição da Diretoria, a qual foi aprovada por aclamação. Após, declarou eleitos e empossou, imediatamente, os membros que comporão a Diretoria para o biênio 2011/2013: Presidentes de Honra: **Senador José Sarney** - PMDB/AP, Presidente do Senado Federal e **Deputado Marco Maia** - PT/RS, Presidente da Câmara dos Deputados. COMISSÃO EXECUTIVA: Presidente: **Sen. Luiz Henrique da Silveira** - PMDB/SC; Primeiro-Vice-Presidente: **Dep. Eduardo Azeredo** - PSDB/MG; Segundo-Vice-Presidente: **Sen. Roberto Requião** - PMDB/PR; Primeira-Secretária: **Sen. Maria do Carmo Alves** - DEM/SE; Segundo-Secretário: **Dep. Osmar Terra** - PMDB/RS; Terceiro-Secretário: **Sen. Wellington Dias** - PT/PI e Quarto-Secretário: **Dep. Nelson Markezelli** - PTB/SP. CONSELHO CONSULTIVO: Presidente: **Dep. Mauro Benevides** - PMDB/CE; Vice-Presidente: **Sen. Cicero Lucena** - PSDB/PB; Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE, **Sen. Fernando Collor** - PTB/AL e Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados - CREDN, **Dep. Carlos Alberto Leréia** - PSDB/GO. A seguir, passou a Presidência dos trabalhos ao novo Presidente, Senador Luiz Henrique da Silveira, que agradeceu a confiança de seus colegas e manifestou o seu desejo de envidar todos os esforços para o fortalecimento dos laços de fraterna amizade e o incremento das relações políticas, comerciais e culturais com a República do Chile. Em seguida, o Presidente designou a **Dra. Inubia A.C. Sfoggia** para Secretária Executiva do Grupo, determinando providências no sentido de comunicar às devidas autoridades sobre a instalação do Grupo e a constituição da sua Diretoria, a edição dos atos legais pela Câmara dos Deputados, e definir a Pauta para desenvolver os trabalhos a partir da próxima reunião, a ser agendada posteriormente.

GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - CHILE

ESTATUTO

O Estatuto do Grupo Parlamentar Brasil - Chile, em vigência, aprovado na Reunião de Reorganização do Grupo, realizada em 23 de outubro de 2003, sofreu alterações, aprovadas na Reunião de Reinstalação do Grupo Parlamentar na 54ª Legislatura, ocorrida em 02 de junho de 2011, passando a vigorar nos seguintes termos:

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E OBJETIVOS

Art. 1º O Grupo Parlamentar Brasil - Chile, criado pela Resolução nº18/91, de 11 de dezembro de 1991, da Câmara dos Deputados, é reconhecido como serviço de cooperação interparlamentar e reger-se-á pelo presente Estatuto.

Parágrafo único. O Grupo não tem objetivos político-partidários.

Art. 2º O Grupo Parlamentar é integrado pelos membros do Congresso Nacional que o fundaram e pelos que a ele aderirem, com direitos iguais de palavra, voto e mandato diretivo, além de outros previstos neste Estatuto, e pelos Membros Cooperadores, com direitos e deveres previstos neste Estatuto.

Parágrafo único. Ao filiar-se, o Parlamentar ou Membro Cooperador compromete-se a observar este Estatuto.

Art. 3º O Grupo, com sede e foro em Brasília - DF, é constituído por prazo indeterminado e funcionará em dependências do edifício do Congresso Nacional.

Art. 4º O Grupo tem por objetivo intensificar o relacionamento entre as Casas Legislativas da República Federativa do Brasil e da República do Chile, sobretudo nos aspectos político, econômico, comercial, cultural, técnico-científico e do desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar.

Art. 5º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I - visitas parlamentares;

II - realização de congressos, seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas de interesse para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e o Chile;

III - permuta periódica de publicações e trabalhos sobre matéria legislativa;

IV - intercâmbio de experiências parlamentares;

V - outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo.

Parágrafo único. O Grupo poderá manter relações culturais e de intercâmbio, bem como de cooperação técnica, sob qualquer forma de auxílio e reciprocidade, com entidades nacionais e estrangeiras.

CAPÍTULO II

DAS REUNIÕES DO GRUPO PARLAMENTAR

Art. 6º O Grupo reunir-se-á, no mínimo, duas vezes por ano, por convocação da Comissão Executiva ou a requerimento de, no mínimo, dez por cento de seus membros.

Parágrafo único. As reuniões do Grupo serão sempre anunciadas, com designação de local e hora, por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO

SEÇÃO I

DOS MEMBROS

Art. 7º O Grupo Parlamentar compõe-se de membros de duas categorias:

I - **Membros Plenos:** Membros do Congresso Nacional que o fundaram ou a ele aderiram, por meio da subscrição de Termo de Adesão, e tiveram seu nome homologado pela Comissão Executiva.

II - **Membros Cooperadores:**

a) ex-parlamentares do Congresso Nacional que, tendo deixado o mandato, requeiram à Comissão Executiva sua permanência ou adesão no Grupo;

- b) presidentes ou representantes de federações, confederações, organizações da sociedade civil ou outras entidades que tenham interesse nas relações bilaterais objeto do Grupo Parlamentar.

§ 1º Os Membros Cooperadores não poderão integrar a Comissão Executiva, tendo apenas direito à voz em suas reuniões.

§ 2º Os Membros Cooperadores integrarão em sua totalidade o Conselho Consultivo.

§ 3º Qualquer membro, pleno ou cooperador, pode desligar-se do Grupo Parlamentar mediante requerimento a ser protocolado junto à Secretaria Executiva.

Art. 8º São direitos e deveres dos Membros Plenos:

I - Dos direitos:

- a) votar e ser votado na composição da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, na forma prevista neste Estatuto;
- b) intervir e votar nas reuniões do Grupo;
- c) participar dos subgrupos e missões do Grupo.

II - Dos deveres:

- a) cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto;
- b) acatar e cumprir as decisões plenárias e da Comissão Executiva;
- c) comparecer e votar nas reuniões do Grupo e dos órgãos de que for integrante.

SEÇÃO II

DOS ÓRGÃOS

Art. 9º O Grupo Parlamentar terá os seguintes órgãos:

I - Comissão Executiva;

II - Conselho Consultivo.

§ 1º O Grupo Parlamentar deverá, obrigatoriamente, ser constituído por Senadores e Deputados, tanto na Comissão Executiva como no Conselho Consultivo, obedecendo, sempre que possível, a paridade de representantes de cada Casa Parlamentar.

§ 2º Até dois meses após o início da Primeira e da Terceira Sessões Legislativas Ordinárias de cada Legislatura, os Membros Plenos do Grupo Parlamentar reunir-se-ão para eleger os membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo, em escrutínio secreto, sendo exigida a maioria de votos e a presença da maioria absoluta dos membros da Comissão Executiva ou, pelo menos, um terço dos membros filiados, convocados por correspondência escrita ou eletrônica, expedida com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 3º O mandato dos membros da Comissão Executiva e do Conselho Consultivo será de dois anos, sendo permitida uma reeleição consecutiva.

§ 4º Se qualquer membro da Comissão Executiva ou do Conselho Consultivo deixar de fazer parte do respectivo órgão ou renunciar a sua permanência nele, proceder-se-á a escolha de seu sucessor, dentro de 5 (cinco) dias úteis, pela forma estabelecida no § 2º deste artigo, salvo se faltarem menos de cento e vinte dias para o término do mandato da Comissão ou do Conselho, caso em que os cargos serão

preenchidos pelos Membros Plenos do Grupo Parlamentar, segundo o critério do parlamentar mais idoso, dentre os de maior número de legislaturas.

SEÇÃO III

DA COMISSÃO EXECUTIVA

Art. 10. A Comissão Executiva é o órgão dirigente do Grupo Parlamentar e será composta por:

- a) dois Presidente de Honra;
- b) um Presidente;
- c) dois Vice-Presidentes;
- d) quatro Secretários.

§ 1º A Comissão Executiva reunir-se-á, ordinariamente, no mínimo, duas vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocada por seu Presidente, pela maioria absoluta de seus membros ou por, no mínimo, um terço dos membros do Grupo.

§ 2º A Comissão Executiva será instalada, em primeira convocação, com a maioria simples dos seus membros ou, em segunda convocação, 20 (vinte) minutos após a primeira, com qualquer número de membros, sendo suas deliberações aprovadas por maioria dos presentes, cabendo ao Presidente o voto de qualidade nos casos de empate.

§ 3º Os Presidentes de Honra são o Presidente do Senado Federal e o da Câmara dos Deputados e a duração de seus mandatos coincidirá com a duração de seu termo na presidência da respectiva Casa.

Art. 11. Compete à Comissão Executiva:

- I - organizar o programa de atividades do Grupo Parlamentar;
- II - noticiar ao Grupo Parlamentar fatos recentes da política externa bilateral;
- III - coligir trabalhos, estudos, pareceres e teses a serem apresentados às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a outras Comissões do Senado Federal e da Câmara dos Deputados ou em eventos nacionais ou internacionais;
- IV - constituir delegação em missões diplomáticas ou autônomas do Congresso Nacional;
- V - indicar observadores parlamentares, em missões nacionais ou internacionais, dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados;
- VI - comunicar à Presidência das respectivas Casas do Congresso Nacional, para fins regimentais, os nomes dos integrantes de delegações ou dos observadores parlamentares;
- VII - propor e homologar a admissão de novos membros;
- VIII - propor e homologar a alteração dos Estatutos;
- IX - fixar a competência do Secretário Executivo;
- X - delegar ao Presidente, total ou parcialmente, suas competências;
- XI - divulgar os trabalhos do Grupo Parlamentar;
- XII - resolver os casos omissos neste Estatuto.

Art. 12. O Presidente da Comissão Executiva representa o Grupo Parlamentar, regula e fiscaliza os seus trabalhos.

§ 1º O Presidente, em suas ausências ou impedimentos, será substituído pelo Primeiro-Vice-Presidente e, na ausência deste, pelo Segundo-Vice-Presidente.

§ 2º Ausentes todos os membros da Comissão Executiva, a Presidência será exercida pelo parlamentar mais idoso do Grupo Parlamentar, dentre os de maior número de legislaturas.

§ 3º O Presidente poderá delegar aos Vice-Presidentes competência que lhe seja própria.

Art. 13. São atribuições do Presidente da Comissão Executiva:

- I - representar o Grupo em suas atividades;
- II - convocar e presidir as reuniões da Comissão Executiva;
- III - fazer cumprir as resoluções da Comissão Executiva;
- IV - manter a ordem e a solenidade necessárias nas reuniões do Grupo Parlamentar ou da Comissão Executiva;
- V - conceder a palavra aos membros que a solicitarem;
- VI - submeter à aprovação do Grupo Parlamentar a ata da reunião anterior;
- VII - submeter à discussão matérias de interesse do Grupo Parlamentar;
- VIII - dar conhecimento ao Grupo Parlamentar de todo expediente recebido e despachá-lo;
- IX - decidir as questões de ordem e as reclamações;
- X - votar, em caso de empate, nas reuniões da Comissão Executiva;
- XI - distribuir aos membros do Grupo Parlamentar e às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Legislativas todas as informações recebidas sobre as relações bilaterais, de caráter oficial e não-oficial, bem como os trabalhos apresentados pelos membros do Grupo Parlamentar ou de qualquer outra origem, recebidos a título de colaboração;
- XII - trabalhar em cooperação e coordenação com as Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional, apresentando-lhe as conclusões das discussões havidas no Grupo Parlamentar;
- XIII - acionar o Conselho Consultivo para procedimentos de sua competência;
- XIV - sugerir nomes para o Conselho Consultivo;
- XV - propor a indicação de parlamentares para participarem de viagens internacionais;
- XVI - designar o Secretário Executivo;
- XVII - outras que decorram da natureza de suas funções e prerrogativas.

Parágrafo único. Caso as informações de que trata o inciso XI do caput deste artigo sejam de caráter privado e sigiloso, deverão ser assim tratadas pelos membros do Grupo Parlamentar, bem como pelas Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Art. 14. Os Secretários terão as designações de Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto, cabendo ao Primeiro superintender, com o auxílio dos demais, os serviços administrativos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. Nas reuniões da Comissão Executiva, os Secretários substituir-se-ão conforme sua numeração ordinal, e assim substituirão o Presidente, na falta dos Vice-Presidentes.

Art. 15. O Presidente designará um Secretário Executivo do Grupo Parlamentar, escolhido dentre os servidores do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados.

SEÇÃO IV

DO CONSELHO CONSULTIVO

Art. 16. O Conselho Consultivo é composto por um Presidente e um Vice-Presidente, escolhidos entre os Membros Plenos do Grupo Parlamentar, pelos Presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional de ambas as Casas Parlamentares e pelos Membros Cooperadores. Todos os conselheiros terão, igualmente, direito a voz e a voto no âmbito das decisões do Conselho Consultivo.

§ 1º O Conselho Consultivo não terá poder deliberativo.

§ 2º O Conselho Consultivo poderá levar à consideração do Grupo Parlamentar qualquer assunto de interesse bilateral, cabendo aos seus membros avaliá-lo previamente à apreciação do colegiado.

§ 3º O Conselho Consultivo será acionado pelo Presidente da Comissão Executiva, por sua iniciativa, ou por solicitação de qualquer membro do Grupo Parlamentar, a critério do Presidente, para fornecer opiniões, estudos, bem como outras informações de interesse do Grupo.

Art. 17. Compete ao Conselho Consultivo:

I - auxiliar o Presidente na formulação de ações e políticas a serem executadas pelo Grupo ou sugeridas a órgãos públicos ou privados;

II - participar da promoção de programas, pesquisas, conferências, seminários e outras atividades de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, encaminhamento e solução de problemas, visando ao desenvolvimento das relações bilaterais;

III - discutir as questões fundamentais relacionadas com o desenvolvimento sustentável, de forma abrangente e interdisciplinar;

IV - difundir novas idéias, resultantes do convívio, do confronto e da interação entre as diversas áreas de atividades;

V - exercer competências e cumprir as atribuições que lhe forem delegadas pela Comissão Executiva.

CAPÍTULO IV

DAS VIAGENS E MISSÕES INTERNACIONAIS

Art. 18. As viagens e missões internacionais dos membros do Grupo Parlamentar deverão ser custeadas pelos parlamentares designados para integrar as respectivas missões no exterior, salvo missões oficiais autorizadas, ou por convites oficiais de governos ou entidades.

Parágrafo único. Fica proibida a promessa de reciprocidade de custeamento de despesas e gastos a missões estrangeiras que visitem o Brasil.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 19. Em caso de lacuna neste Estatuto, aplicam-se as disposições do Regimento Interno Comum do Congresso Nacional.

Art. 20. No fim de cada gestão, a documentação pertinente ao Grupo Parlamentar deverá ser repassada para o novo Presidente.

Art. 21. Este Estatuto entra em vigor na data de sua aprovação.

Brasília, 02 de junho de 2011.

A seguir, passou ao ITEM 3 da Pauta: ASSUNTOS GERAIS. O Senhor Presidente discorreu sobre o plano de trabalho do GRUPO para o ano em curso, tendo sugerido os temas centrais que deverão determinar a sua pauta de atividades. Ao final, solicitou o apoio de todos os membros no sentido de que fossem apresentadas sugestões capazes de fomentar a discussão em torno dos temas sugeridos, visando à obtenção de resultados práticos e efetivos na consecução dos objetivos do GRUPO. A seguir, informou que os assuntos da Pauta haviam sido esgotados, colocando a palavra à disposição para as considerações finais do Plenário. O Senhor Presidente concedeu a palavra à Senadora Maria do Carmo Alves - DEM/SE e ao Deputado Eduardo Azeredo - PSDB/MG que cumprimentaram o Presidente eleito e demais membros da Diretoria, desejando sucesso a todos. Em continuidade, o Presidente agradeceu a presença dos Parlamentares e assessores, reafirmando a importância do GRUPO e a sua determinação em estimular a mobilização dos Parlamentares do Congresso Nacional e, em especial, do Grupo Parlamentar Brasil - Chile para, junto com a Embaixada da República do Chile, poder implementar as metas de integração. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião da qual foi lavrada a presente ata, assinada pelo Presidente eleito, Senador Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC; pela Primeira-Secretária: Sen. Maria do Carmo Alves - DEM/SE e por mim, Inubia Sfoggia, Secretária Executiva. Brasília, 02 de junho de 2011.



Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Presidente Eleito

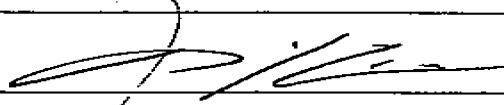
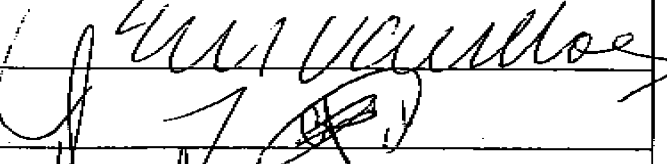
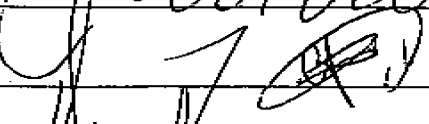
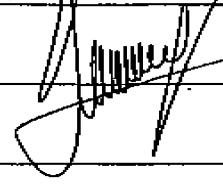
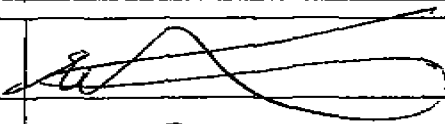


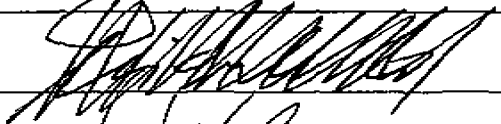


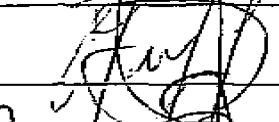

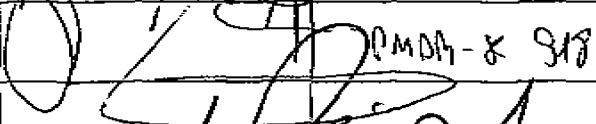
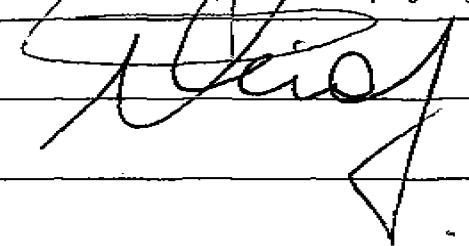


Senadora MARIA DO CARMO ALVES
Primeira-Secretária



INUBIA SFOGGIA
Secretária Executiva

LISTA DE PRESENCAS À REUNIÃO DE REINSTALAÇÃO DO
GRUPO PARLAMENTAR BRASIL - CHILE, REALIZADA EM 02.06.11

Senador LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA - PMDB/SC	
Senador JARBAS VASCONCELOS	
Senador CASIMIRO MALDANER	
Senador ACIR GURGACZ	
Deputado EDINHO BEZ - PMDB/SC	
Deputado EDUARDO AZEREDO - PSDB/MG	
Deputado JORGE TADEU MUDALEN - DEM /SP	
Deputado MOACIR MICHELETTO - PMDB/PR	
Deputado SEBASTIÃO BALA ROCHA - PDT/AP	
Deputado CARLOS ROBERTO	
Deputado HELI MOURA	
Deputado Roberto de Luena PV/SP	
Deputado RONALDO BONAPARTE	
Deputado ANDRÉ SANTO AGOSTINI	

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA

PRESIDENTES DE HONRA: Senador José Sarney - PMDB/AP - Presidente do Senado Federal
Deputado Marco Maia - PT/RS - Presidente da Câmara dos Deputados

COMISSÃO EXECUTIVA:

Presidente: Sen. Luiz Henrique da Silveira - PMDB/SC
Primeiro-Vice-Presidente: Dep. Eduardo Azeredo - PSDB/MG
Segundo-Vice-Presidente: Sen. Roberto Requião - PMDB/PR
Primeira-Secretária: Sen. Maria do Carmo Alves - DEM/SE
Segundo-Secretário: Dep. Osmar Terra - PMDB/RS
Terceiro-Secretário: Sen. Wellington Dias - PT/PI
Quarto-Secretário: Dep. Nelson Marquzelli - PTB/SP

CONSELHO CONSULTIVO:

- Presidente: Dep. Mauro Benevides - PMDB/CE
- Vice-Presidente: Sen. Cícero Lucena - PSDB/PB
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - CRE
Sen. Fernando Collor - PTB/AL
- Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados - CREDN - Dep. Carlos Alberto Leréia - PSDB/GO

SECRETARIA EXECUTIVA: Dra. Inubia A.C. Sfoggia
Senado Federal

COMPOSIÇÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS**54ª Legislatura**

NOME PARLAMENTAR	PART.	UF	ANEXO	GAB.	TELEFONE	END. ELETRÔNICO
ABELARDO CAMARINHA	PSB	SP	IV	609	3215.5609	dep.abelardocamarinha@camara.gov.br
AFONSO HAMM	PP	RS	IV	604	3215.5604	dep.afonsohamm@camara.gov.br
ALCEU MOREIRA	PMDB	RS	IV	445	3215.5445	dep.alceumoreira@camara.gov.br
ALEX CANZIANI	PTB	PR	IV	842	3215.5842	dep.alexcanziani@camara.gov.br
ANTÔNIO CARLOS MENDES THAME	PSDB	SP	IV	624	3215.5624	dep.antoniocarlosmendesthame@camara.gov.br
ANTÔNIO IMBASSAHY	PSDB	BA	IV	810	3215.5810	dep.antonioimbassahy@camara.gov.br
ÁTILA LINS	PMDB	AM	IV	730	3215.5730	dep.atilalins@camara.gov.br
BONIFÁCIO DE ANDRADA	PSDB	MG	IV	431	3215.5431	dep.bonifaciodeandrade@camara.gov.br
CARLOS ALBERTO LERÉIA	PSDB	GO	IV	830	3215.5830	dep.carlosalbertolereia@camara.gov.br
CIDA BORGHETTI	PP	PR	IV	412	3215.5412	dep.cidaborghetti@camara.gov.br
CARLOS ROBERTO	PSDB	SP	IV	760	3215.5760	dep.carlosroberto@camara.gov.br
DILCEU SPERAFICO	PP	PR	IV	746	3215.5746	dep.dilceusperafico@camara.gov.br
DIMAS FABIANO	PP	MG	IV	325	3215.5325	dep.dimasfabiano@camara.gov.br
DOMINGOS NETO	PSB	CE	IV	546	3215.5546	dep.domingosneto@camara.gov.br
DUARTE NOGUEIRA	PSDB	SP	IV	525	3215.5525	dep.duartenogueira@camara.gov.br
EDINHO BEZ	PMDB	SC	IV	703	3215.5703	dep.edinhobez@camara.gov.br
EDSON SILVA	PSB	CE	IV	921	3215.5921	dep.edsonsilva@camara.gov.br
EDUARDO AZEREDO	PSDB	MG	IV	722	3215.5722	dep.eduardoazeredo@camara.gov.br
EDUARDO BARBOSA	PSDB	MG	IV	540	3215.5540	dep.eduardobarbosa@camara.gov.br
FÁBIO SOUTO	DEM	BA	IV	827	3215.5827	dep.fabiosouto@camara.gov.br
GEORGE HILTON	PRB	MG	IV	843	3215.5843	dep.georgehilton@camara.gov.br
GERALDO RESENDE	PMDB	MS	IV	905	3215.5905	dep.geraldorende@camara.gov.br
GIOVANNI QUEIROZ	PDT	PA	IV	618	3215.5618	dep.giovanniqueiroz@camara.gov.br
GIROTO	PR	MS	III	277	3215.5277	dep.girotto@camara.gov.br
HERMES PARCIANELLO	PMDB	PR	IV	234	3215.5234	dep.hermesparcanello@camara.gov.br
HUGO NAPOLEÃO	DEM	PI	IV	414	3215.5414	dep.hugonapoleao@camara.gov.br
JAIME MARTINS	PR	MG	IV	333	3215.5333	dep.jaimemartins@camara.gov.br
JANETE ROCHA PIETÁ	PT	SP	III	578	3215.5578	dep.janeterochapieta@camara.gov.br
JERÔNIMO GOERGEN	PP	RS	IV	316	3215.5316	dep.jeronimogoergen@camara.gov.br
JORGE TÁDEU MUDALEN	DEM	SP	IV	538	3215.5538	dep.jorgetadeumudalen@camara.gov.br

JULIO CESAR	DEM	PI	IV	944	3215.5944	dep.juliocesar@camara.gov.br
LILIAM SA	PR	RJ	IV	434	3215.5434	dep.liliamsa@camara.gov.br
LUIZ COUTO	PT	PB	IV	442	3215.5442	dep.luizcoutho@camara.gov.br
MANUELA D'ÁVILA	PCdoB	RS	IV	438	3215.5438	dep.manueladavila@camara.gov.br
MARCO MAIA	PT	RS	II	14	3215.5964	dep.marcomaiia@camara.gov.br
MARINHA RAUPP	PMDB	RO	IV	614	3215.5614	dep.marinharaupp@camara.gov.br
MAURO BENEVIDES	PMDB	CE	IV	607	3215.5607	dep.maurobenevides@camara.gov.br
MAURO MARIANI	PMDB	SC	IV	925	3215.5925	dep.mauromariani@camara.gov.br
MOACIR MICHELETTI	PMDB	PR	III	478	3215.5478	dep.moacirmicheletti@camara.gov.br
NELSON MARQUEZELLI	PTB	SP	IV	920	3215.5920	dep.nelsonmarquezelli@camara.gov.br
NERI GELLER	PP	MT	IV	837	3215.5837	dep.nerigeller@camara.gov.br
ONOFRE SANTO AGOSTINI	DEM	SC	IV	404	3215.5404	dep.onofresantoagostini@camara.gov.br
OSMAR SERRAGLIO	PMDB	PR	IV	845	3215.5845	dep.osmarserraglio@camara.gov.br
OSMAR TERRA	PMDB	RS	IV	927	3215.5927	dep.osmarterra@camara.gov.br
OTÁVIO LEITE	PSDB	RJ	IV	225	3215.5225	dep.otavioleite@camara.gov.br
PAES LANDIM	PTB	PI	IV	648	3215.5648	dep.paeslandim@camara.gov.br
PAULO PIAU	PMDB	MG	IV	626	3215.5626	dep.paulopiau@camara.gov.br
RICARDO BERZOINI	PT	SP	IV	344	3215.5344	dep.ricardoberzoini@camara.gov.br
RICARDO QUIRINO	PRB	DF	IV	931	3215.5931	dep.ricardoquirino@camara.gov.br
ROBERTO DE LUCENA	PV	SP	IV	235	3215.5235	dep.robertodelucena@camara.gov.br
ROBERTO FREIRE	PPS	SP	IV	606	3215.5606	dep.robertofreire@camara.gov.br
ROMÁRIO	PSB	RJ	IV	411	3215.5411	dep.romario@camara.gov.br
RONALDO BENEDET	PMDB	SC	IV	918	3215.5918	dep.ronaldobenedet@camara.gov.br
RONALDO ZULKE	PT	RS	IV	858	3215.5858	dep.ronaldozulke@camara.gov.br
SANDRO ALEX	PPS	PR	IV	221	3215.5221	dep.sandroalex@camara.gov.br
SEBASTIÃO BALACHOCHA	PDT	AP	IV	608	3215.5608	dep.sebastiaoalacochoa@camara.gov.br
VALDIR COLATTO	PMDB	SC	IV	708	3215.5708	dep.valdircolatto@camara.gov.br
VALTENIR PEREIRA	PSB	MT	IV	913	3215.5913	dep.valtenirpereira@camara.gov.br
VANDER LOUBET	PT	MS	IV	838	3215.5838	dep.vanderlobet@camara.gov.br
VIEIRA DA CUNHA	PDT	RS	IV	711	3215.5711	dep.vieiradacunha@camara.gov.br
ACIR GURGACZ	PDT	RO	Teotônio Vilela	19	3303.3132	acir@senador.gov.br
ALOYSIO NUNES FERREIRA	PSDB	SP	Anexo I - 9º and.	1/6	3303.6063	aloysonunes.ferreira@senador.gov.br
ÁLVARO DIAS	PSDB	PR	Nilo Coelho	10	3303.4059	alvarodias@senador.gov.br
ANÍBAL DINIZ	PT	AC	Teotônio Vilela	08	3303.4546	anibal.diniz@senador.gov.br
CASILDO MALDANER	PMDB	SC	Teotônio Vilela	14	3303.4206	casildomaldaner@senador.gov.br
CICERO LUCENA	PSDB	PB	Alexandre Costa	21	3303.5800	cicero.lucena@senador.gov.br
CIRO NOGUEIRA	PP	PI	Teotônio Vilela	01	3303.6185	ciro.nogueira@senador.gov.br
CRISTOVAM BUARQUE	PDT	DF	Teotônio Vilela	10	3303.2281	cristovam@senador.gov.br
CYRO MIRANDA	PSDB	GO	Tancredo Neves	51	3303.1962	cyro.miranda@senador.gov.br
EDUARDO AMORIM	PSC	SE	Teotônio Vilela	24	3303.6206	eduardo.amorim@senador.gov.br
FERNANDO COLLOR	PTB	AL	Anexo I - 13º and		3303.5783	fernando.collor@senador.gov.br
FLEXA RIBEIRO	PSDB	PA	Alexandre Costa	01	3303.2342	flexaribeiro@senador.gov.br
FRANCISCO DORNELLES	PP	RJ	Teotônio Vilela	11	3303.4229	francisco.dornelles@senador.gov.br
GIM ARGELLO	PTB	DF	Anexo I - 14º and	04	3303.1161	gim.argello@senador.gov.br
HUMBERTO COSTA	PT	PE	Filinto Müller	01	3303.6285	humberto.costa@senador.gov.br
JARBAS VASCONCELOS	PMDB	PE	Dinarte Mariz	04	3303.3245	jarbas.vasconcelos@senador.gov.br
JOÃO VICENTE CLAUDINO	PTB	PI	Teotônio Vilela	06	3303.3055	j.v.claudino@senador.gov.br
JOSÉ PIMENTEL	PT	CE	Filinto Müller	13	3303.6390	gab.josepimentel@senador.gov.br
JOSÉ SARNEY	PMDB	AP	Edif. Principal		3303.3000	sarney@senador.gov.br
LINDBERGH FARIAS	PT	RJ	Afonso Arinos	02	3303.6426	lindbergh.farias@senador.gov.br
LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA	PMDB	SC	Nilo Coelho	04	3303.6446	luizhenrique@senador.gov.br
MARCELO CRIVELLA	PRB	RJ	Ruy Carneiro	02	3303.5225	crivella@senador.gov.br
MARIA DO CARMO ALVES	DEM	SE	Nilo Coelho	08	3303.4635	maria.carmo@senadora.gov.br
MOZARILDO CAVALCANTI	PTB	RR	Ruy Carneiro	03	3303.4078	mozarildo@senador.gov.br
PAULO BAUER	PSDB	SC	Afonso Arinos	05	3303.6529	paulobauer@senador.gov.br
PAULO PAIM	PT	RS	Anexo I - 22º and	04	3303.5232	paulopaim@senador.gov.br
RANDOLFE RODRIGUES	PSOL	AP	Teotônio Vilela	17	3303.6568	randolfe.rodrigues@senador.gov.br
ROBERTO REQUIÃO	PMDB	PR	Teotônio Vilela	18	3303.6623	roberto.requiao@senador.gov.br
ROMERO JUCA FILHO	PMDB	RR	Afonso Arinos	12	3303.2111	romero.juca@senador.gov.br
VITAL DO RÉGO	PMDB	PB	Teotônio Vilela	22	3303.6747	vital.rego@senador.gov.br
WELLINGTON DIAS	PT	PI	Afonso Arinos	06	3303.9049	wellington.dias@senador.gov.br

REQUERIMENTO DE LICENÇA

Artigos 13 e 43, I e II, do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
350-M	Ana Rita	13	18.08	Atividade Parlamentar
351-M	Delcídio do Amaral	13	18.08	Atividade Parlamentar
352-M	Ricardo Ferraço	13	18.08	Atividade Parlamentar
353-M	João Durval	43, I	16 a 19.08	Licença Saúde
354-M	Marta Suplicy	13	18.08	Atividade Parlamentar
355-M	Cristovam Buarque	43, II	13 a 15.09	Licença Particular
356-M	Marinor Brito	13	22.08	Atividade Parlamentar
357-M	Cícero Lucena	13	18.08	Atividade Parlamentar

Agenda cumprida pelo Presidente José Sarney

18/08/2011

quinta-feira

- 11h** Recebe o Senhor Jorge Gerdau Johannpeter, o Procurador-Geral de Justiça do Rio Grande do Sul, Eduardo de Lima Veiga, o Procurador de Justiça Criminal, Mauro Henrique Renner.
Sala de Audiências
- 12h** Recebe o Prefeito Gilberto Kassab, de São Paulo acompanhado de Parlamentares do PSD
Sala de Audiências
- 16h** Ordem do Dia
Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**
Bloco-PMDB - Wilson Santiago**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
Bloco-PMN - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Reditario Cassol** (S)
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

Bloco-DEM - Kátia Abreu*
Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(3,4,7)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(3,6,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽³⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽³⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO ⁽⁸⁾	2. João Alberto Souza (PMDB-MA)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾	

Notas:

*. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.

1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).

2. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).

3. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).

4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).

5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁶⁾	2.
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁴⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽⁴⁾
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽⁴⁾
Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽⁴⁾	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁰⁾	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽³⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽³⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
4. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindbergh Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado
pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽²⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Sérgio Petecão (PMN) ⁽⁴⁾

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

2. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDBAG)

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) ⁽¹⁾	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) ^(6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁸⁾	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO ⁽¹⁾	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques)

Número de membros: 7

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. VAGO ⁽¹¹⁾
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Clésio Andrade (PR)	6. Blairo Maggi (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁷⁾	7. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	8. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	9. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	10. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Geovani Borges (PMDB) ^(4,8)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Reditario Cassol (PP) ^(12,13)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽²⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**.. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁴⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Lindbergh Farias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
Vicentinho Alves (PR)	5. Lindbergh Farias (PT)
João Durval (PDT)	6. Clésio Andrade (PR)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	7. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cyro Miranda (PSDB)
VAGO ⁽⁸⁾	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello

Notas:

*. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgário, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges(OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: quintas-feiras, às 11h30 - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽²⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽¹⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
2. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
3. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PMN)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 02/2011, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo acompanhar, no prazo de 90 (noventa) dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente deste Colegiado.
2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Amélia Vice-Presidente deste Colegiado.
3. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
4. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDÊNCIA/CASDEP)
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽¹⁰⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽¹⁰⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(10,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	4. Acir Gurgacz (PDT)
Magno Malta (PR)	5. Clésio Andrade (PR) ^(20,22)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁸⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	8. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Luiz Henrique (PMDB) ^(2,5,16,21)
Pedro Simon (PMDB) ^(3,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(4,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PMN)	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁹⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁸⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽⁶⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

- ***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ.
- ****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CCJ.
1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
 3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (Of. Nº 29/2011-GLPMDB)
 4. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (Of. Nº 41/2011-GLPMDB)
 5. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (Of. Nº 42/2011-GLPMDB)
 6. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
 7. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 9. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
 10. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
 11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
 12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011-GLDBAG).
 13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (Of. nº 063/2011-GLPMDB).
 14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
 15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
 17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
 18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
 19. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (Of. GLPMDB nº 136/2011).
 22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
 23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
 24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS Nº 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCJ nº 2/2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com o objetivo de analisar, no prazo de 90 (noventa) dias, do PRS nº 96, de 2009, que Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações.

Número de membros: 5 titulares

PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽³⁾

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Eduardo Suplicy (PT)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

Vital do Rêgo (PMDB)

Ricardo Ferraço (PMDB)

Benedito de Lira (PP) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 16.03.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. nº 15/2011 - Presidência CCJ)
2. Em 23.03.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Eduardo Suplicy Presidente deste colegiado (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
3. Em 23.03.2011, o Presidente deste colegiado designou o Senador Ricardo Ferraço como Relator (OF. nº 18/2011 - Presidência da CCJ).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Clésio Andrade (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽¹²⁾	6. Vicentinho Alves (PR)
Magno Malta (PR)	7. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	8. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	9.
Inácio Arruda (PC DO B)	10.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PMN)
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁶⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- * Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- ** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- *** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- **** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
- ***** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (Of. nº 043/2011-GLPTB).
 2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
 3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
 5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
 6. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
 7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
 9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
 10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
 11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
 12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
 13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
 15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
 18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO
CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Vicentinho Alves (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Pedro Taques (PDT)	5. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Waldemir Moka (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Kátia Abreu (DEM)	3. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgário e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Kátia Abreu (DEM)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO ⁽³⁾	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).

3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPIADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTEs
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Aníbal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentinho Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Reditario Cassol (PP) ^(2,3,5)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).

2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).

*. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,3)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(4,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(5,7)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Paulo Davim (PV)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 7. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 8. Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
- *. Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3303-3935

Fax: 3303-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Magno Malta (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹¹⁾	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB)	4. Wilson Santiago (PMDB)
Sérgio Petecão (PMN)	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(5,9)	1. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Demóstenes Torres (DEM)	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽²⁾	1.
Gim Argello ⁽¹²⁾	2.
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
2. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (Of. nº 085/2011 - GSMB).
5. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).
7. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).
8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).
10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
11. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).
12. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).
13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PMN-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Sérgio Petecão (PMN)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
VAGO ⁽⁶⁾	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Clésio Andrade (PR)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no "I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)

2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.

3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTE
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)

2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Gleisi Hoffmann (PT) ⁽⁵⁾	4. VAGO ^(2,6)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Blairo Maggi (PR)	5. Vicentinho Alves (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	7. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Geovani Borges (PMDB) ^(3,4)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Wilson Santiago (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Reditario Cassol (PP) ^(6,7)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 003/2011 - CI).

2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽²⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. VAGO ⁽⁸⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽³⁾
Vicentinho Alves (PR)	4. Magno Malta (PR)
João Durval (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	6.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
Wilson Santiago (PMDB)	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(9,10)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

** Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgário, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. Wilson Santiago (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾

Designação: 14/06/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
VAGO ⁽²⁾	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Wilson Santiago (PMDB)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.

2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olimpíada e Paraolimpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) ^(8,11)	2. Eduardo Suplicy (PT)
VAGO ⁽¹²⁾	3. Walter Pinheiro (PT)
Clésio Andrade (PR)	4. Blairo Maggi (PR)
Acir Gurgacz (PDT)	5. João Durval (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	6. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Reditario Cassol (PP) ^(13,14)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁶⁾
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

**** Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Anibal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Magno Malta (PR)
João Ribeiro (PR) ⁽⁴⁾	4. Cristovam Buarque (PDT)
Pedro Taques (PDT)	5. Lídice da Mata (PSB)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(3,5)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Reditario Cassol (PP) ^(7,8)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PSOL	
VAGO ⁽⁶⁾	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Anibal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 026/2011-GLDBAG)

2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDDB).

6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 274/11-GSMB).

7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDDB).

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

**COMPOSIÇÃO
CONSELHOS e ÓRGÃOS**

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTE
PMDB	
Lobão Filho (MA)	1.
João Alberto Souza (MA)	2. Wilson Santiago (PB)
Renan Calheiros (AL)	3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)	4. Eunício Oliveira (CE)
PT	
Humberto Costa (PE)	1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)	2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO ⁽²⁾
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Vicentinho Alves (TO)	1.
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Antonio Carlos Valadares (SE)	1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

MEMBROS
PMDB
PT
Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)
PSDB
Lúcia Vânia (GO)
PTB
Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾
PR
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾
PDT
PSB
Lídice da Mata (BA)
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ)
PSC

Eduardo Amorim (SE)
PPS
PMN
Sérgio Petecão (AC)
PV
Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.º 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.º 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.º 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.º 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.º 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾
PTB
Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾
DEM
José Agripino (RN) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾
PP
Reditario Cassol (RO) ⁽¹⁵⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾
PSOL
Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁴⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾

Atualização: 14/07/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of. nºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. GLPMDB nº 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾
PT
Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾
PSDB
Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾
PTB
João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾
PP
Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾
PDT
PSB
Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾
PC DO B
Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾
PSOL
Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS

PMN
Sérgio Petecão (AC) ⁽²⁾
PV
Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

8) PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS
PMDB
Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾
PT
Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾
PSDB
Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾
PTB
Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾
DEM
Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾
PR
Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾
PP
Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾
PDT
Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾
PSB
Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾
PC DO B
Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾
PSOL
PRB
Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾
PSC
Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾
PPS
PMN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

Sérgio Petecão (AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 05/05/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.º 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do Of. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)

Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Marco Maia (PT/RS)	<u>PRESIDENTE</u> José Sarney (PMDB/AP)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Rose de Freitas (PMDB/ES)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Marta Suplicy (PT/SP)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Eduardo da Fonte (PP/PE)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Wilson Santiago (PMDB/PB)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Eduardo Gomes (PSDB/TO)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Cícero Lucena (PSDB/PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	<u>2º SECRETÁRIO</u> João Ribeiro (PR/TO)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Inocêncio Oliveira (PR/PE)	<u>3º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB/PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Júlio Delgado (PSB/MG)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP/PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> João Paulo Cunha (PT/SP)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Eunício Oliveira (PMDB/CE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emiliano José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antonio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antonio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Wilson Santiago (PMDB)	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristóvam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	
	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 13.07.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28 do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 13 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO) ¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Paulo Teixeira (PT/SP) ²	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Mário Couto (PSDB/PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.

2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.

3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL ¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

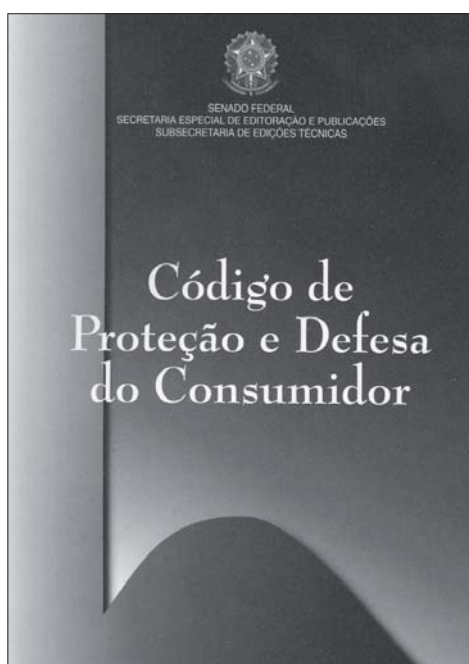
Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Código de Proteção e Defesa do Consumidor



Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e legislação correlata. Inclui dispositivos constitucionais pertinentes, vetos presidenciais, legislação correlata e completo índice temático.

Estatuto da Criança e do Adolescente



Lei nº 8.069, de 1990, acrescida de legislação correlata e atos internacionais relativos ao tema criança e adolescente.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria



Edição de hoje:270 páginas

OS: 2011/14256